

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL SINTRA

RELATÓRIO



ELEMENTO COMPLEMENTAR AO P. D. M., da Alínea a) do n.º 1, do Art.º 11 do
DECRETO-LEI n.º 69/90, de 2 de MARÇO

S I N T R A
C Â M A R A M U N I C I P A L

JULHO 1998

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

INDICE

Índice	1
Ficha Técnica	3
Introdução	6
Alcance e Conteúdo da Memória	10
1 - A Área Metropolitana de Lisboa e o Concelho de Sintra	
A visualização das novas tecnologias	14
A Interpretação dos factos, a polémica	22
A visualização das novas tecnologias	28
2 - A questão do crescimento, Sintra na Área Metropolitana	33
3 - A problemática configuração de Sintra. O processo de crescimento e transformação	41
As décadas de 50, 60, 80 e a Sintra correspondente	47
4 - Da situação geográfica e recursos	59
A hidrografia	60
A Geologia, As Formações	65
O Clima	71
Dos solos: génese e classificação	75
As potencialidades agrícolas	78
O povoamento florestal	81
Recursos do subsolo e características hidrogeológicas	84
Recurso hídricos de superfície e hidrogeológicos	89
A vulnerabilidade á poluição	92
A vulnerabilidade á poluição ainda referencias à hidrologia	94
5 - A habitação em Sintra: cresce a oferta em solo programado, a procura é crescente e insolvente	96
6 - A questão do transporte o direito à, mobilidade	109

7 - O sistema urbano a caracterização as infra-estruturas e os equipamentos	122
Unidades de plano	125
Consideração das áreas de projecto (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão)	178
8 - O património no concelho de Sintra a monumentalidade e o recurso	192
Listagem a prosseguir catalogação	196
9 - O turismo: do recurso à necessidade de desenvolvimento	219
10 - As medidas de política municipal de ordenamento	248
Anexo ao Relatório do Plano Director Municipal (algumas reflexões sugeridos pelo censo de 1991)	266
Aditamento ao relatório P.D.M. Sintra Novembro 1995	276
Aditamento ao Relatório P.D.M. Janeiro 1996	279
Aditamento ao Relatório do PDM Sintra, Património Mundial Junho 1997	281

FICHA TÉCNICA

CORPO TÉCNICO DAS ASSESSORIAS EXTERNAS

Arqtº Manuel Bastos
Arqtº José Costa Bastos
Arqtº Carlos Severo
Dr.ª Cristina Ferreira
Dr.ª Ana Quintas
Dr. Pedro Lamas
Dr.ª Maria Carla Kullberg
Eng.º Nobre da Veiga
Prof. Edgar Fontes
António Manuel Duarte
Jorge Ribeiro

PARTICIPAÇÕES NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Dr.ª Margarida Biléu
Dr. José Cardim Ribeiro
Dr. João Carvalho
Dr.ª Eunice Ruth Gonçalves
Dr.ª Ana Alcântara
Dr. Elvio Melim de Sousa
Dr.ª Rosário Casinhas
Mário João Machado
Maria Amélia Paulo
Pedro Pinto Torres
Arqtº João Esteves

COORDENAÇÃO DO GABINETE DO PLANO DIRECTOR

Eng.º Urbanista Carlos Lourenço Fernandes

COORDENAÇÃO DAS ASSESSORIAS EXTERNAS

Arqtº Manuel Bastos

CORPO TÉCNICO MUNICIPAL DO GABINETE DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Eng.º Carlos Lourenço Fernandes
Arqtª Maria Manuel Albino Galvão de Sousa
Arqtª Maria João Pinto Coelho
Arqtª Anna Lenczweska
Arqtª Maria Margarida Magalhães Colaço
Arqtº Carlos Manuel Lourenço
Dr.ª Isabel Caria Henriques
José Manuel Guerra Taborda
Catarina Figueiredo
Armando Simão
Maria João Gonçalves Dias
Maria Fernanda Ledo Cunha
Carlos Manuel Brito A. Silva
Daniel Costa Amador

PARTICIPAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Eng.º João Teixeira
Eng.º Vítor de Melo
Eng.º Alfredo Neves
Eng.º António Pereira da Silva
Eng.º João Caldeira
Arqtª Antonieta Castanho
Dr.ª Mana Albino
Dr. Vítor Passeti

PARTICIPAÇÃO NA FORMULAÇÃO FINAL DA CARTA DE ORDENAMENTO

Vítor Adrião
Eduardo Torres
Vitorino Pinto

Síntese/Relator Final, Eng.º Carlos Lourenço Fernandes

Março 1994

G.P., Rua Almada Guerra, 25 SINTRA



INTRODUÇÃO

Este volume constitui o relatório final do Plano Director Municipal do Concelho de Sintra. Com a sua apresentação, o Gabinete do Plano Director corresponde ao compromisso de conduzir esta etapa de Avanço do Plano Director Municipal.

Esta Memória é, portanto, apresentada ao Executivo Municipal no sentido de vir a obter o seu enriquecimento e aprovação de forma a conduzir este documento à apreciação e aprovação da Administração Central.

É uma Memória que supomos detalhada e densa: requere-o o planeamento no Concelho de Sintra. Não se expressa uma proposta de crescimento. Não traduz o suporte escrito de um plano de crescimento ou de expansão. Considera-se ainda em aberto e pleno de oportunidade o conjunto de objectivos determinados no Programa Preliminar do PDM, isto é, que o Plano constitua o motor e suporte à obtenção de Programas Estratégicos de Investimentos capazes de traduzirem as acções de reabilitação e reequipamento, de direcção ao desenvolvimento assumindo-se este como reforço da autonomia e articulação do Concelho com a região e garantia da melhoria de acessibilidades internas.

O Concelho de Sintra, seja na existência construído seja na edificabilidade programada pelo quadro de licenciamentos comprometidos, contém disponibilidade bastante para enquadrar previsíveis crescimentos populacionais (quer de crescimento vegetativo quer de movimentos migratórios) assim sendo requer-se uma estratégia que definimos como de recuperação física e funcional do Concelho e da sua participação integrada no processo de conquista de peso específico da Área Metropolitana de Lisboa no quadro das aglomerações europeias. A recuperação física, social e funcional do Concelho quer significar a maior atenção que deve ser dedicada à necessidade de melhor conformação, compactação e remate dos tecidos construídos e da sua requalificação interna.

A Memória que vos é presente indicia pois um plano-programa de traçados que suportam propostas de ordenamento, ordenamento sadio porque com referência a um bom sistema de alimentação (as vias e a estrutura verde). Programas detalhados, portanto à espera (agora) de operacionalidade de cada um.

Traçam-se propostas de ordenamento no que às redes fundamentais diz respeito, sublinhando aqui e justamente à escala do Plano Director Municipal e, nessa medida disponibilizam ao município a existência de uma política. A gestão inteligente do processo de planeamento obriga a considerar desde já o avanço para a construção afinada dos programas de investimento que no entanto, as condições necessárias de sucesso recomendam que sejam elaborados em conjugação de todos os Serviços Municipais envolvidos.

Importa sublinhar, nesta oportunidade, que o conceito de plano desenvolvido assenta mais na clarificação das redes fundamentais e que devem dar lugar a Programas Actuais Municipais, a constituírem-se como os meios excelentes de coordenação local da Administração Central e Regional.

A memória demonstra plenamente os traços distintivos do tipo de Plano que se propõe, cabendo naturalmente a todos ajuizar a sua conveniência e validade para definir as melhorias que no presente podem projectar melhor futuro.

É logicamente um produto colectivo, resultado do esforço de uma equipa multidisciplinar que compõe o Gabinete do Plano Director e as assessorias externas enquadradas pela Macroplan, assessorias cujas contribuições muito agradecemos porquanto significam o enriquecimento da equipa municipal e do trabalho produzido.

Temos igualmente de agradecer a colaboração encontrada em certas entidades da Administração Central, particularmente a Direcção Regional da Junta Autónoma das Estradas e o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, onde encontramos excelente disponibilidade e que abre expectativas favoráveis à capacidade de realizar o Plano em regime de coordenação e cooperação estreitas.

Somos igualmente obrigados a destacar a atitude de “saber esperar” que assumiu o Executivo Municipal no seu conjunto e que significou, a nosso ver, a capacidade de “saber resistir” às múltiplas pressões com origem nos focos anti-planeamento que infelizmente ainda povoam o imaginário da estruturas técnicas municipais.

Menção especial merecem sem dúvida os Presidentes da Câmara Municipal, Fernando Tavares de Carvalho, João Francisco Justino, Rui Silva e Edite Estrela cujos actos e presença durante o processo de iniciar e instituir o Gabinete do Plano Director e respeitar a sua continuidade permitiu o avanço dos trabalhos.

O esforço foi, sem exagero algum, sensibilizante. Os prazos consumidos na elaboração do PDM, a maior parte dos quais em tarefas de ajustamento a enquadramentos legislativos diversos e a construir informação-base cuja ausência atingia dimensão relevante, correspondem, grosso modo à calendarização média da elaboração dos PDM's na Área Metropolitana de Lisboa.

Toda a equipe merece, sem dúvida, uma felicitação sentida, pela sua dedicação, capacidade e entusiasmo, respondendo, nalguns momentos com ritmos excepcionais, particularmente no modo como se revelou na conformação dos enquadramentos fundamentais e nas deferências precisas à estrutura geral da Área Metropolitana de Lisboa e na forma como participa o Concelho de Sintra.

A coordenação do Gabinete do Plano Director assume, em definitivo, a responsabilidade dos erros, fracassos e naturalmente dos sucessos dos quais se destacam a disponibilização de um guia maior para a actividade municipal e, sobretudo a disponibilização de uma jovem equipe que com inícios tímidos se apresenta no final da jornada com forte tenacidade e maturidade profissional

Cientes, portanto, do cumprimento da tarefa e num quadro de permanente função e aprendizagem, cumpre-nos remeter uma palavra de apreço a todo aqueles que, em consciência, julgam ter cooperado com o documento designado por Plano Director Municipal.

Carlos Lourenço Fernandes, eng^o urbanista

Coordenador do Gabinete do Plano Director Municipal



ALCANCE E CONTEÚDO DA MEMÓRIA

O Relatório do Plano Director Municipal constitui uma fase terminal da elaboração deste e pressupõe um acto de avanço na construção de um sistema de planeamento continuado, persistente e duradouro.

Em primeiro lugar, a memória constitui o suporte sobre o qual se pode e deve desenvolver o necessário debate municipal e o contributo a níveis supra municipais de planeamento. O relatório constitui um importante elemento de referência para uso e enriquecimento pelos diferentes Departamentos Municipais ao descrever diagnósticos e pela formulação de quadros propositivos. As preocupações da equipe consistiram, por sistema, em elaborar um documento para a gestão e desde a gestão importará provocar avanços qualitativos.

Para fomentar o debate interno e a elaboração conjunta, o Gabinete do Plano Director produziu já em finais de 1987 o documento intitulado “Regulamento de Organização e Funcionamento do Gabinete do Plano Director” e cujo papel se traduzia num contributo ao modo como os Departamentos Municipais e o Executivo participariam e interviriam na elaboração do Plano e cuja urgência de compreensão e método é condição de avanços qualitativos na gestão municipal.

A importância propositiva do documento permanece visível e a ausência da sua condução impede e atrasa a obtenção de coesão interna e política, condição primeira de sucesso do PDM.

O nível, a maturidade e a consecução eficaz das propostas são consequentes da participação adulta no PDM e tem como precedente a implementação daquele (ou outro) regulamento.

Bom seria que a aprendizagem do País nos trabalhos nas diferentes comissões de articulação com a União Europeia, hoje União Europeia encontrasse eco e desenvolvimento nos diferentes níveis da Administração, particularmente na Administração Local.

Mas precisamente porque o objectivo fundamental do relatório é a sua confrontação interdepartamental, espera-se que constitua um suporte à participação e um contributo sério à reflexão exigida.

O relatório, traduzido a síntese de inúmeros documentos de elaboração aberta ao longo do

processo de plano, raciocina a conformação da Área Metropolitana de Lisboa e o Concelho de Sintra, aborda as questões essenciais no que às actividades, demografia, enquadramento físico, funções centrais, os transportes, diz respeito e conclui-se, justamente, pela definição da estratégia proposta e que assume a maturação do documento elaborado em finais de 1987 e tradutor das Medidas de Política Municipal de Ordenamento.

Não deixamos de referir que o alcance duma memória deste tipo encerra uma função adicional e não menos decisiva: a de servir de base para enfrentar o processo de compatibilização intermunicipal e informação ao nível regional de planeamento, sublinhando a perspectiva clara de realizar o planeamento metropolitano desde o município e desde “dentro” da Área Metropolitana.

Estas funções, debate municipal, o desenvolvimento do processo cognitivo do Concelho, o enriquecimento do quadro propositivo, são funções procuradas pela elaboração do relatório final.

O quadro de procedimento do conhecimento da realidade concelhia e da sua integração na Área Metropolitana de Lisboa deverá, doravante, merecer um sistemático aprofundamento e actualização e de forma a não se perder o esforço de produção da 1ª geração do Plano Director Municipal.

O quadro de propostas que embora “em aberto” merecem uma determinada cristalização ou formulação “rígida”, considera:

- O conjunto de intervenções urbanísticas que traduzindo níveis estruturantes (actuações que arrastam outras) são necessárias para cumprimento de objectivos de Programa Preliminar e que dizem respeito à construção do sistema viário e articulação rodo-ferroviária e sistema de verdes concelhio com a importância regional.
- Oferece uma proposta de classificação do solo conceptualmente relacionada com a tipologia de espaços definida no Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março.
- Oferece uma proposta de articulação do Concelho com a escala metropolitana sobretudo no

que à mobilidade e quadro geral de acessibilidade diz respeito.

A memória traduz ainda a síntese dos trabalhos e reflexões produzidas nos dossiers que precederam, a seu tempo, a elaboração dos estudos prévios mas cuja conformação num documento único nos parece de utilidade manifesta para uso e disponibilidade dos membros e agentes diversos do município.

É nestes termos que se propõe a leitura deste relatório.



A VISUALIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1.1. A elaboração de um PDM para o município de Sintra e para cada um dos municípios metropolitanos constitui um processo de, partindo do nível municipal de planeamento, construir o planeamento metropolitano. É colocada a questão da inversão da concepção tradicional deste planeamento, hierarquia e sequencial, que partiu de uma estratégia (desenvolvendo-se) em cada um dos diferentes municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

1.2. O esquema tradicional, a elaboração do planeamento metropolitano “desde cima” parece ineficaz, à margem do protagonismo municipal, e sublinhe-se questionada no próprio programa do XI Governo Constitucional onde se afirma:

“O Planeamento será, entendido muito mais como um processo continuo dirigido à caracterização de acções bem definidas numa dinâmica participada e concebida “debaixo para cima” do que uma actividade pontual de produção de documentos”.

1.3. Impõe-se, portanto, uma perspectiva de planeamento da Área Metropolitana desde os membros deste corpo, avançar nas propostas de soluções dos problemas internos, avaliados desde os municípios e compatibilizada no processo Metropolitano previsto (o quadro de elaboração do PROT, Resolução do Concelho de Ministros n.º 20/89 sobre o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa).

1.4. Isto parte da premissa de que a realidade metropolitana constitui um facto de cerca de 3 milhões de habitantes (2 491,8 em 1981) cujas necessidades urge satisfazer à margem das discussões sem sentido da conveniência desta aglomeração urbana.

1.5. Importa sublinhar que o processo de planeamento não exige a prévia existência de uma estratégia regional concebida sobre as grandes variáveis económicas e demográficas. Parece necessário enfatizar a rejeição do sistema de decisão hierárquico e sequencial. Este esquema corresponde às posições tradicionais que apoiam mais uma filosofia formalista ignorante na

natureza das necessidades e da rede de agentes e instituições que constituem a realidade do quadro decisional no que se movem distintos âmbitos de planeamento e em particular dos sectores com evidentes consequências na construção das configurações territoriais.

Parece claro, por outro lado, a importância em considerar aqueles processos decisoriais (da rede dos agentes e instituições), como condicionantes ao ponto de partida do processo de planeamento em qualquer município metropolitano, isto é, considerar os factores que tendo inicialmente um carácter externo afectam, na sua caracterização especial as decisões do processo de planeamento.

1.6. Mas na ausência de uma política regional global, de que partir como quadro de referência nas decisões do Plano? Parece-nos clara a importância de diferenciar a necessidade de considerar o planeamento como um processo, em primeiro lugar, de reabilitação, de correcção, de disciplina (das existências e das tendências herdadas), e, em segundo lugar, de saber avaliar as perspectivas de médio e longo prazo (num quadro de uma certa incerteza) mas admitindo como dado de partida a tendência de urbanização das sociedades contemporâneas e, por isso, a evolução da população e das actividades económicas.

1.7. Importa no entanto, distinguir entre as variáveis agregadas para a Região de Lisboa e a sua distribuição inter-metropolitana, distinguir entre as realidades sectoriais existentes sobre os quais o município pode e deve interferir, e portanto, constituindo pontos de partida e as evoluções futuras que podem e devem vir a ser consequência de uma estratégia. Mas, para evitar prestações e expectativas geradas, estratégia a construir à medida do avanço em cada sector que, a dinâmica e agressividade de elaboração do planeamento metropolitano (e em cada município) venha a impor-se.

A SITUAÇÃO DE LISBOA NO CONTEXTO DA CRISE

1.8. A aglomeração de Lisboa é hoje a expressão cabal do modelo de crescimento das últimas três décadas (60/70/80). Lisboa, produto de certa especialização funcional secular, foi o

catalisador mais activo do desequilíbrio territorial. A sua economia, comparativamente moderna, e a sua realidade física são o resultado de um processo associado de industrialização e crescimento físico (urbanização) extraordinariamente acelerado a partir do impulso industrializador que experimenta o país no início da década dos anos 60.

1.9. Algumas referências traduzem a expressão quantitativa desta realidade.

QUADRO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA AMLN

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1981	1985
Amadora	9762	18789	47355	111929	163878	177281
Cascais	27553	42117	59617	92907	141498	160466
Lisboa	694389	783226	802230	769044	807937	934530
Loures	35060	50440	102124	166167	276467	295773
Oeiras	28049	34459	46900	68265	149328	156718
Sintra	45082	60424	79890	124893	226428	236529
Vila F. Xira	28016	32539	40190	53963	88193	93237
TOTAL	869911	1022054	1178306	1387168	1853729	2054533

FONTE: IACEP - Tendências recentes na urbanização da Área Metropolitana de Lisboa.
Lisboa, Min. Fin. Plano, 1983.

CPRU - Elementos para a discussão de um PDM expedito, Lisboa, UTI, 1984,

NOTAS:

- AMLN = Área Metropolitana de Lisboa (Norte) - cf. texto
- A população residente no Concelho da Amadora corresponde à dos lugares que lhe deram origem.
- A população de 1985 foi estimada a partir do Recenseamento Eleitoral - cf. anexos. A população do Concelho de Sintra foi calculada com base nos valores médios do Distrito de Lisboa, a fim de garantir a comparabilidade com os restantes concelhos.

QUADRO: RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA AMLN

Concelhos	1940 - 50	1950 - 60		1960 - 70		1970 - 81		1981 - 85	
	(1)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Amadora	92.5	151.9	59.4	136.4	- 15.5	46.4	- 95.4	8.1	- 20
Cascais	42.7	41.3	- 1.4	55.8	14.5	52.3	- 9.8	13.4	- 9
Lisboa	12.8	2.4	-10.4	- 4.1	- 6.7	5.1	8.1	15.6	39
Loures	43.9	102.5	58.6	62.7	- 39.4	66.4	- 4.7	6.9	- 40
Oeiras	22.9	36.1	13.2	45.6	9.5	118.7	58.4	4.9	- 9.2
Sintra	33.9	32.4	- 1.5	56.3	23.9	81.3	23.3	4.4	- 61
Vila F. Xira	16.1	23.5	7.4	34.3	10.8	63.4	22.5	5.7	- 43
TOTAL	17.5	15.3	- 2.2	17.7	2.4	33.5	12.3	10.8	- 1

(1) Taxas de crescimento intercensitário

(2) Diferença entre a taxa de crescimento do período em apreciação e a do período anterior. Para o efeito estimaram-se as taxas médias anuais dos períodos 1970 - 81 e 1981 - 85, a fim de calcular (2) com base em períodos normalizados de 10 anos.

A fonte para 1985 não é a mesma que para as restantes observações pelo que a comparação dos valores tem de ter em atenção a especificidade da fonte utilizada em 1985 (Rec. El)

Verifica-se ainda que a população da Área Metropolitana de Lisboa cresce de 35% entre 1970 e 1981.

A população da AML representa 10% da população do Continente em 1900 e 27%. em 1981.*

1.10. A crise internacional que se inicia em 1973 e se manifesta em Portugal com algum atraso (1976/1979), embora com componentes evidente de carácter supranacional apresenta na AML, como em qualquer economia territorial, elementos de carácter local resultado do modo de crescimento anterior (apesar do condicionamento industrial) e que podem condicionar a forma em que uma eventual “saída” afecte a região.

1.11. Sem entrar em detalhes, há que fazer notar que o processo de acumulação e crescimento generalizado na economia portuguesa tem origem e combinação de factores interior e exteriores aonde convirá destacar reciclagem monetária provocada pela imigração portuguesa atraída pelo crescimento verificado noutros destinos, e no caso da AML a evidente procura de consumo

* Ver: dossier do Seminário Internacional da AML.(P/exemplo)

(sobretudo num mercado interno da AML) e provocado pela sistemática chegada de população em busca de preenchimento de oportunidades emergentes do processo de industrialização iniciado.

1.12. Durante o período que se iniciou em 1980 e percorre as duas últimas décadas, a AML (ou o que veio a ser a AML) transforma a sua estrutura produtiva de um, modo substancial:

a) - A sua verdadeira industrialização e conseqüente crescimento do sector terciário, realiza-se neste período. Assim, a leitura da Estrutura da População Activa entre 1950-1981, permite a verificação.

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA (1950-1981)

	1950		1960		1970		1981	
	Conc. Sintra	Dist. Lisb.						
SECTOR I	32	18	22	14	8	9	3	4
SECTOR II	29	27	37	32	31	32	39	33
SECTOR III	38	54	42	55	62	59	56	63
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: INE - Recenseamento Geral da População

Particularmente importante foram os avanços relativos verificados nos sectores das indústrias navais, transformados metálicos, químicos e derivados e alimentação que, no seu conjunto, garantem a maior fatia do emprego industrial.

b) - O sector de Serviços, tradicionalmente em Lisboa de tamanho considerável, contribuía em 1981 com 63% do emprego, sendo já de 54% em 1950. No entanto, o factor mais notável da sua transformação neste período, provém de desenvolvimentos no seu interior, de alguns ramos de alta produtividade, adequadas às necessidades de uma economia em amadurecimento. Face à velha expressão de Lisboa basicamente de fornecedor de serviços de consumo familiar e de entreposto portuário sobretudo dirigido às relações com as colónias, é interessante notar o peso

crecente dos sectores - de Serviços de Administração de Empresas, Finanças, Seguros.

O Sector mantinha e mantém importante peso de actividades controladas pelo Sector Público Administrativo que garante quase 20% do emprego nos Serviços.

Por outro lado há que sublinhar que o sector terciário teve uma grande importância na geração de emprego neste período: enquanto que o sector transformador crescia de 27 a 33 % do volume de emprego, o sector de serviços crescia de 54 a 63%.

c) - O sector de construção tem enorme importância em Lisboa já antes de iniciar-se o período de crescimento generalizado dos anos 60. Este forte dimensionamento constitui-se em factor característico ao considerar-se mudança de trajectória da economia do início dos anos 60, que opõe em marcha mecanismos extraordinariamente favoráveis ao sector, seja do lado da procura seja do lado da oferta. Estas condições, acrescidas da ausência de barreiras à entrada numa industria com poucos riscos ou exigências de competência, e os últimos benefícios de carácter especulativo com, que operava a relação solo-edificação, típica no sector, ia configurando um modo de acumulação sobre a base de um grande intensividade de mão-de-obra, a carência de estímulos à introdução de tecnologia de racionalização de elementos do processo de trabalho, minifundismo empresarial e normalização de “canais degenerados” de formação e apropriação de rendas...

No Concelho de Sintra, e com referência, o n.º de postos de trabalho na construção civil era de 6.634 em 1981 para 2.491 em 1971.

1.13. Nos últimos anos, no entanto, a região de Lisboa enfrentou um conjunto de condicionalismos, internos e externos que interferiram directamente nos factores do seu desenvolvimento económico.

Assente, grande parte do seu crescimento anterior na industria de construção naval e reparação naval, na produção de equipamentos pesados para as “industrias de processo” e em material pesado de movimentação transporte sofre o impacto da crise internacional de industria naval e queda de investimentos decorrente.



Especializada em produções viradas para o mercado interno acaba por suportar uma política de desvalorização do mercado nacional, travagem do consumo interno, continuada desvalorização da moeda nacional, imperativamente face à necessidade de reequilíbrio das contas com o exterior.

A estes condicionalismos veio juntar-se uma discriminação negativa nas medidas de política (caso da Lei das Finanças Locais, do S III, do SIBR) por vulgarização consciente de uma imagem política económica da região sem correspondência com a realidade.

1.14 A importância dos factores traduzem-se no surgimento de problemas e dificuldades que justificaram as interrogações em torno do papel que estaria incumbido à região de Lisboa, à sua Área Metropolitana no processo de desenvolvimento nacional.

Refira-se que em 1987, os Distritos de Lisboa e Setúbal teriam à volta de 35% do desemprego total do país; destruição de várias dezenas de milhares de postos de trabalho; situações crescentes de salários em atraso; emprego precário envolvendo milhares de postos; entre 1979 e 1982 a região de Lisboa perde peso no VAB da maior parte dos sectores industriais; entre 1981 e 1985 o emprego industrial terá crescido 6% com particular incidência na península de Setúbal; reduz-se o peso de Lisboa no destino das emigrações internas e verifica-se um esforço relativo das saídas desta região; a população da região que entre 1970 e 1981 crescera a uma taxa anual de 2,9% desacelerou a partir de 1981 para uma taxa inferior a 1,5% ao ano.



**INTERPRETAÇÃO DOS FACTOS,
A POLÉMICA**

INTERPRETAÇÃO DOS FACTOS, A POLÉMICA

1.15. A interpretação dos factos pode dar origem a profunda polémica que, embora esquematicamente, se desenvolvem em torno de três aproximações:

a) - A primeira aproximação significa a ocorrência de uma transplantação a evidência observada colhida nos países europeus e que sugere que as aglomerações urbanas passam sucessivamente por 4 fases de um “ciclo urbano” (urbanização, suburbanização, desurbanização, reurbanização). Aqueles factos seriam assim indícios de que a aglomeração de Lisboa que desde 1940 se encontra num processo acelerado de suburbanização, se estaria aproximar de uma fase em que se tornaria numa área “potencialmente deprimida” e reclamando, em consequência, as medidas adequadas a combater esta tendência.

b) - A referida interpretação é a de que se trata de dificuldades meramente conjunturais que serão ultrapassadas pela retoma da economia Portuguesa e Internacional sendo necessário continuar a implementar uma política regional que procure levantar o crescimento desta aglomeração e estimular a descentralização das actividades e populações para centros alternativos e em particular para as zonas do interior.

c) - A terceira interpretação parte de ideias de que o que está em causa é a emergência de um novo tecido económico e uma nova lógica de organização matricial dos processos produtivos. Segundo esta interpretação, não só o aprofundamento da terciarização das economias abriria novas oportunidades à descentralização produtiva com as novas tecnologias de informação ao permitir a disfunção das funções empresariais, contribuiriam para uma profunda reestruturação organizativa das empresas o que permitiria o meio de um processo de disjunção funcional do espaço onde nas áreas centrais existem apenas as funções intensivas em informação, em diálogo e em “massa cinzenta” e descentralizem as funções de rotina e de tecnologia amadurecida, a AML estaria assim, num processo de reconversão do seu tecido económico de que uma das componentes seria a “reflexão” das actividades industriais como consequente aprofundamento da terciarização nomeadamente do terciário industrial.

1.16. O Gabinete do Plano Director, na intervenção que produziu no Seminário Internacional “Área Metropolitana de Lisboa, Que Futuro” - Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro de 1987, considerou estar a assistir-se a uma transição, transição entre períodos distintos da economia e modos de comunicação, sublinhando que as mudanças a ocorrer serão de natureza estrutural e mesmo como resposta a circunstâncias de conjuntura; e no que se refere à questão de suburbanização ou crescimento entendemos que embora a AML não vá atingir as taxas de crescimento dos anos 60/70, é inevitável por razões objectivas que vai continuar a crescer e, provavelmente, estamos ainda longe da estabilização sentida já em diferentes aglomerações metropolitanas europeias. E note-se, sobretudo em necessidades de espaços urbanizados para satisfação de procuras urbanas geradas pela população e empresas já existentes.

1.17. Uma análise mais aprofundada da investigação recente do tecido económico na área da Grande Lisboa e apesar da fragilidade da informação estatística, poderá identificar algumas pistas de suporte à posterior investigação e a ter em conta no quadro de elaboração do processo de Planeamento Municipal e Regional.

1.18. Em 1981, residem nos Distritos de Lisboa e Setúbal 31,2% dos activos a exercer profissão no Continente. Na AML, o emprego atinge 1 milhão de pessoas. O sector terciário ocupava 59% dos activos (os Distritos do Norte / Aveiro, Braga e Porto, tornam-se cada vez mais Distritos industriais e a maior parte dos restantes caminham no sentido da terciarização mas com atraso de várias dezenas de anos relativamente a Lisboa).

A Administração e os Serviços de Natureza Social tem uma contribuição significativa para o peso do sector terciário, cabendo-lhe 43% dos serviços. Os Distritos de Lisboa e Setúbal detinham 44% dos serviços de natureza social e igual percentagem dos serviços com a actividade económica do Continente. Essa percentagem seria bastante mais elevada se considerássemos os valores dos transportes, armazenagem e comunicação (49%) ou dos bancos, seguros, operações com imóveis e serviços prestados às empresas (57%).

A industria transformadora tinha no emprego destes dois Distritos um peso ligeiramente inferior à média nacional (ocupa cerca de 26% dos activos da região). Mas com apenas 35% do emprego industrial do País, registavam-se aqui as maiores produtividades e era gerado cerca de 40% do produto industrial.

O Distrito de Lisboa possuía a estrutura industrial mais diversificada. No produto industrial as industrias metalomecânicas, químicas e alimentares atingiram a participação dominante de 68%, pese embora a menor diversificação face a Aveiro, Coimbra e Porto.

Quanto ao emprego destacam-se:

Construção de materiais de transporte	(CAE 384	10,5%)
Fabricação de produtos metálicos	(CAE 381	10,9%)
As industrias de alimentação	(CAE 311 12	9,5 %)
Fabricação de produtos químicos	(CAE 352	7,9%)
Fabrico de artigos de vestuário	(CAE 322	7,5%)
Fabrico de máquinas não eléctricas	(CAE 382	7,0%)
Fabrico de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico	(CAE 383	6,3%)
Artes gráficas, edições e publicidade	(CAE 342	6,2%)

O total é da ordem do 65 %.

1.19. A tendência nas duas décadas anteriores a 1980 traduziu-se num reforço da especialização nas indústrias do papel e artes gráficas e nas metalomecânicas, sectores onde, e com as industrias alimentares e bebidas, a região também reforçou o seu peso na total nacional. Em contrapartida a região perdia peso nas industrias têxteis e do vestuário, madeiras e cortiça e na industria de minerais não metálicos.

1.20. No final dos anos 70, surgiram indícios de que a tendência para a concentração da

actividade económica sobretudo a favor de Lisboa poderia vir a inverter-se. A região de Lisboa perdia mais de 4 pontos percentuais na sua participação na FBCF Nacional relativamente ao período de 1975/1977, perda notada nos “hotéis, restaurantes e afins” e no “comércio, bancos e seguros”. Na industria transformadora ainda não era evidente qualquer tendência para a queda desta região na FBCF embora em termos inter-regionais seja decrescente o peso da indústria no total do investimento.

Face à crise, as empresas desenvolvem uma estratégia defensiva com redução, nalguns casos drasticamente, dos referidos postos de trabalho. A região de Lisboa acompanha o todo nacional na redução do número de empresas de dimensão superior a 50 trabalhadores e no crescimento desse número quase exclusivamente no escalão de 0 - 9 trabalhadores.

A criação de novas empresas não agrícolas a partir de 1980 teve lugar principalmente no sector terciário, estima-se que o sector industrial tenha crescido a um ritmo (6 % entre 1981 e 1985) inferior a um terço do crescimento verificado no sector terciário.

1.21. A tendência para a terciarização cria condições para um maior equilíbrio entre a distribuição de actividades e da população o que, se aliado a processos de desconcentração e descentralização do crescimento das áreas urbanas, pode vir a configurar um quadro diferente na Área Metropolitana de Lisboa.

1.22. Continuando uma tendência já esboçada na década anterior, a região de Lisboa entre 1981 e 1985 cresce em todos os subsectores terciários mais lentamente que todo o nacional, o que aliado à perda no mesmo período, de empregos industriais levou a uma queda da sua participação no emprego não agrícola (com exclusão da administração e trabalhos domésticos) de mais um ponto percentual.

Embora a informação estatística disponível não possa auxiliar a leitura de selectividade, é possível afirmar-se:

- Nos serviços atingiu com menor intensidade os transportes, armazenagem e comunicações;

- Na industria a queda do emprego industrial para 27,3% do total do Continente, deve-se a um acréscimo generalizado em todos os sectores (CAE a 2 dígitos) com excepção para o papel e artes gráficas e das industria de alimentação, sendo este ultimo o único sector em que a região manteve a sua participação no total do País.

- Na estrutura económica interna à região, reforça-se o sector terciário nomeadamente os bancos, seguros, operações sobre imóveis e os serviços pessoais e colectivos, particularmente na aglomeração de Lisboa.

- Na estrutura industrial, Lisboa registava pequenas alterações, com vantagens para as alimentares. Alguns ramos industriais onde poderão vir a estar incorporadas novas tecnologias (CAE 352, 383 ou 386) apresentam contudo, um comportamento mais positivo do que o sector onde se integram.

1.23. Numa tentativa de síntese, os números sugerem que Lisboa se encontra num processo de aprofundamento da tercearização - assente principalmente nos “bancos, seguros e operações sobre imóveis e serviços às empresas” e nos serviços pessoais e colectivos - e de “abandono” industrial com maior resistência das industrias urbanas e de alguns ramos onde poderão vir a ser materializadas inovações tecnológicas. Refira-se que entre 1979 e 1982 a produtividade industrial em Lisboa cresceu mais rapidamente do que a média do Continente o que, provavelmente assegura que Lisboa não terá visto reduzida a sua participação no produto industrial Nacional.

1.24. Isto sugere que se estará perante um processo de disfunção funcional do espaço de acordo com o exposto - a interpretação foi reforçada se atendermos ao que se passa com a qualificação de mão-de-obra. A região de Lisboa já detinha em 1980 60% dos quadros superiores e vê o seu número crescer para 66% em 1985. Simultaneamente o seu peso nos quadros médios e no emprego, os quadros inferiores aumentaram 30% enquanto os quadros médios seguiram a tendência de perda geral.

Destes elementos até a conclusão de que Lisboa está a concentrar as funções de decisão e a reter as actividades exigentes em “massa cinzenta” e a “filtrar” as funções executivas e as actividades banalizadas vai um pequeno passo, que, apesar de tudo tem de ser dado com muita cautela.

A VISUALIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1.25. Assim sendo, parecem existir maiores possibilidades de sucesso para uma política de ordenamento do território na medida do aproveitamento das tendências para a descentralização produtiva com o uso racional dos recursos das diversas regiões.

Só que urge tomar em consideração dois novos elementos que não costumam figurar nos modelos tradicionais.

Em primeiro lugar, o crescimento económico sustentado nas pequenas empresas criou novos factores de imobilidade das actividades. Dai, a questão do desenvolvimento regional (e portanto descompressão da aglomeração de Lisboa) não pode ser vista em termos de factores de localização mas sim de capacidade criativa e de geração de novas empresas.

Em segundo lugar, a gravidade dos desequilíbrios regionais em Portugal, não possibilitam a existência de outros centros com capacidade criativa idêntica à de Lisboa.

1.26. Com efeito Lisboa, em particular a margem norte, vem-se revelando como a área mais dinâmica do ponto de vista das novas iniciativas. Tomando como indicador as novas sociedades ponderadas pelos activos residentes, apenas o grande Porto e a região de Leiria se aproximaram dos valores globais aqui registados. Na região de Lisboa são criadas 40% das novas sociedades, sendo a percentagem bastante superior no caso da CAE 8 (bancos, seguros e operações sobre imóveis e serviços às empresas) e CAE 9 (serviços pessoais e colectivos) apontando os números para um possível reforço da posição da região nestes sectores e ainda nos transportes e comunicações.

1.27. Segundo as indicações disponíveis Lisboa regista das mais elevadas taxas de mortalidade das novas empresas (também indicador de dinamismo) representando as novas iniciativas abortadas numa percentagem muito significativa do total. Apesar disso, a região tem das mais elevadas taxas de crescimento do número de estabelecimentos (13,6% em Lisboa) entre 1980 e 1985, e a mais elevada taxa de crescimento do número de empresas 9,7 % entre 1982 e 1984

E isto é muito mais significativo do que a evolução recente do número de activos, na medida em que o futuro da região será determinado menos pelo número de empregos de hoje do que pela actual capacidade empresarial e pelo ritmo do seu crescimento.

1.28. É clara esta tendência na medida em que a intervenção dos poderes-públicos (por exemplo, para provocar outros destinos) se vê impossibilitada de transferir este dinamismo para outras áreas, na medida em que:

- a) É o clima comercial e são as empresas que geram novos empresários e estes não podem ser reproduzidos num meio vazio ou altamente especializado;
- b) É muito reduzida a propensão à mobilidade das pequenas empresas e a difusão faz-se sobretudo a partir do conhecimento vivido;
- c) Um dos principais factores de localização é a redução da incerteza e esta redução é tanto maior quanto maior for a dimensão da aglomeração;
- d) As novas tecnologias exigem condições de acessibilidade, de acesso a informação e recursos humanos tecnicamente qualificados que não se encontram em localizações alternativas.
- e) Algumas economias de aglomeração, designadamente o acesso à mão-de-obra e dos serviços, apenas estão disponíveis nas grandes metrópoles.

Nestas condições ou o dinamismo das regiões urbanas é aproveitado “in situ” ou se perde.

O segundo aspecto que compete verificar e conformar como de intervenção possível (e desejável) dos poderes públicos, consiste no facto de que o processo de transformação da

estrutura económica irá ter que suportar importantes custos sociais, sobretudo nas áreas dos trabalhadores não qualificados, pelo comércio, pelos pequenos industriais e profissionais que não consigam acompanhar as inovações ou não reunam as condições necessárias. Se estes custos sociais atingirem determinados níveis poder-se-à criar um clima defensivo que ponha em causa o dinamismo referido.

Estes os aspectos essenciais que fortificam a necessidade da intervenção pública e, por isso, de realizar programas de actuação.

As direcções de trabalho e orientação da intervenção pública:

1. Criar as infraestruturas necessárias à melhoria global da mobilidade;
2. Da melhoria da qualidade de vida;
3. Da eficiência dos tecidos urbanos;
4. Da revitalização da vida comunitária;
5. De ampliar a ligação da “Cidade” e da natureza;
6. De combate à poluição;
7. De construção da rede funcional de equipamentos;
8. De intervenção forte nos domínios da Educação e Formação Profissional.

1.29. É determinante, em jeito de conclusão, entender que no processo de planeamento a desenvolver-se, deveremos:

a) Distinguir entre variáveis, aquelas sobre as quais mediante decisões de plano é importante incidir e as que é necessário adoptar como “referências” sobre as quais a tarefa se traduzirá na produção de projectos, estimativas ou cenários possíveis:

b) Considerar que, não existem sintomas de que seja possível construir-se (a curto prazo) uma política regional que de forma voluntária tente “atrair” ou “repulsar” da Área Metropolitana de Lisboa, população e emprego, em consequência, a evolução da população e da economia na aglomeração de Lisboa estima-se sobre as bases tendênciais das forças que operam ou venham a operar previsivelmente neste período;



c) Parece razoável aceitar-se que a década de 90 não traduzirá alterações substanciais na aglomeração de Lisboa, considerando que permanecerá a tendência de crescimento e se inicie o processo de estabilização e de certa distribuição entre o Centro e a sua envolvente metropolitana.

d) Considerar as condições que deram lugar ao crescimento fulgurante da Área Metropolitana como o que significara necessidade de reconsiderar expectativas do sector imobiliário agora sobredimensionadas em relação aqueles anos.

1.30. Importará, ainda, e no sentido de procurar um quadro de previsão de futuro da Área Metropolitana de Lisboa, considerar desenvolvimentos recentes e que, a nosso ver, reforçam as tendências de terciarização de escolha selectiva dos investimentos industriais.

Em primeiro lugar, é certo que a Área Metropolitana de Lisboa acolhe nos anos 80 um esforço significativo de melhoria das redes públicas seja no domínio da mobilidade rodoviária seja, sobretudo, nos domínios das redes de abastecimento e de comunicações, reforçando a sua capacidade de atracção para a instalação de novas empresas e estímulo à reestruturação das existentes.

Em segundo lugar, a integração na Comunidade Económica Europeia reforça a tendência de captação e instalação de quadros superiores associada às novas funções de carácter decisional e representativo da Capital, à conseqüente abertura da economia onde se revelam claramente as funções de Banca, Seguros e prestação de serviços às empresas.

Em terceiro lugar, as expectativas consistentes de melhoria global e específica das infraestruturas rodo e ferroviárias, das comunicações da nova travessia do Tejo e da relevante importância da especificidade do investimento no sector produtivo automóvel.

Em quarto lugar, tornou-se evidente sobretudo nos finais dos anos 80 uma retoma da iniciativa no sector imobiliário agora dirigido a operações de qualificação de terciário ou de funções residenciais qualificadas, associando quer a umas quer a outras componentes de carácter lúdico e recreativo que tendencialmente alargam os quadros opcionais de emprego e reforçam o sector de

prestação de serviços.

Em quinto lugar, é relevante ainda o ganho na Área Metropolitana de Lisboa nas áreas da Educação, visíveis no crescimento do tecido escolar universitário seja pelo aparecimento de componentes privadas seja pelo crescimento da componente pública e cujas consequências para o futuro dos procedimentos futuros não deixarão de ser positivos.

A nosso ver, a AML reforçará o seu papel central face ao País, a cidade-metrópole ganhará relevância no sistema internacional de cidades e, neste processo, o concelho de Sintra, como parte do todo, preencherá funções específicas, nomeadamente o terciário industrial e as funções de lazer requeridos pela emergente sociedade metropolitana.

A centralidade da cidade-metrópole ganhará, ainda, uma expressão acrescida pela realização da EXPO 98 que, embora de localização precisa nos 300 hectares envolventes à Doca dos Olivais em Lisboa, não deixará de significar uma potenciação de peso específico da AML na confrontação saudável com outros espaços europeus. E, é certo que, ganhando Lisboa é igualmente ganhador o Concelho de Sintra.



**A QUESTÃO DO CRESCIMENTO,
SINTRA NA ÁREA METROPOLITANA**

2.1. Uma vez que se delimitaram, no capítulo anterior, a “incerteza” do crescimento metropolitano e um quadro de interpretação da configuração do próximo futuro, é importante a verificação da distribuição espacial da população, alojamentos e actividades no interior da AML e nesta a determinação do caso do Concelho de Sintra de forma a obter contribuição à definição de políticas e instrumentos de realização dos objectivos.

2.2. Ao abordar a distribuição do crescimento na Área Metropolitana, naturalmente consideramos uma metodologia distinta à seguida (ou a seguir-se) quando centrados na consideração global do referido crescimento da Área Metropolitana são basicamente duas: a do comportamento demográfico (crescimento vegetativo, migrações, etc...) e a dinâmica das actividades produtivas e com a sua capacidade de atrair novos contingentes de população ou referi-los segundo o seu crescimento ou regressão.

Mas constituindo a Área Metropolitana uma unidade formada por partes estritamente relacionadas, o crescimento de cada uma das partes não tem que ser proporcional ao crescimento global.

Neste caso, a variável independente fundamental que nos dará conta do crescimento de cada parte será o da actividade imobiliária, a partir da qual se podem explicar as mudanças que se verificam na população de cada uma das zonas.

2.3. Esta mudança de perspectiva é importante já que põe em evidência a necessidade de fixar o futuro do crescimento de cada uma das zonas em termos de solo já qualificado para transformação de uso e a qualificação emergente de habitações a construir, face às projecções de dimensão adicional.

2.4. O crescimento em Sintra experimentou um comportamento espacial carente de repartição uniforme: o crescimento traduziu espaços residenciais e de actividades descontinuas mas congestionadas e onde são patente os desequilíbrios funcionais e apercebidas segregações espaciais óbvias

Estas verificações são válidas também para o corpo, isto é para o conjunto da Área Metropolitana de Lisboa.

2.5. Importará sublinhar, para definição das actuações futuras que o ritmo e dimensão do crescimento deverá ser entendido com suporte na actividade imobiliária promovida pela saúde da economia e jamais suportada nas considerações especulativas das projecções academicamente realizadas.

Atende-se por exemplo, às suposições do Plano Director da Região de Lisboa (1964) e os ritmos efectivamente verificados no que se refere às distribuições demográficas no interior da região:

No caso de Sintra:

p 1985 = p 1960 (1 + 4,18) = 78.037 habitantes (1)

p 1986 (real) = 265 529 habitantes

(1) Do Plano Director da Região de Lisboa (1964)

(2) Do D3 “População” PDM Sintra

2.6. O exemplo traduzido e que traduz o paradigma das previsões da distribuição da população no interior da AML estabelecidos no documento de planeamento regional conhecido (PDRL), serve para sublinhar que a expressão do crescimento depende pouco das vontades ou desejo e mais do ritmo de estabelecimentos de empresas, da configuração das actividades económicas, da actividade imobiliária e, naturalmente como determinante do processo, da expressão territorial das políticas de crescimento em Obras Públicas.

2.7. Interessará, portanto e em jeito de aprofundar um diagnóstico tão próximo quanto possível da realidade (o território e a distribuição das gentes), conduzir o raciocínio na determinação do comportamento das variáveis assinaladas, isto é, como ocorre o estabelecimento de actividade imobiliária do concelho de Sintra.

2.8. No que se refere ao enquadramento das actividades económicas é verificada a existência (1981) de cerca de 100 000 activos, correspondentes a 12% da população activa residente na Área Metropolitana de Lisboa-Norte com uma distribuição sectorial de 3,1% (Sector Primário) 38,9% (Sector Secundário) e 58% (Sector Terciário), verificada uma importante redução de peso da população activa com emprego no sector primário entre 1950 e 1981 (de 32 % para 3,1%), aumento muito significativo do peso do sector terciário (de 38% para 58%) entre 1950 e 1981, tendo embora diminuído entre 1970 e 1981 a favor de um aumento sensível do emprego no Sector Secundário.

Importante é a verificação que, em 1981, o número de activos residentes no Concelho de Sintra cujo local de trabalho se localizava noutro Concelho era de cerca de 48 500.

Se referidos a 1986 (tratamentos de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, previsão estatística), a população activa no Concelho, é da ordem dos 0,6 % (no Sector Primário), correspondendo a um total de estabelecimentos distribuídos em 1,6 % (I), 40,0% (II) e 57,4% (III).

É clara a tradução de grande dinâmica verificado nos últimos anos, portanto, no Concelho de Sintra.

2.9. Ainda referidos às actividades económicas, é notória a existência de taxas de crescimento anual positivas no período 1974-1983 em qualquer dos sectores presentes no tecido de empresas no Concelho de Sintra, com relevância para Alimentação, Bebidas e Tabaco / Têxteis, Cortiça e Mobiliário / Papel, Artes Gráficas e Edições / Químicas / Metalurgia de base, sensível o crescimento de pedidos de licenciamento de novas actividades industriais no período 1980-1986, 37 pedidos de empresas de dimensão média e de actividade diversificada.

As verificações dadas a conhecer no diagnóstico traduzido no dossier D4 “Estudos Económicos” do PDM conduz às afirmações:

a) O Concelho de Sintra parece proporcionar condições de maior actividade que o conjunto da

AMLN, com um tecido industrial diverso e dinâmico e com intensidade de trabalho superior à média da AMLN. Isto é verdade nos subsectores referidos anteriormente e com especial relevo para as químicas (aqui constituído uma certa especialização da AMLN).

b) A estrutura industrial do Concelho de Sintra aparenta ser relativamente mais jovem do que a AMLN e mostra uma clara tendências à diversificação do Concelho (o que era em grande medida o caso das indústrias de produtos minerais não-metálicos) e de indústrias de intensidade de capita superior à média.

2.10. Os factores de localização relevantes para a atracção das actividades económicas deste tipo são a acessibilidade aos mercados, o potencial de mão-de-obra relativamente especializada sendo relevantes os níveis de instrução média que em geral se encontram nas populações urbanas, a disponibilidade de terrenos industriais (a associar a dimensão do Concelho e à relativa juventude do estabelecimento Urbano-Industrial) e ao custo dos terrenos que mantém contexto favorável face a realizações alternativas considerando o mesmo quadro.

2.11. Merece consistência admitir-se, portanto, que o Concelho de Sintra crescerá nos próximos anos seja porque as actividades instaladas geram outras (Comércio e Serviços,...) seja porque outras variáveis a seguir analisadas apontam para o reforço desta tendência.

2.12. Considerando a variável da actividade imobiliária a leitura seguinte permite a imediata verificação do intenso dinamismo no sector nos anos 40 a 81 e recentes, a relevância do Concelho de Sintra face a outros Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa no que se refere a ritmo de construção, isto é número médio anual de fogos licenciados nos últimos anos.

O ritmo de licenciamentos em Sintra atinge 15,9% do total da AML (Margem Norte e Margem Sul) face a 11,8% (Oeiras), 10,4% (Seixal) 10,6% (Loures), 9,5% (Amadora), 6,7% (Vila Franca de Xira) e os diversos 2,6% (Mafra) e 1,9% (Lisboa).

2.13. Por outro lado, o Concelho de Sintra face ao conjunto dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, assegura que, a manter-se o actual ritmo de licenciamentos de construção, os próximos 12 anos significam disponibilidade de solo programado para edificações seja em pareceres técnicos, alvarás de loteamento ou projecções de solo urbanizável em Planos Gerais de Urbanização elaborados.

2.14. Ainda centrados na actividade imobiliária e na medida em que o comportamento dos agentes promotores traduz uma boa auscultação do dinamismo possível assinala-se, no Concelho de Sintra, a verificação de:

. Permanência da atitude da promoção privada em prosseguir pela obtenção de licenciamentos de loteamentos e caracterizados, em grande medida, por operações de dimensão razoável.

. O solo programado para operações urbano-residências assegura a edificabilidade de 32 000 fogos, sem consideração das pequenas promoções, se não existirem a emergência, previsível, de novos produtos.

. Consideração da atitude da Câmara Municipal de Sintra de vir a envolver-se na produção de solo urbano para habitação e, provavelmente, construção, e que a definir-se, pode conduzir nos próximos 10 anos à construção de 3 000 unidades de alojamento.

. Permanência e tendência para o reforço da actividade do município na promoção de reabilitação do património edificado com fins residenciais cujo primeiro exemplo necessário é traduzido na operação/Sintra.

Da leitura do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentado pelo Governo Português às Comunidades e do quadro de investimentos programados e conhecidos, é relevante para a região e particularmente para o Concelho de Sintra:

. A conclusão até finais de 1993 do Itinerário Complementar IC 19 (Radial Lisboa-Sintra) com a entrega no Nó de Ranholas e Variante Ranholas-Lourel;

- . A execução de parte dos troços da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL), de distribuição do tráfego da Radial Lisboa-Sintra entre Algés e Pontinha e franca melhoria da mobilidade no Nó de Barcarena;
- . A execução, até finais de 1995 do troço da Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), entre o Nó do Estádio Nacional e o Nó de Belas e que garantirá a distribuição e permutas de tráfego entre a AE de Cascais e a Radial Lisboa-Sintra.
- . A modernização da Rede Ferroviária no Concelho de Sintra onde se relevam, até 1995, a construção do Parque de Material Circulante no Algueirão, a construção das novas estações de Queluz-Massamá e Portela de Sintra, e a introdução na exploração da rede de material circulante mais adequado a tráfegos suburbanos.
- . O possível início de obra dos troços da Via de Cintura da Área Metropolitana de Lisboa-Norte e que directamente interessam ao Concelho de Sintra.

Da leitura efectuada, e que uma memória síntese de estudos prévios não aconselha maior desagregação dos dados, é possível afirmar-se que o crecimento encontra no Concelho de Sintra padrões de actividade, no caso, expresso na disponibilidade de solo urbanizável. O ritmo de consumo dependerá naturalmente, de outro quadro de questões no qual ganha relevância o enquadramento de industria financeira a que vem sujeitando o sector.

2.15. Na medida em que a actividade imobiliária para o crescimento é , mais determinante e mais controlável do que a demografia (esta sujeita a factores sobre os quais o município, enquanto governo local não intervém) parece ser chegado o momento para que, num intenso e naturalmente desgastante processo determine o ritmo aconselhável a imprimir de forma a que, pela primeira vez, as consequências do crescimento não construam novas e mais graves rupturas com os sistemas de abastecimento, capacidade de utilização da rede de equipamentos existentes, mobilidade, etc.

2.16. Uma outra variável que, claramente determina configurações de crescimento, é naturalmente, a que se refere ao investimento programado em obras públicas e, particularmente, as directamente relacionadas com a acessibilidade e melhoria global da eficiência da economia.

2.17. E que política de investimento em obras públicas está programada para a AML e, portanto, Concelho de Sintra, que pode, em si mesmo, construir-se como factor de crescimento?

2.18. No que se refere às redes de abastecimento, sublinhem-se os programas de investimento directamente relacionados com a distribuição de gás, o que permitirá vantagens acrescidas aos factores de localização de actividades, neste caso porque atraídas por energia competitiva. Da mesma forma a consolidação e reforço de abastecimento de água à AML-Norte constitui matéria da maior prioridade no quadro de investimentos da EPAL acrescentando assim vantagens à expressão locacional de novas actividades.

Do plano a médio prazo (1984 a 1995) da Direcção Operacional da Distribuição Tejo da Empresa de Produção e Distribuição de Energia Eléctrica (EDP), verifica-se a programação de investimentos que asseguram um claro reforço de disponibilidades e fiabilidade onde ganha relevância da reestruturação dos injectores do Alto da Mira, de Trajouce, as novas injeções no eixo Sabugo-Montelavar e a priorização de novas instalações de Sub-Estações.

As Telecomunicações conhecem um esforço de investimento e diversificação dos modos que atinge uma dimensão qualitativa notável e, particularmente no Concelho de Sintra.

2.19. Ainda que sumariamente não é difícil de admitir que sendo verdade que as actividades se suportam numa malha de redes, os investimentos programados e que interessam particularmente ao Concelho de Sintra, determinam novos quadros de atractividade à localização de novas actividades supondo portanto um cenário de crescimento previsível cujo ritmo dependerá sobretudo de questões macro-económicas sobre as quais o município tem influência reduzida ou nula.



2.20. Verificada a leitura do quadro previsionial de comportamento da actividade imobiliária e dos programas de investimento em obras públicas, e sendo verdade que o crescimento populacional depende sobretudo daquelas variáveis, é admissível supor um crescimento persistente e sobretudo no Concelho de Sintra.



**A PROBLEMÁTICA
CONFIGURAÇÃO DE SINTRA
O PROCESSO DE CRESCIMENTO
E TRANSFORMAÇÃO**

(Um pouco de história sem substituição dos historiadores)

3.1. Provam-nos, achados vários, o povoamento de Sintra desde a mais remota antiguidade e, principalmente reportando à época Neolítica. O Geólogo e Arqueólogo Carlos Ribeiro insinua a existência em Leceia de duas civilizações pré-históricas: uma no final do Paleolítico ou do princípio do Neolítico e outra do Calcolítico. O encontro de metal vem provar que esta zona foi constantemente habitada desde o final do Paleolítico até hoje, encontrando-se sobrepostas várias Civilizações.

Igualmente a Sul de Negrais e Assafora se têm recolhido muitos utensílios do Paleolítico, provando uma ocupação humana há várias dezenas de milhares de anos.

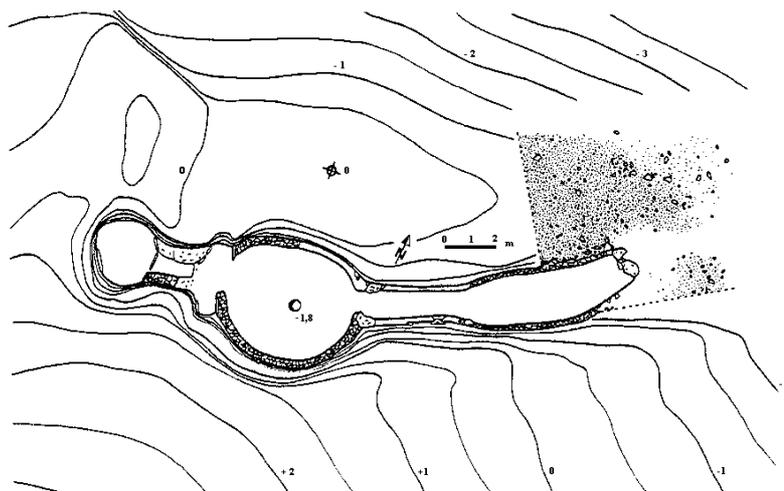
3.2. Conquanto a “Revolução Neolítica date assim na Ásia Menor”, de cerca de 9 000 A.C., tal revolução com plena implementação na agricultura só chegou ao levante da Península Ibérica cerca de 4 600 A.C. mas no território hoje de Portugal já se praticava a agricultura, se criava gado, se fabricava cerâmica etc., cerca de 3 500 A.C.

Da época Neolítica os vestígios (abundantes) reportam-se ao Vale de S. Martinho, Estefânia, Leceia e Monte Abraão, Odrinhas. Ainda desta época são os instrumentos recolhidos a 6 km a Norte de Sintra, em terrenos do Miocénico.

3.3. Do Neolítico final, e em especial do Calcolítico, são notáveis as estações arqueológicas nas áreas elevadas de Santa Eufémia, Monte Sereno, Monserrate, Castanhais, etc. e na planura de Assafora, Azoia, Cabeço de Moinhos, Olelas, Samarra. Da cultura Doménica é a região de Sintra, riquíssima (Zona de Belas, Agualva, Serra de Sintra).

Entre o final do Neolítico e a época Romana podem-se filiar vários objectos encontrados em S. Miguel de Odrinhas onde aliás se observa uma sucessão de ocupação humana por milhares de anos como em Leceia e S. Martinho. Ao imenso material Neolítico sucedem-se ali, as civilizações do ferro, a romana, a visigótica, a bizantina, a árabe e a actual.

É também por altura da entrada por terra dos Celtas que por mar chegaram os Gregos. Que Fenícios, Gregos e depois Cartagineses cruzaram os mares costeiros de Sintra não há qualquer dúvida. Da instalação de tais povos no litoral de Sintra não existe suficiência de indícios que possam suportar, no entanto afirmações peremptórias.



3.4. São abundantes os vestígios da dominação Romana em Sintra. A Romanização de Sintra é comprovada em numerosas estações arqueológicas (Odrinhas, Lourel, Almousquer, Madre de Deus, Morelinho, Montelavar, Colares, Janas, Galamares, Várzea, Faião, Milides, etc.). Por ficar dentro, dos Campos Olisiponesis gozava Sintra, como Olisipo, os direitos de Município Romano.

No século V após a queda Romana, a região de Sintra vive a dominância Sueva e, mais tarde, à posse dos Visigodos (comprovada a existência com um cemitério Visigótico próximo de S. Miguel de Odrinhas), também é comprovada a ocupação de Sintra por Bizantinos. A partir do Séc. VIII o domínio Islamita estabelece-se em toda a Hispania e, a região de Sintra, é então fortemente alterada pelos usos e costumes do povo Muçulmano, verificados incluso na indeosincrasia dos naturais do termo de Sintra. A permanência do Islamita percorre quatro séculos como é atestado por algumas construções como o “Castelo dos Mouros”, cozinhas, habitações, canais, túneis etc.

3.5. Muitos testemunhos lembram a ocupação (parte Árabe do Palácio Nacional da Vila), os

materiais arquitectónicos de uma mesquita integrada na Igreja de Santa Maria assim como numerosos topónimos na área de Sintra.

O primeiro foral de Sintra, datado de 9 de Janeiro de 1154 é dado por D. Afonso Henriques e confirmado em 1189 por seu filho D. Sancho I. A intervenção em Sintra desde a primeira Dinastia até ao Advento da Republica está marcada por numerosos e ricos testemunhos.

Há quem afirme que “com o advento da República os favores dispensados a Sintra pelo estado diminuiriam sensivelmente”.

3.6. Embora resumidamente (o interesse da expressão no relatório final do PDM tem a haver com a necessidade da leitura do passado, sempre instrutora do presente e da reflexão do futuro), e laconicamente refira-se a listagem (de preferência, não exaustiva) dos monumentos e edifícios notáveis que contam como suporte à formação da memória de Sintra.

Na Freguesia de Almargem do Bispo admira-se a Igreja quinhentista de S. Pedro. Em Belas, a Igreja Matriz, a Quinta dos Marqueses em Belas. Em Colares, salienta-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, a Igreja da Misericórdia, a Capela de S. Lourenço (Azenhas do Mar), a Igreja de St^o. António (Penedo), a Capela erguida no alto da serra (Peninha), a Capela de Nossa Senhora da Conceição (Ulgueira) do Século XVI, o lindo pelourinho Manuelino da Vila de Colares, as quintas do Carmo (Eugaria), de Milides, do Vinagre, o convento de Santa Cruz ou dos Capuchos. Na Freguesia de Montelavar merece menção a Igreja Matriz, na Freguesia de Queluz ganha relevância o Palácio Nacional, a casa de Visconde Almeida Araújo da época neo-clássica. Na Freguesia de Rio de Mouro é muito interessante a Igreja Matriz da Nossa Senhora de Belém. Em Santa Maria salienta-se a Igreja Matriz (Séc. XII) em local onde houvera uma mesquita. As quintas do Saldanha, Trindade (com o seu convento do Séc. XIV) de Ribafria com lindo solar quinhentista, são memória notável desta Freguesia. Na Freguesia de S. Martinho destaca-se a existência do Palácio Nacional de Sintra, a Igreja matriz de S. Martinho a Capela Nossa Senhora da Piedade (próximo de Monserrate), os Palácios de Valenças, Seteais, as famosas quintas de Monserrate, Madre de Deus, Pizões, em especial, a histórica quinta da Penha

Verde fundada pelo Grande Vice - Rei da Índia D. João de Castro e que, com os seus edifícios é, justamente Monumento Nacional.

Na Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, o famoso Palácio da Pena mandado construir por D. Fernando II ajustado ao preexistente convento de Frades Jerónimos (Século XVI). Igualmente de apontar os edifícios notáveis da Capela de S. Lázaro (Século XV-XVI), a Igreja Matriz (S. Pedro) as quintas da Penha Longa (antigo convento) e monumento Nacional de S. Sebastião do Ramalhão (Século XVIII) de S. João, etc. e não esquecendo o famoso Castelo dos Mouros, originariamente decerto Visigótico ampliado pelos Muçulmanos, restaurado várias vezes após a reconquista Cristã. Na Freguesia de S. João das Lampas são de assinalar a Igreja matriz, a muito antiga Capela de S. Miguel de Odrinhas. Na Terrugem, além da Igreja Matriz de S. João Degolado, sublinha-se a Capela de S. Sebastião de origem quinhentista.

3.7. O povoamento encontra no Concelho de Sintra particularidades singulares e que conduziram a certa concentração localizada e, por outro lado à ausência de “revestimento humano”.

De modo geral o povoamento da região de Sintra enquadra-se na dispersão/aglomerada, com tendências, nalgumas zonas, para a concentração. O casario agrupou-se formando aldeias e lugares, afastados por largos claros ermeados.

As razões deste facto (pese embora a riqueza udométrica mesmo, nas zonas do planalto e charneca) parece articulada com a natureza do solo. A maioria da área do Concelho é constituída por terrenos bastante permeáveis que rapidamente fazem desaparecer as águas que, “só aqui e além”, vão originar fontes ou nascentes naturais conduzindo a população ou agrupamentos ou em redor das nascentes ou ao longo dos cursos de água permanentes (que não são muitos).

3.8. Parece ser aquela a razão fundamental da disseminação aglomerada sem esquecer o receio dos habitantes em viverem em herdades e casais, tratando-se geralmente de um solo pobre, com pouco revestimento vegetal, exceptuando, neste ultimo caso, o batólito granitóide (a Serra de Sintra).

Em oposição, a Serra com terrenos onde o granito quase inteiramente domina, com água brotando por todos os lados, etc. poderia ser lugar de forte densidade humana e com povoamento disseminado; mas ocioso será dizê-lo, a altitude, a densa floresta, a dificuldade em “trabalhar” uma rede de comunicação, em “agricultor”, etc. são fortemente repulsivos da mancha humana. Na saia, a população quase inteiramente se concentrou em meia dúzia de lugares, distantes e isolados entre si, como Malveira, Azoia, Atalaia, Ulgueira e Almoçageme.

3.9. Ao longo da Ribeira das Mações, verificou-se o tipo da dispersão concentrada, isto é os lugares e povoações sucedem-se, quase interruptamente, ao longo do rio principal e seus afluentes. A Obra Pública (estrada e linha eléctrica) desempenhou (também) um papel importante à fixação das populações. A este tipo pertencem Lourel, Cabriz, Várzea de Baixo, Ribeira, Mourelinho, Madre de Deus, Galamares, Vinagre, Mucifal, Várzea de Colares, Banzão.

Nas terras férteis do manto basáltico há uma tendência mais evidente para a dispersão sendo grande o número de quintas e herdades.

3.10. A maior densidade humana corresponde aos aglomerados da Vila de Sintra, Estefânia e S. Pedro, as povoações rurais de Colares, Almargem do Bispo, Belas, Queluz, mercê da riqueza dos terrenos.

A menor densidade verifica-se na Serra e Charneca, a maior parte das quais pertencem à Freguesia de S. Pedro e à Freguesia de Rio de Mouro (que engloba também boa parte da Charneca).



**AS DECADAS DE 50, 60, 70, 80 E
A SINTRA CORRESPONDENTE**

3.11. Quanto à posição e forma das povoações dizemos que nas aldeias e lugares ora observamos o tipo aglomerado maciço, em área plana, como Fontanelas, Vila Verde, S. João das Lampas, ora, muito mais frequentemente, o tipo aldeia-aglomerada, feição determinada pela estrada, caminhos ou cursos de água como as Várzeas (de Cima e de Baixo) Almargem do Bispo, Terrugem, Rio de Mouro, etc.

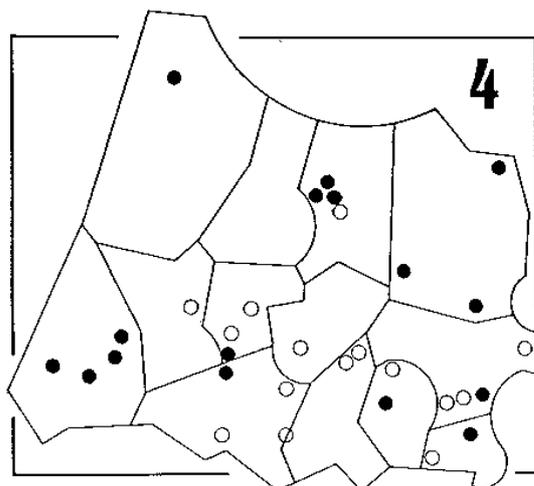
Também se verificam alguns exemplos interessantes de aglomerados suspensos, como Almoçageme, S. Pedro e Vila, Azenhas do Mar, e aldeias estreladas como Morelinho.

3.12. Relevante na estrutura do povoamento é o conjunto das famosas pedreiras de mármore, activamente exploradas desde remotos tempos. Esta exploração, ao longo de séculos transformou certas áreas como aconteceu em Montelavar, Pero Pinheiro, Lameiras, Fervença, Chã de Armês, etc. Os limites desta zona de “mármore” ficam circunscritos por uma linha que, desde as abas da Serra, passa pela Granja do Marquês, Morelinho, Várzea, Vila Verde, Fervença, Lameiras, Montelavar e Pero Pinheiro e que configuram a estrutura de povoamento referida.

3.13. A Obra Pública, variável indutora de crescimento, significou no Concelho de Sintra (de relevante) a operação de electrificação do designado Ramal de Sintra da Linha Oeste dos Caminhos de Ferro Portugueses e a melhoria de infraestruturas rodoviárias (reportam-nos à década de 50).

Obra Pública e o processo de crescente industrialização das áreas envolventes à Cidade de Lisboa (anos 50/60) encontraram no Concelho de Sintra, uma configuração de povoamento que claramente se reproduz na peça gráfica seguinte e onde a dimensão média dos aglomerados correspondia, na altura, a cerca de 700 habitantes (grosso modo).

*PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO CONCELHO
DE SINTRA - EM 1911*

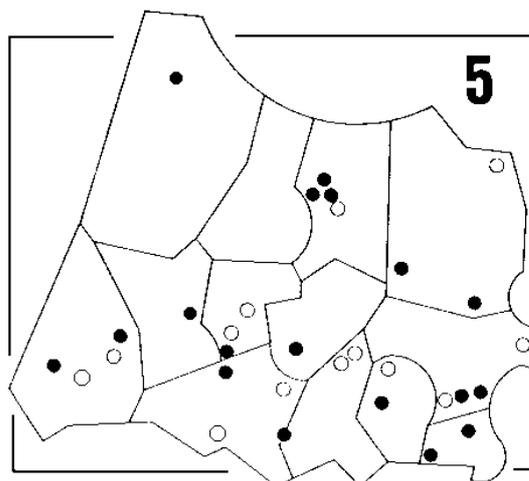


● Dimensão acima da média

Assim em 1911 a rede dos principais aglomerados do Concelho de Sintra cobria de uma forma equilibrada o território municipal; à excepção das Freguesias do Noroeste em que existia apenas em centro, Assafora, e da zona Sul da Linha de Caminho de Ferro (altura existente mas não electrificada) em que S. Pedro era o único centro com importância.

Em 1940 já era (de certa forma) notória o início de tendência para a concentração de aglomerados acima da média na pendência da Linha do Caminho de Ferro e na então Estrada Nacional N.º 249, embora persistisse a importância de Assafora (Noroeste), da aglomeração de Pero Pinheiro (a Norte) e da permanência de S. Pedro

*PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO CONCELHO
DE SINTRA- EM 1940*

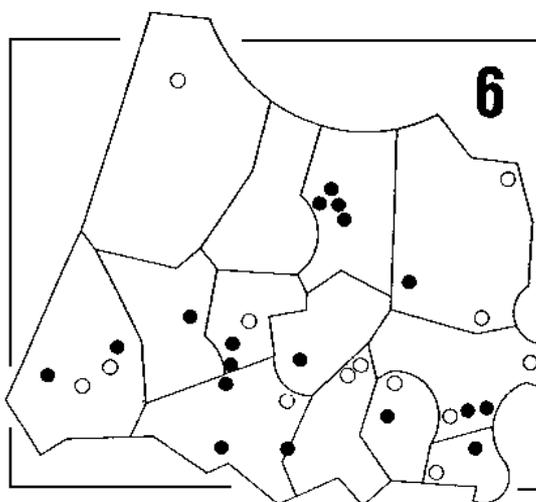


● Dimensão acima da média

3.14. 1960, 1970, 1980, significam, na configuração da expansão espacial das actividades, a clara dependência do modo de transporte ferroviário, verificando-se a progressiva e forte tendência do quadro dos aglomerados com dimensão média ao longo do eixo designado e a perda progressivamente dos aglomerados a Noroeste do Concelho (incluso na aglomeração de Pero Pinheiro).

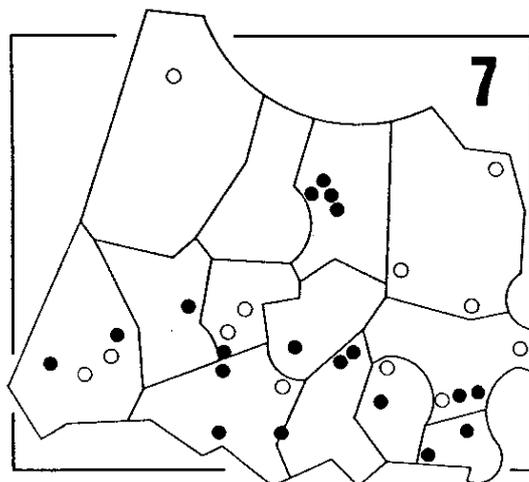
Esta situação corresponde à configuração problemática que, hoje, enfrenta o Concelho de Sintra.

*PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO CONCELHO
DE SINTRA - EM 1960*



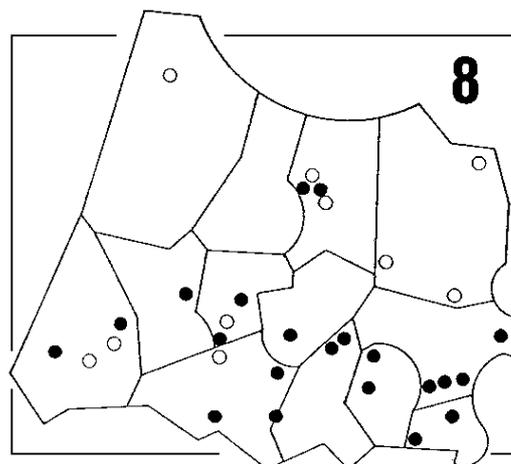
● Dimensão acima da média

*PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO CONCELHO
DE SINTRA- EM 1970*



● Dimensão acima da média

*PRINCIPAIS AGLOMERADOS DO CONCELHO
DE SINTRA- EM 1981*



● Dimensão acima da média

A configuração espacial das actividades no Concelho de Sintra, e que, naturalmente se traduzem na expressão edificada no Concelho, e a consequência da maior interdependência verificado e que diz respeito a residente activos no sector terciário sediado no município de Lisboa e suportada (nas deslocações quotidianas) pela linha de Caminho de Ferro e a Radial Lisboa-Sintra.

3.15. A aglomeração urbana de Queluz à Portela de Sintra (inclusive) significa a expressão do resultado do crescimento obviamente assente nos canais de comunicação ao centro sendo este (até 1981 e ainda) o grande destino de emprego.

Inicialmente delimitado o crescimento as áreas geograficamente sitas na proximidade de apeadeiros e estações do Caminho de Ferro (referimo-nos à aglomeração de Queluz-Portela), avança progressivamente pelas encostas sobranceiras do canal ferroviário, conquistando os espaços situados entre a Radial Lisboa-Sintra e a Estrada Nacional E.N. 250-1 (esta a Norte do Caminho de Ferro Lisboa-Sintra).

Mais recentemente (de 1985 a 1989), o crescimento avança para lá do limite Sul conformado pela Radial Lisboa-Sintra, sobretudo na Freguesia de Agualva-Cacém onde se verificam os primeiros saltos sobre a Radial e que constituem nas urbanizações da encosta de S. Marcos e Edifer (S. Marcos).

A aglomeração média de Abrunheira/Albarraque é ainda o exemplo de avanço para Sul da Radial Lisboa-Sintra e, portanto, de conquista do interior sito entre aquela Radial e a Auto-Estrada da Costa do Estoril.

3.16. A ausência de verificação de compromissos urbanísticos significativos para Norte da E.N. 250-1 dever-se-à, exclusivamente ao estatuto de propriedade e de servidão administrativa e, ainda de imposição geográfica das áreas territoriais a Norte daquela Via. Referimo-nos à presença do Quartel da Carregueira e respectivas servidões administrativas e, à monumentalidade (e problemática orográfica) da Serra da Carregueira.

3.17. Esta aglomeração urbano-industrial Queluz à Portela de Sintra e conformada, portanto, a uma expressão territorial delimitada a Norte pela E.N. 250-1, a Sul pela Radial Lisboa-Sintra, percorrido no seu eixo Nascente-Poente pelo Caminho de Ferro Lisboa-Sintra. Percorrida por vales transversais e de direcção ao Tejo (Rio Jamor, Ribeira das Jardas, Ribeira da Laje), o crescimento ameaçou estes sistemas introduzindo um quadro cuja resolução será apontada no Programa Actuativo Municipal de Espaços Verdes e cujo enquadramento de Política Municipal de Ordenamento encontra expressão nos parques urbanos lineares propostos, e na florestação recomendada do sistema colinar Sintra-Carregueira.

3.18. A importância (enquanto problema) desta aglomeração é sublinhada, ainda pelo facto da “Cidade” por construir, isto é, a que corresponde licenciamentos ainda não traduzidos em edificação executada, significa, grosso modo, 30 000 novos fogos.

A dominância da residência na esmagadora maioria daqueles licenciamentos, isto é a ausência de integração de actividades dos sectores secundário e terciário, significa, em si mesmo, acrescimento de problema.

3.19. É, a nosso ver, inquestionável, a necessidade de proceder à renegociação séria dos “acontecimentos” urbanísticos sob pena de comprometer, seriamente, a possibilidade de melhor desenho futuro (e de vida) nesta aglomeração urbano-industrial.

3.20. Vejamos, ainda que sumariamente, a tipificação desta aglomeração, efectuando a leitura sobre cada aglomerado do conjunto.

FREGUESIA	DENSIDADE (hab. /km ²)	NÍVEL DE URBANIZAÇÃO
Aigualva-Cacém	5320	0,975
Algueirão M. Martins	2493	0,881
Almargem do Bispo	214	0,135
Belas	708	0,877
Colares	222	0,435
Montelavar	357	0,693
Queluz	7933	1,000
Rio de Mouro	1508	0,936
Santa Maria	830	0,743
S. João das Lampas	128	0,000
S. Martinho	258	0,406
S. Pedro	257	0,852
Terrugem	188	0,263

3.21. Esta aglomeração, que abrange, grosso modo, 4 870 hectares constitui um território desenhado pelas bacias hidrográficas do Rio Jamor, Ribeira de Barcarena (ou das Jardas) Ribeira da Laje e ainda Ribeira de Caparide, provocando a abertura de vales com orientação Norte-Sul e dirigidas ao Tejo. É um território relativamente acidentado, onde predominam as encostas com orientações Nascente-Sul e Poente, preenchendo sobretudo a encosta Sul do sistema colinar Sintra-Carregueira.

3.22. É nesta aglomeração que emerge o solo edificado (ou de edificação comprometida) como o modo de ocupação do solo preponderante e onde percentagem de solo integrado na Reserva Agrícola Nacional atinge os 8% enquanto que os sistemas únicos afectam 4% da área territorial.

3.23. A população activa residente nesta aglomeração reparte-se sobretudo pelos sectores terciário e secundário, registando-se aqui concentração de grande número dos postos de trabalho existentes no Concelho. O sector secundário manifesta uma estrutura sobretudo dirigida à alimentação, bebidas e tabaco, químicas, papéis e artes gráficas e edições, têxteis/vestuário e

calçado, com evidentes concentrações nos aglomerados de Aqualva-Cacém e Algueirão Mem-Martins.

É ainda aqui que se concentram maior actividade do sector da construção civil, com uma média de edifícios concluídos que oscila entre os 83 (1976) 252 (1979) e valores conhecidos de 220 (1980) e 185 (1981). Significativo ainda da actividade de construção civil nesta aglomeração e da dominância da função residencial é o número de licenças de habitação concedidas entre 1981-1987 que atingiu o número de 12 000 unidades de alojamento (média anual de 1 700 o que corresponde grosso modo, a 170 edifícios).

3.24. Embora esta aglomeração acolha a maior concentração humana e de actividades do Concelho, manifesta ainda sérias carências no que se refere a infraestruturização básica, designadamente da ordem dos 46% no sector de redes de drenagem de esgotos domésticos e pluviais.

O abastecimento de água cobre a totalidade dos lugares e aglomerados recenseados mas com indicadores de prestação irregulares. Sérias deficiências ao nível da hierarquia e articulação das existências em rede viária com tendência ao agravamento e perda de eficiência. Cobertura de recolha de resíduos sólidos urbanos com fragilidades e qualidade duvidosa e ausência de conhecimento determinado dos resíduos industriais.

3.25. Na área dos equipamentos é clara, por um lado, a determinação de graves carências no que se refere a existências construídos (salvo o sector específico do ensino primário) e, por outro lado, a determinação de um quadro franco e generoso de existências programadas, isto é, um significativo património traduzido em cedências ao domínio privado da Câmara para a instalação dos mais diversos equipamentos e com origem na gestão dos licenciamentos de loteamentos urbanos.

O problema reside na programação efectiva da sua realização, isto é, obter as satisfações de cumprimento de condições de licenciamento de loteamentos, por um lado, e em obter

compromissos orçamentais do próprio município para a realização atempada da rede de equipamentos previstos.

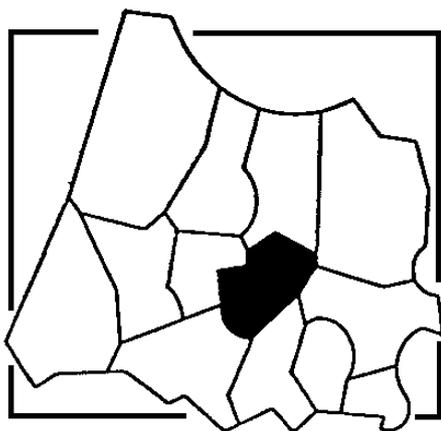
3.26. Em síntese, diríamos que esta área territorial apresenta um quadro geral de problemas que impõe, como condição de ultrapassagem um esforço importante de reflexão estratégica entre a Direcção Política do Município Gabinete do Plano Director e os Departamentos Operacionais.

O quadro de problemas percorre transversalmente todos os sectores da estrutura funcional do município. Os transportes e a articulação entre modos, as novas proposições de rede viária, as conformações da rede ferroviária, os equipamentos a exigir importantes compromissos e concentrações com vista à implementação desejada. As unidades residenciais (as existentes e as programadas) a exigir grande esforço de redimensionamento renegociação, redesenho, de forma a permitir iniciar um processo que conduza à obtenção de tecidos contínuos marcados (ou a marcar) com descontinuidades funcionais de outro tipo (o parque urbano, por exemplo). Reduzir as características de periferia, acrescentar urbanidade, reduzir as necessidades de encontrar emprego nas áreas centrais da Cidade de Lisboa

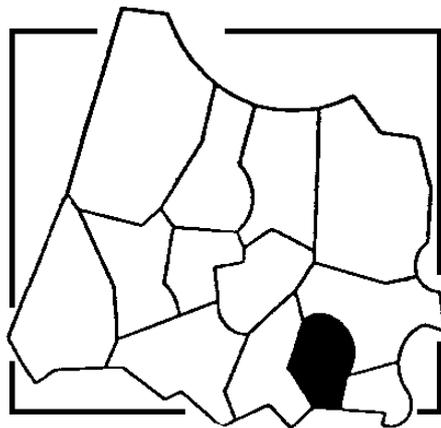
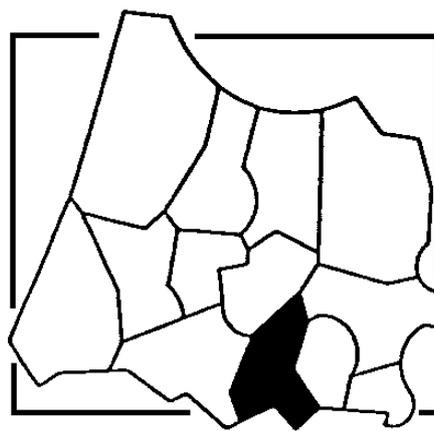
O quadro das actividades, a merecer importantes acrescentes de investimento de base (comunicações, transportes, abastecimentos energéticos) no sentido de favorecer fixações desejadas e importantes na obtenção dos reequilíbrios regionais.

A configuração futura desta área territorial (a área urbana) depende a nosso ver, da obtenção da mesa de concertação que interna ao Município envolva a Direcção Política e os Serviços. Depois de obtida a necessária coesão interna, partir à contratualização de investimentos com os outros.

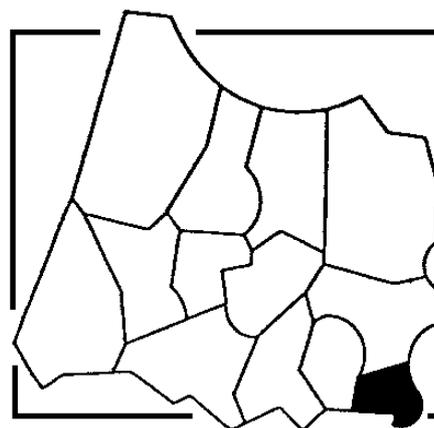
ALGUEIRÃO – MEM MARTINS (02)



RIO DE MOURO (08)



AGUALVA – CACÉM (01)



QUELUZ (07)



DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E RECURSOS

60

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A



A HIDROGRAFIA

4.1. Com cerca de 32 000 hectares e integrada no Centro Litoral Português, a área concelhia designada por Concelho de Sintra insere-se no Poente da antiga “Terra Saloia” da Estremadura Cistagana (Classificação de Barros Gomes) com limites a Norte conformados pelo Concelho de Mafra, Sul pelos Concelhos de Cascais e Oeiras, a Nascente pelos Concelhos de Amadora e Loures e a Poente pelo Oceano Atlântico numa extensão que ronda os 25 quilómetros, formando uma costa alcantilada.

Exceptuando a linha costeira, o traçado dos seus limites não obedece a razões de ordem geológica ou geográfica e, da mesma forma, a configuração das suas freguesias em número de catorze.

A Ocidente da Área Metropolitana de Lisboa, o Concelho de Sintra situa-se no extremo de linha com a direcção Nordeste-Sudoeste formada pelas Serras de Aire, Candeeiros e Montemuro, culminada pelo maciço de Sintra que nomeia o Concelho.

4.2. Observados na restituição cartográfica da Orografia e Hidrografia os movimentos tectónicos a que a região terá sido submetida, conformaram uma superfície muito irregular onde se relevam as elevações da Serra de Sintra e Serra da Carregueira.

A Serra de Sintra, de porte magestoso e definido, de declives pronunciados e altitude máxima de 529 metros, desenvolvendo-se na sua direcção Oeste-Leste, junto à Costa , estabelecendo a sua aba Sul para o Concelho de Cascais.

A Serra da Carregueira, esbate-se na continuidade da paisagem ondulada situa-se a Sudoeste Concelhio, acidentando as freguesias de Belas e Almargem do Bispo, com altitude máxima de 334 metros no ponto trigonométrico do Oriel.

De salientar a diferenciação entre os dois maciços, a Serra de Sintra elevando-se numa zona de baixas altitudes, a Norte envolvida pela Várzea de Colares, a Poente, pelo mar e a Nascente pela baixa da Abrunheira, quanto que a Serra da Carregueira se insere num panorama de ondulação suave.

Com as duas elevações claramente acima da cota dos 200 metros, e exceptuando alguns apontamentos disperses, a maior superfície concelhia desenvolve-se abaixo da referida cota. Abaixo da plataforma até aos 100 metros situa-se a quase totalidade da zona costeira do Concelho, articulada com o interior através das linhas de água de maior destaque (Ribeira do Falcão, da Samarra, da Mata - Magoito e Colares).

De menor extensão, registam-se outras áreas de baixa altitude, a bordadura do limite Norte do Concelho através do rio de Cheiros, com prolongamento para Sul em estreita faixa junto à Ribeira da Cabrela-Fervença. As baixas das Ribeiras d'Ossos e da Estribeira já debitam os seus caudais em direcção ao Concelho de Oeiras.

Não excedendo os 200 metros, com leitura de paisagem Colina-Vale e onde é notada a existência de boas plataformas de vocação agrícola, releva-se a área territorial de maior expressão concelhia. Esta área territorial (plataforma central) é delimitada a Nascente e Poente por S. João das Lampas, Odrinhas, Negrais, Montelavar, incorpora a Granja do Marquês (BAE 1) e Campo Raso com extensões a Sul abrangendo áreas do Linhó, Albarraque, Rio de Mouro, Agualva, Belas e Queluz.

O quadro seguinte traduz de alguma forma a componente orográfica do Concelho de Sintra:

ZONAS OROGRÁFICAS	ÁREA APROXIMADA	%	ALTITUDES		
			Máxima	Mínima	Média
Serra de Sintra	3.400	10,76	529	200	300.330
Zona ondulada incluindo a Serra da Carregueira	28.800	89,24	334	0	150-170

Referente à HIDROGRAFIA, e na sua relação estreita com a orografia, o Concelho releva duas pendentes hidrográficas demarcados pela linha de altitudes Sintra-Carregueira, nomeadamente a direccionada à Costa Atlântica (desenvolvida a Poente e Norte) e a do Tejo que acorre a Sul e Sudeste, demarcação bem evidente no Mapa das Linhas de Festos e Talvegues que integra o

dossier D2 FISIOGRAFIA dos Estudos anexos.

Na bacia Atlântica com ligação directa à Costa e mencionando de Norte para Sul, refiram-se o Rio Falcão, as Ribeiras da Mata, Samarra-Bucelas, Açougue e Samouqueiro que drenam o planalto de S. João das Lampas, por vales muito apertados e com poucos regadios, as Ribeiras de Mata-Magoito e Cameijo (área de Fontanelas) permitindo, sobretudo a última a rega de alguns hortejos.

Para sul, e ainda ao longo da Costa Atlântica, releva-se a Ribeira de Colares, de longe a mais importante linha de drenagem natural sob o ponto de vista agrícola. Acompanhando a falda Norte da Serra de Sintra, drenando uma larga Várzea, com origem no Lourel e foz na Praia das Maçãs, tem como afluentes na margem direita, as Ribeiras de Almagre, Morelinho, Mucifal e Janas e na margem esquerda, as Ribeiras da Mata e Valente além de numerosas torrentes que drenam da Serra.

A Sul ainda da Ribeira de Colares, ocorrem ainda as Ribeiras da Ursa, do Lourçal, da Mata e da Maceira, correndo em valas profundas com regimes torrenciais de interesse muito restrito para a rega.

A Norte do Concelho, e como afluentes do Rio Cheleiros, é importante o conjunto formado pelas Ribeiras de Cabrela-Fervença e Granja e das suas tributárias Godigana, Adrião e Vale que drenam e constituem uma área de interesse manifesto para a actividade agro-pecuária; mais a leste, as Ribeiras de Mourão e Mastrontas.

Das linhas de drenagem natural apontadas à bacia do Tejo releve-se o Rio Jamor, de regime permanente, que atravessa os Jardins do Palácio de Queluz, e, de Leste para Oeste do Concelho são de notar a Ribeira de Carenque (afluente do “Jamor”), a Ribeira dos Ossos que atravessa Agualva-Cacém e se estende pela Ribeira das Jardas até ao Sabugo, a Ribeira da Estribeira e da Lage (drenam Algueirão Mem-Martins e parte de Rio de Mouro), a Ribeira de Manique drenando Albarraque e Abrunheira, a Ribeira da Penha Longa (entre o Linhó e a Serra de Sintra) e finalmente a Ribeira da Mula.

No Nordeste do Concelho refira-se o conjunto das Ribeiras de Albogas, da Várzea e da Ponte que, constituindo uma limitada zona com interesse agro-pecuário, debitam as suas águas para a Ribeira de Loures.



4.3. DA GEOLOGIA DO CONCELHO DE SINTRA, explicitada em pormenor em Estudo Anexo realizado por Maria Carla Kullberg do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, releva-se a sua localização como incluindo terrenos do flanco norte do sinclinal do Baixo Tejo, integrado na Orla Mesocenoica Ocidental do Maciço Hespérico.

A litologia da região verifica sobretudo rochas sedimentares e ainda diversos tipos de rochas ígneas (intrusivas e extrusivas) e uma reduzida extensão de rochas metamórficas.

A estratigrafia e sedimentologia revelam que as formações aflorantes do Jurássico Superior e Cretácico Inferior são predominantemente constituída por calcários mais ou menos cristalinos e compactos, intercalados com calcários margosos e calcários de fácies pelágica, ricos em matérias orgânicas. No Valanginiano ocorrem os primeiros níveis gresosos finos, intercalados em calcários margosos e leitos argilosos, marcadores de um período de regressão marinha cujo apogeu se situou no Aptiano/Albiano caracterizado pela deposição da formação dos “Grés de Almargem”.

O Cenomaniano marca o começo de importante transgressão marinha (início do depósito de camadas margosas progressivamente passando a calcários compactos já no Cenomaniano Superior).

O início do Terciário está representado por depósitos de fácies continental, com idades provavelmente situadas no Paleogénico. Esta formação paleogénica está coberta por depósitos marinhos gresosos e carbonatados idade miocénica, expressamente aflorantes. Do pliocénico existem depósitos residuais nos topos das superfícies de aplanção cujo modelado teve início provável no final do Miocénico. Os depósitos litorais, areias de praia, dunas (que cobrem grande parte da extensão do litoral a Norte da Serra de Sintra) e dunas consolidadas, depósitos de vertente e aluvionares, são, na sua grande maioria, do Quaternário.

Das rochas ígneas, relevam-se as rochas eruptivas aflorantes que pertencem ao diapiro magmático de Sintra, intrusivo nas formações sedimentares do Mesozóico, e ao cortejo filoniano

que acompanha a sua instalação ou pertencem às formações estratiformes extrusivas do Complexo Vulcânico de Lisboa e bem assim aos filões seus contemporâneos.

Dos modelos petrogenéticos para o Diapiro Magmático de Sintra, existem várias ideias a respeito da sua génese e evolução elaborados por numerosos autores. No entanto só nos anos 60, Matos Alves (1964) elabora o primeiro trabalho de vulto sobre a petrologia e a geoquímica do complexo intrusivo, descrevendo com detalhe o maciço e as suas relações com o encaixante, apresentando também um modelo petrogenético. Wright (1969) apresenta uma hipótese alternativa de evolução do maciço. Sparks e Wadge (1975), apoiando-se em modelos mais desenvolvidos consideraram duas hipóteses e Rock (1982) aponta como hipótese explicativa um modelo misto entre os apresentados por Matos Alves (1964) e Wright (1969), confirmado, de certa forma por Leal (1990). A descrição e caracterização dos trabalhos é considerada no Estudo Anexo já mencionado.

Do Complexo Vulcânico de Lisboa (C.V.L.), constituído fundamentalmente por basaltos efusivos (lavas correspondentes a emissões vulcânicas calmas), revelam-se no Concelho de Sintra, os centros emissores ainda visíveis (Funchal, Manique, etc.)

Das rochas metamórficas, presentes sobretudo a Sul e Leste do Maciço de Sintra, corresponde um estreito anel de corneanas calco-silicatadas, resultantes do metamorfismo de contacto desenvolvido durante a intrusão nas rochas carbonatadas do Jurássico Superior que servem de encaixe ao diapiro magmático.

Da Tectónica: as estruturas presentes nesta região são falhas e algumas. dobras, com actividade em diferentes episódios tectónicos.

Da análise geométrica, dinâmica e cinemática, descrita com minúcia no Estudo Anexo, e nas zonas não afectadas pela intrusão magmática, relevam-se a existência de quatro sistemas dominantes de falhas: os acidentes de direcção NW-SE (a sua geração precedeu a intrusão do Maciço de Sintra) os acidentes de direcção NNE-SSW a NE-SW (associados à instalação do diapiro magmático de Sintra), os acidentes de direcção WNW-ESE (onde se encontram bastantes filões de complexo vulcânico) e os acidentes de direcção aproximadamente E-W (associados a

dobras de comprimentos de onda variáveis).

O corte geológico localizado 2 (dois) quilómetros a Nordeste de Sintra, clarifica a geometria das estruturas alpinas, estruturas de vergência nítida para Norte, formadas por dobras assimétricas, com planos axiais frequentemente cortados por falhas.

A compressão alpina produziu também estruturas em “pincée” (ao actuar sobre estruturas pré-existentes distensivas) como a verificado no corte esquemático N-S na Praia Grande do Rodizio (Colares).

Da evolução geodinâmica da região de Sintra (Estremadura Sul), o Estudo Anexo descreve a abertura do Atlântico e do Mar de Tétis, as consequências (a criação da Bacia Lusitaniana e a Bacia do Algarve-Guadalquivir) e afirma que a subsistência verificado no interior daquelas bacias é controlada por uma tectónica tipicamente distensiva. Da rotação da Península Ibérica datam as intrusões dos maciços subvulcânicos anelares alcalinos de Sintra, Sines e Monchique. A convergência entre as placas Eurasiáticas e Africana, verificado a partir do Oligocénico e segundo uma direcção NNE-SSW, rodando progressivamente para NNW-SSE com a consequente produção de sistemas de Grabens (a que pertence a Bacia do Baixo Tejo) e inversão tectónica importou à evolução geodinâmica da Região de Sintra designadamente à saliência dos campos de tensões responsáveis pela actividade da falha Sabugo-Olelas (NNE-SSW), reactivada nos últimos 2 milhões de anos com movimento inverso, cavalgante para Oeste, e desligamento esquerdo, deslocando na vertical a superfície de aplanação de S. João das Lampas em mais de cem metros.

Da geomorfologia: a região de Sintra é fundamentalmente constituída por um planalto litoral, que bordeja a Norte a Serra de Sintra e a Oeste uma zona de relevos mais ou menos importantes, constituídos por terrenos meso-cenozóicos e por rochas eruptivas na sua maioria pertencentes ao Complexo Vulcânico de Lisboa.

O maciço eruptivo de Sintra domina a paisagem do Concelho, constituindo a principal superfície estrutural, recortando-se numa zona (de modo geral aplanada) constituída por formações cujas idades se distribuem desde o Jurássico até a actualidade.

A Norte, a zona aplanada é constituída por um conjunto de plataformas regulares cuja altitude varia entre os 100m e os 250m (“Plataforma de S. João das Lampas”). Talhada em calcários e arenitos, esta plataforma de abrasão marinha (do Pliocénico), encontra-se basculada para Oeste, onde o seu limite coincide com a linha de costa de traçado rectilíneo, cortada por arribas que, no geral, diminuem em altitude para Norte, e de limite impreciso a Leste.

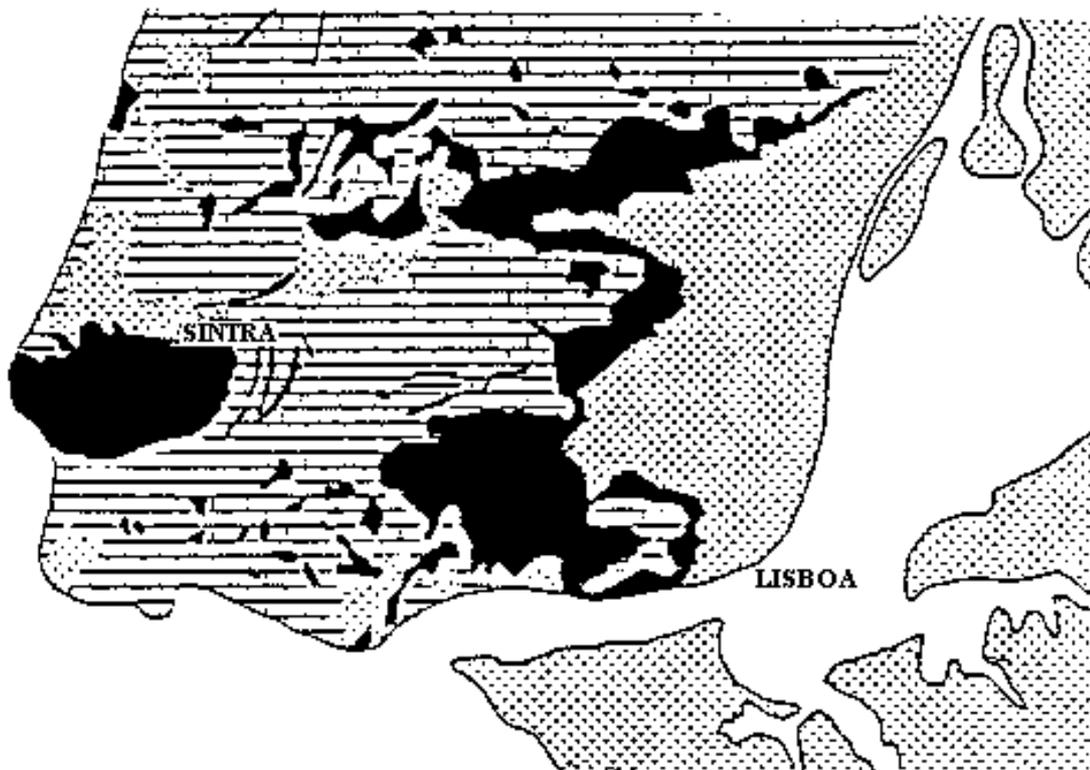
A plataforma encontra-se retalhada por uma rede hidrográfica, com drenagem para Oeste, constituída por pequenos cursos de água cujo comprimento máximo não ultrapassa 10 a 15 Km e de orientação NW-SE (exceptuando-se a Ribeira de Colares de traçado irregular e sector terminal com direcção NW-SE).

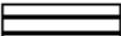
A Ribeira de Colares praticamente estabelece a fronteira entre o maciço de Sintra a Sul e a plataforma de S. João das Lampas a Norte.

Dos relevos situados a Leste da plataforma de S. João das Lampas são exemplos os domos do Brouco e de Olelas, região de aplanção muito degradada, onde a rede de drenagem, orientada para Sul, é dominada pelas Ribeiras da Jarda, da Lage e de Belas.

A falha de Sabugo-Olelas, limite desta zona a Oeste e fazendo a passagem para a plataforma, merece especial referência

Entre as plataformas litorais a Norte de Sintra e as áreas elevadas do interior, destaca-se a Depressão da Granja do Marquês que apresenta dois níveis aplanados, o da Base Aérea e o do Casal da Quintanela. O fundo actual da depressão é interrompido por um alinhamento de colinas (Maria Dias, Cortegaça e Palmeiros), orientadas sensivelmente ENE-WSW constituídas por formações do Cretácio. A drenagem é feita pela Ribeira do vale e pela Ribeira de Ferreiros de orientação geral NW-SE. Junto à escarpa de falha apresentam vales encaixados com roturas de declive da ordem dos 60 metros, no caso da Ribeira do Vale. Ao atingirem a depressão, os Vales tornam-se mais amplos.



-  **TERCIÁRIO E RECENTE**
-  **JURÁSSICO E CRETÁCICO**
-  **ROCHAS ERUPTIVAS E ALPINAS**



4.4. De clima do tipo Mediterrânico a tender para o Oceânico, delimitado pela linha de cumeadas Sintra-Carregueira, com amplitudes térmicas médias não muito pronunciadas, o Concelho de Sintra é sobretudo, determinado pelas suas relações com o Atlântico e o Estuário do Tejo.

Sem substituir a caracterização minuciosa e traduzido no Dossier D2. FISIOGRAFIA, é relevante a abundância de Verões de pluviosidade quase nula mas com elevados graus de humidade, nebulosidade e alguns nevoeiros.

No que diz respeito à temperatura média diária do ar no período anual, observa-se que o Concelho é abrangido pelas isotérmicas de 15°C e 16°C. A precipitação média anual releva a sentida influência da Serra de Sintra, totalmente envolvida pela Isoieta dos 1 000 mm., com a Isoieta dos 800 mm estendida na direcção da Serra da Carregueira. Na direcção do Atlântico, as Isoietas 700, 600 e 500 mm (esta junto ao Cabo da Roca).

A preponderância Norte-Sul e do Noroeste-Sudeste é a relevada pelos ventos. Sublinhe-se a insignificância dos ventos que sopram perpendicularmente à Costa.

O Clima da região, caracterizado pelo Prof. Oliveira Boléo no seu trabalho “Sintra e o seu termo”, relevam-se os quadros seguintes.

ESTAÇÕES	Média Anual	Máx Média	Mín. Média	Mês mais quente (méd.máx.)	Mês mais frio méd-mín.	Máx Abs.	Min. Abs.
Castelo dos Mouros	14,2	17,9	10,6	24,2 (Ag.)	6,4 (Jan.)	45,0	5,0
Sintra-Vila	14,9	18,5	11,4	24,0 (Ag.)	7,3 (Jan.)	37,4	3,2
Sintra-Granja	15,2	19,6	10,8	25,1 (Ag.)	6,0 (Jan.)	39,7	5,0
Sintra-Tapada do Ferreiro	14,8	17,8	10,2	23,9 (Set.)	6,0 (Jan.)	34,5	5,1
Cabo da Roca	14,8	17,2	12,3	20,6 (Ag.)	8,7 (Fev.)	36,0	0,0

NOTA: Os períodos de observação são variáveis (Cabo da Roca e Castelo dos Mouros -30 anos, Sintra-Vila-14 anos, Sintra-Granja - 21 anos, Sintra Tapada do Ferreira-10 anos).

Rumos	Dias	Velocidade	Rumos	Dias	Velocidade
N	142,5	31,5	S	41,1	21,4
NE	37,9	21,0	SW	36,4	26,1
E	40,9	15,0	W	42,5	25,1
SE	22,5	13,5	NW	83,0	31,0
Calma = 35,3 dias					

OUTROS FACTORES CLIMÁTICOS



Meses	Humidade relativa média anual %					Pressão Atmosférica em milibares		Nebulosidade 0-10				Insolação total em horas e (%)		Trovoadas n.º de dias		Nevoeiro n.º de dias		Orvalho n.º de dias	
	Castelo dos Mouros		Cabo da Roca		Queluz			Castelo dos Mouros		Cabo da Roca									
	9h	18h	9h	21h	Dia	Sintra (Granja)	Cabo da Roca	9h	18h	9h	21h	Castelo dos Mouros	Cabo da Roca	Castelo dos Mouros	Cabo da Roca	Castelo dos Mouros	Cabo da Roca	Castelo dos Mouros	Cabo da Roca
Janeiro	86	89	83	82	86,4	1004,6	1001,1	6	6	5	5	124,5 (41)	131,9 (44)	0	0	5	4	3	0
Fevereiro	82	86	80	79	82	1005,4	1004,4	6	6	4	5	144,6 (48)	148,6 (49)	0	0	5	4	2	0
Março	84	87	83	83	92,4	1001,9	1001,7	7	7	5	5	147,7 (40)	176,0 (48)	1	0	6	4	2	0
Abril	76	81	82	82	74,6	1000,9	999,9	6	5	5	4	211,5 (53)	221,5 (56)	1	0	3	3	2	0
Maio	77	83	86	83	73,8	1001,4	1000,4	6	6	6	5	250,6 (56)	232,8 (57)	0	0	6	3	3	0
Junho	76	86	87	85	70,9	1002,7	1001,3	5	5	6	4	236,6 (53)	247,1 (55)	0	0	6	6	3	0
Julho	73	82	89	87	68,3	1002,7	1001,4	5	4	5	3	297,3 (66)	278,0 (61)	0	0	6	7	4	0
Agosto	72	84	88	86	68,9	1002,3	1000,3	5	4	6	3	288,4 (68)	269,7 (64)	0	0	6	10	4	0
Setembro	78	86	87	86	67	1002,1	1004,6	5	5	5	4	220,8 (59)	223,3 (60)	0	0	6	7	4	0
Outubro	77	84	83	82	75,4	1001	1001,1	5	5	5	4	189,2 (54)	198,4 (57)	1	1	5	4	3	0
Novembro	84	87	84	84	80,9	1002,6	1000,5	5	6	5	5	140,9 (47)	146,6 (48)	1	1	6	3	2	0
Dezembro	85	89	82	82	82,5	1006,5	1003	6	6	5	5	136,5 (46)	136,5 (46)	1	1	6	3	2	0
Ano	79	85	84	83	76	1002,8	1001,8	6	5	5	5	2388,6 (54)	2436,9 (54)	5	3	66	58	34	0

NOTA: Na nebulosidade 0 corresponde o céu totalmente limpo e 10 a céu totalmente coberto



4.5. Outros factores climáticos à definição de ambiente do Concelho no que importa à exploração agrária e condições de vida humana são traduzidas no quadro seguinte e reportam à humidade, pressão atmosférica, nebulosidade, insolação, trovoadas, nevoeiro e orvalho.

Em resumo, sublinhe-se a média anual de humidade (79%) provocado pela proximidade do mar e presença da Serra florestada, nebulosidade igualmente elevada, baixo número de dias de trovoadas, discreta presença de número de dias com orvalho e com certa constância de nevoeiros junto a Sintra apresentando maior expressão no Cabo da Roca junto ao mar durante o período de Julho a Setembro.

DOS SOLOS

4.6. GÉNESE e CLASSIFICAÇÃO

O Concelho foi motivo de complexa dinâmica na qual se relevaram massas eruptivas agressoras de estratos sedimentares mais antigos e nos quais se repartiram com maior ou menor intensidade fenómenos de metaformismo.

A diversidade de ocorrência destes fenómenos condicionou o quadro característico dos solos do Concelho de Sintra em relação à sua origem geológica, marcando os vales com solos fundos e férteis e delgados nos cumes e encostas.

A terra negra (com origem nos andesitos, traquites e gabros) é abundante sobretudo na Várzea de Colares enriquecido pelos materiais terrosos da Serra.

Os solos de origem basáltica (ricos em cálcio, potássio e fósforo) são genericamente bastante férteis com boa aptidão para a cultura de cereais e de leguminosas, exceptuando as manchas com grandes afloramentos rochosos e bases muito pedregosas.

Concorrem com estes solos, leitões de margas vermelhas e massas de calcário margoso, conhecidos por barros castanhos avermelhados das rochas basálticas de Lisboa.

A zona de Abrunheira e Mem Martins é denominada pelos solos calcários de cor parda e solos vermelhos mediterrânicos (terras Jurássicas provenientes da desagregação dos grés, calcários e margas, possuindo mais de 45% de calcário, originando planaltos com ocorrência de solos que permitem alturas agrícolas em condições aceitáveis).

4.7. No que se refere aos solos calcários de origem Cretácico, apresentam-se em formações semi-planos de terras pobres, solos esqueléticos praticamente improdutivos, aparecendo mais, na zona da Terrugem, da Serra da Carregueira e a Norte do Concelho.

Os arredores de Sintra são marcados por calcários claros, originando terras de insignificante camada arável, muito cascalhentos e difíceis de cultivar, com afloramentos de rocha dura à superfície.



AS POTENCIALIDADES AGRÍCOLAS

79

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

Grande parte dos solos do Concelho (solos de charneca), litossolos pobres tem origem nas formações do Cretácico. Pobres e de fraca produtividade são igualmente os solos provenientes de formações cenozoicas, de textura arenosa (por vezes), destacando-se importantes manchas da faixa litoralica

Estes solos (extracto do Pliocénico, regossolos) têm merecido um certo destaque pois quando assentam em mantos argilosos a maior ou menor profundidade deram oportunidade à produção do célebre vinho “ramisco de Colares” e cuja produção merece agora um novo estímulo.

Quanto aos restantes tipos de solos que ocorrem no Concelho de Sintra, refiram-se as Várzeas aluvionares e coluviais, em fase evolutiva ou já estabilizadas, os quais, de qualquer modo, oferecem um elevado interesse agrícola para a região como seja o caso da Várzea de Colares e ainda outros de menor extensão.

4.8. Da potencialidade dos solos, ou seja da sua vocação para a ocupação agrária ou não agrária, o dossier anexo D2 - FISIOGRAFIA, indica, quanto à potencialidade global dos solos para o Concelho de Sintra, uma área territorial francamente abaixo dos 12% da área total Concelhia onde se poderá praticar a agricultura usual.

4.9. Da proposta para uma zona agrícola, considerou-se como decisivo quadro de referência a Carta de Reserva Agrícola entregue pelo Centro Nacional de Reconhecimento Agrário, e julgou-se conveniente ampliar essas áreas a outras complementares, constituindo espaços contíguos incluindo o cultivo de pastos naturais.

Na zona Norte do Concelho que se afigura mais vocacionada para a vida rural, utilizou-se um critério mais rígido na marcação das áreas que se anexam à Reserva Agrícola, tendo sido considerada a leitura dos ortofotomapas e as condições de relevo natural nos parece mais difícil de defender, o critério da marcação das áreas complementares agrícolas foi menos rígido.

A par da zonagem agrícola que se considerou no D2 - FISIOGRAFIA e onde se objectiva uma

proposta de orientação a seguir no desenvolvimento agrícola do Concelho referenciam-se as zonas horto-frutícolas de Colares e a hortícola de Almargem do Bispo e onde é efectuada uma caracterização exaustiva.

4.10. A consideração da ocupação florestal do Concelho de Sintra foi efectuada com base na Carta de Ocupação do Solo elaborada por foto-interpretação e determinadas as áreas florestadas e sua repartição pelas respectivas freguesias (vide, D2)

Em Colares, S. Martinho e S. Pedro incluíram-se também os povoamentos de pinhal degradado, com a inclusão feita segundo informações prestadas pelos Serviços Florestais da Serra de Sintra.



Com base na fotografia aérea de 1983 foi possível concluir-se que a cobertura florestal do Concelho atinge cerca de 13% da totalidade, incidindo porém, mais de metade dessa superfície nas quatro primeiras freguesias junto à sede de Concelho.

A cobertura florestal do Concelho é bastante escassa sabendo-se que as primeiras causas dessa desflorestação foram as profundas arroteias que se fizeram para instalar a agro-pecuária tradicional “salóia” que proliferou na região e que ainda hoje é responsável pela nudez arbórea que ocorre sobretudo a Norte e Noroeste do Concelho.

As considerações efectuadas com tradução bem fundamentada no dossier D2 - FISIOGRAFIA dirigem-se sobretudo à necessidade de medidas urgentes para defender e expandir o património florestal quer nas zonas de pressão urbanística social quer nas zonas de dominância rural nomeadamente nas freguesias de S. João das Lampas, Terrugem, Montelavar e Almargem do Bispo.

4.11. Os novos povoamentos florestais merecem, de igual forma uma importante nota de caracterização no dossier em referência e onde são quantificadas as áreas sujeitas a projectos apresentados aos Serviços Florestais de Sintra no âmbito do PAF e que permitem avaliar a dinamização da floresta que se estará a operar no respectivo Fundo.

Relativamente a Sintra, a área territorial sujeita a projectos de florestação apontava para os 270 hectares.

4.12. Mais objectivado no âmbito do Plano Director Municipal, considera-se um quadro propositivo onde se releva a zona de feição rural a Norte/Nordeste e a zona a Sul do Concelho mais pressionada pelas actividades urbanas. Propõe-se, deste modo, uma ligação tão contínua quanto possível entre a Serra de Sintra e a Serra da Carregueira (dando continuidade aos maciços florestais que já se inserem nas respectivas áreas), com o evidente enriquecimento paisagístico do Concelho e a estabilização de uma importante área de dimensão sub-regional da qual depende, em longa medida, a defesa dos sistemas hídricos.

Uma segunda dominante propositiva aponta para novos povoamentos florestais no interior norte do Concelho, em manchas que, envolvendo os solos incultos, muito declivosos e sujeitos a intensa erosão e outros de fraca produtividade agrícola, podem atingir importantes conformações e com consequências decisivas na construção de melhores enquadramentos ambientais.

O dossier D2 - FISIOGRAFIA trata de forma competente e exaustiva o quadro propositivo do Plano Director Municipal e, assim, de leitura recomendável. Da mesma forma é traduzido uma caracterização compreensiva e prospectiva da Região Vinícola de Colares.



**RECURSOS DO SUB-SOLO E
CARACTERÍSTICAS HIDROGEOLOGICAS**

85

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

4.13. Com o relatório a cargo do Geólogo Pedro Calé da Cunha Lamas, é abordado no mesmo dossier, o tema: Recursos do subsolo e características hidrogeológicas.

4.14. Dos recursos do subsolo é notada que a grande diversidade geológica do Concelho de Sintra, aliada à sua proximidade em relação ao centro urbano de Lisboa, constitui a matriz responsável de intensa actividade extractiva de rochas e solos verificado no termo municipal de Sintra.

Argilas para cerâmicas, “mármore” para fachadas e interiores de edifícios, calcários para brita e cal, basaltos para a construção de estradas, areias e saibros para os mesmo fins, têm sido explorados de forma mais ou menos sistemática com as evidentes consequências de necessidade de recomposições da paisagem.

O relator traduz as notações já elaboradas por José de Oliveira . Boléo (1973) quanto ao grande número de explorações de minerais metálicos bem como de combustíveis fósseis, obtém da notícia explicativa da Carta Geológica de Lisboa importantes contributos no seu capítulo sobre recursos minerais e é efectuada a importante nota de origem na Carta de Geologia e laborada pela Faculdade de Ciências para a Câmara Municipal de Sintra.

São caracterizadas as diferentes formações e a sua sobreposição estratigráfica e notada que toda a área do Concelho é cortada por falhas de certa importância e que delimitam formações geológicas de idades bastante diferentes.

É igualmente efectuada (vide D2) a identificação das explorações já verificadas (extensão de calcários, sobretudo a norte do Concelho: S. João das Lampas e Terrugem e a Sudeste perto de Manique e Agualva). Em 1986, em exploração, estariam 15 pedreiras de calcários. Os calcários cristalinos de S. Pedro são explorados em duas pedreiras escavadas no Sopé Oriental da Serra de Sintra (maciço eruptivo com cerca de 80 milhões de anos) sendo uma delas de grandes dimensões e pertencente à Colónia Penal Agrícola de Sintra (Covelo-Linhó). A outra pedreira, junto à Quinta da Penha Longa, está abandonada. Pelo facto de aí se poder observar o contacto entre os terrenos sedimentares e a intrusão granítica esta pedreira mereceu ser classificada como monumento geológico.

4.15. Os calcários micro cristalinos, explorados como rocha ornamental, os chamados mármore de Pero Pinheiro são explorados em cerca de 20 locais de extracção tendo já existido cerca de 156 explorações de dimensões várias no Concelho de Sintra. Geologicamente estes calcários compõem um conjunto de camadas perfazendo menos de 30m de espessura. Dados de 1986 referem uma extracção de quase 9 300 toneladas de “mármore” dentro dos limites do Concelho, num total de 24 pedreiras em actividade.

4.16. Correspondendo à única exploração de argilas comuns (barros vermelhos) implantação no Concelho e que persiste é notado o barreiro da Serração de Vale de Lobos e a que corresponde uma grande área escavada ao longo da estrada do Sabugo a Belas. Em Vale de Lobos, Almornos existem vários cortes abandonados. Em Casal de Cambra, região de Venda Seca a Norte da Idanha encontram-se alguns barreiros abandonados. Nas duas unidades geológicas abandonadas existiam um total de 30 extracções de argila.

Numa área com cerca de 2,5 hectares extrai-se, desde 1984, argila refractária na formação do “Grés de Almargem” na Quinta do Bom Jardim a Norte da Venda Seca.

4.17. O relatório inserto no D2 dá igualmente notícia das explorações de areias, saibrosos, graníticos, gabros, basaltos, é efectuada a avaliação das principais jazidas mineiras, ou ritmos de extracção.

QUADRO II

NUMERO DE PEDREIRAS ACTIVAS NO CONCELHO DE SINTRA
(LEGALIZADAS OU NÃO)

	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86
Calcário	19	15	16	16	9	13	19	14	15	13	15
Argila	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ofite	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Saibro	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Argila Ref.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Granito	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
“Mármore”	31	25	20	21	21	21	21	23	23	23	24

RECURSOS DO SUB-SOLO E CARACTERISTICAS HIDROGEOLOGICAS

QUADRO III

TONELAGEM (T) E VALOR (C-“CONTOS DE REIS”) DOS MATERIAIS
EXTRAÍDOS NO CONCELHO DE SINTRA

		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
CALCÁREOS	T	808.008	404.360	534.844	593.812	422.093	916.327	504.208	408.454	329.401	278.513	451.135
	C	24.391	15.891	27.067	34.479	19.256	109.897	64.195	61.074	78.189	113.794	180.450
ARGILAS	T	-	27000	24.000	15.000	14.000	20.000	15.000	25.500	15.000	18.000	15.000
	C	-	304	960	180	1.197	1.800	1.050	3.115	3.000	4.500	4.500
ORTES	T	8.000	5.500	3.960	8.660	5.340	Não há dados	43.850	28.000	32.600	33.332	59.384
	C	320	248	396	1.299	801	Não há dados	18.400	13.216	17.278	19.333	23.754
SABROS	T	13.899	620.270	1.067	1.700	240	300	1.200	-	-	-	-
	C	311	15.510	75	153	16	20	430	-	-	-	-
ARGREIRA	T	-	-	-	-	-	-	-	-	1.033	450	2.000
	C	-	-	-	-	-	-	-	-	1.189	130	758
GRANITOS	T	-	9.850	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	C	-	493	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÁRMORES	T	9.849	8.324	7.600	6.316	6.654	6.142	6.260	6.136	6.140	6.937	9.278.6
	C	15.794	15.366	16.646	17.246	24.776	29.450	36.756	44.715	54.756	75.714	200.000

* Calculado a partir dos valores (em m³/mês) fornecidos pelo Registo Estatístico “Actividade Económica das Pedreiras Rocha - Mármore - Zona Pero Pinheiro-1986”.

- Somatório das Produções: 2.729 m³ durante o ano de 1986

- Peso Específico considerado: 3.4 t/m³

- Com o produto destes 2 valores. obtém-se a Produção de “MÁRMORE” em Tonelada.



**RECURSO HÍDRICOS DE SUPERFÍCIE
E HIDROGEOLOGICOS**

4.18. Dos Recursos Hídricos de Superfície e Hidrogeológicos e do respectivo registo sistemático dos aspectos contidos no Estudo Hidrogeológico do Concelho de Sintra, foram elaborados pelo Centro de Geologia da Faculdade de Ciências quatro Cartas versando as características físicas e químicas: a Carta de Qualidade das Águas Subterrâneas, a Carta de Aptidão para o Uso Agrícola, a Carta de Vulnerabilidade à Poluição.

Com fundamento naquele aturado e elaborado estudo são relevados os seguintes aspectos quanto às potencialidades hidrogeológicas do Concelho de Sintra:

- as unidades geológicas denotam características hidrogeológicas próprias; apenas se podem esperar caudais razoáveis (superiores a 3 litros/s) nos terrenos ocupados pelos “calcários de S. Pedro, Branco de Olelas”, nos “calcários de Pero Pinheiro” e nos “arenitos de Vale de Lobos” para além das “areias de Assafora” mas neste caso apenas ao longo das principais linhas de água.
- com resultados especialmente fracos relevam-se o maciço eruptivo de Sintra e as “margas do Cacém, Terrugem” as quais ocupam pelo menos um quarto da área do Concelho. Os “granitos de Almargem” são em geral pobres.
- os dados relativos ao “complexo de Colares e Granja do Marquês”, “ao complexo basáltico de Carenque e Almargem” e aos “calcários de Algueirão-Belas” são demasiado insuficientes para que se possam tirar ilações sobre potencialidades hidrogeológicas. Contudo é sabido que as duas primeiras formações só muito dificilmente se deixam atravessar por água, formando mares aquíferos.

QUADRO IV

UNIDADES GEOLÓGICAS	Areias de Assafora e Magoito	Complexo de Colares e Ganja do Marquês	Complexo basáltico de Carenque e Almargem	Calcário de Pero Pinheiro	Margas de Cacém, Terrugem	Arenitos de Almargem	Calcário de Algueirão-Belas	Arenitos de Vale de Lobos	Calcários de S. Pedro Brouco e Olelas	Maciço eruptivo de Sintra
ESPESSURA	10 m (máx.)	50-100m	80-150 m (190m) Almargem do Bispo	30m (no máximo)	200m	150-200m	150m (no máximo)	80-120m	mais de 300m	
CAUDAIS l/s	6,5	0	0,12 - 0,6	3,3 3,5 4,0 3,0 - 5,0	0 0,17 0,20 0,27 0,27 0,30 0,30 0,50 0,50 0,56 0,80 0,80 0,80 1,00 1,00 1,0 - 2,0 2,50 1,9 - 2,8	0,30 0,30 0,50 0,60 0,60 0,60 1,00 1,10 1,90 2,00 10,00		0,50 1,25 2,37 4,00 4,80 4,90 7,30	1,30 1,40 3,00 6,00 6,00	0,25 0,25 0,25 0,40 0,64 0,70 0,70 1,00 1,00 1,50 2,00

QUADRO V

UNIDADES GEOLÓGICAS	Complexo de Colares e Ganja do Marquês	Complexo basáltico de Carenque e Almargem	Calcário de Pero Pinheiro	Margas de Cacém, Terrugem	Arenitos de Almargem	Calcário de Algueirão-Belas	Arenitos de Vale de Lobos	Calcários de S. Pedro Brouco e Olelas
CAUDAIS l/s	0,25	0,04 0,04 0,08 0,17 0,17 0,25 0,28 0,33 0,40 0,50 2,80 3,00 3,00	0,10 0,21 0,28 0,44 1,00 6,00 6,00 10,00	0,10 0,14 0,26	0,09 0,14 2,72 3,00	3,00	0,17 0,33 0,40 0,54 2,90 4,00 4,00 5,00 16,00	0,19 0,22 0,28 2,00 2,00 3,10 8,60 15,80



O dossier D2 - FISIOGRAFIA elabora o relatório no que se refere à particularização de cada formação e delimitação das áreas de protecção dos aquíferos subterrâneos com base na “Carta de Vulnerabilidade à Poluição” e que correspondem, grosso modo, aos limites das formações geológicas mais permeáveis.

4.19. Segundo a Carta atrás referida, as principais áreas de protecção aos aquíferos no Concelho de Sintra são:

Áreas de propagação muito rápidas da poluição

- todas as manchas onde ocorram os “calcários de Pero Pinheiro e as areias de Assafora e Magoito”.
- duas pequenas áreas de calcários de S. Pedro, Broco e Olelas aflorando para Sul de Almargem do Bispo.

Áreas de propagação rápida da poluição

- toda a área do Concelho ocupada pelas “margas do Cacém, Terrugem” e pelos “calcários de Algueirão-Belas”.
- terrenos correspondentes aos “calcários de S. Pedro, Broco e Olelas” em redor da Serra de Sintra para NW. e Leste da mesma.

4.20. Da identificação das principais fontes poluidoras e ainda com recurso ao excelente trabalho elaborado pela Faculdade de Ciências é relevada a ausência de sistemas de esgotos, a particular e específica existência de certas lixeiras, aterros sanitários e cemitérios, a abundância de existências de saídas directas de esgotos, a ausência dominante de tratamento de afluentes industriais e domésticos.

É, numa expressão, um domínio da acção municipal onde ainda está tudo ou quase tudo por fazer.

Ainda referências à Hidrologia.

É verificada, portanto, que a aptidão hidrologia das formações presentes na área do Concelho de Sintra é fortemente determinada pelo estado de alteração em que se encontram e, sobretudo, pelo contexto estrutural, uma vez que, estando bastante tectonizadas e recortadas por numerosos filões, com frequência se encontram drenadas.

De uma maneira geral, as melhores formações para captação de água, podendo fornecer caudais da ordem dos 6 litros a 10 litros são os “Grés de Almargem” e os níveis detríticos de Vale de Lobos com as suas intercalações carbonatadas.

O Complexo Eruptivo da Serra de Sintra, conserva reserva de água durante todo o ano embora forneça caudais relativamente modestos com aproveitamento efectuado sobretudo por meio de galerias.

As formações de idade Jurássico, com uma presença de numerosos filões e forte tectonização, fornecem, por isso, fracos caudais.

As formações de idade Cretácica, nos níveis gresosos do Cretácico médio e inferior e suas intercalações carbonatadas são potencialmente os mais interessantes do ponto de vista hidrogeológico, no entanto, o contexto estrutural da sua localização superficial ou em profundidade, é determinante na quantidade de água que podem fornecer.

As formações do Complexo Vulcânico de Lisboa e de cidades mais recentes, devido à natureza e à posição dos afloramentos, as suas possibilidades aquíferas são sempre pequenas, constituindo reservas superficiais fornecedoras de caudais bastante modestos, que podem ser aproveitados por meio de pequenos poços. São altamente susceptíveis a contaminações superficiais.

Ainda referência aos Recursos Minerais

São, essencialmente, representados por numerosas pedreiras e algumas águas de mesa. As primeiras reportam-se sobretudo aos Calcários Cristalinos do Cenomaniano superior, localizadas na região de Negrais, Pero Pinheiro, Morelena, Lameiras e Belas. Alguma

potencialidade, neste domínio, oferecem certos níveis do Cenomaniano Margo-carbonatado, S. João das Lampas, a Norte e Nordeste de Sintra, no Cacém e Belas. Os calcários metamórficos de S. Pedro foram explorados no passado em pequenas pedreiras da Serra de Sintra, fornecendo um excelente “mármore” azulado.

Os arenitos do Cretácico Inferior e Médio apresentam boa potencialidade para exploração de saibros, especialmente nos afloramentos de Vale de Lobos e Belas. Algumas argilas do Cretácico são exploradas, localmente para preparação de telhas e tijolos.

A extracção das areias das dunas do litoral na região de Azenhas do Mar e de Praia das Mações deve obedecer a rigoroso controlo devido ao impacto ambiental que produz.

As nascentes registadas como “águas de mesa” são, a título de exemplo, a “Água da Fonte do Cedro” (Belas), a “Água da Fonte das Damas”, (Belas), a “Água da Sabuga” (Sintra).

DO ESTUDO ANEXO - Geologia do Concelho de Sintra - da autoria já referida, é notada uma importante bibliografia (44 referências) dos principais trabalhos realizados sobre a Geologia que importa à Região de Sintra.

5. A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.



A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.

97

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

5. A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.

5.1. A procura de residência, a necessidade de habitação, é um dos factores que mais têm determinado o crescimento urbano-industrial do Concelho de Sintra e que mais têm influenciado a transformação do uso do solo na área territorial Concelhia. Por outro lado, as características dessa necessidade e, sobretudo, os tipos de resposta (ou ausência de resposta) que a ela se dão, constituem os elementos condicionantes essenciais da forma como se processa o crescimento urbano-industrial e as matrizes do seu desenvolvimento.

No Concelho de Sintra, a habitação tem significado e continua significando a Parte mais substancial da actividade edificatória seja em termos físicos seja em termos de investimentos realizados e, manifeste-se, o uso residencial têm consumido mais solo do que o consumido pelo conjunto dos demais usos urbanos e actividades.

5.2. Na geração de necessidade de habitação e na forma da procura de habitação intervém e intervieram diversos factores que foram caracterizando períodos diferenciados no Concelho de Sintra sendo certo que a necessidade, a procura e a oferta dependem (e instruem-se) do processo de metropolização progressiva e clara inserção na Área Metropolitana de Lisboa. De qualquer forma importará afirmar que as formas encontradas para satisfazer as necessidades, a dependência do problema das características do sistema produtivo instalado e do sistema institucional produzido nas últimas décadas (legislação, políticas e programas de habitação, participação dos sectores privado, cooperativo e público) definem períodos igualmente diferenciados, caracterização que encontra no documento de instrução do Plano Director Municipal um excelente contributo. O documento, produzido no Gabinete do Plano Director - PROGRAMA ACTUATIVO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - (Dossier, Avanço, Agosto 1989) considera-se aqui, como inteiramente reproduzido.

5.3. Importará sublinhar os factores que alimentam e dão origem às necessidades de habitação e

onde, de forma significativa, se destacam: o crescimento vegetativo, sobretudo na relação com a estrutura demográfica e as suas tendências de modificação (pirâmides de idades, tendências à formação de núcleos familiares, dimensão das famílias); o movimento migratório e, em particular, a componente imigratória; a idade e o estado físico do parque imobiliário e as tendências à reabilitação e, naturalmente e decisivamente o enquadramento tendencial de crescimento (ou recessão) da Área Metropolitana de Lisboa sendo certo que nesta matéria muito está por determinar e ou esclarecer.

5.4. No que diz respeito à formação da procura, aos factores anteriores haverá que acrescentar: os rendimentos familiares e as expectativas da sua evolução (têm relação com a estrutura demográfica e com o mercado de trabalho); a estrutura de gastos familiares, a tendência à poupança ou ao consumo; o sistema financeiro e o mercado de crédito; a relação entre o parque ocupado e o stock de habitação devoluta; os factores de localização do emprego, com o sistema dos transportes e os seus modos; a tendência para a procura da segunda residência e a sua relação com as oportunidades de lazer.

5.5. Sublinhe-se que a quantificação dos factores aqui sublinhados e muitos dos quais encontram expressão no documento já referenciado (PAM Habitação, Agosto 1989), embora traduzam um esforço analítico, enfrenta, sobretudo na análise da sua interacção, um quadro de geral indisponibilidade de informação estatística em permanente actualização.

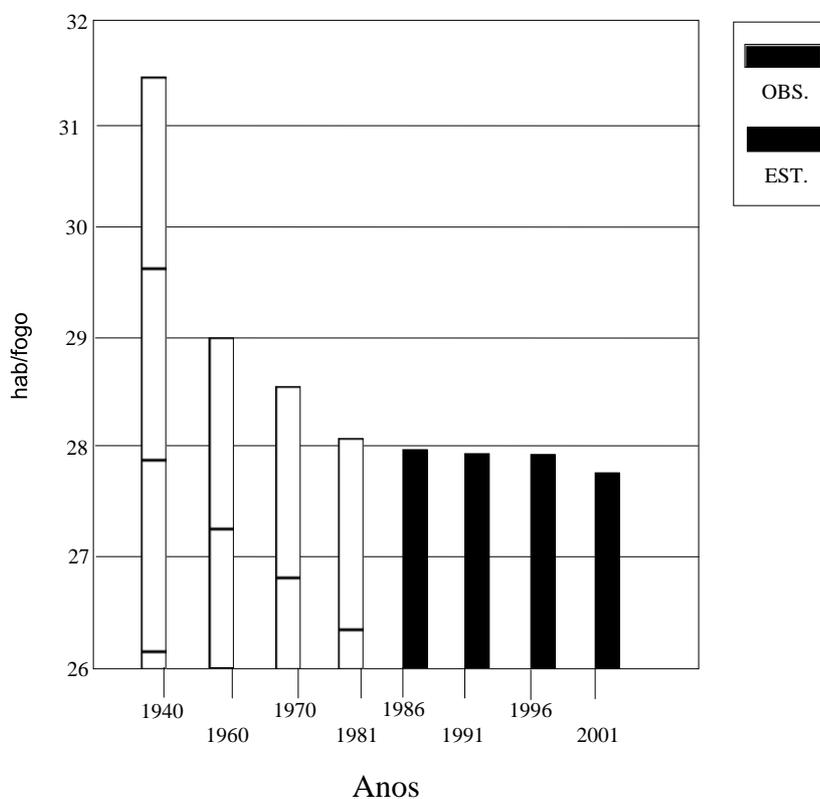
5.6. Importará ainda considerar que nos factores de formação da procura não é indiferente o facto de Portugal permanecer como País gerador de emigração e incapaz de influenciar acontecimentos que embora ocorrendo em espaços externos não deixam de reproduzir-se, como consequência, na Área Metropolitana de Lisboa e, naturalmente, no Concelho de Sintra.

Referimo-nos, pior exemplo, ao possível retorno de Nacionais, em alguma medida, da República Sul Africana ou de Macau onde, ao que se conhece, já terão sido emitidos cerca de 80 000 passaportes em Portugal.

É natural que alguma população regressada ou que escolha Portugal como destino se venha a estabelecer na AML (quantos?) e destes alguns venham a instalar-se no Concelho de Sintra (quantos?).

QUADRO VII

N.º MÉDIO DE HABITANTES POR FOGO



FONTE : RECENSEAMENTOS POPULACIONAIS

A figura demonstra que entre 1940 e 1981 se verificou um decréscimo progressivo do n.º médio de habitantes por fogo.

5. A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.



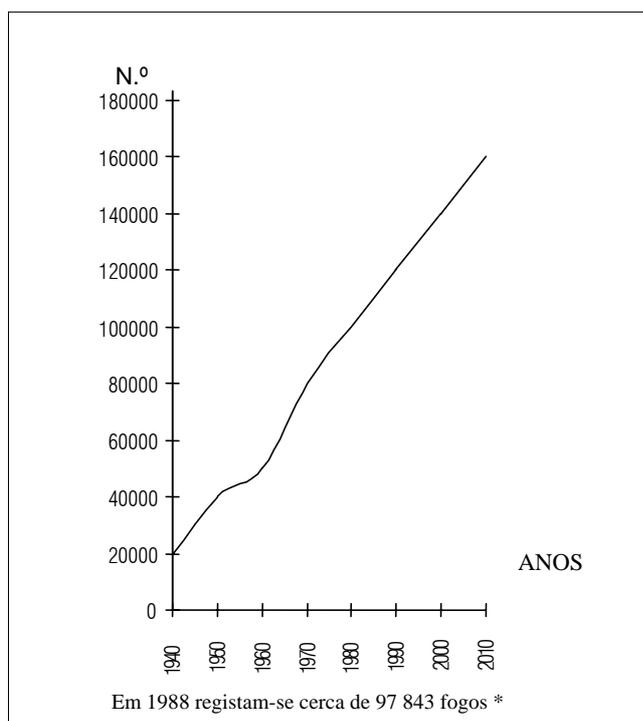
QUADRO V

NUMERO DE FAMILIAS SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO

VIVENDO SÓ	PARTILHANDO	ALOJAMENTOS SOBREOCUPADOS
64 586	5 365	12 268

FONTE: CENSO DE 81

GRÁFICO I - EVOLUÇÃO DO N.º DE FOGOS



QUADRO II - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO N.º DE FOGOS

ANOS	40-60	60-70	70-81	81-86 *	86-91 *	91-96 *	96-2001 *
TAX. CRESCIM.	3,33%	4,79%	5,68%	3,63%	3,25%	2,91%	3,94%

5. A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.



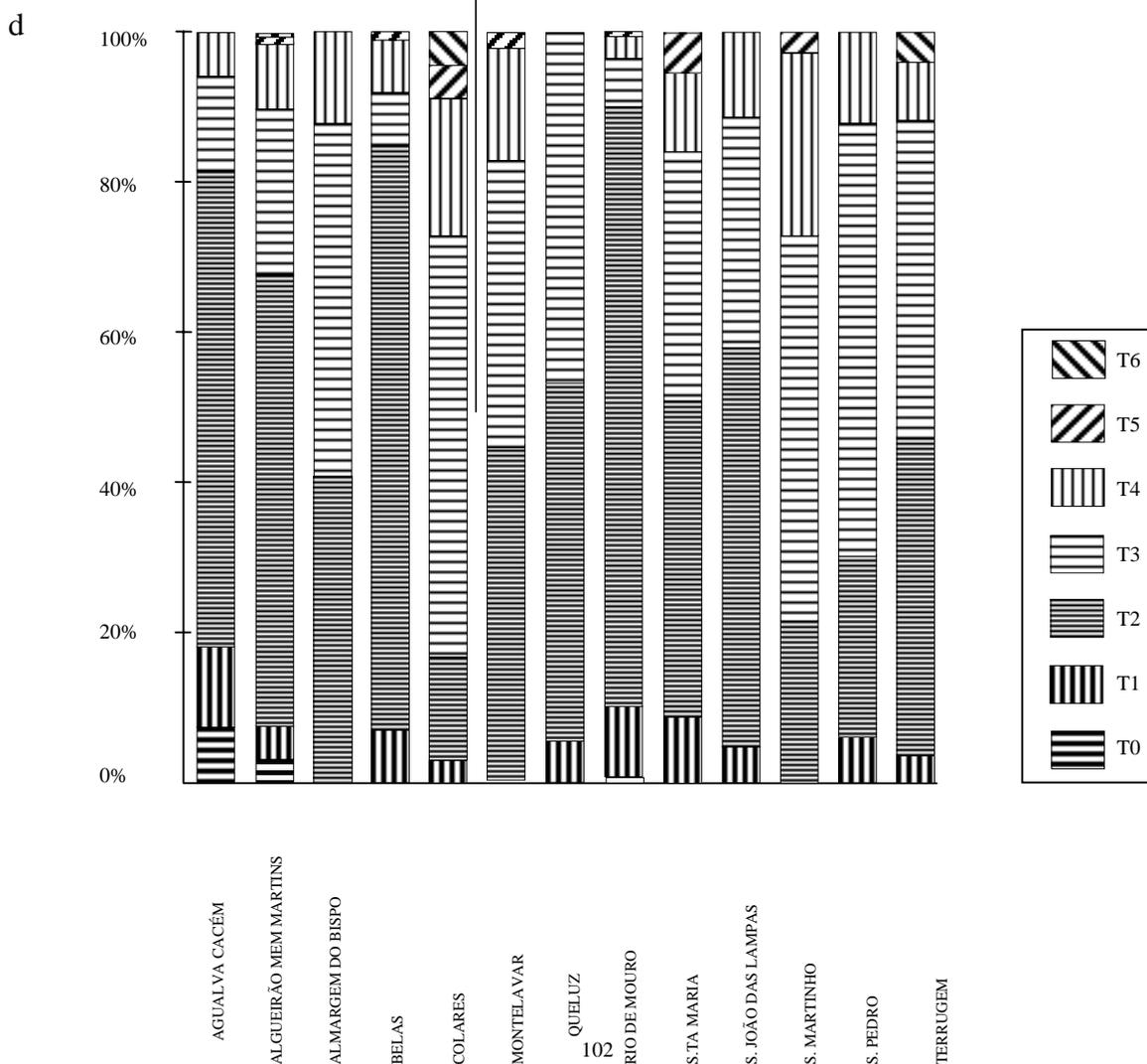
* Estimativas

QUADRO VIII - TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO - CONCELHO DE SINTRA

TIPOLOGIAS	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6
%	2	6,3	54,5	29	7	0,8	0,4

FONTE: PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE HABITAÇÃO, PDM/SINTRA

FIG. 4 – TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO NO CONCELHO DE SINTRA



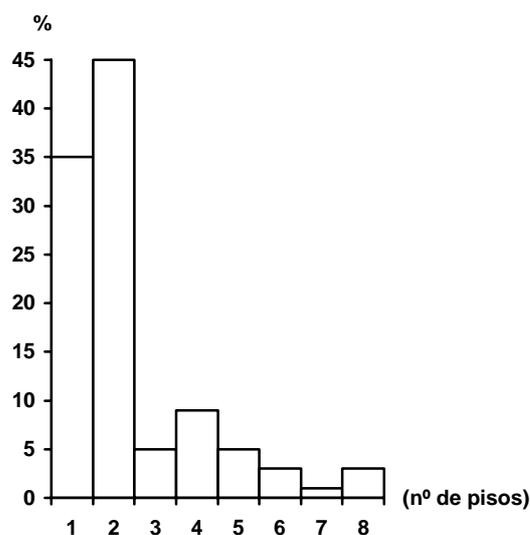
N.º DE PISOS - % TOTAL DO CONCELHO

(*)

n.º de pisos	1	2	3	4	5	6	7	8
Total do Concelho (%)	36,3	42,8	5	8,3	3,5	2,2	0,4	0,6

Fonte: Processo de Licenciamento de habitação
(Amostragem 1,5% - 1974/1986)

N.º DE PISOS POR EDIFÍCIO



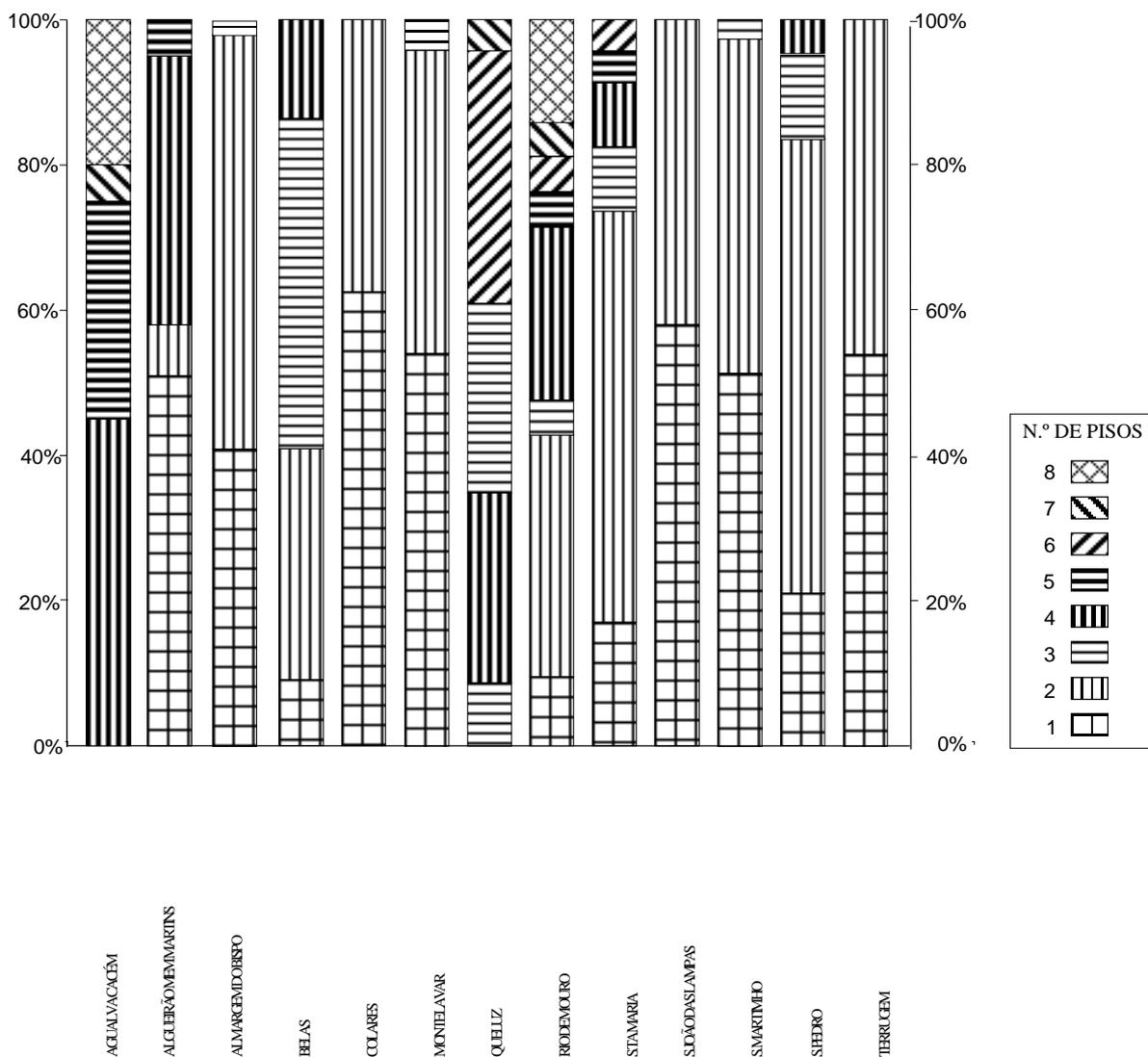
(*) Só foram analisados os edifícios seleccionados na amostra do estudo das tipologias de habitação. Não foram englobados na contagem dos pisos a cave e a Sub-cave

QUADRO I - N.º DE FOGOS NO CONCELHO DE SINTRA - 1940/2001

n.º de pisos	1940	1960	1970	1981	1986*	1991*	1996*	2001*
Total do Concelho (%)	14 289	27 520	43 944	80 675	96 434	113 135	130 554	158 381

CARACTERIZAÇÃO DO N.º DE PISOS POR EDIFÍCIO NAS FREGUESIAS

TOTAL DE % EDIFÍCIOS



5.7. Pode afirmar-se, no Concelho de Sintra, não se verifica crise na procura a não ser, naturalmente em momentos conjunturais onde a aquisição de habitação própria tem vacilado por efeitos desta ou daquela política de crédito. A realidade, traduzida pela análise exaustiva e expressa no documento PAM - Habitação aponta para um elevado ritmo de construção (2 300 fogos por ano entre 1971 e 1988) um elevado número de licenças concedidas entre 1971 e 1988 - referimo-nos ao Sector Privado, um ritmo crescente de oportunidade das Cooperativas de Habitação Económicas com programas habitacionais em curso e com projectos de investimento sólidos e alguma promoção Pública .

A produção de habitação (entre 1981 e 1988) tem significado a presença do Sector Privado em 93,5% do número total de fogos construídos, o Sector Público Municipal em 0,4% o Sector Cooperativo 6.1%.

5.8. A taxa de crescimento médio anual do número de fogos tem persistido entre os 3,33% (40-60), 5,68% (70-81), e previsão de 3,63% (81-86) e 3,25% (86-91), o que significa um crescimento permanente e persistente a um elevado ritmo.

No Concelho de Sintra, os edifícios com 1 e 2 pisos constituem, da amostragem realizada a processos de licenciamentos entre 1974 e 1986, do total de licenciamentos, os edifícios com 6, 7, e 8 pisos constituem 3,2 do total.

5.9. Ainda elementos caracterizadores e de maior importância na instrumentação da política de habitação, é a verificação da tendência progressiva à diminuição do n.º médio de habitantes por fogo (3,15 em 1940 para 2,77 em 2001) ou a verificação da dominância das tipologias T2 e T3 (83,5% do total) nos processos licenciados mas onde é já relevante a percentagem de fogos T1 licenciados (6,3%).

5. A HABITAÇÃO EM SINTRA: CRESCE A OFERTA EM SOLO PROGRAMADO, A PROCURA É CRESCENTE E INSOLVENTE.



QUADRO 1 - NUMERO DE LICENÇAS CONCEDIDAS ENTRE 1971 E 1988

	1971-80	81	82	83	84	85	86	87	88	T1	T2
AGUAL.CACÉM	5943	467	484	298	337	562	509	425	1021	4103	10040
ALG. MEM MARTINS	5419	290	234	165	376	395	326	591	490	2867	8286
ALMARGEM DO BISPO	161	12	6	8	15	12	16	24	24	117	278
BELAS	1023	54	82	66	52	36	27	26	113	456	1479
COLARES	328	15	16	26	19	33	40	52	70	271	599
MONTELAVAR	279	13	12	20	24	15	11	22	19	136	415
PERO PINHEIRO									4	4	4
QUELUZ	5286	661	667	551	402	353	648	1397	1159	5838	11124
RIO DE MOURO	2006	111	171	151	256	382	202	365	382	2020	4026
S.TA MARIA	365	38	26	29	43	29	29	42	43	279	644
S. JOÃO DAS LAMPAS	153	28	34	25	17	90	16	63	65	338	491
S. MARTINHO	516	11	2	9	15	10	81	149	24	306	822
S. PEDRO	169	38	40	27	14	24	44	60	26	273	442
TERRUGEM	100	4	8	9	17	10	17	10	12	87	187
TOTAL	21748	1742	1787	1384	1587	1951	1966	3226	3452	17095	38843

Fonte: Secção de Licenças e Impostos

Notas: Total 1 - Ano 81 - 88

Total 2 - Ano 71 - 88

ACTIVIDADE COOPERATIVA

COOPERATIVAS	LOCAIS	CONSTRUIDOS E HABITADOS	EM CONSTRUÇÃO	EM PROJECTO	TOTAL PARCIAL
COOPALME	ALGUEIRÃO	221	226	780	1227
	RIO DE MOURO	316	138		454
	MASSAMÁ	179	270		449
	TOTAL	716	634	780	2130
CHESMAS	VARZEA DE SINTRA	65		91	156
	CABRIZ	133	80		213
	TOTAL	198	80	91	369
O NOSSO LAR	QUELUZ	134	127	195	456
	S. MARCOS - CACÉM			200	200
	TOTAL	134	127	395	656
FENACHE	CASAL DE CAMBRA			300	300
	TOTAL			300	300
TOTAL		1048	841	1566	3455

Fonte: Divisão de Habitação/Cooperativas

O número de fogos licenciados nas Freguesias do Concelho de Sintra atestam, por outro lado, e no período em apreciação (1981-1988), a dominância do residencial nas Freguesias de Queluz, Agualva-Cacém, Mem Martins, Rio de Mouro.

5.10. É com clareza que se afirma, contrariando aqueles que transferem realidades externas, que a crise de procura verificado em Áreas Metropolitanas na Europa e que se tem traduzido em sensíveis diminuições dos números de produção, n.º de habitações vazias, flexão de preços (em termos reais), incremento do desemprego no sector da construção de edifícios, diminuição de ritmos de licenciamentos, não é verificado no Concelho de Sintra.

Podemos afirmar que se começaram a esboçar alguns fenómenos - fenómenos próprios de outras aglomerações europeias que irão provocar transformação na estrutura interna da AML e porque inserido, do Concelho de Sintra. Mas estamos longe de verificar, de atestar, que iniciamos a estagnação. A compreensão desta realidade é decisiva. A transferência automática das realidades externas à AML é enganadora e, em última análise, incorrecta.

Deve ser claro (para todos) que o envelhecimento da população, a diminuição de taxas de nupcialidade, a diminuição de taxas de fertilidade, a diminuição do saldo vegetativo, as profundas alterações na modificação da estrutura familiar, a diminuição sensível do tamanho médio das famílias, as modificações espectaculares do movimento migratório interno, embora num ou noutro factor assumido se esboce já, da mesma forma, nesta aglomeração.

É decisivo compreender que, embora crescendo a ritmo mais lento, a Área Metropolitana de Lisboa continua a crescer e, na margem Norte, com especial relevância, o Concelho de Sintra.

5.11. Os modos de transformação do espaço do solo rústico em urbano residencial permanecem, com elevado ritmo, no Concelho de Sintra. Permanecem, portanto, as tendências de renovação urbana (destruir o antigo, construir o novo) e sempre vocacionada para a intensificação do uso (a moradia dos anos 30/50 dá lugar ao prédio de rendimentos com 4/6 pisos) permanecem as tendências de transformação do espaço rústico em urbano-residencial através de loteamentos

que, gestionados pelo D. L. 289/73 e D. L. 400/84, e de média a grande dimensão, significam, hoje, a disponibilidade (ou em fase de) de cerca de 30 000 fogos programados no eixo Queluz-Massamá-Agualva-Rio de Mouro-Algueirão Mem Martins.

5.12. Quanto à mobilidade residencial, isto é, a oportunidade ou a propensão para realizar mudanças de dormitório no interior do Concelho, embora carecendo o processo de planeamento de informação fiável e precisa, tudo indica existir um baixíssimo índice face à persistência e agudização dos factores básicos de obstrução à mobilidade: a elevada percentagem de habitação em regime de propriedade (habitação própria adquirida sob o regime de empréstimo às Instituições financeiras), à estagnação do mercado de arrendamento (em rigor quase afirmámos face à ausência de mercado de arrendamento) seja por razões de congelamento das rendas seja pelas trajectórias de preços dos novos arrendamentos, sempre acima do genérico índice do consumidor.

5.13. As rendas familiares, pelo seu lado, e em especial os rendimentos do trabalho vêm sofrendo uma deterioração visível quando confrontadas com o ritmo e dimensão do encarecimento do preço do solo urbano e da área de pavimento construído. E, pese embora observarmos hoje uma certa estagnação, é verdade que a estagnação se verificou a níveis elevados e, portanto, sublinhando a existência de um mercado caro e selectivo. A probabilidade de se verificar um crescimento da procura insolvente apresenta, na AML e em Sintra, uma verificação real.

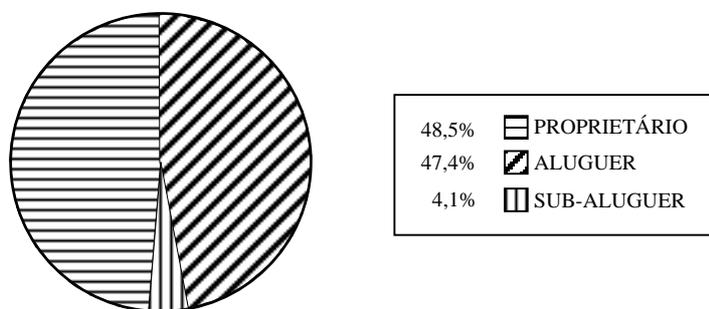
5.14. Estas verificações que são traduzidos, com a clareza que o sistema de obtenção de informação permite, no documento já referido, apontam para a necessidade de reforçar de forma visível o papel do sector público na produção de habitação (para venda e arrendamento) e, sobre diagnóstico realizado, apontam-se metas programáticas precisas ou com o grau de precisão possível.

QUADRO VI – N.º DE FAMILIAS SEGUNDO A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

ESTRUTURA DA PROPRIEDADE			
PROPRIETÁRIO	ALUGUER	SUB- ALUGUER	OUTRO
33 592	32 865	275	2 578

FONTE: INE 1981

FIGURA 4 – N.º DE FAMILIAS SEGUNDO A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE %





A QUESTÃO DO TRANSPORTE O DIREITO À, MOBILIDADE

110

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

6. A QUESTÃO DO TRANSPORTE, O DIREITO À MOBILIDADE, A INFLUÊNCIA, O TRANSPORTE E A ESTRUTURA URBANA E, NATURALMENTE, O PROGRAMA.

6.1. O transporte estabelece uma relação determinante com a configuração dos estabelecimentos humanos e de actividades. Sempre estabeleceu. A Rede Viária e, mais tarde o Caminho de Ferro; dirigidos ao centro provocou o crescimento em extensão e vocacionado à satisfação das necessidades de deslocações emergentes da segregação espacial registada, isto é, o emprego no centro (grosso modo) e a residência na periferia (grosso modo).

6.2. Ainda que o Caminho de Ferro esteja, quando surge como modo de transporte (Séc. XIX), dirigido à impulsão do desenvolvimento industrial, ao tráfego de mercadorias, é certo que aqui, face a condicionantes estruturais diversas, constituiu o veículo de suporte ao crescimento residencial, justificando e potenciando as novas urbanizações de áreas residenciais.

6.3. A dominância do uso do Caminho de Ferro como modo de transporte de passageiros é no caso da linha de Sintra, uma evidência clara, constituindo um quadro nulo ou de grande timidez o uso dos eixos ferroviários como suporte ao transporte de mercadorias de e para o Concelho de Sintra.

A quantificação recente e tornada pública por responsáveis da C. P. (Caminhos de Ferro Portugueses), evidência o carácter suburbano do eixo ferroviário de Lisboa a Sintra, traduzindo a progressiva Vocação Metropolitana do eixo em referência.

Em 1986, a linha da CP de Sintra, transportou 65,5 milhões de passageiros; no ano seguinte, 1987, atingiram-se 68 milhões e em 1988 foram transportados 69 milhões. De Janeiro a Julho de 1989 os dados disponíveis indicam um movimento dos 42 milhões, prevendo-se que até 31 de Dezembro de 1989 se chegasse a um total superior de 71 milhões.

Como referência decisiva para aqualitar da importância e transcendência da questão, refira-se que de um total de 120 milhões de passageiros transportados em toda a rede geral dos Caminhos



de Ferro do País, 100 milhões de passageiros reportam-se às Linhas de Cascais e Sintra. Igual nota de importância, deriva do facto de entre as 402 estações de Caminho de Ferro existentes na rede geral dos transportes ferroviários, SEIS estações da linha de Sintra situam-se entre as onze primeiras (Cacém - Agualva, Queluz, Algueirão - Mem Martins, Rio de Mouro - Rinchoa, Sintra, Portela).

As condições em que as pessoas são transportadas traduzem-se pela síntese: a densidade é, agora de SETE a NOVE passageiros por metro quadrado (na linha de Sintra).

6.4. A circulação de comboios na linha de Sintra, diariamente e em dias úteis, é de 340 composições entre Lisboa e Sintra (ida e volta), ou seja 170 em cada um dos sentidos. O movimento é efectuado sob orientação dos, órgãos de execução técnica da C. P. com um programa de 144 comboios em Lisboa-Sintra, 104 em Lisboa-Cacém, 72 em Lisboa-Amadora, 20 em Lisboa-Queluz.

9. LINHA DE SINTRA - MOVIMENTO DOS PASSAGEIROS

	DESCENDENTES						ASCENDENTES					
	CHEGADAS			PARTIDAS			CHEGADAS			PARTIDAS		
	1986	1977	%	1986	1977	%	1986	1977	%	1986	1977	%
SINTRA	-	-	-	5 510	5 608	-2	5 211	5 472	-5	-	-	-
PORTELA	215	146	47	4 184	2 458	70	3 741	3 165	18	131	725	-82
MEM MARTINS	3 114	2 388	30	8 438	6 659	27	9 399	7 900	19	3 606	2 984	21
MERCÊS	974	732	33	2 771	2 388	16	2 740	2 433	13	913	769	19
RIO DE MOURO	2 097	935	124	6 411	4 464	44	6 165	4 687	32	1 773	1 301	36
CACÉM	3 518	2 120	66	19 980	17 320	15	21 486	16 342	31	4 157	3 185	31
BARCARENA	831	394	111	2 890	1 256	130	2 997	1 671	79	1 002	652	54
QUELUZ	3 499	3 236	8	15 765	12 860	23	15 814	16 992	-7	3 498	5 137	-32
TOTAL	14 248	9 951		65 949	53 013		67 549	58 662		15 080	19 231	

1986	1977	1986	1977
PART. - CHEG.	PART. - CHEG.	PART. - CHEG.	PART. - CHEG.
65 949 - 14 248 = 51 701	53 013 - 9 951 = 43 062	67 549 - 15 080 = 52 469	58 662 - 19 231 = 39 431

1986 - Saíram do Concelho 51 701 indivíduos/dia

Média 52 085 diária

Entraram no Concelho 52 469 indivíduos/dia

1977 - Saíram do Concelho 43 062 indivíduos/dia

Média 41 246 diária

Entraram no Concelho 39 431 indivíduos/dia

Aumento médio 1986 10 839 + 26%

Este tráfego, exclusivamente para passageiros, compreende os dois sentidos. Actualmente - destaque-se - circulam 200 mil passageiros por dia em toda a linha de Sintra.

O intervalo de circulação dos comboios na linha de Sintra é da ordem de quatro minutos - isto é, em cada quatro minutos passa um comboio nas direcções Lisboa-Sintra e Sintra-Lisboa na linha de Sintra. Entre as 3.25 e as 5.15 horas não há comboios para repouso de equipamentos e recursos humanos.

6.5. A aglomeração Urbano-Industrial cresce em regime de clara dependência do eixo ferroviário Lisboa-Sintra. Como referência final registe-se o movimento de passageiros com súbita evolução verificado em Algueirão-Mem Martins e Portela. Súbita evolução (num contexto acima do normal) é expressão utilizada pela própria Direcção da Linha de Sintra.

Interessante e no sentido de sublinhar as referências mais recentes e traduzidas atrás, é a leitura que deriva do quadro seguinte e reportando ao movimento de passageiros na linha de Sintra entre 1977 e 1986 e onde se concluía por aumento verificado na ordem dos 26%.

De qualquer modo é importante saber que o ritmo de crescimento das deslocações em transporte colectivo face a Lisboa é superior ao crescimento populacional, significando, nalguma medida, o crescimento da taxa de activos femininos e da taxa de estudantes universitários residentes no Concelho.

6.6. A infra-estrutura viária tem actuado, de igual forma, como potenciador do crescimento da aglomeração. Mas, notemos, o crescimento tem sido verificado com investimentos mínimos em rede viária nova, suportando-se, por isso, o conjunto das actividades na rede viária herdada e necessariamente frágil ou fragilizada face às novas (e crescentes) necessidades de mobilidade, de eficácia da economia (transporte de pessoas e mercadorias). De qualquer forma é decisiva, para a compreensão da configuração da Área Metropolitana (e do Concelho de Sintra), a rede viária existente, sendo certo que é tímido (e recente) o investimento em rede viária de substituição dos antigos traçados.

6.7. Este crescimento, crescimento realizado a “saltos”, à medida da oportunidade e da gestão (difícil) dos licenciamentos dos loteamentos urbanos e caracterizados pela descontinuidade, desconexão, desarticulação dos tecidos constituídos, tecidos sempre “pendurados” no Nó Viário (de Estradas Nacionais “antigas” ou Estradas e Caminhos Municipais de igual “antiguidade”) ou na estação de Caminhos de Ferro “à vista” reflecte a ausência de programação, coordenação, urbanização viária, de hierarquias e especificidades de tráfego claras. A configuração radial, isto é dirigida ao centro, acentua, em larga medida a sua marginalidade, dependência e “sobrevivência” do centro.

6.8. Em referência - síntese ao transporte de passageiros em modo de superfície (autocarros), a Direcção Geral da Região de Lisboa da Rodoviária Nacional mantém em funcionamento os centros operacionais de passageiros (COP'S), dos quais o COP 8 (Queluz, Amadora e Oeiras) e COP 4 (Cascais, Sintra e Carcavelos) interessam ao Concelho de Sintra.

6.9. O COP 1 (Queluz) que intervém numa área que importa às Freguesias de Queluz, Agualva-Cacém e Belas (sobretudo), interessa a uma população activa distribuída pelos sectores de actividade (III, 64%, II, 35%, I, 1%). Mantém um total de 50 carreiras (1988) com 49 em 1986 e 1987 para um total de 190 viaturas (1988) com perca de 4 viaturas de 1986 a 1988, idades médias da ordem dos 11,47 anos. O COP 1 (Queluz) actua numa extensão de 505km (1988) e transportou em 1986 (60 milhões de passageiros), e com taxas de ocupação da ordem dos 51,6% (1986), 54,0% (1987) e 53,7% (1988).

6.10. O COP (Cascais, Sintra, Carcavelos), intervém numa área territorial que importa às freguesias de Rio de Mouro, Algueirão-Mem Martins, S. Pedro, São. Martinho e Sta. Maria e que associa as áreas rurais e litorais do Concelho. Interessa a uma população activa distribuída pelos sectores de actividade (III, 61%, II, 36%, I, 3%) . Mantém um total de 61 carreiras (1988) com perca de duas (1987, 63) para um total de 1.65 viaturas (1988) com perca de quatro viaturas se referidos a 1986, idades médias da ordem dos 12,86 anos. O COP 4 (Cascais, Sintra e Carcavelos) actua numa rede com a extensão de 737 quilómetros (1988) e transportou em 1986

6.11. Da reflexão operada sobre o estudo dos horários das carreiras regulares de passageiros e da procura verifica-se a necessidade de dispor no imediato, de 10 lugares para chegadas e partidas de veículos no intervalo de 10 minutos e de mais quatro paragens para autocarros de passagem no que designamos INTERFACE DA PORTELA (hoje, Apeadeiro da Portela). As necessidades conduzem à construção de uma estação de camionagem integrada com a estação do caminho de ferro com cerca de 12 lugares de cais e 4 paragens para veículos de passageiros. No entender do Gabinete do Plano Director é na Estação da Portela que se deverá também fazer a carga e descarga de mercadorias transportadas ou a transportar por caminho de ferro libertando a Estação da Vila para passageiros aí destinados e para turismo.

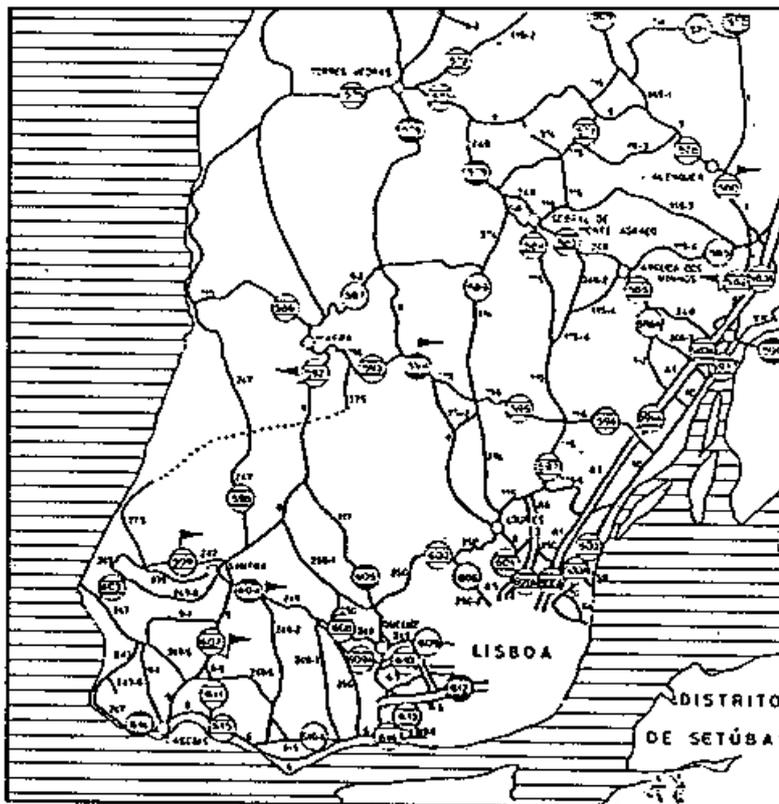
Da caracterização dos horários das carreiras do transporte colectivo de passageiros em modo rodoviário e cuja leitura se recomenda o Dossier D7 Mobilidade (Estudos Prévios PDM), ressalta a questão dos movimentos operados na Estação de Queluz-Belas e área dependente, e da Estação de Barcarena. O estudo dos movimentos de carreiras rodoviárias (vide D7 produziu a recomendação (a discutir) que a coordenação com o transporte rodoviário local e regional com o caminho de ferro deveria ser feita na Estação de Barcarena para a área territorial a Sul da linha Lisboa-Sintra e no Interface do Sabugo para a, área territorial a Norte da linha. Interface que consideramos da maior importância logo que a linha do Oeste seja electrificada e assuma o carácter de suburbana.

6.12. A evolução do tráfego médio diário (TDM) no Concelho de Sintra e reportando aos pontos de contagem promovidos pela Junta Autónoma das Estradas (Direcção Regional de Lisboa), indica de igual modo, um crescimento progressivo, acelerado e sublinha a leitura de persistência: persistência no crescimento.

Claras são a acentuação das relações entre o Concelho de Sintra, Oeiras e Cascais e de menor relevância (mas em progresso) as relações com o Norte e o Leste (Concelhos de Mafra e Loures). A opção no modo de transporte rodoviário individual traduz-se em reforço e de igual forma, permanece clara a opção do transporte de mercadorias em modo rodoviário pese embora a vocação de certo tipo de mercadorias (por exemplo, rochas ornamentais) para o transporte em

ferrovia.

LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE CONTAGEM DO TRÁFEGO RODOVIÁRIO



TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO 1985 (T.M.D./85)

N.º POSTO	VEÍCULOS/DIA	E. N.
598	4 846	N.º 247
599	5 418	N.º 247
603	2 312	N.º 247
604	17 793	N.º 249
605	2 994	N.º 117
607	11 408	N.º 9
608	29 238	N.º 249
609-A	22 088	N.º 249-1
610	30 643	N.º 117
612	68 712	A 5

6.13. Embora suportadas pelas quantificações obtidas e sumariamente traduzidas nos pontos anteriores, o diagnóstico de “observação” reafirma a congestão, a ruptura das relações entre o transporte e a estrutura urbana embora este e aquela mantenham uma estreita dependência. Como já afirmámos, o crescimento da estrutura urbano-industrial (espaços desconexos, desestruturados, incoerentes) suporta-se em estruturas viárias antigas e num caminho de ferro há muito necessitado de reestruturação.

A organização viária (sistema, hierarquias, de capacidade e especializações) é mínima. A ferrovia mantém um comportamento gestional, de exploração de traçados, de nós, incapaz de atender à vocação metropolitana dos utentes e da mesma forma, incapaz de substituir (com vantagens) o modo rodoviário pesado no transporte de mercadorias com origem e destinos nos tecidos industriais que foram “acontecendo” no Concelho de Sintra.

6.14. Mas, o crescimento em extensão descontínua da “Cidade” ou da aglomeração Queluz-Portela, tem igual componente no processo de renovação e transformação dos tecidos urbanos pré estruturados ou de existência recente (30-40 anos). A renovação e, portanto, o crescimento, realiza-se através da densificação. A moradia deu lugar ao edifício. Esta transformação opera-se sem reestruturação do suporte viário. As operações visíveis reduzem-se ao tratamento de gestão de alguma via pública (sentidos únicos, etc.) ou uma ou outra obra nova para dar lugar a uma passagem desnivelada ao caminho de ferro (obstáculo físico à mobilidade no interior e de atravessamento dos aglomerados “ribeirinhos” ao eixo ferroviário). As actuações têm visado o aumento da capacidade dos arruamentos como canais de circulação motorizada não sem que, na maior parte dos casos, provoquem reforço do déficit (em crescendo) de lugares para estacionamento.

6.15. A timidez dos investimentos em infra-estrutura viária (referimo-nos a obra nova, de substituição dos antigos traçados, sem dobrar traçados), seja verificado ao nível Municipal seja ao nível Central (J.A.E.) é de qualquer modo, superior aos investimentos realizados em transportes colectivos. No entanto, é importante reter, notar, que os investimentos realizados se concentram em reforçar os canais dirigidos ao centro, a Lisboa.



A ausência de redes viárias em malha, de articulação transversal entre aglomerados, inter-freguesias, anelares ao centro da região, articulando os Concelhos da primeira e segunda corôas periféricas de Lisboa, vão configurando espaços urbanos carênciados e desestruturados, origina itinerários obrigatórios de circulação acentuando os índices de saturação da rede viária (destruindo as actuações de manutenção), são a causa, igualmente, de redes de transporte necessariamente congestionadas.

Por outro lado é notória a verificação de uma gestão, execução e desenho da rede viária entendida ainda exclusivamente como canal de circulação não sendo considerado o seu potencial como estruturador da Cidade, do Território, como elemento de relação entre as suas diferentes partes, de articulação entre o espaço urbano colectivo e a estrutura como suporte do tráfego motorizado.

6.16. O programa estruturado pelo PDM que nesta questão (OS TRANSPORTES) se considera como Programa Actuativo Municipal especificará o conjunto de actuações que, com serenidade e persistência, poderão provocar, progressivamente, uma melhoria do Direito à Mobilidade, direito de cuja satisfação depende, em última análise, a eficácia da economia e, por isso, a qualidade de vida das populações que, neste sector, quer significar obtenção de tempo disponível, obtenção de tempo ganho ou que se perde em deslocações.

6.17. Desse programa de actuações que explicitamente se expressa no documento - Programa Actuativo Municipal da Área de Transportes - releva-se um importante e, a nosso ver, decisivo quadro de proposições e que, doravante, deveria assumir o papel de guia dos investimentos municipais e de articulação intermunicipal.

6.18. A reestruturação ferroviária aponta para a necessidade de obter a quadruplicação da via entre Campolide e Agualva-Cacém, a introdução da nova estação de Queluz-Massamá, a nova estação semi-terminus de Meleças, a consideração de reserva de espaço para a estação de Algueirão-Mercês, o reforço da estação da Portela de Sintra e a obtenção das melhorias

programadas no Plano de Transportes para a Região de Lisboa (PTRL) para os apeadeiros e estações existentes.

O encerramento de todas as passagens de nível ao longo do eixo ferroviário de Lisboa a Sintra e entre o Cacém e a Pedra Furada, actuação que articulada com a programação e construção das consequentes passagens inferiores ou superiores (PIS), impõe-se como medida prioritária à melhoria global do quadro de segurança, conforto e mobilidade.

6.19. A articulação entre os modos de transporte rodoviário e ferroviário que, no caso do Concelho de Sintra é um conceito inexistente, torna imperativo um grande esforço de programação e de financiamento no domínio da construção de Interfaces Rodo-Ferrovíarios designadamente nas áreas envolventes das estações existentes e programadas e, ainda, a consideração do Interface de mercadorias na área da Pedra Furada e por forma a garantir a drenagem correcta da produção do Norte Industrial do Concelho de Sintra.

A duplicação e electrificação da Linha do Oeste entre o Cacém e a Pedra Furada e a consideração do anel ferroviário a estabelecer como o novo eixo ferroviário de Loures é, a nosso ver, da maior importância para a configuração metropolitana da margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa.

6.20. A armadura e sistema viário no Concelho de Sintra necessita, face à caracterização da situação existente e à formulação do modelo de ordenamento proposto, de forte investimento em novos traçados e por forma a garantir o estabelecimento em malha e rede das actividades residenciais, de trabalho, e no sentido de garantir menor dependência funcional do Centro Metropolitano.

Considerado garantido o quadro de investimentos cuja responsabilidade comporta à Administração Central, sem que deixemos de notar o atraso na sua realização, importará que a década de 90 se traduza na exequibilidade real do Itinerário Complementar IC 16 (Radial da Pontinha), os troços de distribuição regional da Circular Regional Exterior de Lisboa, a Variante

à E. N. 9 e a consecução da Via de Cintura da Área Metropolitana de Lisboa-Margem Norte.

Ao município competirá obter forma e processo de garantir a exequibilidade do sistema viário principal proposto no Plano; Director Municipal e onde, com diversa função e objectivo, se relevam as Circulares Nascente e Poente a Agualva-Cacém, a Variante de Abrunheira-Albarraque, as Circulares Nascente e Poente a Algueirão-Mem Martins, a Circular Industrial de Pero Pinheiro e um importante quadro de actuações locais e que, apesar da escala de intervenção, têm significado bastante na urgente obtenção de melhorias à mobilidade.

6.21. Definida como critério e pormenor bastante no documento PAM- Transportes, a programação das actuações determina, de igual forma, a importância em dirigir a obtenção e formulações dos Planos Gerais de Circulação dos aglomerados urbanos no termo municipal de Sintra.



**O SISTEMA URBANO A CARACTERIZAÇÃO
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS**

123

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

7.1. O dossier D6 - Sistema Urbano (AVANÇO) traduz a caracterização efectuada sobre o sistema urbano existente no Concelho de Sintra, suportada por um inquérito à existência de infra-estruturas e equipamentos e com suporte ainda nos Trabalhos realizados e apresentado no dossier de Enquadramento (D1), Fisiografia e Solo (D2), População (D3), Estudos Económicos (D4) e que, interagindo uns sobre os outros, definiram a matriz de referência à população de um modelo de Ordenamento.

7.2. O D6 - Sistema Urbano (AVANÇO) constitui uma importante peça de trabalho, instrutor de decisões de estrutura e reforma do sistema de planeamento e gestão urbanística do município de Sintra, designadamente ao configurarem conjunto de unidades - Planos e Áreas Projecto que deverão ser objecto de particularização por via da elaboração de PMOT's (Planos Municipais de Ordenamento do Território) de nível conseqüente à elaboração do Plano Director Municipal.

7.3. A importância da integração (e da densidade) dos componentes territoriais do Concelho, por um lado, e a importância da reflexão prosseguir de cima para baixo e de baixo para cima, por outro lado, conduziu a equipe PDM/Sintra a determinados raciocínios que conduziram à delimitação das Unidades-Plano que, articuladas reproduzem o Concelho e este constitui parte da Região.

7.4. Entendeu-se portanto observar, descrever, discutir a escala a que chamámos Unidades-Plano. O conceito não é rígido, não se constitui em receita, não é marca nem patente. É sobretudo um nível, uma escala de conhecimento e de proposições. com homogeneidade física, de perfil territorial e de actividades, a Unidade-Plano é sobretudo um importante elemento territorial instrutor de desagregação seguinte (e desejável) das Áreas-Projecto, esta sim, a constituir-se como terminais dos Planos de Urbanização das Áreas Territoriais que importa vir a obter em próximo futuro. Cada área é um caso, e do conjunto de casos auxilia a decisões de nível superior (a Unidade de Plano). E as observações do nível superior (Unidade-Plano) induz decisões a tomar em cada Área-Projecto. É esta a coluna do processo. A interacção permanente constante.

7.5. Tradutor de um intenso e aturado trabalho de observação, o D6 dá a conhecer os modos de ocupação do solo das diferentes Unidades-Plano e onde se consideram os solos de potencialidade agrícola (susceptíveis de virem a ser agricultados), solos defendidos (integrados na Reserva Agrícola Nacional com expressão Concelhia), solos florestados (de povoamento florestal existente), solos edificados (com actividades urbanas), sistemas únicos (improdutivos pela natureza) e solos incultos.

7.6. De cada Unidade-Plano dá-se notícia, seguidamente, da sua localização, da caracterização territorial e física, da ocupação do solo e actividades, da infra-estruturação (níveis de existência e carência), dos equipamentos (níveis de existência e carência), das estruturas, de povoamento (população e alojamento) e é efectuado um diagnóstico critico de síntese. e de direcção de trabalho. É igualmente efectuada uma delimitação das Áreas-Projecto, algumas das quais se estão já a suportar à elaboração de Planos de Urbanização nos termos do Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março.

7.7. De qualquer modo a leitura da síntese não substitui a consulta e reflexão em torno do D6-Sistema Urbano.





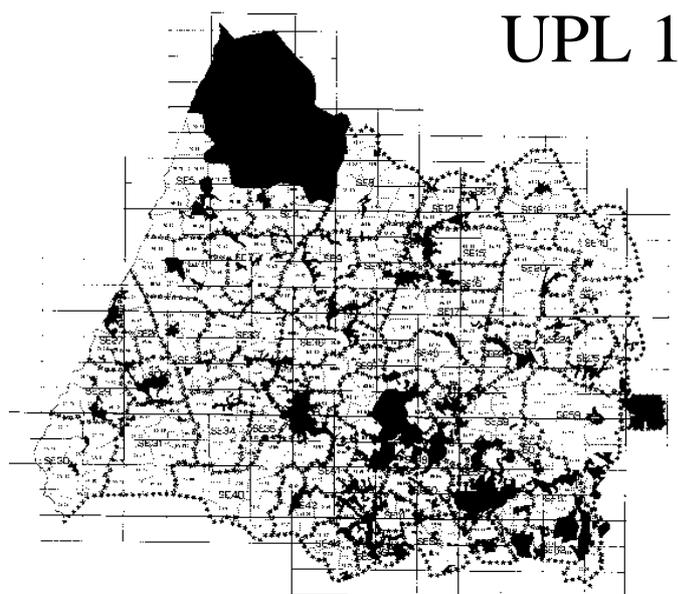
UNIDADES DE PLANO

126

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

UNIDADE DE PLANO 1



DA LOCALIZAÇÃO

A UP 1 situa-se a Noroeste do Concelho, estabelece fronteira Atlântica e com o Concelho de Mafra, integrando aglomerados claramente rurais, dos quais destacaríamos como referência, ASSAFORA.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 2 569 hectares, dominada pelas bacias Hidrográficas da Ribeira do Farelo, Ribeira da Mata e ainda afecta à bacia da Ribeira da Samarra, com orografia relativamente acidentada, em vales orientados no Atlântico e que determinaram o sistema de povoamento.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Predomina a existência de solos agrícolas (57% do total da Unidade), dos quais 20% correspondentes à Reserva Agrícola, existência de solos florestados (2%), a edificação que se estende por 2 dezenas de aglomerados afecta 12% do total da Unidade muito embora a memória do solo edificado compreende logradouros privados. As actividades humanas estão, ainda claramente dirigidos ao sector primário.

DA INFRAESTRUTURAÇÃO

Do conjunto de aglomerados que constituem esta Unidade-Plano é relevante o quadro geral de grande carência, relevando a ausência total de esgotos domésticos e pluviais, 60% correntes de rede telefónica. Existência de recolha de resíduos sólidos com indicador de qualidade a determinar.

DOS EQUIPAMENTOS

A rede existente, deficiente por ausência nos sectores do abastecimento alimentar, cemitérios, correios, prevenção e segurança, é deficiente por magras existências nas áreas do desporto, concentra-se sobretudo nos aglomerados de Assafora, Sta Susana e Odrinhas S. Miguel.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Tem uma densidade populacional da ordem dos 1,2 habitantes/hectare, foram censados em 1981, 2 989 habitantes e 1 673 fogos, supõe-se a projecção para 1991 de 4 203 habitantes e 2 340 fogos. É notado um maior crescimento da faixa etária adulta, sexo masculino o que supondo um factor positivo na actividade não garante a renovação.

DIAGNÓSTICO- CRÍTICO

Estrutura Urbana algo dispersa, o perímetro Urbano das 2 povoações com mais de 500 habitantes, e no caso especial de Assafora, não significa relação entre extensão /edificabilidade,

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO, AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



visto que domina a característica de grande descontinuidade e ausência de coesão dentro do tecido Urbano. Importante a necessidade de organização e estruturação do sistema existente circunscrevendo ao perímetro Urbano as novas operações.

Importante proceder à realização das infra-estruturas em saneamento básico e diminuição de dependências face a Sintra, S. João das Lampas e Terrugem (área saúde).

Proceder à tarefa de emparcelamento constitui emergente direcção de trabalho face às características cadastrais impeditivas de rentabilização dos recursos disponíveis e provocando cenários preocupantes de regime de edificabilidade.

Área ~ 2569 ha - Hab. (91) 4203 - F(s) 2340

INE	F	SE	SC	AGLOMERADO	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0116	10	1	09-14	Assafora	823	581	880	1150	811
0120	10	1	15-20	Catribana	97	67	104	135	93
0123	10	1	15	Cortesia	169	81	180	236	113
0114	10	2	3	Arneiro da A.	88	55	97	127	79
0129	10	-	4	Moucheira	91	40	100	131	57
0132	10	-	04-11	Peroleite	66	37	73	95	53
0138	10	-	3	Seixal	196	102	216	282	146
0108	10	-	4	Serrados	44	35	48	63	50
0136	10	-	4	Sta. Susana	177	100	195	255	144
0107	10	3	25	A-do-Longo	20	13	21	28	18
0240	10	-	21	Almograve	9	10	10	13	14
0111	10	-	12	Alvarinhos	370	179	395	517	250
0112	10	-	25	Amoreira	79	47	84	110	65
0113	10	-	22	Areias	99	50	106	138	69
0117	10	-	23	Barreira	80	40	85	112	50
0130	10	-	23-24	Odrinhas	553	221	591	772	308
0139	10	-	23	S. Miguel	28	15	30	39	20
TOTAL 17 AGL					2989	1673	3215	4203	2340

Registo de Equipamento

(Inquérito 1986/1987)

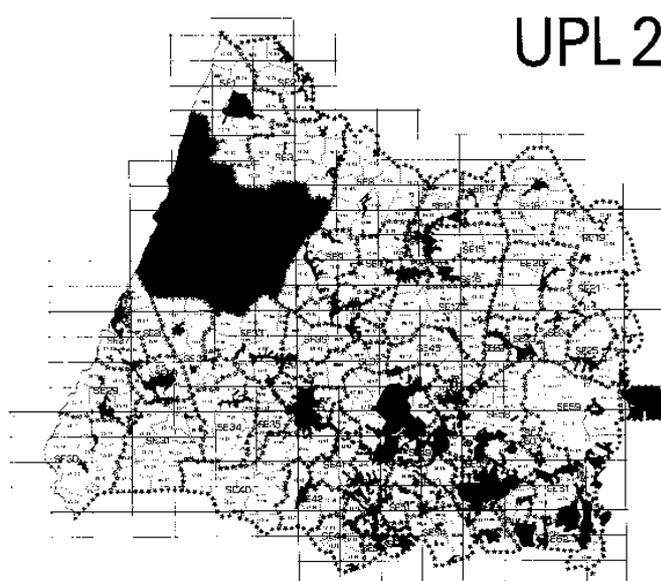
N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E. Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
0107	A-de-Longo										
0108	Serrados						X				
0111	Alvarinhos	X									
0112	Amoreira										
0113	Areias										
0114	Arneiro Arreganha										
0116	Assafora	X	X		X	X	X				
0117	Barreira										
0120	Catribana										
0123	Cortezia										
0129	Moucheira										
0130	Odrinhas	X			X					X	
0132	Peroleite										
0136	Sta. Susana	X	X		X						
0138	Seixal										
0139	S. Miguel	X			X						
0240	Almograve										

Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abt. Água	Cabina Telefóni.	Ilum Pública	Energia Eléctrica	Lixos Limpeza
107	A-de-Longo			X		X	X	X
108	Serrados			X		X	X	X
111	Alvarinhos			X	X	X	X	X
112	Amoreira			X		X	X	X
113	Areias			X		X	X	X
114	Arneiro Arreganha			X		X	X	X
116	Assafora			X	X	X	X	X
117	Barreira			X		X	X	X
120	Catribana			X	X	X	X	X
123	Cortezia			X		X	X	X
129	Moucheira							
130	Odrinhas			X		X	X	X
132	Peroleite			X		X	X	X
136	Sta. Susana			X	X	X	X	X
138	Seixal			X		X	X	X
139	S. Miguel			X	X	X	X	X
240	Almograve			X	X	X	X	X

UNIDADE DE PLANO 2



DA LOCALIZAÇÃO

A UP2 situa-se a Poente do Concelho, estabelece fronteira com o Oceano Atlântico, integrando numerosos aglomerados (a sugerir um importante processo de povoamento no passado) onde se revela como dominante o aglomerado de S. João das Lampas e, a Sul, o aglomerado de Fontanelas.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve uma área de 3 314 hectares, dominada pela marcação das bacias hidrográficas das ribeiras da Mata e da Samarra, território claramente orientado para o litoral, com orografia marcando vales orientados Nascente-Poente, determinando algumas encostas com declives acentuando e direccionando o sistema de povoamento.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Importante percentagem do total da Unidade (27%) é, aqui, afecto à Reserva Agrícola Nacional e manifestado 46% de toda a Unidade como solos agricultados ou susceptíveis de serem agricultados, alguma presença de massa florestada (4%) edificação em aglomerados com bastante dispersão, relevante actividade industrial mas mono-industrial (um só estabelecimento industrial - Galuchos - absorve a quase totalidade do emprego no sector secundário).

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Carências da ordem dos 93% e 86% no que se refere às redes de drenagem 12% da Unidade por cobrir no que se refere à rede telefónica, ausência da cobertura total no abastecimento de água, desqualificação da rede de estradas e caminhos Municipais, ausência de cobertura total na recolha de resíduos sólidos urbanos.

DOS EQUIPAMENTOS

As existências concentradas em S. João das Lampas, ausência de equipamentos na área da Prevenção e Segurança, abastecimento alimentar público, distribuição não homogénea. Por determinar as taxas de utilização. Importante tecido patrimonial existente a revelar especial nos regimes de ocupação do solo e edificabilidade quando definidas.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com uma densidade populacional da ordem dos 1,2 habitantes/hectare, população censada (1981) de aproximadamente 4 000 habitantes e 2 596 alojamentos, projecções para 1991 de 5415 e 3 600 respectivamente, a distribuição é difusa, dispersa, com tendência para o preenchimento de tecidos urbanos existentes (especial relevância / S. João Fontanelas/Tojeira). Tipologias de habitação unifamiliares (dominância).

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

A Estrutura Urbana revela importante dispersão com consequências evidentes nos domínios da Programação e Gestão de investimentos nas redes de infra-estruturas e de equipamentos, abandono progressivo das áreas rurais em manifesta contradição com a importância do recurso (27% da área total da Unidade constituem solos classificados na R.A.N. e 46% são susceptíveis de serem agricultados). Necessidade de regradar com enorme sensatez o regime de edificabilidade face à importante estrutura paisagística e espólio patrimonial. A Unidade revela a evidência de dar corpo ao objectivo maior - conciliar o desenvolvimento com a necessidade de preservação.

Área 3 314 ha - Hab. (91) 5415 - F(s) 3602

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0110	10	4	42	Alfaquiques	128	58	137	179	81
0118	10	-	31	Bolelas	126	52	135	176	72
0241	10	-	36	C. dos Eis	13	10	14	18	13
0182	10	-	33	Concelho	28	20	30	39	27
0128	10	-	33	Monte Arroio	68	39	73	95	54
0137	10	-	31-34	S. João das Lamp.	604	242	645	843	337
0135	10	-	34	Sacário	36	16	38	50	22
0115	10	-	140-41	Arneiro M.	214	183	229	299	255
0119	-	-	30-35-36	Bolembre	499	327	533	697	456
0242	-	-	27-50	Casal Monservia	11	13	12	15	17
0127	-	-	-	Magoito	277	420	296	387	586
0246	-	-	28	Pedregal	19	10	20	27	14
0243	-	-	17	Samarra	15	22	16	21	30
0140	-	-	27-29	Tojeira	434	298	464	606	416
0239	10	6	51	Aguda	13	10	14	18	13
0125	-	-	50	Fontanelas	664	460	-700	915	633
0126	10	-	49	Gouveia	181	128	194	253	178
0109	10	7	:45-46	Aldeia Galega	49	33	52	68	45
0122	-	-	43-44	Chilreira	118	59	126	165	82
0121	-	-	43	Codiceira	99	56	106	138	78
0124	-	-	44	Fachada	48	36	51	67	50
0131	-	-	44	Pernigem	109	48	116	152	66
0237	-	-	41	Ribeira	56	20	60	78	27
0133	-	-	41	Rib. Rio Côes	78	36	83	109	50
TOTAL 24 AGL					3887	2596	4144	5415	3602

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO,
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



Registo de Equipamento (Inquérito 1986/1987)

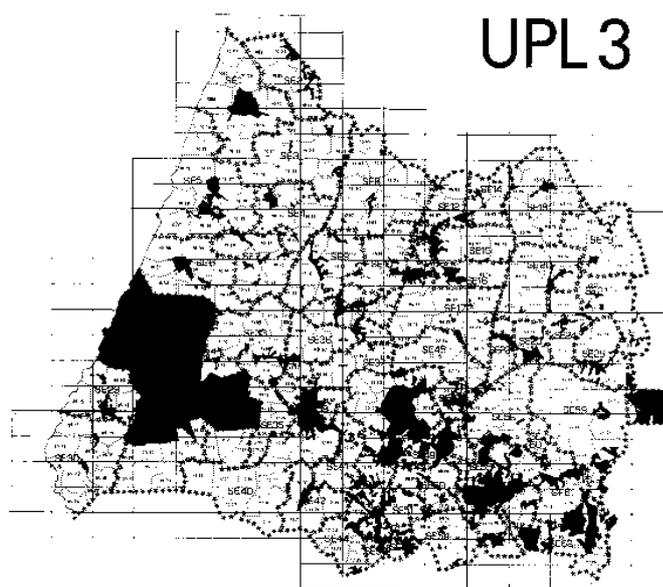
N.º	AGLOMERADO	E.Pri.	E.Sec.	Bomb	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Corre
109	Aldeia Galega										
110	Alfaquiques										
115	Arneiro Marinhei.	X					X				
118	Boleas										
119	Bolembre	X					X				
121	Codiceira										
122	Chilreia										
124	Fachada										
125	Fontanelas	X			X		X				
126	Gouveia										
127	Magoito	X									
128	Monte Arroio										
131	Pernigem										
133	Ribeira Rio Cões										
135	Sacário										
137	S. João das Lam.	X	X		X	X	X	X	X	X	X
140	Tojeira						X				

Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Illum. Pública	Energia Eléctrica	Lixos Limpeza
109	Aldeia Galega			X	X	X	X	X
110	Alfaquiques			X	X	X	X	X
115	Arneiro Marinhei.			X	X	X	X	X
118	Bolelas		X	X	X	X	X	X
119	Bolembre	X		X	X	X	X	X
121	Codiceira			X		X	X	X
122	Chilreia			X		X	X	X
124	Fachada			X		X	X	X
125	Fontanelas			X	X	X	X	X
126	Gouveia			X	X	X	X	X
127	Magoito			X	X	X	X	X
128	Monte Arroio							
131	Pernigem			X	X	X	X	X
133	Ribeira Rio Cões							
135	Sacário			X		X	X	X
137	S. João das Lampas	X	X	X	X	X	X	X
140	Tojeira			X	X	X	X	X

UNIDADE DE PLANO 3



DA LOCALIZAÇÃO

A UP3 situa-se a Poente-Sul do Concelho, estabelece fronteira com o Atlântico (a poente) e com o Concelho de Cascais (a Sul), integrando aglomerados de povoamento de costa (Praia das Maças, Azenhas do Mar...) e povoamento de serra (Eugaría, Penedo...) e de bordadura de serra (Galamares, Mucifal.).

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 5 657 ha., marcada pelo maciço da serra de Sintra e pelas bacias hidrográficas da Ribeira de Colares, da Maceira, da Ursa e Louriçal, da Foz do Guincho, da Ribeira das Vinhas e Caparíde, de orografia acidentada, vales orientados ao Atlântico e a Sul (ribeira das vinhas). O território marcou decididamente o sistema de povoamento.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Dominado claramente pela existência de solos florestados (39% do total da Unidade), a agricultura mantém forte valência preenchendo 20% do total da Unidade embora os solos integrados na R.A.N. substanciem unicamente 6% da área. Classificámos como sistemas únicos 26% do total da Unidade, isto é, sistemas cuja delicadeza, composição e morfologia aconselham o maior respeito por traduzirem modos de ocupação do solo (ou existências naturais) que o homem dificilmente (hoje) promoveria. Actividade da população residente diversifica-se pelo sector primário e serviços, constituindo claro indicador o crescimento da procura da segunda residência (o turismo interno e externo).

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Com carências quase totais no que se refere à rede de drenagem de esgotos domésticos e pluviais, má rede de telecomunicações, alguma ausência de electrificação e de iluminação pública. A recolha de resíduos sólidos estende-se a toda a Unidade com qualificação a determinar. Rede viária de prevenção com carências preocupantes face ao modo de ocupação do solo dominante.

DOS EQUIPAMENTOS

Rede existente concentrada sobretudo em Almoçageme, Colares e Várzea de Colares, carência no sector da saúde, abastecimento alimentar público, concentrado, bom nível de existência de Prevenção e Segurança, carência na área Cemitérios - forte presença de património cultural edificado.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com uma densidade populacional da ordem dos 1,2 habitantes/hectare, foram censados em 1981, 6 502 habitantes para um total de 3 823 unidades de alojamento (a menor composição habitantes/fogo face à média Concelhia revela a existência de sazonalidade). As projecções 1991

apontam para 8 811 habitantes e 5 161 Unidades de alojamento, embora esta Unidade-Plano constitua um território particularmente sensível a decisões de natureza política incluso de nível supra Municipal

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

A Unidade impõe-se como construtora de preocupações de governo local. A actividade agrícola emerge no quadro de decisões fundamentais ao estímulo e reabilitação de tecidos produtivos tradicionais, a infra-estruturação como dominante parcela no quadro de investimentos potenciadores da actividade turística, emerge igualmente como necessidade de satisfazer (ainda) necessidades básicas da população residente. A conciliação da preservação de importante tecido de património cultural (material edificado) com o desenvolvimento revela-se, nesta Unidade, no máximo enquadramento. A rede de equipamentos revela conflagradora limitação obrigando a população a frequentes deslocações a Sintra.

Hab. (91) 6 030 - F (s) 3 681

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0004	05	26	1	Azenhas Mar	525	427	555	555	451
0222	05	27	6	Alto Banzão	85	65	90	119	91
0221			6	Alto Rodízio	25	36	27	35	50
0006			6	Banzão	171	139	181	239	194
0020			2	Praia das Maças	611	511	640	845	706
0018			6	Pinhal Nazaré	145	158	154	203	221
0220	05	26	9	Abreja	26	11	28	36	15
0013			9	Mucifal	1710	803	1800	2375	1115
0223			9	Mucif. Banzão	22	40	23	31	56
0014			9	Nora	13	14	14	18	19
0016			8	Pedra Firme	37	15	39	52	21
0022			9	S. Sebastião	115	63	122	161	88
0025			9	Várzea Colares	81	47	86	113	65
0026			9	Vinagre	75	53	80	105	74
0010	05	31	11	Colares	613	246	640	845	339
0011			10	Eugaria	115	75	122	161	105
0012			29	Gigaros	71	33	75	99	46
0015			20	Pé da Serra	27	18	29	38	25
TOTAL 18 AGL					4467	2754	4705	6030	3681

Hab. (91) 2 776 - F(s) 1465

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0001	05	29	16	Almoçageme	1338	656	1400	1848	906
0008	-	-	12	Casas Novas	135	75	142	188	104
0019	-	-	14	Praia Grande	15	21	16	21	29
0003	05	30	21	Atalaias	12	22	13	17	31
0005	-	-	21-22	Azóia	397	177	420	554	246
0023	-	-	19-	Ulgueira	106	107	112	148	149
TOTAL 6 AGL					2003	1058	2103	2776	1465

Hab. (91) 45 - F (s) 15

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0249	12	40	10-11	Qª Penha Longa	32	11	38	45	15
TOTAL 1 AGL					32	11	38	45	15

QUADRO RESUMO

Área \simeq 5657ha – UPL's 3A, 3B, 3C

UPL's	Hab. 91	F (s)
3A	6030	3681
3 B	2776	1465
3C	45	15
TOTAL	8845	5161

Registo de Equipamento
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E. Sec	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
001	Almoçageme			X	X			X	X		
003	Atalaias									X	
004	Azenhas do Mar	X			X		X			X	
005	Azóia	X					X	X			
006	Banzão										
008	Casas Novas										
010	Colares	X			X					X	X
011	Eugaria				X					X	
012	Gigaros										
013	Mucifal	X			X						
014	Nora										
015	Pé da Serra										
016	Pedra Firme										
017	Penedo				X					X	
018	Pinhal da Nazaré										
019	Praia Grande						X				
020	Praia das Maças	X			X		X				X
022	S. Sebastião										
023	Ulgueira				X				X		
025	Várzea de Colares	X		X	X		X				
026	Vinagre								X		
190	Galamares	X			X						
191	Janas	X			X		X			X	
220	Abreja										
221	Alto Rodízio										
222	Alto Banzão										
223	Mucifal - Banzão										
	Pena									X	
	Pena Verde									X	
	Monsserrate									X	

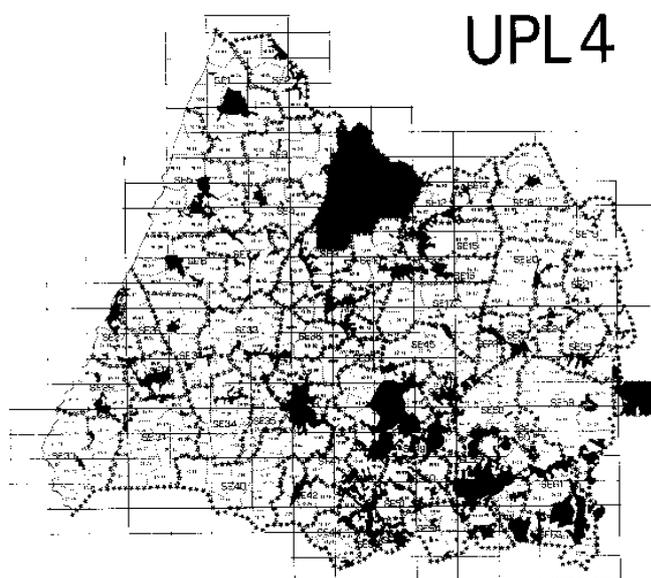
UPL 3

Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilum. Pública	Energia Eléctrica	Lixos Limpeza
001	Almoçageme			X	X	X	X	X
003	Atalaias			X		X	X	X
004	Azenhas do Mar			X	X	X	X	X
005	Azóia			X	X	X	X	X
006	Banzão					X	X	X
008	Casas Novas					X	X	X
010	Colares	X	X	X	X	X	X	X
011	Eugaria			X			X	X
012	Gigaros			X		X	X	X
013	Mucifal			X		X	X	X
014	Nora							
015	Pé da Serra							
016	Pedra Firme							
017	Penedo			X	X	X	X	X
018	Pinhal da Nazaré							
019	Praia Grande			X		X	X	X
020	Praia das Maças			X	X	X	X	X
022	S. Sebastião			X		X	X	X
023	Ulgueira			X	X	X	X	X
025	Várzea de Colares			X		X	X	X
026	Vinagre			X		X	X	X
190	Galamares			X	X	X	X	X
191	Janas			X	X	X	X	X
220	Abreja							
221	Alto Rodízio							
222	Alto Banzão							
223	Mucifal - Banzão							
	Pena							
	Pena Verde							
	Monserrate							

UNIDADE DE PLANO 4



DA LOCALIZAÇÃO

A UP4 situa-se a Norte do Concelho, estabelecendo fronteira com o Concelho de Mafra, desenvolvendo-se linearmente no sentido Norte/Sul e constituindo-se como território morfológico de transição entre o litoral e a depressão central concelhia. Destacariamos os aglomerados de Vila Verde e Terrugem, tradutores locacionais da UP4.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve a área de 2 839 ha, definida a Norte pela influencia da bacia hidrográfica da Ribeira de Colares e caracterizada pelas cabeceiras das bacias hidrográficas das ribeiras atlânticas (Samarra e Farelo). Já constituinte do planalto central concelhio, define a

marcação da diferença entre o litoral (vales orientados ao Oceano) e o interior centro de orografia suave.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Uma Unidade-Plano onde ainda permanece como importante uma ocupação do solo com uso agrícola, emergem 55% da área total da Unidade como agricultados ou susceptíveis de serem agricultados, pontuação de pequenos “bosques” de pinheiro manso, estrutura urbana em crescimento filiforme ao longo das vias, disseminação de actividades industriais dispersas (fenómeno crescente).

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

É ainda relevante a ausência total de redes de drenagem de esgotos domésticos e pluviais, carência da ordem dos 47% da rede telefónica, recolha de resíduos sólidos urbanos existente mas por qualificar, distribuição homogénea em toda a Unidade seja das existências seja das ausências.

DOS EQUIPAMENTOS

Rede existente concentrada na Terrugem, ausência de estabelecimentos de ensino secundário, de Prevenção e Segurança, de Desporto, carência de reforço do abastecimento alimentar, ausência de Correios e Telecomunicações. Distribuição pouco homogénea.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Para uma densidade populacional da ordem dos 1,2 habitantes/hectare, a população e alojamentos censados em 1981 atingia os 3 500 habitantes em 1 400 fogos, com projecções acumuladas para 1991 (a sugerir medidas). O alojamento caracteriza-se pela dominância da apologia unifamiliar.

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

A estrutura urbana de claro desenvolvimento linear provoca imediata reflexão no grau crítico da segurança na travessia dos aglomerados, implantação da indústria com correspondência ao recurso existente (calcários) e disseminação ao sabor da estrutura da propriedade (desenho do cadastro). Solo agredido por explorações a céu aberto (esgotados). Tecido de actividades difuso e disperso. Carência gravosa no domínio dos equipamentos destinados a jovens e que constituem a maior parte das projecções etárias efectuadas. Infra-estruturação desordenada (nas existências) e ausências importantes. Dificuldades na leitura da paisagem (presença de muitos elementos diversos).

Hab. (91) 1 298 - F (s) 593

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0165	13	8	03	Almorquim	110	38	118	154	53
0169	-	-	06	Cabrela	226	105	243	315	146
0170	-	-	07	Carne Assada	108	49	116	151	68
0171	-	-	08	C. da Cabrela	33	15	35	46	20
0173	-	-	05-06	Faião	94	81	101	131	112
0175	-	-	01	Funchal	18	12	19	25	16
0253	-	-	23	Murganhal	43	11	46	60	15
0178	-	-	06	Silva	47	16	50	66	22
0176	13	9	10	Godigana	250	101	269	350	141
TOTAL 9 AGL					929	428	997	1298	593

Hab. (91) 5 567 F (s) 1 340

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0250	13	9	12	A-do-Pipo	25	10	27	35	14
0164	13	-	13	Alcolombal	180	71	194	252	99
0166	13	-	22	Alpolentim	61	30	66	85	41
0179	13	-	11-12-13	Terrugem	689	270	730	949	371
0251	13	11	15	Casal do Paço	44	17	47	61	23
0180	13	-	19	Vila Verde	1074	418	1150	1495	581

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO,
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



0187	9	36	10-12	Ral	326	102	377	456	142
0184	9	37	11-13	Campo Raso	168	50	194	234	69
TOTAL 8 AGL					2567	968	2785	3567	1340

QUADRO RESUMO

Área 2 839 ha UP's 4A, 4B

UPL's	Hab. (91)	F (s)
4A	1298	593
4B	3567	1340
TOTAL	4865	1933

Registo de Equipamento

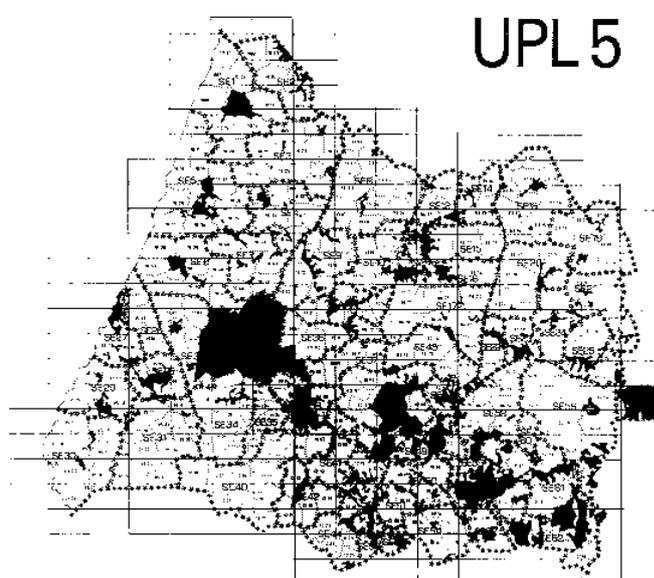
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E. Sec	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Mere.	Cemit.	Patr.	Correi.
164	Alcolombal	X					X				
165	Almorquim										
166	Alpolentim										
169	Cabrela				X						
170	Carne Assada										
171	Casais de Cabrela				X						
173	Faião	X									
175	Funchal										
176	Godigana	X									
178	Silva										
179	Terrugem	X			X	X		X	X	X	
180	Vila Verde	X					X				
184	Campo Raso										
187	Ral	X									
250	A-do-Pipo										
251	Casal do Paço										
253	Murganhal										

Registo de Infra-estruturas
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést	Abast Água	Cabine Telefóni	Ilum Pública	Eléctrica Energia	Lixos Limpeza
164	Alcolombal			X		X	X	X
165	Almorquim			X	X	X	X	X
166	Apolentim			X		X	X	X
169	Cabrela			X		X	X	X
170	Carne Assada			X	X	X	X	X
171	Casais da Cabrela			X		X	X	X
173	Faião			X		X	X	X
175	Funchal			X		X	X	X
176	Godigana			X	X	X	X	X
178	Silva			X	X	X	X	X
179	Terrugem			X	X	X	X	X
180	Vila Verde			X	X	X	X	X
184	Campo Raso			X	X	X	X	X
187	Ral			X	X	X	X	X
250	A-do-Pipo							
251	Casal do Paço							
253	Murganhal					X	X	

UNIDADE DE PLANO 5



DA LOCALIZAÇÃO

A UP5 situa-se ao centro-Sul do Concelho, estabelece fronteira-sul com o Concelho de Cascais, contém a sede do Concelho (a Vila de Sintra) e pronunciando-se no sector nascente da Serra de Sintra desenvolve-se para o interior-Norte (Várzea de Sintra, Cabriz, Carrascal, Nafarros).

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

Um território que abrange 2 739 ha, é caracterizado pelo sector Nascente do maciço da Serra de Sintra, desenhado pelas bacias hidrográficas da Ribeira de Colares, Ribeira de Caparique ou Manique, define a bordadura Nascente da bacia da Ribeira da Lage. Orografia diversa e acidentada, suaviza-se no caminho para o interior-Norte da Unidade.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Ainda nesta Unidade predomina a existência de solo agrícola (38%) mas com emergência da importância do solo edificado (20%) relevando a aglomeração de Sintra, S. Pedro, Lourel, Cabriz a Carrascal, Linhó/Ranholas, com presença significativa de solo florestado (11%). As actividades distribuem-se pelos 3 sectores, constituindo relevância a existência da prestação de serviços face à importante presença do polo alimentativo, político e financeiro, na sede do concelho em claro crescimento e ratificação de especialização funcional

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Já relativamente preenchido por infra-estruturação básica, a Unidade, no conjunto de 21 aglomerados, revela carências da ordem dos 53% e 47% no que se refere a redes de drenagem de esgotos pluviais e domésticos, alguma carência de comunicações (24%), questão emergente, a antiguidade das redes instaladas.

DOS EQUIPAMENTOS

Relativamente distribuída pela UP, a rede de equipamentos (existências) preenche sobretudo os aglomerados de Sintra-Estefânia, S. Pedro, Portela de Sintra e a própria Vila de Sintra e, face ao conjunto de singularidades desta Unidade, a programação das carências deverá obedecer à decisão de critério com vista a potenciar a rentabilização de importante mancha de património cultural edificado. De qualquer forma, e no que se refere a equipamento de base local, a Unidade apresenta configuração positiva.

A centralidade da Unidade deverá decidir da programação de equipamentos de nível central,

relevando-se a apetência para o sector saúde e Ensino Universitário.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com cerca de 20 000 habitantes e 7 000 alojamentos censados em 1981 é dominante o quadro geral da necessidade de proceder a importante investimento na reabilitação do parque existente. Com projecções para 1991 que apontam para a existência de 27 000 habitantes e 9 500 unidades de alojamento, é provável a conflituação entre as dinâmicas provocadas pelo crescimento da importância política-administrativa e financeira e das necessidades de prevenção da imagem urbana caracterizada por qualificação visível.

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

Caracterizada aqui a sede de Concelho, e constituindo como origem-destino de importantes deslocações, a estrutura urbana revela preocupante tendência de desregulação.

Importante o quadro de necessidades que deriva da actuação em tecidos urbanos antigos construindo cenários de investimento avultados.

Necessidade de reequacionar a estrutura das acessibilidades e de direccionar a especialização funcional.

Necessidade de reflectir acerca dos destinos pressionados sobre um património de alto valor ambiental.

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO,
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



Hab. (91) 4348 - F (s) 1544

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0193	11	32	13	Nafarros	384	124	439	536	173
0196	-	-	13	Zibreira	80	27	92	112	37
0189	11	33	8	Carrascal	229	90	262	320	125
0192	-	-	13-14	Morelinho	162	82	188	229	114
0194	-	-	15	Ribeira Sintra	367	127	420	512	177
0195	-	-	8	Várzea Sintra	1314	477	1420	1732	628
0183	9	36	5	Cabriz	650	208	750	907	290
TOTAL 7 AGL					3186	1135	3571	4348	1544

Hab. (91) 22 408 - F (s) 8 073

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0185	9	37	08-09	Lourel	1425	545	1700	2056	786
0188	11	39	24	Sintra (S. Maria)	3585	1359	4100	4958	1879
0216	9	39	05-06	Camélias	120	35	133	161	46
0186	-	-	4	Monte. Santos	179	60	199	240	80
0235	-	-	05-06	Morais	490	197	543	657	264
0236	-	-	7	Portela	2953	1050	3600	4353	1547
0188	-	-	05-07	Sintra (Est.)	3585	1359	4100	4958	1879
0238	-	-	6	Vigia	84	37	93	113	49
0247	12	40	3	Arcos Ramalhão	31	11	37	44	15
0205	-	-	3	Chão de Meninos	182	62	217	257	87
0209	-	-	3	S. Pedro	1149	428	1400	1656	616
0173	12	41	14-15-03	Ranholas	463	124	546	646	208
0210	-	-	2	Vale Flores	298	97	352	416	135
0206	12	42	12-20	Linhó	1956	499	1600	1893	482
TOTAL 14 AGL					16500	5863	18620	22408	8073

QUADRO RESUMO

Área 2 739 ha -UP's 5A, 5B

UPL's	Hab. 91	F (s)
5A	4348	1544
5 B	22408	8073
TOTAL	26756	9617

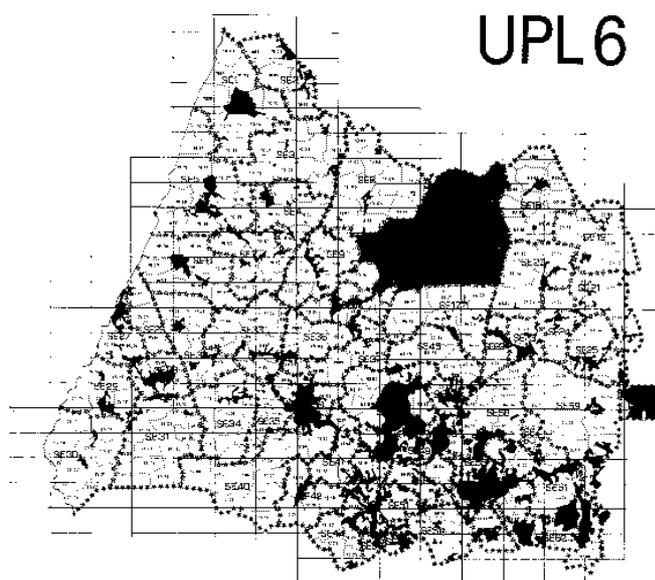
Registo de Equipamento
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E. Sec	Bomb.	Relig.	Saúde	Disp.	Mere.	Cemit.	Patr.	Correi.
000	Sintra (S.Martinho)			X	X	X	X	X		X	X
183	Cabriz									X	
185	Lourel	X	X				X		X		
186	Monte Santos										
188	Sintra-Estefânia	X	X		X	X	X	X		X	
189	Carrascal										
192	Morelinho	X									
193	Nafarros	X					X				
194	Ribeira de Sintra				X	X				X	
195	Várzea de Sintra				X	X				X	
196	Zibreira										
205	Chão de Meninos						X				
206	Linhó	X			X	X	X				
208	Ranholas	X									
209	S. Pedro	X		X	X	X	X	X	X	X	
210	Vale Flores						X				
216	Casal Camélias										
235	Morais										
236	Portela de Sintra	X	X		X	X	X				X
238	Vigia										
247	Arcos do Ramalh. Seteais	X					X			X	

Registo de Infra-estruturas
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilum Pública	Energia Eléctrica	Lixos Limpeza
000	Sintra(S.Martinho)	X	X	X	X	X	X	X
183	Cabriz			X	X	X	X	X
185	Lourel	X	X	X	X	X	X	X
186	Monte Santos			X		X	X	X
188	Sintra-Estefânia	X	X	X	X	X	X	X
189	Carrascal	X		X		X	X	X
192	Morelinho			X	X	X	X	X
193	Nafarros	X	X	X	X	X	X	X
194	Ribeira de Sintra			X	X	X	X	X
195	Várzea de Sintra	X	X	X	X	X	X	X
196	Zibreira	X	X	X		X	X	X
205	Chão de Menin.			X	X	X	X	X
206	Linhó	X	X	X	X	X	X	X
208	Ranholas			X	X	X	X	X
209	S. Pedro	X	X	X	X	X	X	X
210	Vale Flores			X	X	X	X	X
216	Casal Camélias							
235	Morais							
236	Portela			X		X	X	X
238	Vigia							
247	Arcos do Ramalh. Seteais							

UNIDADE DE PLANO 6



DA LOCALIZAÇÃO

A UP6 situa-se a Norte-Nordeste do Concelho, estabelecendo fronteira com o Concelho de Mafra (a Norte) revela um conjunto de aglomerados constituindo-se em si mesmo como um sistema de aglomeração onde é relevante a presença de Pêro-Pinheiro, Montelavar, Maceira e Morelena.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 2 726 hectares, dominada pela bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros, marcada pela exploração intensiva de recursos minerais, com orografia relativamente

acidentada, debruçando-se, a Norte do Vale desenhado pela importante Ribeira de Cheleiros e efectuando a transição da área central planáltica que se desenvolve de Sul para Norte do Concelho.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Ainda caracterizada pelo abraço, a Sul, de solos com elevado potencial agrícola e que define 31 % da área total da Unidade, com solos agricultados ou susceptíveis de serem agricultados da ordem dos 38%, a edificabilidade afecta aqui 16% do território (relevante por se tratar do Norte-Concelho) sobretudo traduzido em importante mancha industrial apoiada no suporte-solo onde foi verificado a exploração de importante recurso, embora sejam também verificados interessantes singularidades (34 matadouros privados - o leitão de Negrais).

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Grave quadro de carências ao nível de drenagem de esgotos pluviais e domésticos (urbano-residencial e urbano-industrial), na Unidade-Plano é grave a ausência de tratamento do residual industrial. Séria carência na rede de Telecomunicações. Ausências verificados na rede de abastecimento de água. Verificadas ausências na recolha de resíduos sólidos.

DOS EQUIPAMENTOS

Rede concentrada em Pêro-Pínheiro e em Montelavar, carências na Prevenção e Segurança, abastecimento Alimentar Público pouco distribuído, carência na rede de cemitérios, de distribuição do Correio, ausências de suporte à formação profissional face à especificidade do tecido industrial presente.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com uma densidade populacional da ordem dos 3,3 habitantes/hectare, revelador da presença significativa se comparada com as Unidades do restante Norte-interior do Concelho, foram censados em 1981 cerca de 9 000 habitantes e 3 500 alojamentos, com projecções para 1991 da

ordem dos 12 700 habitantes e 4 800 unidades de alojamento. As projecções revelam um forte crescimento da população jovem e de terceira idade, com relativa estabilização da população em idade activa. E preponderante, em qualquer caso, a presença do sexo feminino.

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

Necessidade de proceder à reestruturação da Unidade-Plano, cuidando da singularidade revelada neste território (diversificação da população activa pelo tecido industrial e simultaneamente pela agricultura). Urgente investimento na reflexão a operar acerca do quadro de problemas que deriva da ausência de tratamento dos resíduos industriais. Redimensionamento e requalificação da rede viária. Necessidade de programas de investimento no sector transferência dos modos de transporte e formação profissional. Satisfação das ausências de infra-estruturação básica e da rede de equipamentos. A Unidade-Plano, traduzido no GPD em determinadas áreas-projecto, aconselha urgente investimento em obter instrumentos de planeamento.

Hab. (91) 11 320 - F(s) 4210

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloi 81	Pop 85	Pop 91	Aloi 91
0167	13	10	09	Armés	230	65	246	321	90
0252	-	-	25	C. Sequeiro	12	11	13	17	15
0174	-	-	15	Fervença	89	32	95	124	44
0177	-	-	15	Lameiras	542	205	581	757	286
0077	06	12	06	Maceira	1079	415	1240	1532	589
0085	-	-	02	Rebanque	83	37	94	116	51
0078	06	13	09-10	Montelavar	1521	626	1800	2223	914
0063	06	14	03	Anços	608	227	687	849	316
0084	06	15	10-11	Pero Pinheiro	1914	665	2200	2717	943
0079	06	16	15	Morelena	1183	430	1400	1729	628
0071	06	17	16	Covões	170	57	192	237	79
0072	-	-	16	Façon	500	183	565	698	255
TOTAL 12 AGL					7931	2953	9113	11320	42101

UPL 6B

Hab. (91) 1402 - F(s) 572

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0083	06	14	05	Pedra Furada	129	47	146	180	65
0041	03	18	05	Alfouvar	61	30	65	85	41
0049	-	-	04	Mastrontas	69	29	74	96	40
0050	-	-	03-05	Negrais	666	273	700	918	376
0062	-	-	06	Sta. Eulália	35	17	37	49	23
0052	-	-	05	Pedra Furada	53	20	56	74	27
TOTAL 5 AGL					1013	416	1078	1402	572

QUADRO RESUMO

Área 2726 ha - UP's 6A, 6B

UPL's	Hab. (91)	F (s)
6A	11320	4210
6B	1402	572
TOTAL	12722	4782

Registo de Equipamento

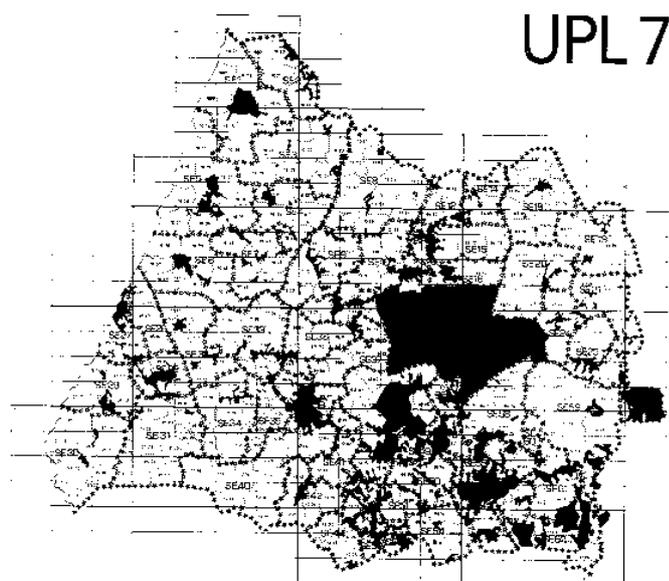
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E. Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
041	Alfouvar				X						
049	Mastrontas										
050	Negrais	X			X	X	X				
062	Santa Eulália				X					X	
063	Anços	X									
071	Covões										
072	Fação							X			
077	Maceira	X			X		X				
078	Montelavar	X	X	X	X		X	X	X		X
079	Morelena	X			X						
083	Pedra Furada										
084	Pero Pinheiro	X			X	X	X	X			
085	Rebanque				X						
167	Armés										
174	Fervença										
177	Lameiras	X					X				
252	Casal Sequeiro										

Registo de Infra-estruturas
(Inquérito 198611987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést	Abast Água	Cabine Telefóni.	Ilum Pública	Energia Eléctrica	Lixos Limpeza
041	Alfouvar				X	X	X	X
049	Mastrontas			X		X	X	X
050	Negrais				X	X	X	X
062	Santa Eulália				X	X	X	X
063	Anços			X	X	X	X	
071	Covões			X		X	X	X
072	Fação				X	X	X	X
077	Maceira				X	X	X	X
078	Montelavar				X	X	X	X
079	Morelena				X	X	X	X
083	Pedra Furada			X		X	X	X
084	Pero Pinheiro	X	X	X	X	X	X	X
085	Rebanque					X	X	X
167	Armés			X		X	X	X
174	Fervença				X	X	X	X
177	Lameiras			X	X	X		
252	Casal Sequeiro							

UNIDADE DE PLANO 7



DA LOCALIZAÇÃO

A UP 7 situa-se no Centro-Nascente do Concelho, estabelece articulação entre o Nordeste e Sul do Concelho, é relevante o aglomerado do Sabugo e Vale de Lobos.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 1 894 hectares, marcada pelas cabeceiras-Norte da bacia hidrográfica da Ribeira das Jardas (de Barcarena), pelo sistema que a Sul inicia a bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros, área limitada a Sul pela encosta Norte do sistema Sintra-Carregueira e desenvolvendo-se para Norte e Poente em território planáltico que domina a área central do Concelho.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

A existência de elevada percentagem de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional (42% do total da Unidade) dos quais 26% estão agricultados ou susceptíveis de serem agricultados, define decididamente a especialização funcional a promover. A mancha florestal (6%) encorta as cabeceiras do sistema da Ribeira das Jardas e Cheleiros. A edificabilidade (dispersa) preenche apologias de habitação unifamiliar e estabelecimentos industriais difusos. Alguma actividade no sector hoteleiro (Vale de Lobos). O emprego diversifica-se pelo sector primário e secundário.

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Do conjunto de aglomerados que constituem esta Unidade-Plano é relevante a carência de redes de saneamento (pluviais e urbanos), quantificadas em 87%, má distribuição da rede de comunicações.

Existência de recolha de resíduos sólidos com indicador de qualidade a determinar.

DOS EQUIPAMENTOS

A rede existente revela deficiências (por ausência) nas áreas do abastecimento alimentar, ensino secundário, prevenção e segurança, cemitérios, enorme carência de estabelecimentos de correios e telecomunicações, existência de especialização na área da saúde (Telhal). A rede concentra-se sobretudo no Sabugo (a nascente da UP) com distribuição muito pouco homogénea.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com uma densidade populacional na ordem dos 2,4 habitantes/hectare, foram censados em 1981, 4 528 habitantes para 1 497 alojamentos, supõe-se uma projecção para 1991 de 7 806 habitantes e a possível existência de 2 334 fogos. Revelador das características de ambiguidade da Unidade-Plano (charneira entre a ZUD e o interior-norte do Concelho), é notada uma projecção

significativa da fase etária mais jovem mas também da terceira idade (sexo feminino em ambos os casos).

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

Estrutura Urbana de morfologia desenhada pela travessia de estradas ou a imediata adequância de importantes vias, revela tendência para o crescimento ao longo das vias. Relativa concentração das malhas urbanas. Necessidade de programas rede de equipamentos fortemente distributiva. Potenciar o uso do recurso traduzido pela importância qualitativa dos solos disponíveis e integrados na Reserva Agrícola Nacional. Importância dos encargos para solucionar carências graves no quadro da infra-estruturação. Obter respostas às relações de ambiguidade verificados nesta UP face à proximidade com o eixo Lisboa-Sintra e a pendência dos sectores tradicionais (interior-Norte Concelhio).

Área \simeq 1 894 ha - Hab. (91) 7 806 - F(s) 2 334

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0070	06	17	20	Cortegaça	283	115	320	395	160
0082	-	-	21	Palmeiros	139	60	157	194	83
0054	03	22	25	Sabugo	1259	469	1400	1837	684
0057	03	23	27	Vale de Lobos	616	272	670	878	387
0030		45	04-12	Barrosa	333	115	363	450	155
0031	-	-	11	Casal da Mata	31	14	34	42	18
0032	-	-	14	Coutinho Afonso	213	90	232	288	121
0036	-	-	13-04	Sacotes	763	243	1000	1241	395
0037	-	-	11	Telhal	891	119	2000	2481	331
AGL					4528	1497	6176	7806	2334

Registo de Equipamento

(Inquérito 1986/1987)

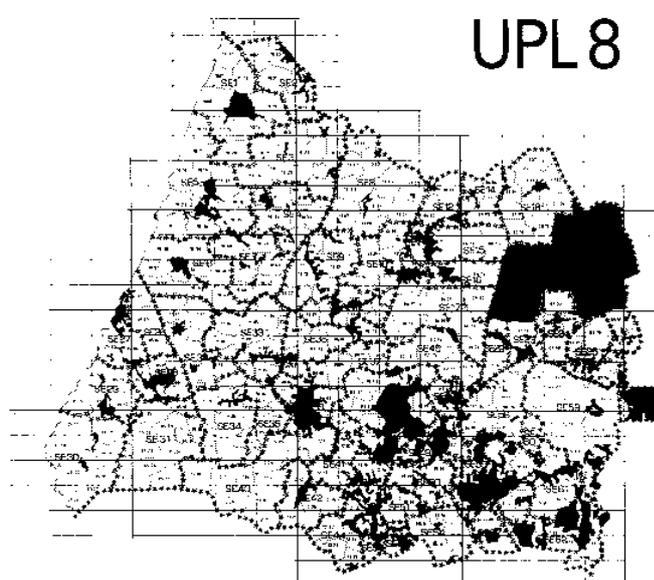
N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E.Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
030	Barrosa										
031	Casal da Mata										
032	Coutinho Afonso										
036	Sacotes										
037	Telhal										
054	Sabugo	X			X	X	X			X	X
057	Vale de Lobos						X				
070	Cortegaça	X			X						
082	Palmeiros	X									
034	Pexiligais										

Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilumi Pública	Eléctrica Energia	Lixos Limpeza
030	Barrosa			X		X	X	X
031	Casal da Mata			X		X	X	X
032	Coutinho Afonso			X	X	X	X	X
036	Sacotes			X		X	X	X
037	Telhal			X		X	X	X
054	Sabugo	X	X	X	X	X	X	X
057	Vale de Lobos			X	X	X	X	X
070	Cortegaça			X	X	X	X	X
082	Palmeiros			X		X	X	X
034	Pexiligais			X		X	X	X

UNIDADE DE PLANO 8



DA LOCALIZAÇÃO

Situada a Nordeste do Concelho, constituindo fronteira Concelhia com os Municípios de Mafra e Loures a Nascente, integra o aglomerado de Almargem do Bispo sede de Freguesia.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 2 733 ha, dominada pela bacia hidrográfica da Ribeira de Loures e início de cabeceiras dos sistemas do Jamor e de Barcarena, ainda integrando parte da bacia da Ribeira de Cheleiros, vales orientados a Noroeste e Nascente, com orografia delimitando áreas

de planalto onde ocorre intensa actividade agrícola.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Predomina a existência de solos agricultados (43% do total da Unidade) dos quais 23% integrados na Reserva Agrícola Nacional, alguma massa florestada (5%), o solo afecto a edificação atinge os 12% parte do qual integrado em logradouros privados, actividade claramente dominante no sector primário, actividade discreta no sector secundário e provavelmente à margem da economia censada.

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

É relevante a carência global dos sectores de drenagem das águas pluviais e domésticas, alguma carência da rede de abastecimento de água (da ordem dos 50% de população não servida), não cobertura total da rede de telefones, recolha de resíduos sólidos existente mas por qualificar.

DOS EQUIPAMENTOS

Com rede concentrada na sede de Freguesia, Almargem do Bispo, sublinhamos a carência em toda a Unidade de estabelecimentos de ensino secundário, de prevenção e segurança, do abastecimento alimentar público, ausência de correios e telecomunicações, ausência de equipamentos de apoio às actividades económicas designadamente ao sector primário.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Com 5 000 habitantes e 2 000 alojamentos censados em 1981, densidade populacional de 1,8 habitantes/hectare e com projecções que apontam (1991) para existência de 7 000 habitantes e necessidade de mais ou menos 3 000 fogos, é verificado um processo relativamente presente de recurso ao clandestino, e relevante a eventual promoção da Unidade residencial do Casal do Carniceiro com impacto significativo na estrutura dos sistemas de redes de mercado de

actividades.

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

Por excelência, a Unidade centra o desenvolvimento do sector primário carente de equipamentos específicos a esta actividade económica (rede de frio, formação profissional), com resposta ausente a este sistema de relações.

Relevantes e emergentes as graves carências das redes gerais de infra-estruturas e descompensações ao nível da rede de equipamentos, a exigir forte actuação e investimento.

A proximidade à primeira coroa da cidade de Lisboa e proximidade a destinos de emprego nos sectores secundário e terciário, vem provocando o crescimento de solicitações de residência num mercado caracterizado, nesta Unidade, pelo recurso a processos marginais.

Provável cenário de diversificação funcional quando melhoradas as acessibilidades ao centro face à execução da Radial da Pontinha. Necessidade de sustentar o desenvolvimento do sector primário conciliado com outro tipo de actividade de que se esboçam os primeiros acontecimentos.

Hab. (91) 3499 - F (s) 1258

INE	F	SE	SC	AGL	Pop.81	Aloj 81	Pop.85	Pop.91	Aloj 91
039	3	19	12	Albogas	456	166	485	637	231
060	-	-	07-08	Covas de Ferro	437	173	465	610	241
042	3	20	19	Almarg. Bispo	762	246	810	1063	343
051	-	-	24	Olelas	147	61	156	205	85
059	03	21	21	Aruil	711	259	750	984	358
TOTAL 5 AGL					2513	905	2666	3499	1258

Hab. (91) 3510 - F (s) 1692

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0044	3	21	37-38	Camarões	415	205	442	579	286
0043	3	24	29-30	Almornos	749	406	950	1245	674
0047	3	25	33-35	D. Maria	1021	434	1080	1415	601
0215	-	-	34 1	Olival Santíssimo	194	94	207	271	131
TOTAL 4 AGL					2379	1135	2679	3510	1692

QUADRO RESUMO

Área \simeq 2733 ha – UPL's 8A, 8B

UPL's	Hab. (91)	F (s)
8A	3499	1258
8 B	3510	1692
TOTAL	7009	2950

Registo de Equipamento

(Inquérito 1986/1987)

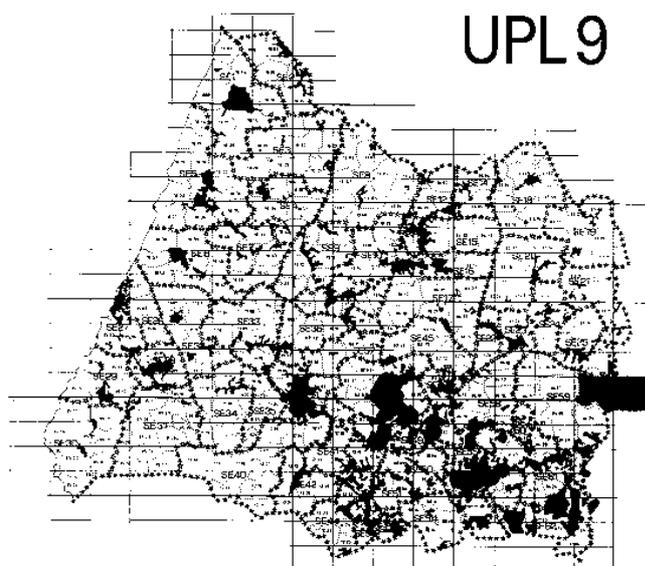
N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E.Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
039	Albogas	X					X				
042	Almarg. Bispo	X			X	X	X		X	X	
043	Almornos	X			X		X				
044	Camarões	X			X		X				
047	D. Maria	X			X		X				
051	Olelas						X				
059	Aruil	X			X		X				
060	Covas de Ferro	X									

Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilumi Pública	Eléctrica Energia	Lixos Limpeza
039	Albogas			X		X	X	X
042	Almarg. Bispo	X	X		X	X	X	X
043	Almornos					X	X	X
044	Camarões			X	X	X	X	X
047	D. Maria				X	X	X	X
051	Olelas			X	X	X	X	X
059	Aruil				X	X	X	X
060	Covas de Ferro				X	X	X	X

UNIDADE DE PLANO 9



DA LOCALIZAÇÃO

A UP9 situa-se a Nascente-Sul do Concelho, fronteira com os Concelhos de Amadora e Loures, integrando aglomerados já na bordadura da área territorial pendente do Caminho de Ferro Lisboa-Sintra dos quais destacaríamos Belas, Idanha e Casal de Cambra.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A Unidade-Plano envolve 2 407hectares, dominada claramente pelo complexo de bacias hidrográficas do Rio Jamor, Ribeira de Carenque... com orografia acidentada, marcada pelo sistema da Serra da Carregueira, particularmente sensível às intervenções humanas.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

Predomina a existência de massas florestadas cobrindo 24% da área total da Unidade, várzeas agrícolas bens delimitados pela orografia (7% da área da Unidade dos quais 3% inscritos na Reserva Agrícola) área importante afecta a solo edificado (20%) grande parte do qual determinado por loteamentos clandestinos, importante afectação a sistemas únicos (14%). A função residencial predomina em tipologias unifamiliares, pronunciando-se a habitação colectiva com forte crescimento recente no sub-sistema Idanha-Belas. Actividades industriais dispersas. Importante presença de equipamento recreativo privado (campo de Golfe da Carregueira).

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

Do conjunto de aglomerados que constituem esta Unidade-Plano é relevante o quadro geral de carência de infra-estruturas (45% em esgotos domésticos e pluviais), 11% em abastecimento de água, 33% em rede telefónica. Existência de recolha de resíduos sólidos com indicador de qualidade medíocre.

DOS EQUIPAMENTOS

Concentrando-se em Belas-Idanha, a rede de equipamentos manifesta deficiências nas áreas alimentar, saúde, desporto, correios e telecomunicações, ensino secundário, sendo verificada uma importante rede programada (ainda não construída) sobretudo no sub-sistema de Casal de Cambra beneficiário de Plano Geral de Urbanização.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTO

Para uma densidade populacional de 6,5 habitantes/hectare (1981), a Unidade-Plano revela a existência censada da ordem dos 16 000 hab., 5 000 alojamentos, com projecções para 1991 de 22 000 habitantes e 7 000 fogos. A área é sujeita a um importante processo de recurso ao clandestino constituindo-se como recurso de população com origens externas ao Concelho. É verificado um processo crescente de edificação licenciada (Urbanização colectiva).

DIAGNOSTICO CRÍTICO

A ocupação do solo revela precedente de pressão nas decisões comprovada pelas existências recentes de unidades residenciais ofendendo encostas de fortes declives. Rede de infra-estruturas e equipamento a exigir emergências de planeamento e programação. Irreversibilidade do processo de edificação clandestina, provocando um cenário futuro de forte investimento na recuperação/reconversão. Agressão crescente a solos florestados com consequências gravosas no equilíbrio hídrico das bacias hidrográficas. Difícil drenagem de actividades que derivam de carências estruturais nas redes de transporte em modo rodoviário. Problemas sérios nas fronteiras Municipais, emergência de acções concertadas. Importante a defesa e desenvolvimento da área recreativa da Carregueira.

Hab. (91) 13 283 - F (s) 4094

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0146	04	59	30	Casal Ág. Livr.	62	19	66	87	26
0145	-	-	11	Casal Carreg.	44	18	47	62	25
0149	-	-	30	Casal Pelão	127	53	283	373	155
0218	-	-	3	Serra Cambra	136	49	145	190	68
0219	-	-	28	Serra Silveira	1346	399	1400	1845	546
0162	04	60	22	Venda Seca	1096	327	1150	1515	452
0143	04	61	23-24-25	Belas	2583	836	2750	3624	1172
0152	-	-	24	Idanha	4241	1253	4240	5587	1650
TOTAL 8 AGL					9635	2954	10081	13283	4094

Hab. (91) 8313 - F (s) 2980

INE	F	SE	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
148			3	Casal Cambra	5906	2124	6100	8038	2890
157			1	Serra Helena	191	63	208	275	90
TOTAL 2 AGL					6097	2187	6308	8313	2980

QUADRO RESUMO

Área 2407 ha UP's 9A, 9B

UPL's	Hab. (91)	F (s)
9A	13283	4094
9 B	8313	2980
TOTAL	21596	7074

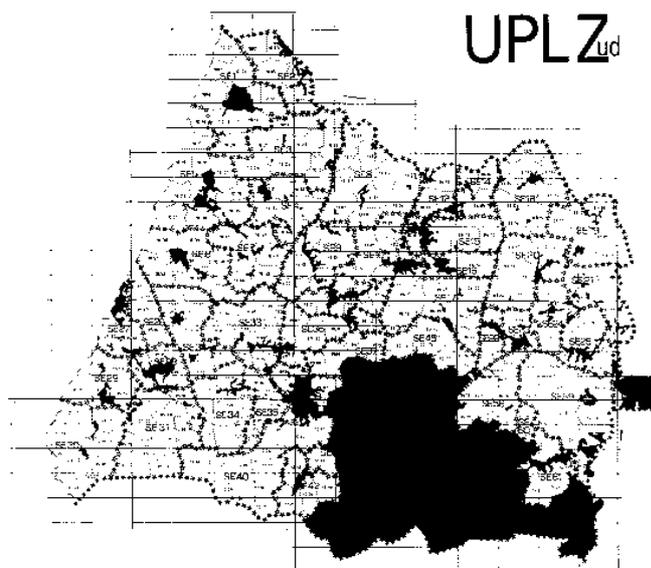
Registo de Equipamento
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E.Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
143	Belas	X	X	X	X	X	X		X	X	X
145	Casal da Carreg.										
146	C. de Águas Livr.										
148	Casal de Cambra	X				X					
149	Casal Pelão										
152	Idanha	X					X			X	
156	Rio de Sapos	X			X						
157	Serra da Helena										
162	Venda Seca	X			X						
218	Serra C. Cambra										
219	Serra da Silveira	X									
323	Carenque	X							X	X	

Registo de Infra-estruturas
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilumi Pública	Eléctrica Energia	Lixos Limpeza
143	Belas	X	X	X		X	X	X
145	Casal da Carreg.							
146	C. de Águas Livr.							
148	Casal de Cambra	X	X	X	X	X	X	X
149	Casal Pelão			X	X	X	X	X
152	Idanha	X	X	X	X	X	X	X
156	Rio de Sapos			X		X	X	X
157	Serra da Helena					X	X	X
162	Venda Seca	X	X	X	X	X	X	X
218	Serra C. Cambra			X		X	X	X
219	Serra da Silveira							
323	Carenque	X	X	X	X	X	X	X

UNIDADE DE PLANO ZUD



DA LOCALIZAÇÃO

A ZUD constitui uma Unidade-Plano desenvolvendo-se a Sul-Nascente do Concelho, desenvolve-se ao longo do Caminho de Ferro Lisboa-Sintra, constituindo inequívoca aglomeração traduzindo a expansão ocidental da cidade de Lisboa (a Noroeste) e na qual se relevam os aglomerados de Queluz, Agualva-Cacém, Rio de Mouro e Algueirão-Mem Martins.

DA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FÍSICA

A aglomeração desenvolve-se em 4 870 ha, território desenhado pelas bacias hidrográficas do Rio Jamor, Ribeira de Barcarena (ou da Jardas) Ribeira da Lage e ainda da Ribeira de Caparíde, provocando a abertura de Vales com orientação Norte-Sul e dirigidos ao Tejo. Relativamente acidentado, onde predominam as encostas com orientações Nascente-Sul-Poente, a área preenche sobretudo a encosta Sul do sistema colinar Sintra-Carregueira.

DA OCUPAÇÃO DO SOLO E ACTIVIDADES

É aqui que emerge o solo edificado como o modo de ocupação preponderante. Na Unidade Estado afectos 45% da área total a solo edificado e, traduzindo claramente o processo de crescimento encontramos ainda 23% do solo em regime de agricultado ou susceptível de ser agricultado embora as áreas integradas na RAN correspondem a 8% da existência. Integradas em sistemas únicos sublinhamos 4% de existências e é relevante a percentagem de solos não qualificados (17%) e portanto com provável potencial edifcatório.

A população activa residente nesta Unidade, reparte-se 75,6% pelo sector terciário, 64,7% pelo sector secundário e 15,0% pelo sector primário, tradução clara da tipologia dos habitantes que preenchem um total de 41 aglomerados.

É indiscutivelmente nesta Unidade que se concentra o grande número de postos de trabalho existentes no Concelho (postos de trabalho censados) verificando-se aqui 6,2% do total da existência no sector primário, aproximadamente 55% de existências no sector secundário e de 52% de existências no sector terciário. Relevante, claramente o facto daquelas percentagens se verificarem em 12% da área do terciário Concelhio, que é, afinal a área da Unidade-Plano em referência.

O sector secundário na Unidade manifesta uma estrutura sobretudo dirigida à Alimentação, Bebida e Tabaco, Químicas, Papéis/Artes Gráficas e Edições, Têxteis/Vestuário e Calçado com concentrações evidentes nos aglomerados de Agualva-Cacém e Algueirão-Mem Martins.

É ainda nesta Unidade que se concentra a maior actividade no sector da Construção Civil, com uma média de edifícios concluídos que oscila por ano, em mínimos de 83 (1976) a 252 (1979), e valores conhecidos de 220 (1980) e 185 (1981).

Significativo ainda da actividade de Construção Civil nesta Unidade e da eminente função residencial, é o número de licenças de habitação concedidas entre 1981-1987 que, nesta Unidade-Plano, atingiu o valor de 12 000 alojamentos (média anual de 1700 o que

corresponderá, grosso modo a 170 edifícios). Esta realidade sublinha a tendência já reflectida anteriormente pelo GPD (vidé 04 - Estudos Económicos) e que aponta para a desaceleração.

DA INFRA-ESTRUTURAÇÃO

A Unidade que acolhe a maior concentração humana no Concelho de Sintra manifesta ainda sérias carências no que se refere a infra-estruturação básica, designadamente da ordem dos 46% no sector de redes de drenagem de esgotos domésticos e pluviais. O abastecimento de água cobre a totalidade dos lugares e aglomerados recenseados uns com indicadores de prestação ainda irregulares. Sérias deficiências ao nível da hierarquia e articulação das existências em rede viária. Cobertura de recolha de resíduos sólidos urbanos com indicador de qualidade por determinar. Existências potenciais (a Unidades/edifícios) de distribuição de gás. Investimentos recentes na rede telefónica contribuíram para melhorias.

DOS EQUIPAMENTOS

A abordagem desta questão (a rede existente e a rede programada) na área territorial da ZUD, obteve no GPD, a reflexão e a carga de informação às escalas de trabalho 1/5000.

É clara a determinação de graves carências no quadro das existências mas reflecte grande positividade o quadro das existências programadas. Isto é, se a rede disponível para uso das populações é, hoje, insuficiente seja em termos quantitativos, seja de qualidade, seja ainda de ausências, por outro lado, a rede existente em programa (localizações disponíveis em terrenos integrados no domínio privado da Câmara e obtidos nos quadros de cadências negociados no licenciamento dos loteamentos), revela uma conformação geral muito positiva.

O problema reside na programação efectiva da sua realização, isto é, em obter as satisfações de cumprimento de condições de licenciamento de loteamentos, por um lado, e em obter compromissos orçamentais do próprio Município para a realização da rede.

A caracterização do sistema urbano, e neste caso, na ZUD, prosseguirá, obtendo-se, em

conjugação com os serviços municipais, a construção dos CATÁLOGOS DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES E PROGRAMADOS, tarefa em prosseguimento e que exige o envolvimento daqueles.

DA POPULAÇÃO E ALOJAMENTOS

Em 1981, residiam nesta área territorial (claramente da expansão noroeste da cidade de Lisboa), 154 000 habitantes em 52 000 fogos, sendo previsível a existência em 1991 de 219 000 habitantes em cerca de 74 000 fogos.

A monitorização (sempre exigida) da informação, sobretudo nesta área territorial, impõe-se como a RECOMENDAÇÃO MAIOR do processo PDM. Sem a implementação da FICHA DE REGISTO DE PROCESSOS DE INVESTIMENTO e a sua disponibilidade em sistema informatizado não será possível induzir as reformas exigidas ao sistema de planeamento e gestão urbanística.

De qualquer forma, o esforço conduzido pelo GPD na obtenção de informação-base (traduzido na consulta de milhares de processos, a maioria dos quais de instrução pouco clara),¹ revela um importante stock de existências programadas no que se refere a unidades de alojamento (fogos), mas importantes medidas de governo local emergem como necessidade dessa existência se vir a revelar em factos construídos.

A construção do D1. ENQUADRAMENTO, e os comentários que então o GPD produziu mantêm actualidade.

DIAGNÓSTICO CRÍTICO

Se sucintos, diríamos que esta área territorial “sofre” de um quadro geral de problemas a impor como condição de ultrapassagem, um esforço importante de reflexão estratégica envolvendo a direcção política do Município, o GPD e o Departamento de Urbanismo.

O quadro de problemas percorre transversalmente todas as questões sectoriais.

Os transportes (articulação dos modos), novas disponibilidades, novas proposições de rede viária, novas conformações da rede ferroviária.

Os equipamentos a exigir importantes compromissos e concertações com vista à implementação desejada e buscando-se (em permanência) a redução da margem de objecto de periferia. Acrescentar urbanidade, reduzir as necessidades de busca nas áreas centrais da cidade de Lisboa.

As unidades residenciais (as existências e as programadas) a exigir grande esforço de redimensionamento, renegociação, redesenho, de forma a permitir iniciar um processo que conduza à obtenção de tecidos contínuos marcados (ou a marcar) com descontinuidades funcionais de outro tipo (o parque urbano, por exemplo).

As actividades, a merecer importantes acrescentes de investimento de base (comunicações, transportes, novas disponibilidades) no sentido de favorecer fixações desejadas (ainda desejadas) e importantes na obtenção dos reequilíbrios regionais.

O quadro geral de infra-estruturação a merecer (ainda) importantes necessidades de programação e investimentos.

A configuração futura desta área territorial (área crítica) depende da abstenção da MESA DE CONCERTAÇÃO que interna ao Município envolve à direcção política e os serviços.

Depois, concertar com os outros.

CONSIDERAÇÃO DAS ÁREAS-PROJECTO

É clara a determinação legal da necessidade do processo PDM induzir a elaboração de planos gerais de urbanização (e provocar outras figuras), traduzindo indicações aos níveis inferiores (mas não menos importantes) do sistema de planeamento e coordená-las.

É claro ainda e conhecido o desejo de se proceder à reforma do sistema legislativo que informa

as figuras do plano actualmente existentes no país. Conhecemos e reflectimos o documento divulgado e conhecido por “Planos Municipais de Ordenamento do Território”, com origem no MPAT e que já obteve importantes contribuições de associações profissionais, designadamente da Sociedade Portuguesa de Urbanistas.

Sendo assim (e ainda que circunscritos a estas observações) é clara a necessidade do GPD propor a configuração das áreas territoriais que informarão a elaboração dos planos de urbanização decorrentes, e clara ainda a necessidade de prosseguir a instrução da informação-base de cada área-projecto com o objectivo evidente de coordenar as reflexões a obter em diferentes escalas de trabalho e provocar a verificação (e acrescento) dos programas de investimento naquelas escalas.

Importaria, portanto, esgotar na medida do possível o dever de obter a maior quantidade de informação-base existente, conformá-la também com as medidas e proposições com origem no processo PDM, de forma a facilitar aos outros aquilo que, a nós, tem sido permanentemente recusado ou de difícil obtenção.

Nesta escala de trabalho (a Área-Projecto) obtivemos das expressões do actual quadro legislativo que regulamenta a figura PDM. Preparados estamos para dar cumprimento imediato às novas formulações inscritas no documento já referido (PMOT).

A caracterização do sistema urbano vive em regime de permanente carga de informação.

O quadro determinado, articulado com as Medidas de Política Municipal de Ordenamento propostas, pode (e deve) provocar, indiscutivelmente, importantes avanços no sistema de planeamento e gestão urbanística no Município de Sintra.

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO,
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



Hab. (91) 219 141- F (s) 73 400

Área 4 870 ha

INE	F	S	SC	AGL	Pop 81	Aloj 81	Pop 85	Pop 91	Aloj 91
0204	12	43	12-14-15	Abrunheira	1534	513	1720	2035	680
0248	12	44	25	Barrunchal	142	46	168	198	64
0227	-	-	24	C. Marmelo	13	17	15	18	23
0207	-	-	18	Manique Cima	439	151	518	613	210
0028	02	46	01-08	Algueirão M.M.	27574	9142	34000	42184	13985
0214	-	-	06	C. M. Martins	1068	349	1100	1365	446
0029	02	47	09-10	Baratã	420	144	473	586	200
0034	-	-	10	Pexiligais	368	137	414	514	191
0035	-	-	09	Recoveiro	257	87	289	359	121
0099	08	48	01-02	Rinchoa	4834	1863	5200	6621	2551
0096	08	49	03	Mercês	4661	1508	5200	6621	2142
0230	-	-	03	Serra Minas	3647	1041	3600	4584	1308
0090	08	50	05	Alto Forte	387	148	433	552	211
0093	-	-	-	Cova Coelho	258	92	289	368	131
0094	-	-	05	Covas	271	89	304	386	126
0698	-	-	08	Paiões	488	162	547	696	231
0106	-	-	08	Rio Mouro	4883	1572	5500	7003	2254
0101	-	-	08	Rio M. Velho	553	155	619	789	221
0089	08	51	10-11	Albarraque	1363	467	1400	1783	610
0245	-	-	10	Bairro Bola	105	36	116	147	50
0228	-	-	11	Casal Peça	192	79	211	269	110
0229	-	-	09	Moncorvo B.	29	12	32	41	16
0097	-	-	09	Moncorvo C.	57	17	63	80	23
0103	-	-	09	Serradas	116	37	128	163	51
0226	08	52	12	Bairro Tabaqueira	1184	352	1200	1528	454
0092	-	53	13	Cabra Figa	662	209	770	980	309
0105	-	-	13	Varge Mondar	629	214	690	878	298
0231	-	-	13	Varg. M. Cima	97	34	106	135	47
0091	08	54	18	Asfamil	123	38	135	172	53
0095	-	-	16	Francos	623	212	660	840	285
0102	-	-	17	S. Ligeiras	91	29	100	127	40
0106	-	-	-	Várzea	48	17	53	67	23
0212	01	53	01	Mira Sintra	9340	2197	9400	11607	2730
0200	01	56	04	Abelheira	3543	1175	5000	6174	2047
0199	-	-	04-07	Agualva-Cacém	34041	11796	38800	47910	16601
0202	-	-	02	Lopas	1172	390	1300	1605	534
0203	01	57	12	S. Marcos	833	267	950	1173	375
0161	04	58	18	Tala	291	99	308	406	138
0198	07	62	02	Massamá	5744	2088	10800	13634	4956
0225			06-07-09	Quarteiras	117	45	129	163	62
0197	-	-	03-04-07	Queluz	41 112	14 141	42550	53 767	18 493
TOTAL 41 AGL					153309	51167	175290	219141	73400

Registo de Equipamento
(Inquérito 1986/1987)

N.º	AGLOMERADO	E. Pri.	E.Sec.	Bomb.	Relig.	Saúde	Desp.	Merc.	Cemit.	Patr.	Correi.
028	Alg.-Mem Martins	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
029	Baratã	X			X						
089	Albarraque	X			X	X	X				
091	Asfamil					X					
092	Cabra Figa	X			X	X					
095	A-dos-Francos	X					X				
096	Mercês	X		X		X	X	X			X
098	Paiões	X					X				
099	Rinchoa	X			X	X	X	X			
101	Rio de Mouro	X			X	X	X		X		X
197	Queluz	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
198	Massamá	X	X			X	X	X			
199	Agualva-Cacém	X	X	X	X	X	X		X	X	X
202	Lopas	X									
204	Abrunheira	X									
207	Manique	X			X						
212	Mira Sintra	X			X	X	X	X			
228	Casal da Peça	X									
230	Serra das Minas	X	X		X		X				
	Monte Abraão										
	Pendão										

7. O SISTEMA URBANO: A CARACTERIZAÇÃO,
AS INFRAESTRUTURAS E OS EQUIPAMENTOS



Registo de Infra-estruturas

(Inquérito 198611987)

N.º	AGLOMERADO	Esgotos Pluviais	Esgotos Domést.	Abast. Água	Cabine Telefóni.	Ilumi Pública	Eléctrica Energia	Lixos Limpeza
028	Algueirão M.M.	X	X	X	X	X	X	X
029	Baratã			X	X	X	X	X
089	Albarraque	X	X	X	X	X	X	X
091	Asfamil			X	X	X	X	X
092	Cabra Figa			X	X	X	X	X
094	Covas			X	X	X	X	X
095	A-dos-Francos			X	X	X	X	X
096	Mercês	X	X	X	X	X	X	X
698	Paiões			X	X	X	X	X
099	Rinchoa	X	X	X	X	X	X	X
106	Rio Mouro	X	X	X	X	X	X	X
103	Serradas			X	X	X	X	X
105	Varge Mondar			X	X	X	X	X
161	Tala			X	X	X	X	X
197	Queluz	X	X	X	X	X	X	X
198	Massamá	X	X	X	X	X	X	X
199	Agualva-Cacém	X	X	X	X	X	X	X
200	Abelheira	X	X	X	X	X	X	X
202	Lopas	X	X	X	X	X	X	X
203	S. Marcos	X	X	X	X	X	X	X
204	Abrunheira			X	X	X	X	X
207	Manique			X	X	X	X	X
212	Mira Sintra	X	X	X	X	X	X	X
228	Casal da Peça							
230	Serra das Minas	X	X	X	X	X	X	X
	Monte Abraão							
	Pendão			X				

Cartograma 1

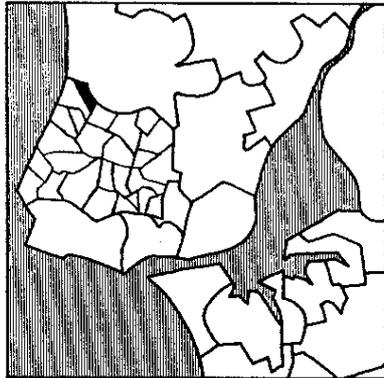
Modos de Ocupação do Solo - M. O. S
(Percentagens) - ÁREAS DE PROJECTO

AP	SA	SD	SF	SE	SU	SI	total	%
1	68% 519	11% 81	-	15% 113	2% 13	4% 31	757	
2	48% 781	27% 431	4% 63	8% 131	11% 175	2% 38	1619	
3	63% 800	24% 300	-	7% 94	4% 44	2% 25	1263	
4	51% 969	24% 444	1% 19	14% 269	4% 75	6% 119	1895	
5	27% 206	41% 313	-	7% 50	5% 38	20% 156	763	
6	46% 731	34% 544	3% 44	8% 131	3% 50	6% 94	1594	
7	46% 606	19% 256	4% 56	14% 181	14% 188	3% 38	1325	
8	62% 388	25% 156	-	6% 38	4% 25	3% 19	625	
9	42% 713	18% 306	19% 319	11% 188	8% 131	2% 25	1682	
10	44% 769	24% 413	1% 13	16% 281	8% 131	7% 125	1732	
11	30% 475	50% 800	-	11% 181	4% 56	5% 75	1587	
12	14% 94	9% 56	13% 88	22% 144	11% 69	31% 206	657	
13	18% 350	6% 113	16% 300	19% 375	13% 244	28% 538	1920	
14	28% 169	9% 56	18% 106	13% 81	32% 194	-	606	
15	42% 769	17% 319	15% 281	19% 350	1% 25	6% 113	1857	
16	39% 388	10% 100	3% 25	42% 419	3% 31	3% 25	988	
17	12% 131	9% 94	7% 81	57% 625	2% 19	13% 138	1088	
18	2% 25	6% 75	31% 394	20% 250	11% 131	30% 381	1256	
19	22% 163	2% 13	3% 19	3% 25	70% 513	-	733	
20	25% 313	3% 44	55% 688	4% 44	13% 169	-	1258	
21	17% 500	5% 144	41% 1231	13% 406	20% 619	4% 106	3006	
22	25% 400	11% 175	1% 19	29% 469	6% 100	28% 444	1607	
23	29% 281	15% 144	1% 6	37% 356	4% 38	14% 138	963	
24	-	-	-	83% 275	4% 13	13% 44	332	
25	23% 181	7% 56	-	46% 363	6% 50	18% 138	788	
26	17% 119	16% 106	6% 44	47% 319	6% 38	8% 56	682	
total	10 840	5 539	3 796	6 158	3 179	3 072	32 584	100%
%	34%	17%	12%	17%	10%	10%		

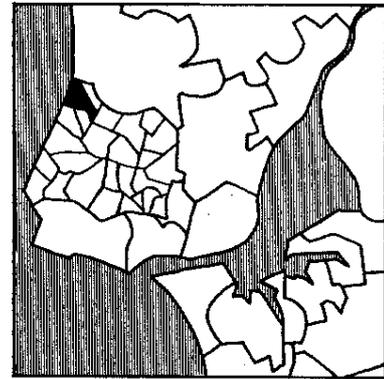


**CONSIDERAÇÃO DAS
ÁREAS DE PROJECTO**

**(UNIDADES OPERATIVAS DE
PLANEAMENTO E GESTÃO)**

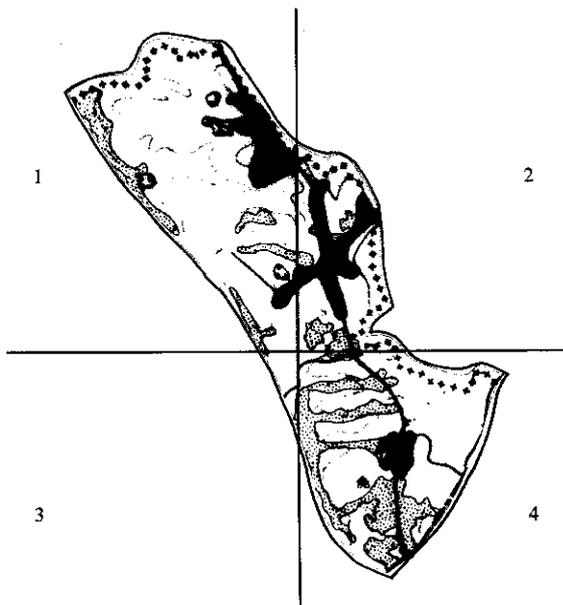


ÁREA DE PROJECTO N.º 1

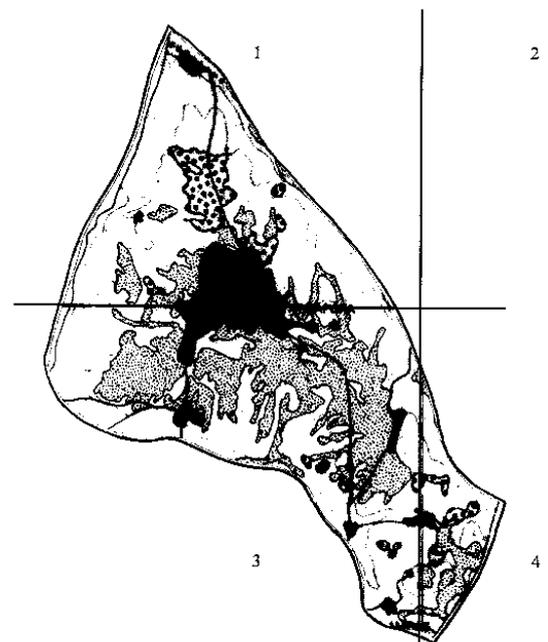


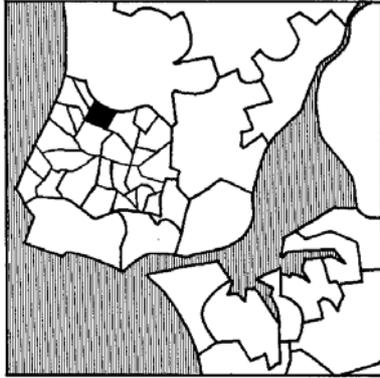
ÁREA DE PROJECTO N.º 2

POBRAL – ALVARINHOS

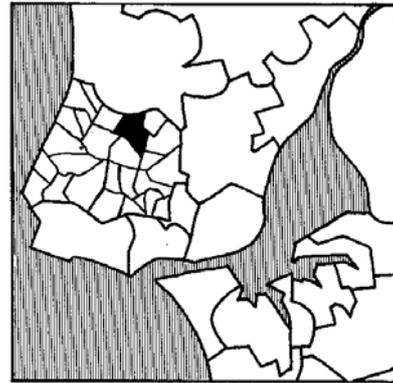


ASSAFORA



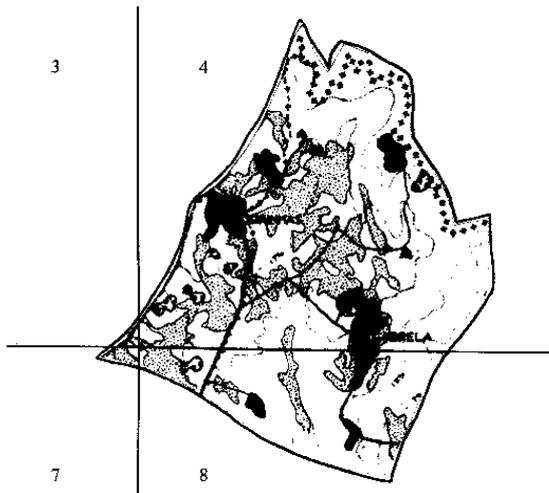


ÁREA DE PROJECTO N.º 3

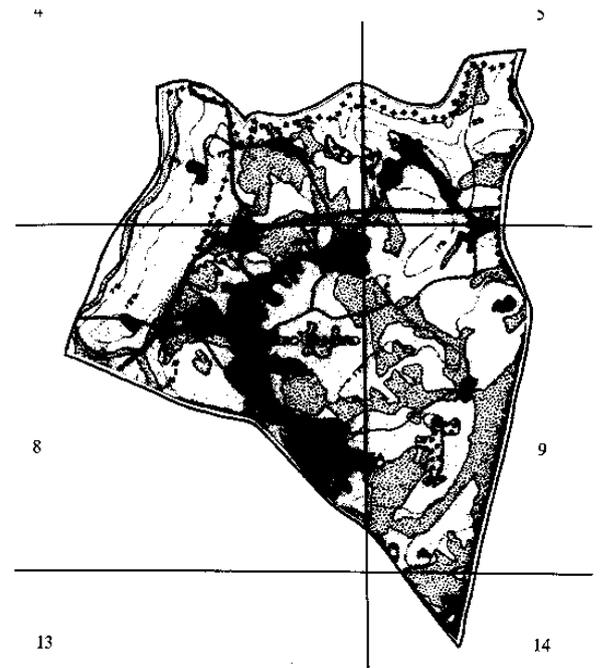


ÁREA DE PROJECTO N.º 4

ODRINHAS – CABRELA

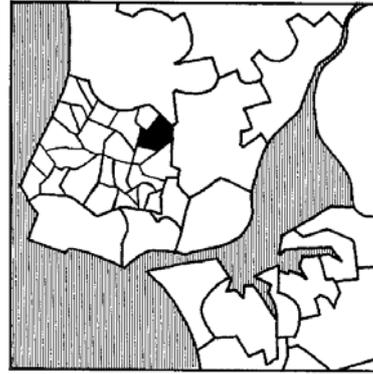


MONTELAVAR - MACEIRA





ÁREA DE PROJECTO N.º 5

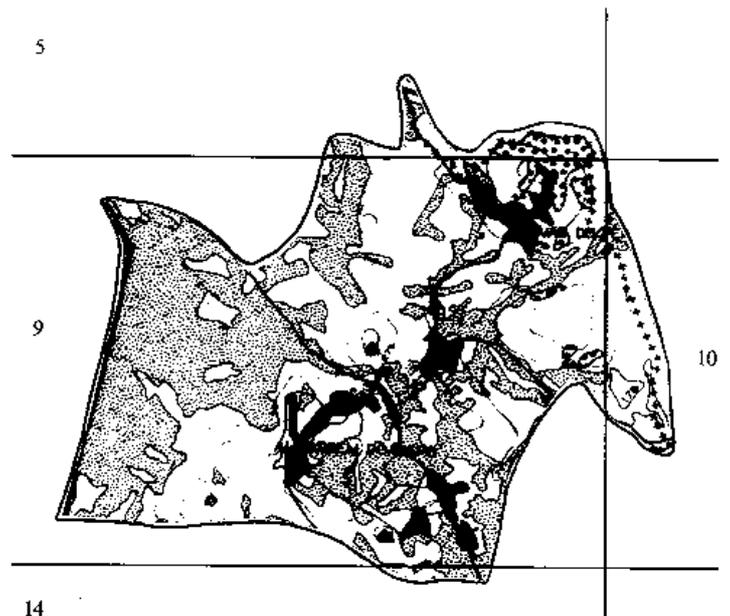


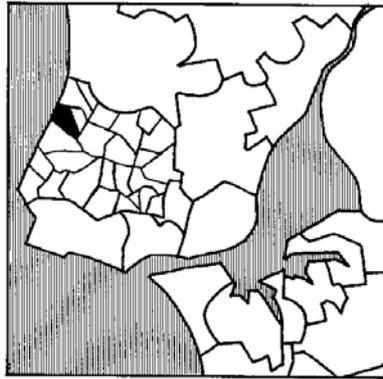
ÁREA DE PROJECTO N.º 6

NEGRAIS

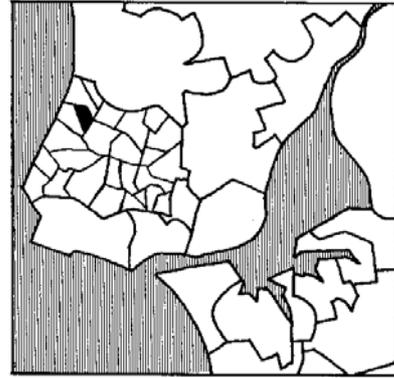


ALMARGEM DO BISPO



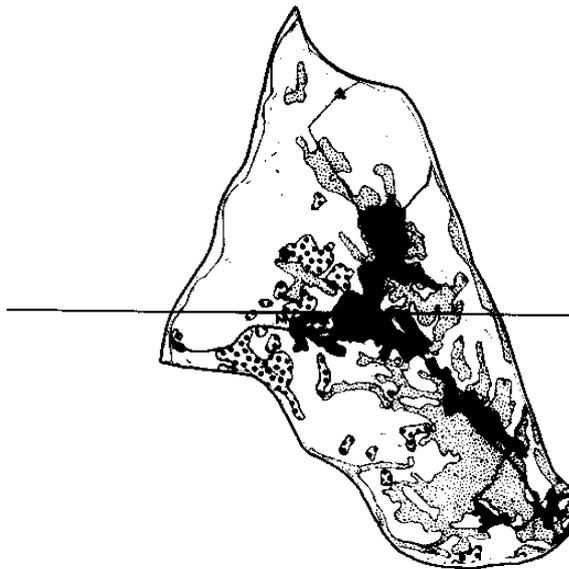


ÁREA DE PROJECTO N.º 7

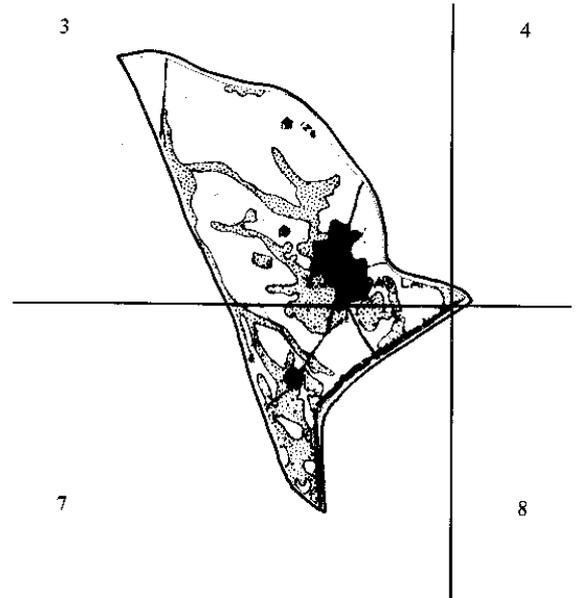


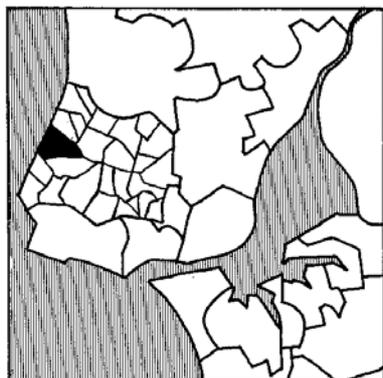
ÁREA DE PROJECTO N.º 8

MAGOITO – ARNEIRO

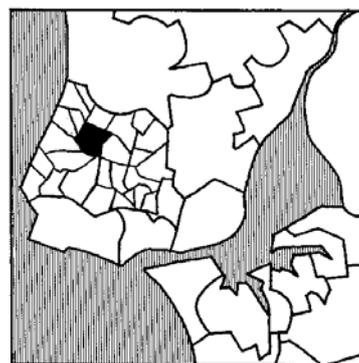


S. JOÃO DAS LAMPAS



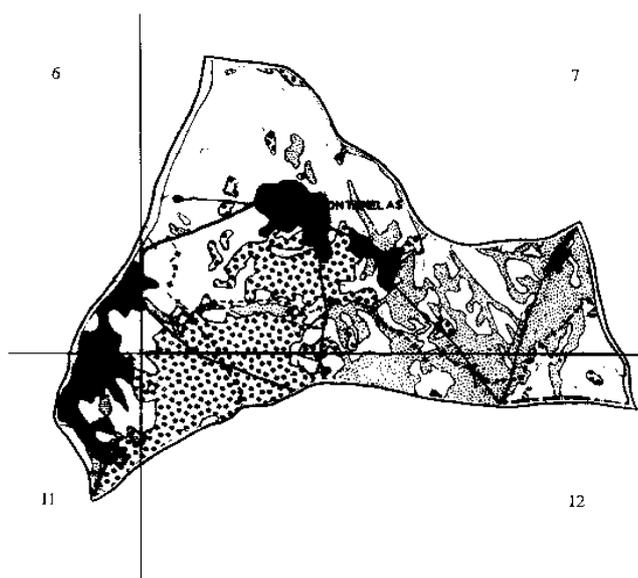


ÁREA DE PROJECTO N.º 9

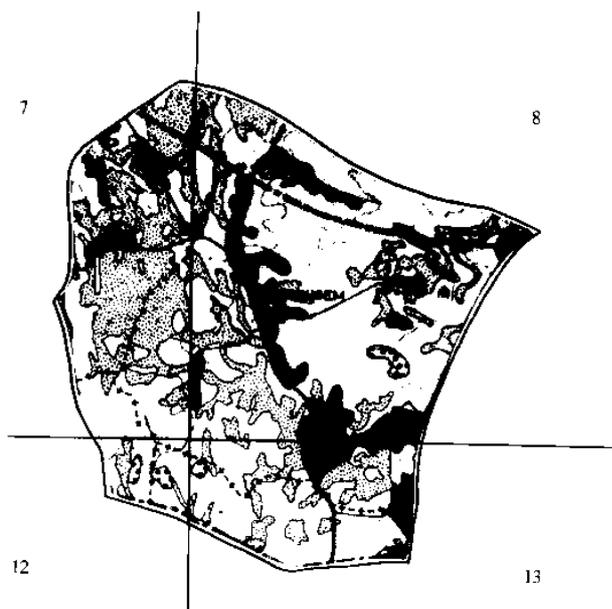


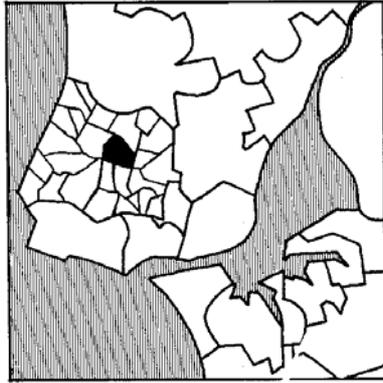
ÁREA DE PROJECTO N.º 10

PRAIA DAS MAÇÃS- FONTANELAS

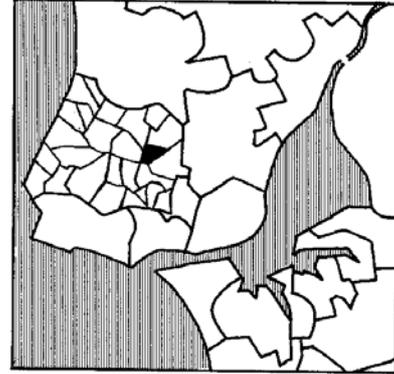


TERRUGEM – VILA VERDE





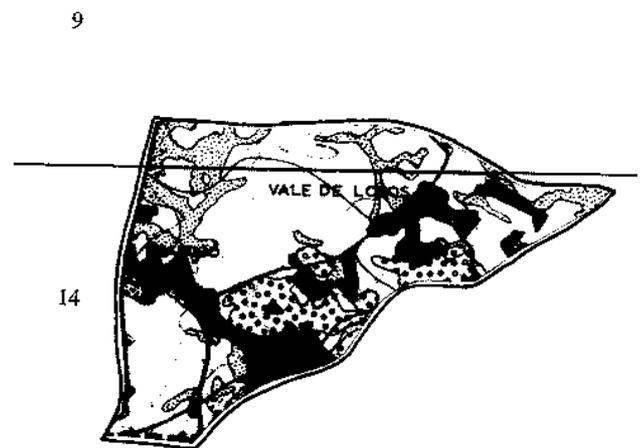
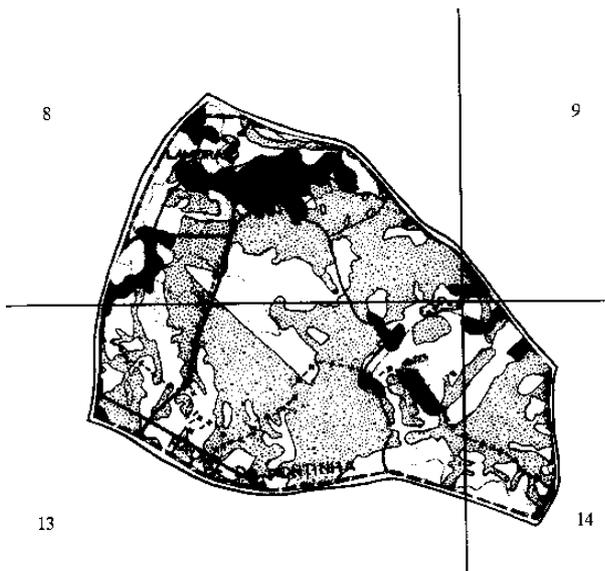
ÁREA DE PROJECTO N.º 11

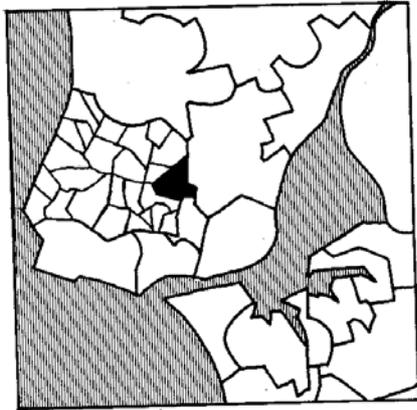


ÁREA DE PROJECTO N.º 12

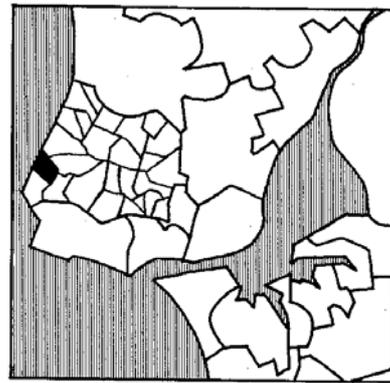
LAMEIRAS

SABUGO



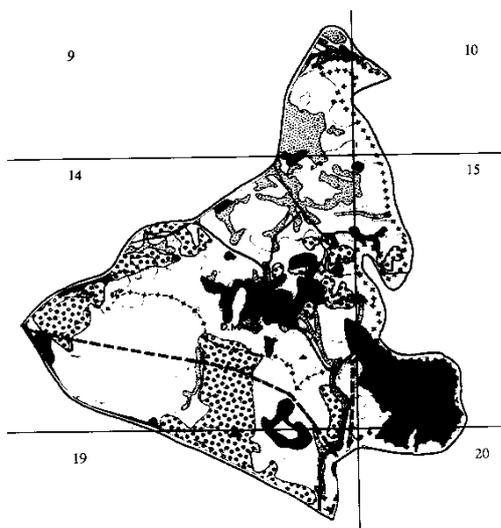


ÁREA DE PROJECTO N.º 13

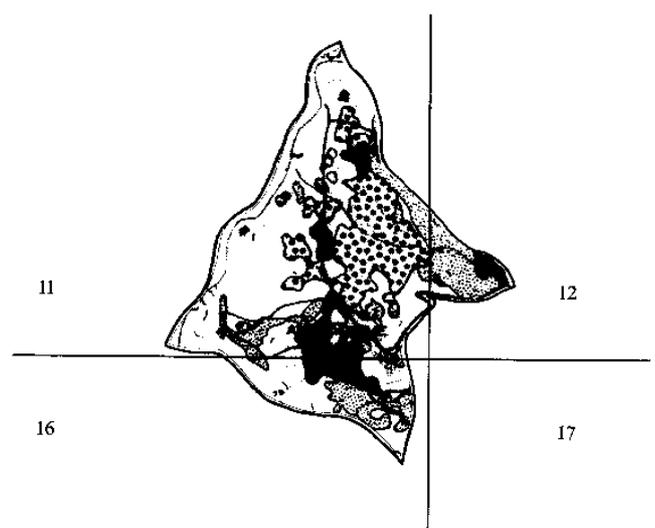


ÁREA DE PROJECTO N.º 14

D. MARIA

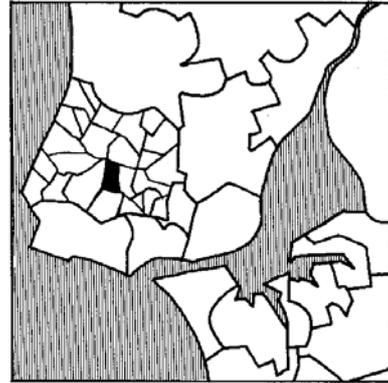


ALMOÇAGEME





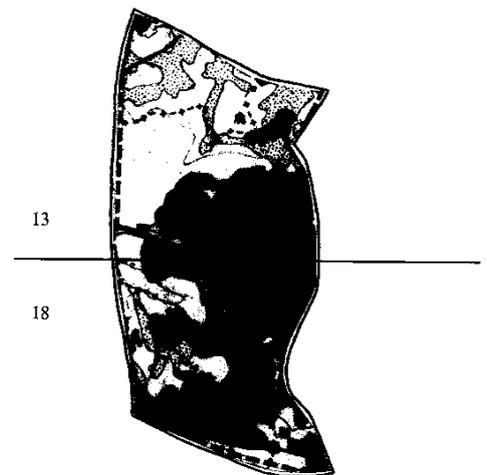
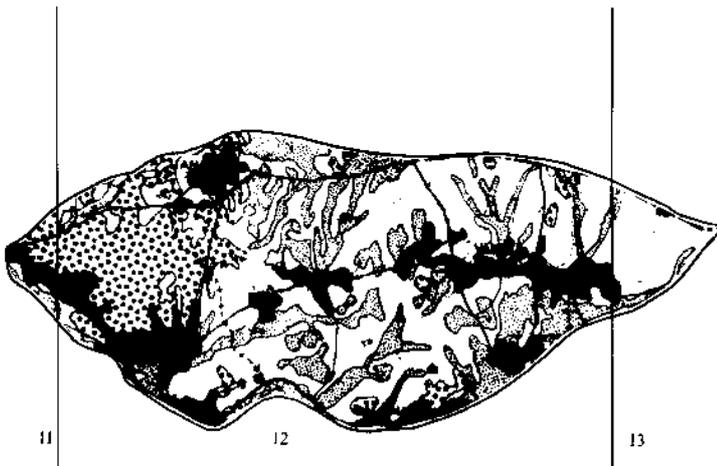
ÁREA DE PROJECTO N.º 15

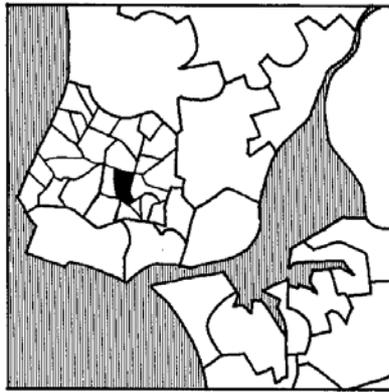


ÁREA DE PROJECTO N.º 16

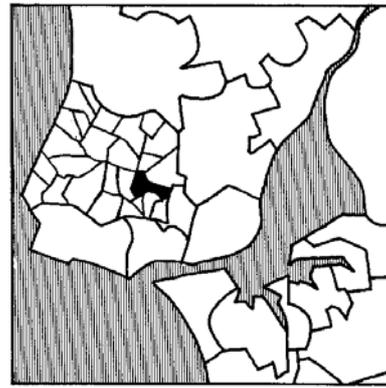
MUCIFAL – VÁRZEA

ALGUEIRÃO



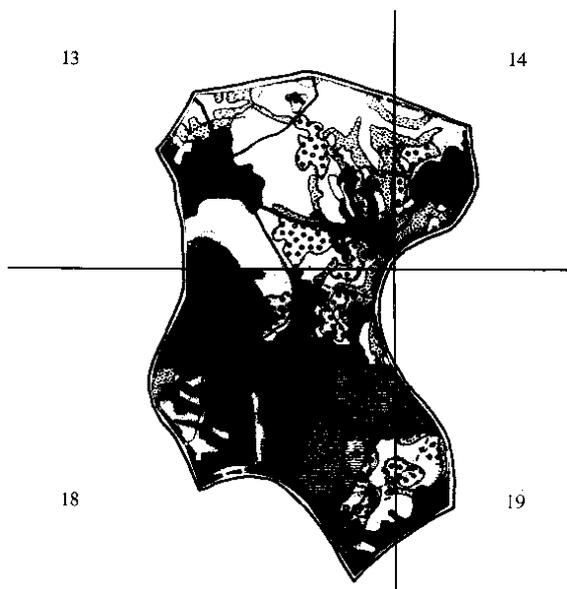


ÁREA DE PROJECTO N.º 17

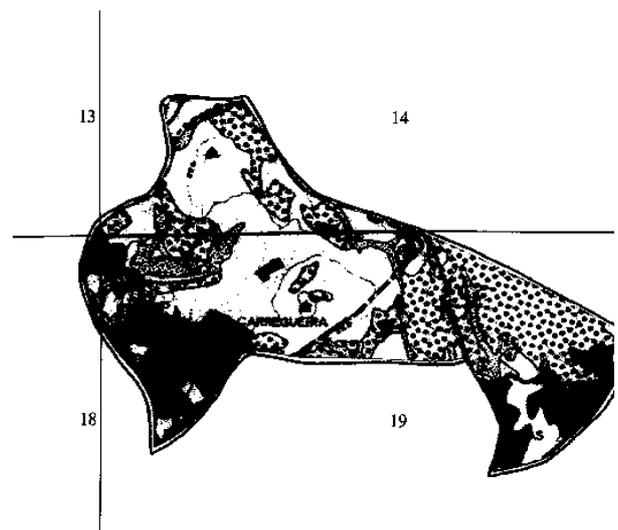


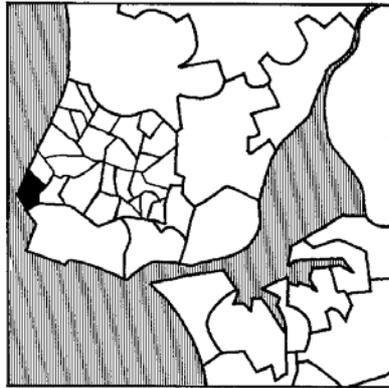
ÁREA DE PROJECTO N.º 18

MEM MARTINS

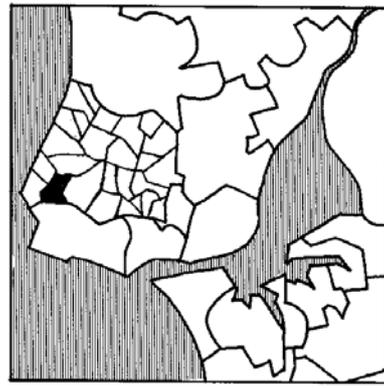


BELAS



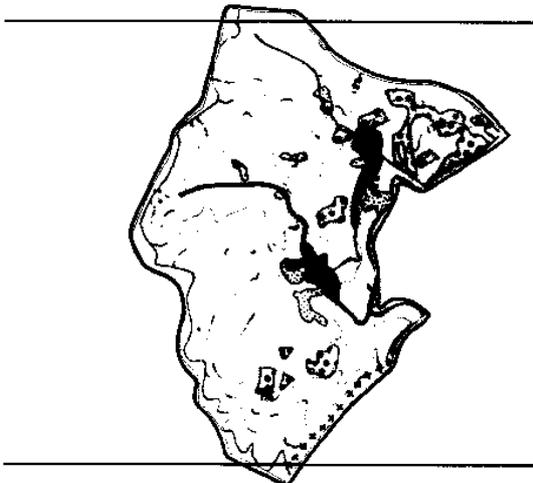


ÁREA DE PROJECTO N.º 19

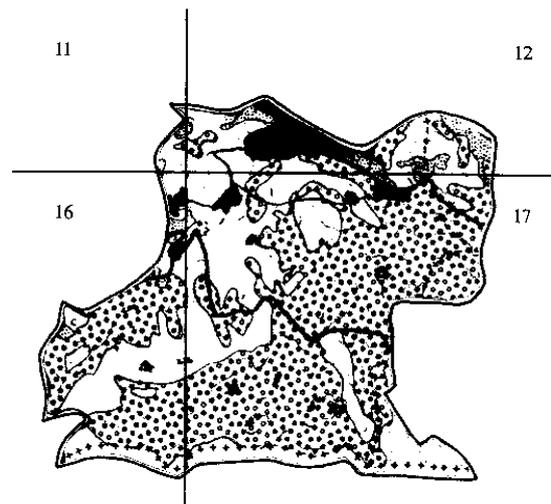


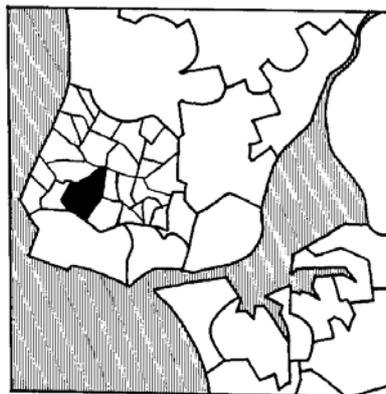
ÁREA DE PROJECTO N.º 20

AZOIA - ULGUEIRA

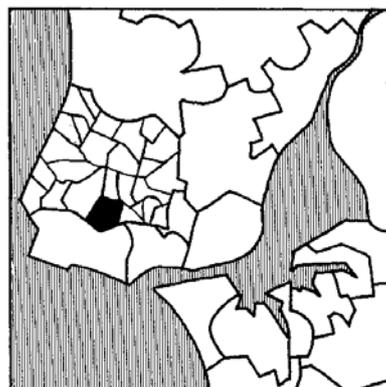


COLARES - PENEDO





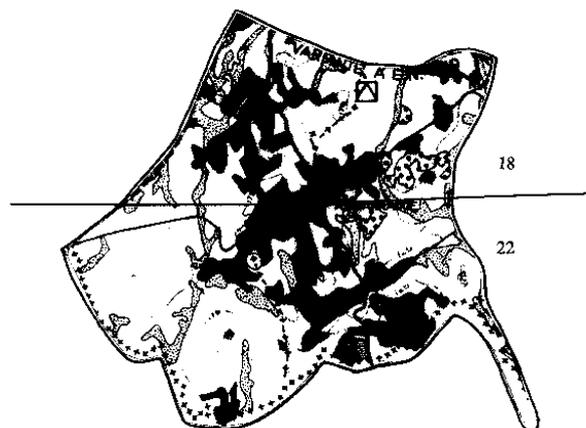
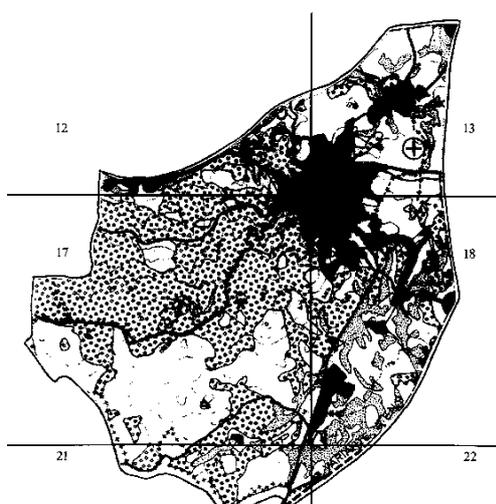
ÁREA DE PROJECTO N.º 21

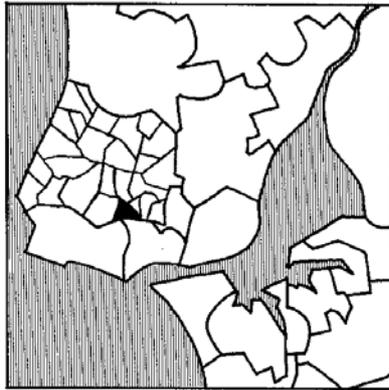


ÁREA DE PROJECTO N.º 22

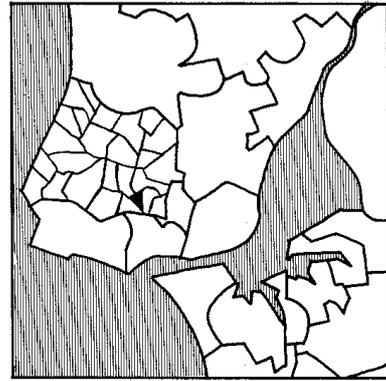
SINTRA

ALBARRAQUE





ÁREA DE PROJECTO N.º 23

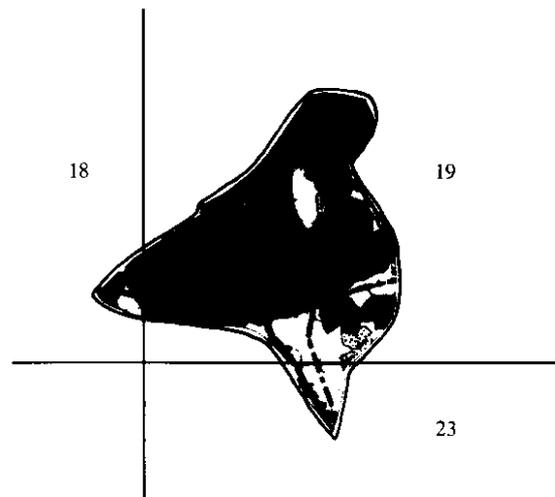


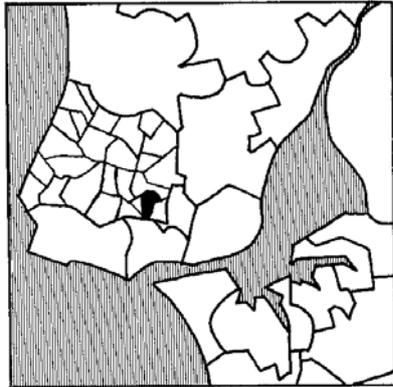
ÁREA DE PROJECTO N.º 24

RIO DE MOURO

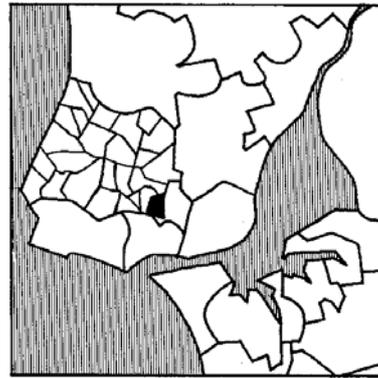


AGUALVA



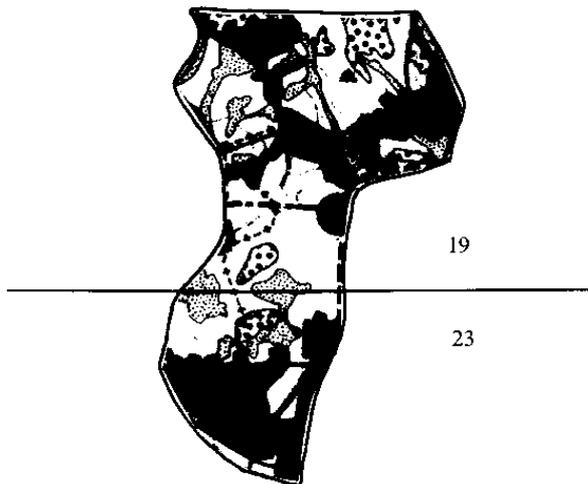


ÁREA DE PROJECTO N.º 25

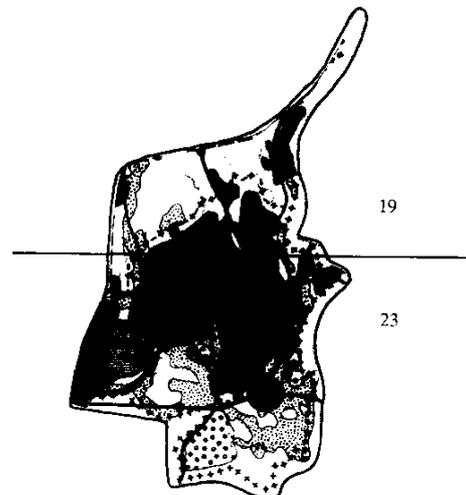


ÁREA DE PROJECTO N.º 26

IDANHA



QUELUZ





**O PATRIMÓNIO NO CONCELHO DE SINTRA
A MONUMENTALIDADE E O RECURSO**

Nos processos de afirmação do Plano Director Municipal, entenderemos por Património Histórico o conjunto de bens culturais, sociais e económicas de carácter natural ou produto da cultura e que constituem a identidade histórica da cidadania.

O Plano Director Municipal instrui, nessa medida, a protecção do Património Histórico segundo princípios básicos dos quais relevamos:

a) a protecção do Património Histórico não deve limitar-se ao meio ambiente e a elementos edificados mas ainda que balizada por aquelas questões, deve ter origem em duas premissas:

- devem proteger-se as actividades tradicionais que, por relevância na manutenção do tecido social não podem ser indicados ou transformadas desnecessariamente por motivos de aparente maior mobilidade económica.

- uma generalizada e descontrolada substituição de edifícios e consumo desregrado de elementos naturais supõe, não só um atentado contra a imagem e o meio ambiente, mas também um desperdício económico.

b) a protecção do Património Histórico deve conjugar-se com critérios de suficiente flexibilidade, de forma a permitir a necessária transformação de usos de actividades de forma a manter vivos os tecidos urbanos e outros e para atender às necessárias considerações evolutivas quando assimiladas correctamente.

Este sentido conceptual deve presidir às actuações que o município de Sintra venha a conduzir quanto à matéria em referência.

Face à singularidade deste Concelho, traduzido nomeadamente num importante e significativo quadro de existências naturais ou produzidos pela actividade humana, importará a construção sistemática e progressiva da catalogação dos Parques e Jardins de interesse, Elementos Naturais de Paisagem e Arqueológicos, do Património Arquitectónico e Monumental e dos Núcleos Urbanos.

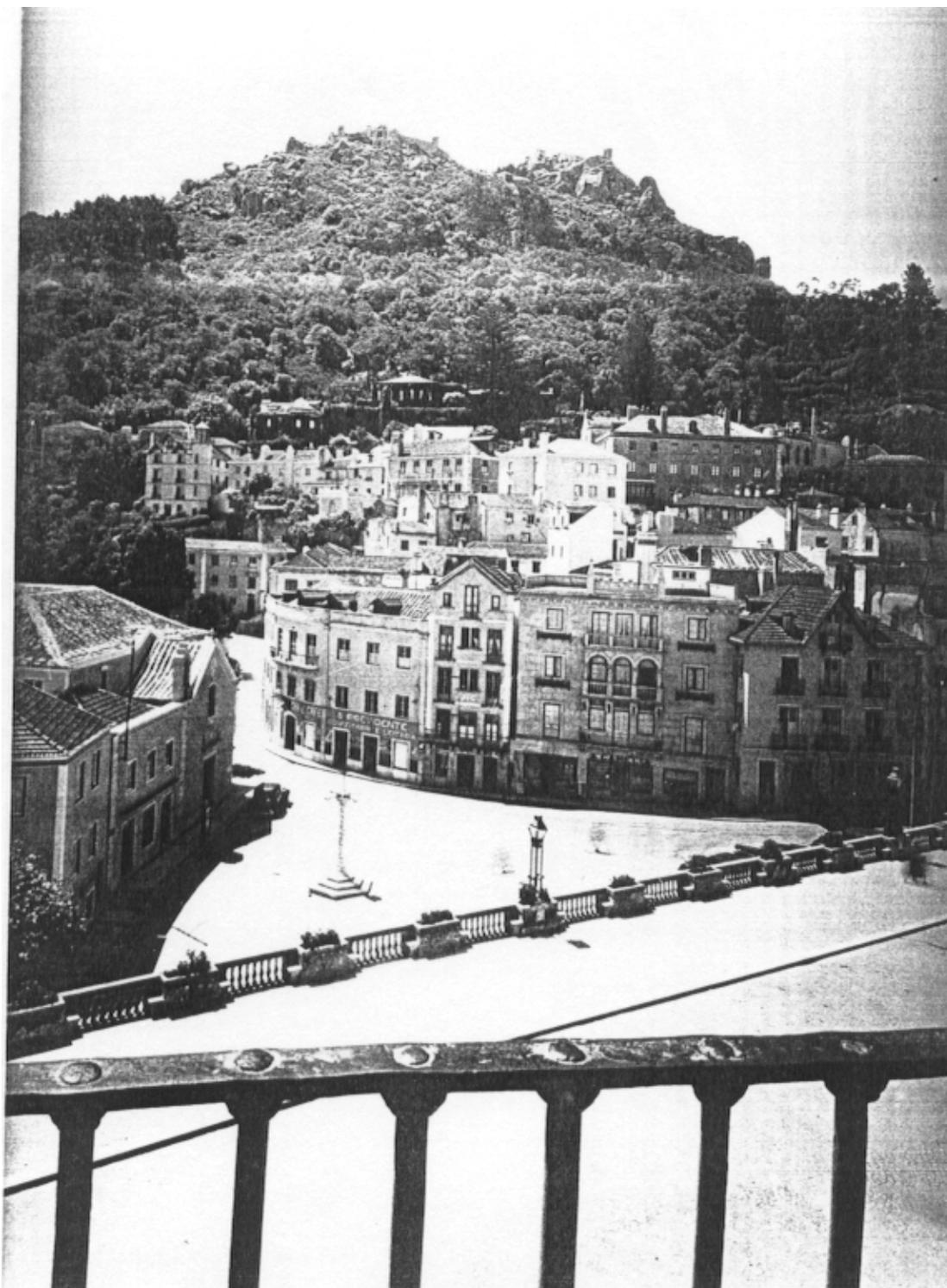


O Regulamento do Plano Director ditará, nesta importante área de actuação, as Condições Gerais de Protecção do Património Histórico e que, sobretudo, têm em vista direccionar a postura dos Serviços Municipais na prossecução das políticas municipais que venham a ser implementadas.

Os princípios para a Protecção do Património Histórico, da Protecção de Parques e Jardins de interesse, da Protecção de Elementos Naturais e Paisagens, da Protecção do Património Arquitectónico e Monumental, da Protecção dos Núcleos Urbanos, são matérias definidas com rigor conceptual e de observância regulamentar pelas actuações dos agentes públicos e privados.

O Gabinete do Plano Director, em colaboração com a Divisão de Recuperação dos Centros Históricos definia uma listagem, obviamente em aberto, e que centra os elementos considerados de importância específica para a condução das actuações municipais neste domínio de intervenção da Administração Pública.

8. O PATRIMONIO NO CONCELHO DE SINTRA:
A MONUMENTALIDADE E O RECURSO



PARQUES/JARDINS COM INTERESSE

1. Parques e jardins de Natureza Áulica:

Nível 1:

- . Parque da Pena
- . Parque de Monserrate
- . Jardins do Palácio de Queluz

Nível 2:

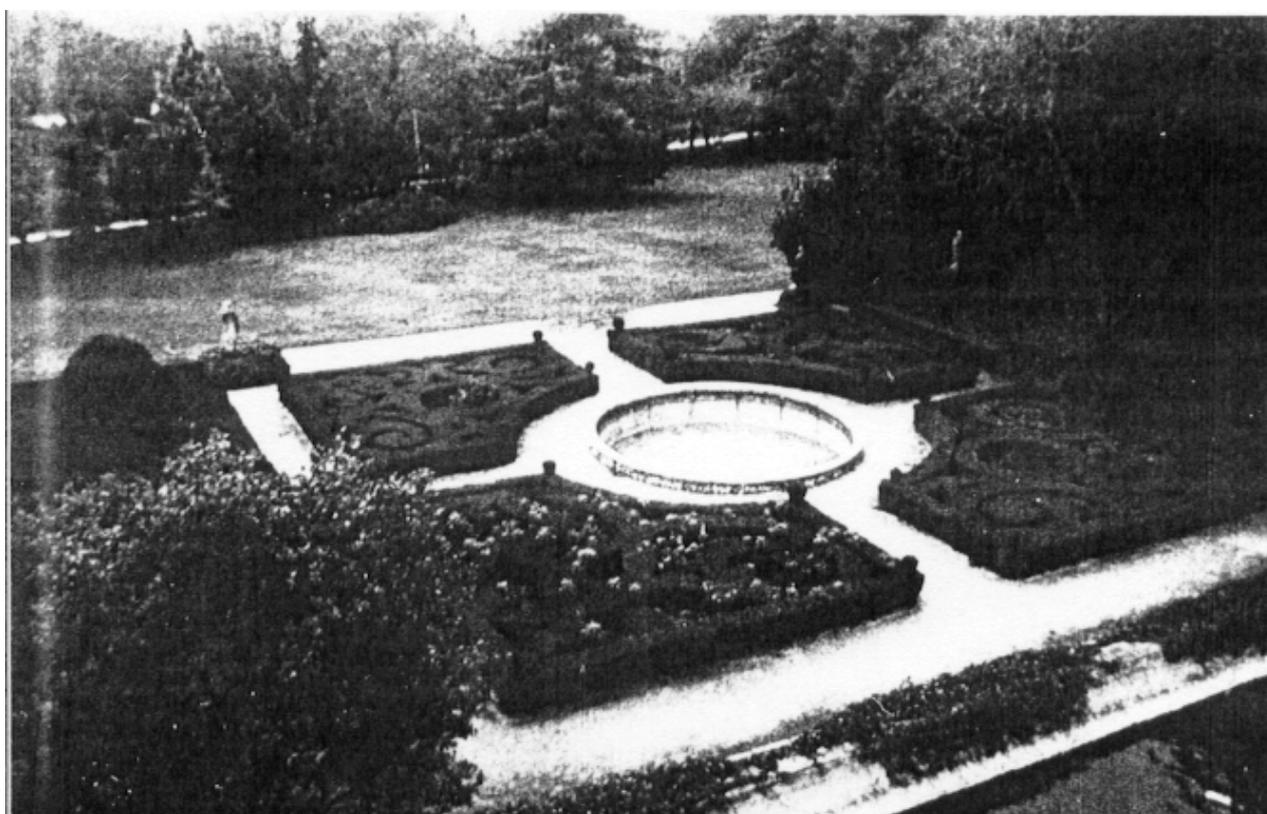
- . Jardins de Seteais
- . Jardim da Preta

Nível 3:

- . Parque da Liberdade, vulgo Valenças

2. Parques e Jardins de natureza meramente ornamental:

- | | |
|-----------------------------|------------------|
| . Parque 25 de Abril | Queluz Ocidental |
| . Matinha | Queluz |
| . Parque Dr. Manuel Arriaga | Queluz |
| . Jardim 25 Abril | Queluz/Massamá |
| . Parque das Merendas | Magoito |
| . Jardim Raízes | Belas |
| . Jardim da Sede da Bola | Montelavar |
| . Jardim N.S. Fátima | Montelavar |



1. PAISAGENS COM INTERESSE

Elemento de Paisagem	Situação	Características
Azenhas do Mar	Azenhas do Mar Litoral a atingir pela estrada de Fontanelas	Morfologia Litoral
Lomba dos Pianos	Magoito	Paisagem Geológica
Penedo	2 Km a Leste da Ulgueira	Panorama sobre a plataforma Litoral
Ulgueira	Colares-Cascais	Panorama sobre a plataforma a Norte da Serra, zona litoral e S. João das Lampas
Peninha	Serra de Sintra	Edifício com forma de pequeno Castelo
Monge	Serra de Sintra	Caos de Blocos
Castelo dos Mouros	Serra de Sintra	Local histórico e turístico Paisagem geológica
Pena	Serra de Sintra	Local histórico e turístico Paisagem geológica
Cruz Alta	Serra de Sintra	Local histórico e turístico Paisagem geológica
Lagoa Azul	Entre o Linhó e a Serra de Sintra	Inserida na ribeira da Penha Longa
Ribeira da Mula	S. João das Lampas	Pequena represa
Moinho da Mata	Vale de Lobos	Vista sobre a aplanção de NE da Serra de Sintra

2. ELEMENTOS GEOLÓGICOS E GEO-MORFOLÓGICOS

Elemento Geológico ou Geo-Morfológico	Situação	Características
Praia da Ursa	Litoral a Norte do Cabo da Roca, 1Km a Sul da Praia da Adraga	Morfologia Litoral
Praia da Adraga		Morfologia Litoral
Praia Grande		Morfologia Litoral
Praia das Maças		Morfologia Litoral
Praia do Rodízio	Sul da Praia das Maças	Morfologia Litoral
Praia da Aguda	Seguir a estrada de Fontanelas até ao miradouro litoral	Morfologia Litoral
Praia do Magoito		Morfologia Litoral
Praia da Samarra		Morfologia Litoral
Praia da Vide		Morfologia Litoral
Praia de S. Julião		Morfologia Litoral
Praia Pequena		Morfologia Litoral
Praia do Cavalo		
Fojo dos Morcegos	Cerca de 200m a Oeste da Povoação de Assafora	Gruta, Galeria, com cerca de 400 m de extensão
Gruta da Samarra	Cerca de 200m a Norte da Praia da Samarra	Gruta, Galeria com cerca de 30 m de extensão
Gruta da Arranchada	Cerca de 0,5 Km a Sul da Praia da Samarra	Gruta, Galeria com cerca de 30 m de extensão
Gruta da Adraga	Na arriba da Praia da Adraga	Cavidade com cerca de 100m de extensão
Gruta da Foz	Arriba da Praia da Adraga	Cavidade com cerca de 40m de extensão
Gruta da Praia do Cavalo	Arriba da Praia do Cavalo	Cinco cavidades com desenvolvimento entre 15 e 40 m
Fojo da Adraga	Plataforma entre a Praia da Adraga e a Pedra, de Alvidrar	Grande algar subvertical com comunicação com o mar
Grutas Pedra de Alvidrar	Nas arribas da Pedra de Alvidrar	Quatro cavidades com desenvolvimento diversos, a maior das quais com cerca de 300 m
Grutas da Ursa	Nas arribas a Norte da Praia da Ursa	Três grutas originadas pela erosão marinha
Grutas de Vale Flor	Quinta de Vale Flor	Cavidade com 70 m de extensão
Pedra de Alvidrar	1 Km a Sul da Praia da Adraga	Esporão formado por erosão
Pedra da Ursa	1,5 Km a Sul da Praia da Adraga	Esporão formado pela erosão
Calhau do Corvo	No litoral a Sul da Praia Grande do Rodízio	Relevo de dureza típico
Cabo da Roca	Estrada da Azoia	Ponto mais Ocidental da Europa Continental
Grutas de Olelas	No Vale da Calada, a NE da Povoação de Olelas	Três cavidades com pequenas galerias
Gruta do Quifel	Quinta do Malha Pão	Cavidade com cerca 20 m



8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



Elemento Geológico ou Geo-Morfológico	Situação	Características
Gruta da Pedreira de Colaride	Sul da fábrica de Gás Flaga, de Aqualva	Gruta com galerias e, poços que atingem a profundidade de 30 m
Gruta de Colaride	1,5 Km a leste do Cacém	Galeria com cerca de 20 m
Gruta da Pedreira da Gargantada	Pedreira a 500 m a Sul de Carenque	Quatro cavidades. Duas têm 20 m de extensão e as outras duas 10m
Gruta de Rio de Mouro	Entre as estações de Rio de Mouro e Cacém	Duas pequenas galerias com extensão inferior a 10 m
Caos de Blocos	Peninha, Picos Novos, Picos Velhos, Pedras Irmãs, Adrenunes e Picotas	Blocos graníticos com formas caprichosas
Anços	Anços	Paisagem geomorfológica
Negrais	NE do Apeadeiro de Pedra Furada	Morfologia cársica
Gruta do Mouro	No lapiás de Negrais	Cavidade com cerca de 20m de extensão
Granja dos Serrões	Entre Negrais e Pedra Furada	Campo de Lapiás
Ribeira do Falcão	S. João das Lampas	Elemento hídrico
Ribeira da Mata	S. João das Lampas	Elemento hídrico
Ribeira da Samarra	S. João das Lampas	Elemento hídrico
Ribeira da Cabrela	Terrugem	Elemento hídrico
Ribeira do Mourão	Almargem do Bispo	Elemento hídrico
Ribeira do Camejo	Colares	Elemento hídrico
Ribeira da Ponte	Almargem do Bispo	Elemento hídrico
Ribeira de Colares	Colares	Elemento hídrico
Ribeira da Maceira	Montelavar	Elemento hídrico
Ribeira da Ursa	Colares	Elemento hídrico
Ribeira do Lourical	Colares	Elemento hídrico
Ribeira da Penha Longa	S. Pedro	Elemento hídrico
Ribeira de Caparide		Elemento hídrico
Ribeira da Lage		Elemento hídrico
Ribeira de Barcarena		Elemento hídrico
Ribeira do Jamor		Elemento hídrico
Duna Consolidada do Magoito	Junto à Praia do Magoito	Elemento Geo-Morfológico
Negrais	Entre Negrais e Santa Eulália	Campo de Lapiás
Gruta do Carrascal	Perto da nova Igreja (Paroquial) de Rio de Mouro	
Pistas de Pegadas de Dinossaurios	Belas / Pego Longo	Cretácico Superior
Pistas de Pegadas de Dinossaurios	Colares / Praia Grande	Cretácico Inferior



8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
A. Bispo	Olelas	Complexo Arqueológico	Pré-História	A verificar		Civil	IVC	Ed.n.º3/89
A. Bispo	A. Bispo	Cp.Espirito Santo		A verificar	Erudito	Religioso		
A. Bispo	Camarões	Cp.N.Sra Enfermos	Séc. XVI/XVII	Regular	Erudito	Religioso		Em vias de
A. Bispo	Dona Maria	Cp.N.Sra Monte Carmo		A verificar	Erudito	Religioso		
A. Bispo	Fonte Aranha	Cp.N.Sra Piedade		A verificar	Erudito	Religioso		
A. Bispo	A. Bispo	Ig. de S.Pedro	2ª met. Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso	IIP	DL 14/07/60
A Bispo	Covas de Ferro	Qtª.do Cuco		A verificar		Civil		
A Bispo	Vale de Lobos	Qtª. Stº. António		A verificar	Erudito	Civil		
A. M-Martins	Mem Martins	Casais	Rural	Regula	Popular	Civil		
A. M-Martins	Baratã	Qtª.da Ribeira		A verificar		Civil		
A. M-Martins	Recoveiro	Qtª.da Tondela		A verificar		Civil		
A. M-Martins	Algueirão	Qtª.das Rosas		A verificar		Civil		
Belas	Estria	Anta	Pré-História	Mau		Religioso	MN	DL 16/06/10
Belas	Monte Abraão	Anta	Pré-História	Mau		Religioso	MN	DL 16/06/10
Belas	Senhor da Serra	Anta	Pré-História	Mau		Religioso	MN	DL 16/06/10
Belas	Belas	Aqueduto Aguas Livres	Séc. XVIII	Mau	Erudito	Civil	IVC	
Belas	E.N.n.º 250,Km 16	Barragem	Romano	Mau	Erudito	Civil	IIP	DL 21/12/74
Belas	Belas	Casal da Quintã		Mau	Erudito	Civil		Em vias de
Belas	Casal de Cambra	Ermida de Stª.Marta	Séc.XVI	Mau	Erudito	Religioso		
Belas	Pego Longo	Galeria Coberta	Pré-História	Regular		Religioso	IIP	Ed.n.º137/86
Belas	Belas	Ig.N.Srª Misericórdia	Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso		
Belas	Belas	Pórtico Ig.da Misericórdia	Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso	IIP	DL 10/07/22
Belas	Carenque	Qtª.da Agua Férrea	Séc.XVI	Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Areosa		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Barroca		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Boavista		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Espanhola		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Ferreira		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Figueirinha		A verificar	Erudito	Civil		
Belas	Belas	Qtª.da Fonte Nova	Séc. XVIII	A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Fonte Santa		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Fonteireira	Séc. XVIII/XX	Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Oliveirinha		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Portela		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Tala		Mau	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Tascoa		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Vaca Fria		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Venda Seca		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª. das Aguas Boas		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª. das Aguas Livres	Séc.XVI	Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.das Ancoras		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Lopas		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.da Palmeiras		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.de Carenque		A verificar	Erudito	Civil		

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
Belas		Qtª.da N.Sra Assunção	Séc.XIX/1860	Bom	Erudito	Civil		
Belas	Belas	Qtª.de St.Cruz		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.de S.José		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.de S.Sebastião		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Adro		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Bom Jesus		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Bonjardim		Séc.XVI	Bom	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Brajal			Bom	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Brejo			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Casalinho			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Cedro			Bom	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Espinheiro			Bom	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Estribilho			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Jardim			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Lagar			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Minhoto			A verificar	Erudito	Civil	
Belas		Qtª.do Mirante			A verificar	Erudito	Civil	
Belas	Tala-Belas	Qtª.do Molha Pão	Séc.XVII/1682	Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Pendão		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Porto		A verificar	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Preto		A verificar	Erudito	Civil		
Belas	Rossio de Belas	Qtª.do Senhor da Serra	Séc. XIV/XV	Mau	Erudito	Civil	IIP	DL18/08/43
Belas		Qtª.do S. Coração Jesus		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª.do Tojal		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª. Grande de Meleças		Bom	Erudito	Civil		
Belas		Qtª. N.Sra Monte Carmo		Bom	Erudito	Civil		
Belas	Monte Machado	Qtª..Wimmer	Séc. XIX/Chalé	Bom	Erudito	Civil		
Cacém	Entrada de Agualva	Anta	Pré-História	Regular		Religioso	MN	DL 16/06/10
Cacém	Mira Sintra	Casal saloio (da Charneca)		Regular	Popular	Civil	IVC	Ed.n.º 83/91
Cacém	Agualva	Cp.N. Sra Consolação		A verificar	Erudito	Religioso		
Cacém	S. Marcos	Ermida de S. Marcos	Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso	IVC	Por publicar
Cacém	Lg. F. Castro	Ponte/Calçada	Medieval	A verificar	Popular	Civil		
Cacém	Agualva	Qtª.da Fidalga	Séc.XVIII/1720					Em vias de
Cacém	Agualva?	Qtª.da Torre		A verificar	Erudito	Civil		
Cacém	Moinhos da Barroca	Qtª.das Roseiras		A verificar	Erudito	Civil		
Cacém	Agualva	Qtª.N. Srª Monte do Carmo		A verificar	Erudito	Civil		
Cacém	Agualva	Qtª.do Castelo		A verificar	Erudito	Civil		
Cacém	Ribeira do Papel	Qtª. do Papel		A verificar	Erudito	Civil		
Cacém	Lg.do Mercado	Rossio		A verificar	Popular	Civil		
Colares	Adrenunes	Anta	Pré-História	Regular	Popular	Religioso	MN	DL 16/06/10
Colares	R. República, 33	Arco	Séc.XVI	Regular	Erudito	Civil	IVC	Ed.n.º185/90
Colares	Colares	Castelo	Séc. XVII	Mau	Erudito	Civil	IVC	Em vias de
Colares	Serra de Sintra	Conv.dos Capuchos	Séc.XVI (1560)	Mau	Erudito	Religioso	IIP	DL 29/06/47
Colares	Serra de Sintra	Conv.Ordem do Carmo	Séc. XVIII	Regular	Erudito	Civil		Em vias de
Colares	Penedo	Cp.de St. António	Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso	IIP	DL 05/12/49
Colares	Ulgueira	Cp.N.Sra Conceição	Séc.XVI(Pt.1566)	Bom	Erudito	Religioso		

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
Colares	Mucifal	Cp.Na Sra das Dores	Séc. XX (1940)	Regular	Popular	Religioso		
Colares	Colares	Cp.N. Sra Milides	Séc.XVI	Bom	Erudito	Religioso	IVC	Ed.5/91
Colares	Azenhas do Mar	Cp. S. Lourenço		Bom	Popular	Religioso		
Colares	Serra de Sintra	Ermida N.Sra Peninha	Séc. XVII/XVIII	Mau	Erudito	Religioso		DL 29/12/77
Colares		Ermida S. Saturnino	Séc. XII	Mau	Popular	Religioso		
Colares	Cabo da Roca	Forte Cabo da Roca	Séc. XVII	Regular	Erudito	Militar	IIP	DL 29/09/77
Colares	Colares	Ig. da Misericórdia	Séc.XVII(1623)	Bom	Erudito	Religioso	IVC	Ed.n.º187/91
Colares		Ig. N. Sra Assunção	Séc. XVI-XVII	Bom	Erudito	Religioso		Em vias de
Colares	Almoçageme	Lg. da Fonte da Aldeia		A verificar	Popular	Civil	IVC	Ed.n.º84/91
Colares	Lg. da Escola Prep.	Pelourinho	Séc.XVI	Bom	Erudito	Civil	MN	DL 16/06/10
Colares	R. da Abreja, 34	Portal	Séc.XVI	Regular	Erudito	Civil	IVC	Ed.n.º186/90
Colares	Casas Novas	Q tª da Agudinha		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Tapada das Picotas	Q tª da Arriaga	Séc.XVI/XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Estr.Velha	Q tª da Bela Vista		Bom	Erudito	Civil		
Colares	Eugaria	Q tª da Bemposta		Bom	Erudito	Civil		
Colares	Estr. Velha	Qtª.da Boavista		Bom	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª.da Boca da Mata		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª.da Capela	Séc.XVI/XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Estr. da Serra	Qtª.da Cruz		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	R. da Cruz	Qtª.da Cruz	Séc. XVII	A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Eugaria	Qtª.da Geomara		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª.da Pedra Firme		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Galamares	Qtª.da Ponte Redonda		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Galamares	Qtª.da Pontinha		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Almoçageme	Qtª.da Regueira		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Galamares	Qtª.da Toca		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª.da Volta		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª. de Milides	Séc. XVI	Regular	Erudito	Civil	IVC	Ed.5/91
Colares	Colares	Qtª. de Sarrazola		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Casas Novas	Qtª. de St. António		Bom	Erudito	Civil		
Colares	Almoçageme	Qtª. de S. Tiago	Séc.XVI	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Almoçageme	Qtª. de Vale Marinha	Séc. XVIII	Regular	Erudito	Civil		Em vias de
Colares	Casas Novas	Qtª.do Alto	Séc. XVIII/XIX	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Tapada das Picotas	Qtª.do Casal	Séc. XX	A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª. do Conde	Séc. XIII/XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Eugaria	Qtª. do Conv. Carmo	Séc. XV	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Magoito	Qtª. do Cuco		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª. do Milho	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Galamares	Qtª. do Murtal		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Casas Novas	Qtª. do Padeirão		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª. do Pé da Serra	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Azóia	Qtª. do Refúgio		A verificar	Erudito	Civil		
Colares	Galamares	Qtª. do Vinagre	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Eugaria	Qtª. dos Esponjeiros		Bom	Erudito	Civil		
Colares	Colares	Qtª. dos Freixos	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
Colares	Pé da Serra	Qtª. dos Moinhos Velhos		A verificar	Erudito	Civil		



LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
Colares	Colares	Qtª Mazzioti (Jardins)	Séc. XVII	Reconstruí.	Erudito	Civil	IIP	DL 29/12/70
Colares	Colares	Qtª Mazzioti (rural)	Séc. XVII	Reconstruí.	Erudito	Civil	IIP	DL 29/12/70
Colares	Outeiro das Nós	Tholos e gruta artificial	Pré-História	Mau	Popular	Religioso	MN	DL 21/12/74
Colares	St. André	Villa Romana	Romano	Mau	Erudito	Civil	IVC	Por publicar
Montelavar		Albergaria Esp. Santo	Séc. XIV/XV	Mau	Popular	Religioso		
Montelavar	S. Brás	Casal da Granja		Bom	Popular	Civil		
Montelavar		Cp. Espírito Santo		Bom	Popular	Religioso		
Montelavar		Cp. S.João Baptista		Bom	Popular	Religioso		
Montelavar		Ig. P. Nº.Sra. Purificação	Séc. XVI	Bom	Erudito	Religioso		Em vias de
P Pinheiro	Morelena	Cp.N.Sra. Conceição		Bom	Popular	Religioso		
P Pinheiro	Cortegaça	Cp.N.Sra. da Salvação		Bom	Popular	Religioso		
P Pinheiro		Qtª .da Granja do Marquês		Bom	Erudito	Civil		
Queluz	Queluz	Aquedu. das Águas Livres	Séc. XVIII	Regular	Erudito	Civil		
Queluz	Queluz	Casa Visc.Almeida Araujo	Séc. XIX	Regular	Erudito	Civil		
Queluz	Massamá	Marco		Regular	Popular	Civil		Em vias de
Queluz	Queluz	Palacete Pombal	Séc.XVIII	Bom	Erudito	Civil	MN	Por publicar
Queluz	Queluz	Palácio Nacional	Sec.XVIII/XIX	Bom	Erudito	Civil	MN	DL 16/06/10
R de Mouro		Casal de Moncorvo		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal de Ouressas		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal de Paiões		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal de Vale Mourão		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal do Moinho de St. Ana		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal do Vento		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casal M.Vale de Ouressas		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro		Casalinho Boavista		A verificar	Popular	Civil		
R de Mouro	Rinchoa	Casa-Museu Leal da Câmara	I. 1959	Mau	Popular	Civil		
R de Mouro	Mercês (Qtª.Tapada)	Cp. das Mercês	Séc. XVIII/XIX	Bom	Erudito	Religioso		
R de Mouro	Albarraque	Cp. de St. Margarida	Séc. XVI	Bom	Popular	Religioso		
R de Mouro	R. de Mouro Velho	Ig.Nª Srª de Belém	Séc.XVI(1563)	Bom	Erudito	Religioso	IVC	Ed.n.º131/86
R de Mouro	Albarraque	Qtª da Azenha de Baixo		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Barroca		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	Albarraque	Qtª da Boa Esperança		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Fidalga		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	Albarraque	Qtª Azenha de Baixo		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Fonte Nova		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Fonte Santa		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Gravata		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Ponte		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Ponte Nova		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Saibreira		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Serra		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª da Várzea		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª das Flores		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª das Obras		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª das Sobralas		A verificar	Erudito	Civil		

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



R de Mouro | Qtª de Fanares | A verificar | Erudito | Civil

LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
R de Mouro		Qtª de Filares		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de Sant'Anna		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de Serrada		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de Seteais		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de Sta. Teresinha		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de St. António		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª de S. José		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Alto		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Belo Horizonte		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Chiqueirão		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Cupertino		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Moinho Velho		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Moncorvo		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	Paiões	Qtª do Olival		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	Paiões	Qtª do Pinheiro		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	R. de Mouro Velho	Qtª do Pino Verde		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª do Ulmeiro		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	R de Mouro	Qtª dos Lóios		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro	Albarraque	Qtª dos Pisões		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª Nova		A verificar	Erudito	Civil		
R de Mouro		Qtª Nova de S. Francisco		A verificar	Erudito	Civil		
S. J. Lampas	Catribana	Azenha	Séc. XIX/XX	Mau	Popular	Civil		
S. J. Lampas	Bolelas	Casa saloia	Séc. XVIII/XIX	Mau	Erudito	Civil		
S. J. Lampas	Assafora	Casal saloio		A verificar	Popular	Civil		Em vias
S. J. Lampas	Barreira	Conjunto megalítico	Neolítico	A verificar	Popular	Religioso	IIP	Ed.n.º128/86
S. J. Lampas	Corredoura	Cp. de St. Susana		A verificar	Popular	Religioso		
S. J. Lampas	Odrinhas	Cp. de S. Miguel	Séc. XII ?	Bom	Popular	Religioso		
S. J. Lampas	S. J. Lampas	Cp. Espírito Santo		A verificar	Popular	Religioso	IVC	Ed.n.º21/87
S. J. Lampas	Pernigem	Ernida N.Sra Ó		Bom	Popular	Religioso		
S. J. Lampas	Magoito	Forte do Magoito	Séc. XVII/XVIII	Regular	Erudito	Civil		
S. J. Lampas	S. J. Lampas	Ig. Matriz	Séc. XVI	Bom	Erudito	Religioso	IVC	
S. J. Lampas	Assafora	Ig. N. Sra Conceição		A verificar	Popular	Religioso		Em vias de
S. J. Lampas	Odrinhas	Museu Arqueológico	I. 1955	Bom			IIP	DL.30/11/50
S. J. Lampas	Aldeia Galega	Pombal	Rural	A verificar	Erudito	Civil		
S. J. Lampas	Catribana	Ponte/Calçada	Séc. IV d.c	Mau	Popular	Civil	IIP	Ed.no188/90
S. J. Lampas	S. J. Lampas	Pórtico Ig. Matriz	Séc. XVI	Bom	Erudito	Religioso	IIP	DL 10/07/22
S. J. Lampas	Odrinhas	Villa de S. Miguel	Séc. I/IV d.c	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	R. Visc. Monserrate	Casa dos Penedos	1921	Bom	Popular	Civil		Em vias de
S. Martinho	Az.da Sardinha	Casa-Museu Anjos Teixeira	Séc. XX	Regular	Popular	Civil		
S. Martinho	Vila Velha	Casa-Museu Cunha e Costa	I.1982	Bom	Popular	Civil		
S. Martinho	Lg. Latino Coelho	Celeiro Municipal	Séc. XIII/XIV	Mau	Popular	Civil		Em vias de
S. Martinho	Estr. da Pena	Chalet Biester	Séc. XIX/XX	Bom	Erudito	Civil		Em vias de
S Martinho	Cabriz	Conv.Sra Carmo (Qtª.da Torre)		Reconstruído	Erudito	Religioso		

8. LISTAGEM A PROSEGUIR CATALOGAÇÃO

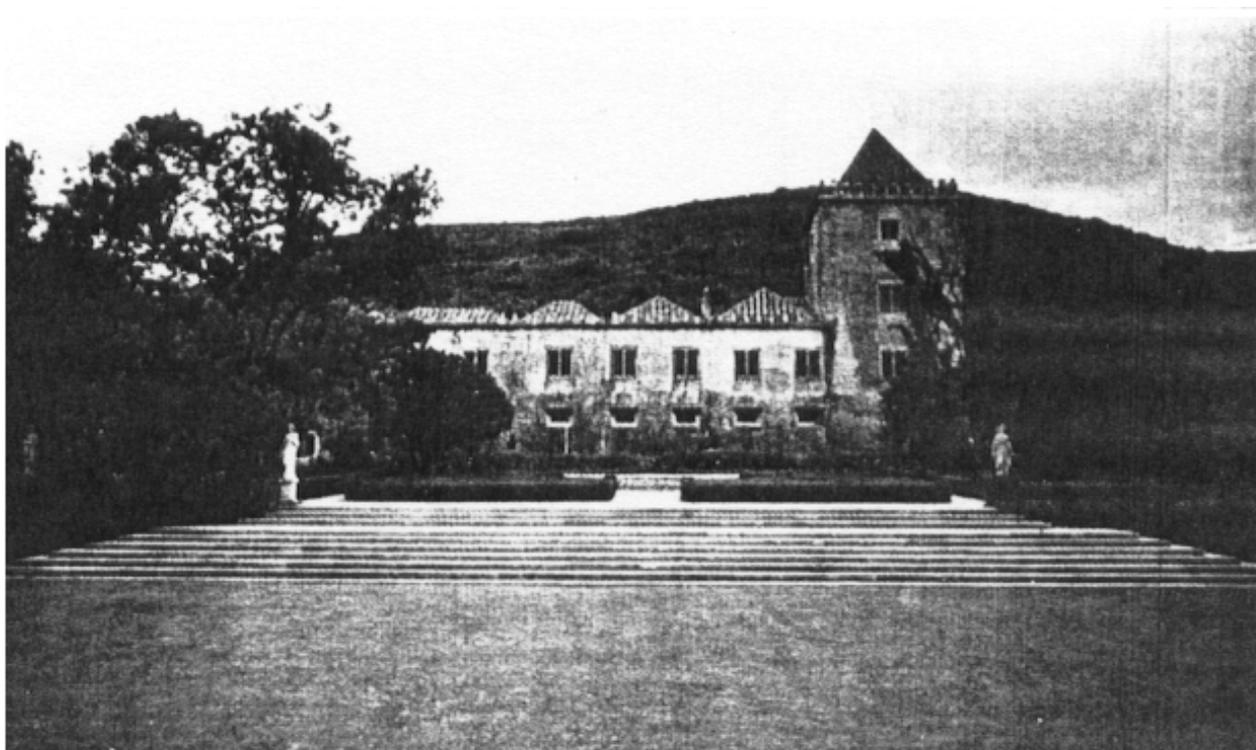


S. Martinho	Estr. Velha	Cp. N.º .Sr. Piedade (Qtª Capela)	Séc. XVI	Bom	Popular	Religioso		Em vias de
S. Martinho	Janas	Ermida S. Mamede	Séc. XVI	Bom	Popular	Religioso	IIP	DL 05/12/49



LISTAGEM DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
S Martinho	R. C. Pedroso	Estalagem Cavaleiros	Séc. XVIII	Mau	Erudito	Civil		
S. Martinho	R. Ferraria, n.º 2	Fonte	Séc. XVI	Regular	Erudito	Civil	IVC	Por publicar
S. Martinho	S. Martinho (V.V)	Fonte da Pipa	Séc. XIV/XVIII	Mau	Erudito	Civil		
S Martinho	Estrada Velha	Fonte d'El Rei		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Volta do Duche	Fonte Neo-Mourisca	Séc. XX	Mau	Erudito	Civil		
S. Martinho	Lg. Greg. Almeida	Ig. da Misericórdia	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Religioso	IVC	Ed.n.º26/88
S Martinho	S. Martinho (V.V)	Ig. P. S. Martinho	Séc. XIV/XVIII	Bom	Erudito	Religioso		Em vias de
S. Martinho	Pr. República	M.R. Sintra (Hotel Costa)	Séc. XX	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	T.R.D. Amélia	Palácio da Vila	Séc. XIV/XVI/ XVIII	Bom	Erudito	Civil	MN	DL 16/06/10
S Martinho	Estr. Velha	Palácio de Seteais	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil	IIP	DL 28/06/47
S. Martinho	R.C. Pedroso	Palácio dos Ribafrias	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil		Em vias de
S. Martinho	R. Visc. Monserrate	Palácio Valenças	Séc. XIX	Mau	Erudito	Civil	IVC	Ed.17/05/88
S Martinho	Estr. Velha	Palácio/Parque Monserrate	Séc. XIX	Mau	Erudito	Civil	IIP	DL 12/09/78
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Alegria		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Rampa P. Merendas	Qtª da Amizade	Séc. XIX	A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Estr. Velha	Qtª da Bela Vista		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Camin. dos Amores	Qtª da Boiça		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Frades	Qtª da Cabeça		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Estr. Velha	Qtª da Capela	Séc. XVI/XVIII	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Cruz		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Macieira	Qtª da Fonte da Prata		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Estr. Velha	Qtª da Fonte dos Cedros		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Infanta		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Ribeira de Sintra	Qtª da Madre de Deus	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
S Martinho	Estr. Velha	Qtª da Palma	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Peixota		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Penha Verde	Séc. XVI	Mau	Erudito	Civil	MN	DL 17/04/53
S Martinho	Estr. Velha	Qtª da Piedade	Séc. XIX	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho		Qtª da Reboleira		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª da Regaleira	Séc. XIX	Bom	Erudito	Civil		Em vias de
S Martinho	Galamares	Qtª das Bochechas		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Frades	Qtª das Fontes		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª das Varandas		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Estr. Velha	Qtª de São Tiago	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil		
S Martinho	Arraçário	Qtª de St. António		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. da Pena	Qtª St. António da Serra		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª de S. Bento		Bom	Erudito	Civil		
S Martinho	Rio do Porto	Qtª de S. Miguel		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Caminho dos Frades	Qtª do Amísquer	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Ramalhão	Qtª do Bom Despacho		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Amores	Qtª do Monte Cruz		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	R. M. Eugénia Navarro	Qtª do Mont-Fleuri		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Várzea	Qtª do Murraçal		A verificar	Erudito	Civil		
S Martinho	Fonte dos Amores	Qtª do Pombal		Bom	Erudito	Civil		



RIBA FRIA

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



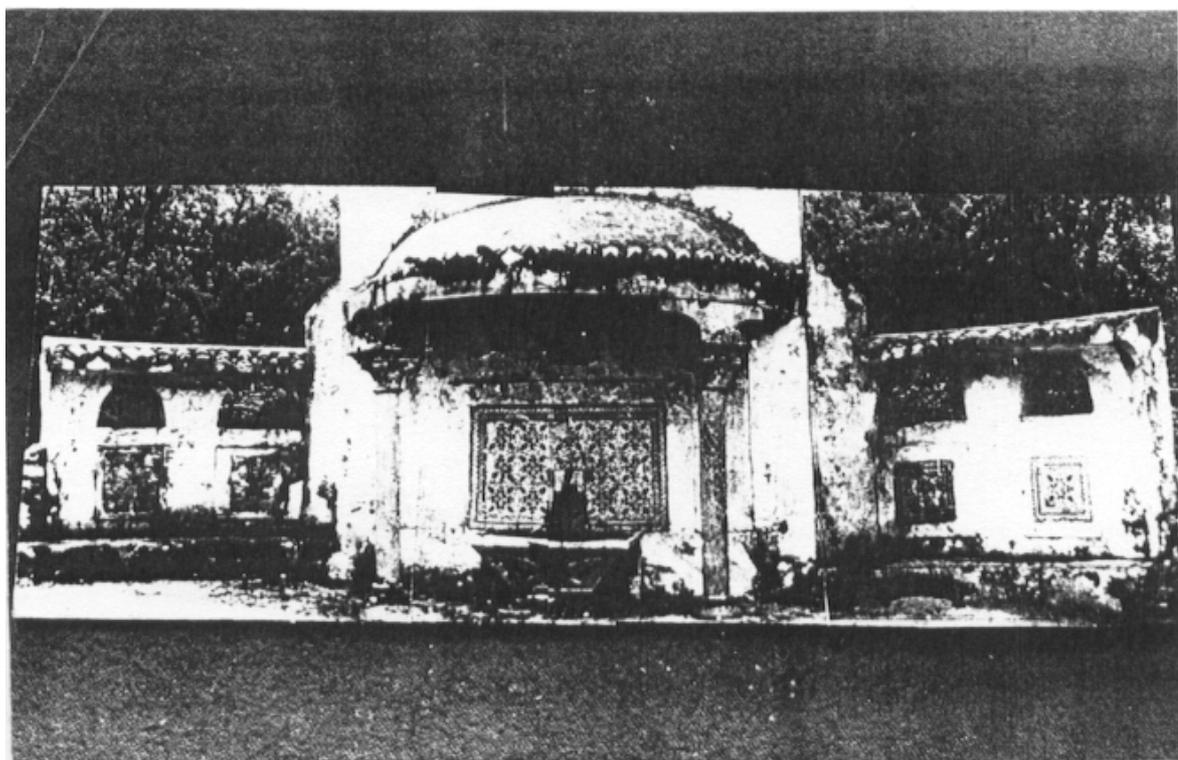
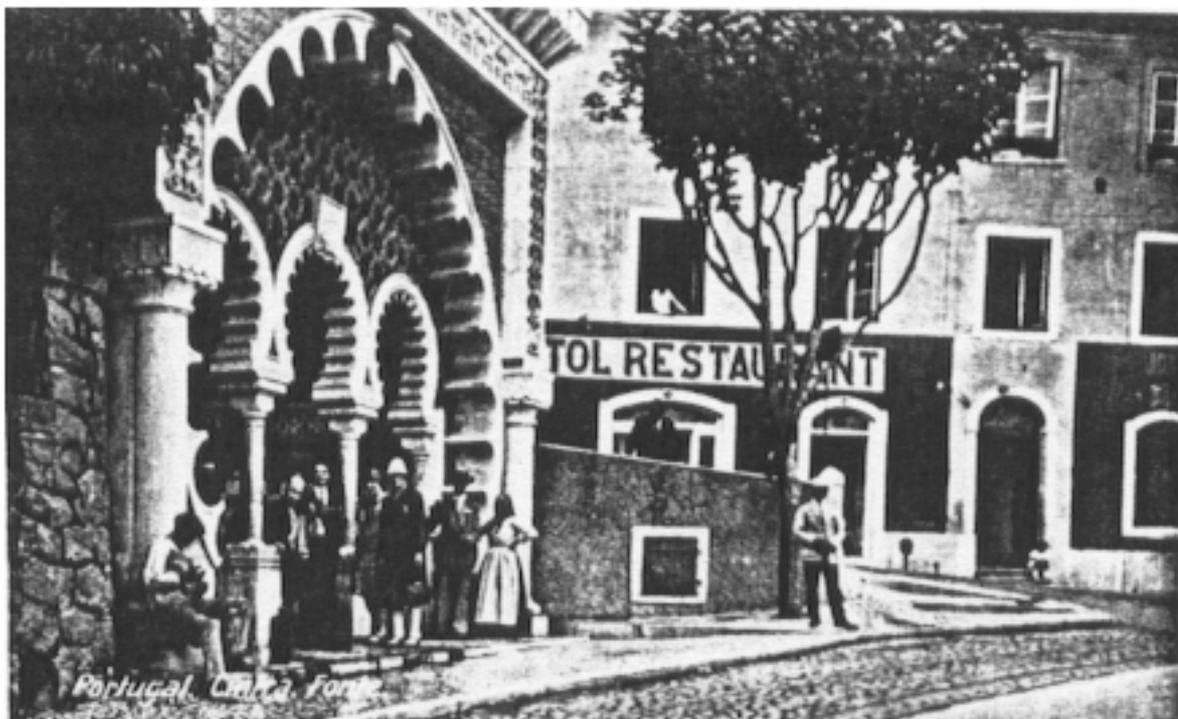
LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
S. Martinho	Lg. do Relógio	Qtª do Relógio	Séc. XIX (1850)	Mau	Erudito	Civil		Em vias de
S. Martinho	Estr. Velha	Qtª do Vale dos Anjos		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Frades	Qtª dos Alfinetes		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Monserate	Qtª dos Arcos		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Ribeira de Sintra	Qtª dos Canaviais		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho Castanheiros	Qtª dos Castanheiros		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Várzea	Qtª dos Freixos	Séc. XIX	A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	R. do Paço	Qtª dos Lilazes		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Frades	Qtª dos Lobos		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Lg. Carlos França	Qtª dos Pisões	Séc. XVI	Regular	Erudito	Civil		
S. Martinho	Caminho dos Frades	Qtª. D. Amélia		Bom	Erudito	Civil		
S. Martinho	Galamares	Qtª Grande	Séc. XX	A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	Galamares	Qtª Lafetás/Vila Cosmos	Séc. XVI	Mau	Erudito	Civil	IVC	DL 24/01/83
S. Martinho	Várzea	Qtª Monte Cipreste		A verificar	Erudito	Civil		
S. Martinho	S. Martinho (V.V.)	Torre do Relógio	Séc. XVIII	Regular	Erudito	Civil		Em vias de
S. Martinho	Jardim da Preta	Repuxo	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil	IIP	DL 02/06/33
S. Martinho	Estr. Velha	Villa Roma	Séc. XIX(1855)	Bom	Erudito	Civil		
S. Pedro		Casal dos Ciprestes	Séc. XX(1912)	A verificar	Popular	Civil		
S. Pedro	Estr. da Pena	Castelo dos Mouros	Séc. VIII	Regular	Erudito	Militar	MN	DL 16/06/10
S. Pedro	R. Tude de Sousa	Chafariz	Séc. XX(1929)	Bom	Erudito	Civil		
S. Pedro	Parque da Pena	Chalé da Condessa d'Edla	Séc. XIX(1870)	Mau	Erudito	Civil	IIP	Ed.n.º130/86
S. Pedro	Rib.da Penha Longa	Conv./ Qtª da Penha Longa	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil		
S. Pedro	S. 1ª. Eufemia	Cp. de S. 1ª. Eufemia	Séc. XVI/XVII	Bom	Erudito	Religioso		Em vias de
S. Pedro	R. Serpa Pinto	Cp. de S. Lázaro	Séc. XIV/XV	Regular	Popular	Religioso	IIP	DL 02/06/33
S. Pedro	Castelo dos Mouros	Cp. de S. Pedro	Séc. XIII	Mau	Popular	Religioso		
S. Pedro	Linhó	Ig. da Penha Longa	Séc. XVI	Bom	Erudito	Religioso	MN	DL 16/06/10
S. Pedro	D. Fernando II	Ig. S. Pedro	Séc. XIV/XVI/ XVIII	Bom	Erudito	Religioso	IIP	
S. Pedro	Pena	Palácio/Parque Pena	Séc. XVI/XIX	Regular	Erudito	Civil	MN	DL 16/06/10
S. Pedro	R. Francisco Santos	Qtª Cerrado dos Pinheiros		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro		Qtª da Abelheira		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Linhó	Qtª da Beloura	Séc. XVII	A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Bairro dos Ingleses	Qtª da Boavista		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	E.N. Sintra-Estoril	Qtª da Fonte/Conv. Doroteias	Séc. XVIII/XX	A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	R. dos Depósitos	Qtª da Paciência		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	R. da Penalva	Qtª da Penalva		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Linhó	Qtª da Saudade	Séc. XIX	A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Linhó	Qtª da Serra		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Esc. da Vigia	Qtª da Vigia	Séc. XIX	Bom				
S. Pedro	R. Rio da Bica	Qtª das Camélias		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Linhó	Qtª das Eiras		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	R. da Forca	Qtª das Flores		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	Ramalhão	Qtª das Tulipas		A verificar	Erudito	Civil		
S. Pedro	R. Álvaro dos Reis	Qtª de D. Dinis	Séc. XVIII/XIX	Regular				
S. Pedro	Linhó	Qtª de Miramar	Séc. XIX	A verificar				

8. LISTAGEM A PROSEGUIR CATALOGAÇÃO



|S Pedro |E.N. Sintra-Estoril |Qª de Penaferrim | |Bom |Erudito |Civil | |



8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
S Pedro	Chão de Meninos	Qtª de St. André		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Ranholas	Qtª de St. António		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Cç. de St. Maria	Qtª de St. Maria		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Av. Conde de Sucena	Qtª de St. Teresa		Reconstruído	Erudito	Civil		
S Pedro	Costa do Pó	Qtª de S. Cristóvão		Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª de S. João	Séc. XVIII (1789/99)	Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	R. 1.º de Dezembro	Qtª de S. José	Séc. XVIII/XIX	Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	Pr. D. Fernando II	Qtª de S. Pedro	Séc. XIX	A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Ramalhão	Qtª de S. Sebastião		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Ranholas	Qtª do Anjinho		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Chão de Meninos	Qtª do Ano Bom		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Vale de Flores	Qtª do Atosereno		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Ramalhão	Qtª do Bom Despacho		Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	R. Álvaro dos Reis	Qtª do Bom Jesus		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª do Chão dos Arcos		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	R. do Campo	Qtª do Espingardeiro		Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	Vale de Flores	Qtª do Jardim		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Várzea	Qtª do Mirante		Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	S. Pedro	Qtª do Monte Sereno	Séc. XX (1925)	Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	R. Álvaro dos Reis	Qtª do Nunes de Ourém		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª do Ourives		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª do Pomar		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Ramalhão	Qtª do Ramalhão	Séc. XVIII/1768	Bom	Erudito	Civil	IIP	Ed.n.º137/86
S Pedro		Qtª do Roseiral		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª dos Beltrans		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª dos Cedros		Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª dos Ourives		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	R. Hígino de Sousa	Qtª dos Ramos		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	R. Tude de Sousa	Qtª D. Dinis	Séc. XVIII-XIX	A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª Maravele		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Estr. Capuchos	Qtª Miramar (Vale Flor)		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Linhó	Qtª Nova	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
S Pedro	R. Aviador Block	Qtª N. Sra da Conceição		A verificar	Erudito	Civil		
S Pedro	Estr. da Pena	Qtª Velha		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Junto estação C.P	Cadeia Comarcã	Séc. XX	Regular	Erudito	Civil	IVC	Por publicar
St Maria		Casal Cerrado da Eira		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Estefânia	Casal de St. António		Regular	Popular	Civil		
St Maria		Casal de S. Martinho		Bom	Popular	Civil		
St Maria		Casal de S. Roque		Bom	Popular	Civil		
St Maria	S. Martinho (V.V)	Casa-Museu Cunha e Costa	I.1982	Regular	Popular	Civil		
St Maria	Estefânia	Casino	Séc. XX	Mau	Popular	Civil		
St Maria	Estefânia	Cine-Teatro Carlos Manuel	Séc. XX	Mau	Popular	Civil		
St Maria	Cç. dos Clérigos	Conv. da Trindade	Séc. XIV/XVI	Bom	Erudito	Religioso		Em vias de
St Maria	Lourel	Ermida de St. Amaro	Séc. XIII/XVI	Bom	Popular	Religioso		Em vias de

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



St Maria | Lourel | Ermida de S. Romão | Mau | Popular | Religioso | Em vias de

LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

LOCALIZAÇÃO				ESTADO	AUTORIA		CLASSIFICAÇÃO	
Freguesia	Aglomerado	Nome	Características		Tipo	Sub Tipo	Classe	Diploma
St Maria	Lourel	Ermida de S. Roque		A verificar	Popular	Religioso	IVC	Ed.n.º 6/91
St Maria		Fonte da Sabuga	Séc. XVIII	Bom	Erudito	Civil		
St Maria		Ig. St Maria	Séc. XIII/XVI	Bom	Erudito	Religioso	MN	DL 29/06/22
St Maria	Cç. de St. Maria	Ig. de S. Miguel (sede S.F)	Séc. XIV/XV	A verificar	Erudito	Religioso		
St Maria	Lg. Vergílio Horta	Paços do Concelho	Séc. XX	Bom	Erudito	Civil	IVC	Ed.17/05/88
St Maria	Estefânia	Qtª Cerrado dos Pinheiros		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria		Qtª da Albalonga		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Ribeira de Sintra	Qtª da Balsa		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Cabriz	Qtª da Bica		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Estr. Monte Santos	Qtª da Palmela		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Monte Santos	Qtª da Rainha Santa		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Estr. da Ribeira	Qtª da Ribeira		Mau	Erudito	Civil		
St Maria	Monte Santos	Qtª das Areias		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Estr. das Murtas	Qtª das Murtas		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Correnteza	Qtª das Rosas		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Correnteza	Qtª das Tílias		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	St Maria	Qtª de S. Sebastião	Séc. XVIII	Regular	Erudito	Civil		Em vias de
St Maria	R.Rodrigo D.Pereira	Qtª do Arrabalde		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	St. Maria	Qtª do Guedes	Séc. XX	Bom	Erudito	Civil		
St Maria		Qtª do Rio		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	R. Luís de Camões	Qtª do Saldanha	Séc. XIX	Bom	Erudito	Civil		
St Maria	Ribeira de Sintra	Qtª dos Canaviais		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria		Qtª dos Lagos	Reconst.1990	Reconstru.	Erudito	Civil		
St Maria	Estefânia	Qtª dos Lagos (Palácio)	Séc. XIX	Reconstru.	Erudito	Civil		
St Maria	Estr. da Ribeira	Qtª dos Neves		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Correnteza	Qtª dos Plátanos		Mau	Erudito	Civil		
St Maria	Correnteza	Qtª Mantero		Mau	Erudito	Civil		
St Maria	Caminho dos Frades	Qtª Shindler		Bom	Erudito	Civil		
St Maria	Monte Santos	Qtª Tarolo		A verificar	Erudito	Civil		
St Maria	Estefânia	Tholos (Qtª Maquia)	Pré-História	Mau	Erudito	Religioso	IIP	DL 20/08/46
St Maria	Cabriz	Torre dos Ribafrias	Séc. XVI	Bom	Erudito	Civil	IIP	DL-18/08/43
St Maria	R. António Cunha,4	Villa das Rosas	Séc. XIX	Bom	Erudito	Civil		
Terrugem	Armés	Casal do Vale	Séc. XVIII	Mau	Popular	Civil	IVC	Ed.n.º189/90
Terrugem	EN. Sintra-Ericeira	Cp. de S. Sebastião	Traçado gótico	A verificar	Popular	Religioso	IIP	DL.05/04/49
Terrugem	Armés	Fonte	Séc.1 d.c	Bom	Popular	Civil	IIP	Ed.n.º187/86
Terrugem	Cabrela	Fonte Velha	Séc. XV/XVI	Bom	Popular	Civil	IVC	Por publicar
Terrugem	Terrugem	Ig. de S. João Degolado	Séc. XVI	Bom	Erudito	Religioso	IIP	DL 05/12/61
Terrugem	Terrugem	Qtª da Portagem		A verificar	Erudito	Civil		
Terrugem	Vila Verde	Villa de Abobadas	Romano	Mau	Erudito	Civil	IVC	Por publicar

8. LISTAGEM A PROSSEGUIR CATALOGAÇÃO



AGLOMERADOS COM VALOR ETROGRÁFICO E PAISAGÍSTICO

Freguesia	Aglomerado	Características	Edifícios com Interesse	Festas e Feiras
Ag. Cacém	Rossio	Núcleo urbano antigo	Casas/Ig. da Consolação/Quintas	Ver Roteiro Festas/Feiras
Al. Bispo	Sabugo	Zona arborizada	Quintas	Ver Roteiro Festas/Feiras
Al. Bispo	Vale de Lobos	Zona arborizada	Quintas/ Estadia / Herculano	Ver Roteiro Festas/Feiras
Belas	Idanha	Núcleo urbano degradado	Quintas/Ig. Misericórdia/Museu	Ver Roteiro Festas/Feiras
Colares	Almoçageme	Próximo do litoral/rural	Quintas e casais	Ver Roteiro Festas/Feiras
Colares	Azenhas do Mar	Litoral	Capela S. Lourenço	Ver Roteiro Festas/Feiras
Colares	Azóia	Próximo do Cabo da Roca		
Colares	Casas Novas	Encosta	Quintas e alguns casais	
Colares	Penedo	Núcleo saloio de encosta	Casais/Ig. St. António	Ver Roteiro Festas/Feiras
Colares	Ulgueira	Encosta	Capela Sra Conceição	
Rio de Mouro	Albarraque	Núcleo rural tradicional	Quintas/Casais	Ver Roteiro Festas/Feiras
Rio de Mouro	Velho	Núcleo rural tradicional	Quintas/Casais/Ig. Matriz	
S. J. Lampas	Alvarinhos	Núcleo rural tradicional		Ver Roteiro Festas/Feiras
S. J. Lampas	Amoreira	Núcleo rural tradicional	Fonte e casa do ferreiro	
S. J. Lampas	Assafora	Próximo do litoral/rural	Capela Sra Conceição/Moinhos	Ver Roteiro Festas/Feiras
S. J. Lampas	Barreira	Núcleo rural tradicional	Fonte	
S. J. Lampas	Boelas	Núcleo rural de planície	Hospital e Pombal	
S. J. Lampas	Catribana	Núcleo rural tradicional		
S. J. Lampas	Chilreira	2 núcleos distintos		Ver Roteiro Festas/Feiras
S. J. Lampas	Cortesia	Núcleo rural tradicional	Fontes/bebedouros junto de casas	
S. J. Lampas	Gouveia	Núcleo rural tradicional		
S. J. Lampas	Montarroio	Núcleo rural de planície		
S. J. Lampas	Moucheira	Núcleo rural tradicional	Casas saloias antigas	
S. J. Lampas	Odrinhas	Núcleo rural tradicional	Capela S. Miguel/Museu/Casais	Ver Roteiro Festas/Feiras
S. J. Lampas	Pernigem	Núcleo rural de planície	Capela Sra do Ó	
S. J. Lampas	Pobral	Núcleo rural/veraneio		Ver Roteiro Festas/Feiras
S. Martinho	Janas	Núcleo rural de planície	Capela S. Mamede/Moinhos/Pombal	Ver Roteiro Festas/Feiras
S. Pedro	Linhó	Situada encosta da serra	Quintas	Ver Roteiro Festas/Feiras
Terrugem	Funchal	Núcleo rural tradicional		
Terrugem	Terrugem	Núcleo rural misto	Ig. Paroquial/Capela S. Sebastião	
Terrugem	Vila Verde	Núcleo rural de planície	Casais/Villa romana Abóbadas	Ver Roteiro Festas/Feiras
Terrugem	Alcolombal	Núcleo rural tradicional		

FESTAS E FEIRAS DO CONCELHO DE SINTRA

Freguesia	Localidade	Descrição	Características	Periodicidade
Ag. Cacém	Aigualva	Feira de Aigualva	Popular	1º/3º Domingos
Alg. M Martins	Alg. M Martins	Freguesia	Religiosa	Anual
Al. Bispo	Al. do Bispo	S. Pedro	Religiosa	Setembro
Al. Bispo	Aruil de Baixo	N. Sra da Luz	Religiosa	Outubro
Al. Bispo	Camarões	N. Sra dos Enfermos	Religiosa	Finais de Junho
Al. Bispo	Covas de Ferro	Festa	Profana	29/Agosto
Al. Bispo	D. Maria	St. Maria	Religiosa	18/Junho
Al. Bispo	Negrais	N. Sra de Fátima	Religiosa	
Al. Bispo	Priores	Feira das Carraças	Popular	15/Agosto
Al. Bispo	Sabugo	N. Sra da Piedade	Religiosa	Agosto
Al. Bispo	St. Eulália	S. João Baptista	Religiosa	Anual
Al. Bispo	Vale de Lobos	Verão	Profana	Anual
Belas	Belas	N. Sra da Misericórdia	Religiosa	Anual
Belas	Belas	Romaria do Sr. da Serra	Religiosa	Anual
Colares	Almoçageme	N. Sra da Graça	Religiosa	1ª semana Outubro
Colares	Az. do Mar	S. Lourenço	Religiosa	2º domingo Agosto
Colares	Colares	N. Sra da Assunção	Religiosa	15/Agosto
Colares	Colares	S. Sebastião	Religiosa	20/Janeiro (irregular)
Colares	Mucifal	N. Sra das Dores	Religiosa	Ultimo domingo Julho
Colares	Pr. das Maças	N. Sra da Praia	Religiosa	Irregular
Colares	Ulgueira	N. Sra da Conceição	Religiosa	08/Dezembro
Montelavar	Anços	Festa	Profana	Anual
Montelavar	Maceira	Festa	Popular	Anual
Montelavar	Montelavar	N. Sra da Nazaré	Religiosa	Anual ?
Montelavar	Montelavar	N. Sra do Cabo Espichel	Religiosa	25/25 anos
Montelavar	Montelavar	Procissão	Religiosa	Anual
P. Pinheiro	Cortegaça	N. Sra da luz	Religiosa	24/Junho
P. Pinheiro	Morelena	N. Sra da Conceição	Religiosa	08/Dezembro
P. Pinheiro	Morelena	Verão	Profana	Anual
P. Pinheiro	Palmeiras	Festa	Profana	Anual
P. Pinheiro	P. Pinheiro	Festa	Popular	29/Junho
P. Pinheiro	P. Pinheiro	Implantação da República	Comemorativa	05/Junho
Queluz	Queluz	Santos populares	Popular	Irregular
S. J. Lampas	Alvarinhos	Festa	Popular	15/Agosto
S. J. Lampas	Assafora	N. Sra de Consolação	Religiosa	Set/Out
S. J. Lampas	Cabo Espichel	N. Sra do Cabo	Religiosa	25/25 anos
S. J. Lampas	Fontanelas	N. Sra da Esperança	Religiosa	Após a Páscoa
S. J. Lampas	Odrinhas	Festa da Pascoela	Religiosa	Anual
S. J. Lampas	Odrinhas	S. Miguel de Arcanjo	Religiosa	Setembro
S. J. Lampas	S. J. Lampas	Feira	Popular	Mensal - 1º Domingo
S. J. Lampas	S. J. Lampas	N. Sra da Nazaré	Religiosa Móvel	17/17 anos
S. J. Lampas	S. J. Lampas	N. Sra Cabo Espichel	Religiosa Móvel	25/25 anos
S. J. Lampas	St. Susana/Pobral	S. Lourenço	Religiosa	1ª quinzena
S. J. Lampas	Tojeira	N. Sra da Penha de França	Religiosa	Irregular
S. Martinho	Galamares	Galamares	Profana	1ª quinzena
S. Martinho	Janas	S. Mamede de Janas	Profana	15/17 Agosto
S. Martinho	Nafarros	N. Sra da Piedade	Religiosa	Agosto/Set
S. Martinho	Várzea	S. Recreativa da Várzea	Popular	Julho
S. Martinho	Vila Velha	S. Pedro	Religiosa	29/Junho
S. Pedro	Linhó	S. Sebastião	Religiosa	Anual/Agosto

FESTAS E FEIRAS DO CONCELHO DE SINTRA

Freguesia	Localidade	Descrição	Características	Periodicidade
Terrugem	Armés	Verão	Popular	Agosto
Terrugem	Cabrela	St. António	Popular	13/Junho
Terrugem	Carne Assada	Verão	Popular	Agosto
Terrugem	Godigana	Verão	Popular	Agosto
Terrugem	Lameiras	Festa	Profana	1º/Maio
Terrugem	Terrugem	S. João Baptista	Religiosa	29/Agosto
Terrugem	Vila Verde	Verão	Popular	Agosto

**9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO**



**O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO**

222

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

9. O TURISMO: DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO

9.1. Elaborado pelo Pelouro do Turismo da Câmara Municipal de Sintra e designado por Plano de Desenvolvimento Turístico 1992 e considerado pela Câmara Municipal de Sintra em reunião realizada a 1992.03.05, o documento, doravante instruindo o Plano Director Municipal enquanto Estudo Anexo nos termos do Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março, artigo 12º, traduz, inequivocamente, a importância do recurso no Concelho de Sintra e objectivo numa direcção de Actuação Estratégica que importando ao Concelho é, de igual forma, relevante nas suas implicações regionais, nacionais e de peso específico na Comunidade.

9.2. O Estudo Anexo, cuja leitura e apreciação compreensiva se recomenda vivamente, diagnostica de forma analítica a situação actual, percorrendo com maturidade a abordagem das existências dos recursos naturais, o património artístico móvel, a gastronomia, a animação turística, os recursos pesqueiros, os recursos cinegéticos, noticiá as questões emergentes da acessibilidade, do saneamento básico (abastecimento de água, águas residuais e recolha de lixos), o abastecimento de energia, as telecomunicações, verifica a oferta de equipamento hoteleiro (o historial e o alojamento), radiografa a procura em equipamento hoteleiro, a evolução do perfil do turista em Sintra e os visitantes, descreve as direcções que têm, sido prosseguidas em termos de promoção turística.

9.3. O documento específico - Plano de Desenvolvimento Turístico 1992 - revela que, em Sintra, cedo foi descoberta a vocação turística fundamentalmente face à existência de importantes recursos naturais e histórico-culturais que a autorizam como área de geração e destino de importância relevante em Portugal.

9.4. Dos recursos naturais é sublinhada a riqueza e diversidade da paisagem, destacando-se como principais unidades paisagísticas a Serra de Sintra, o litoral das arribas altas e as áreas de paisagem agrícola.

9. O TURISMO: DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



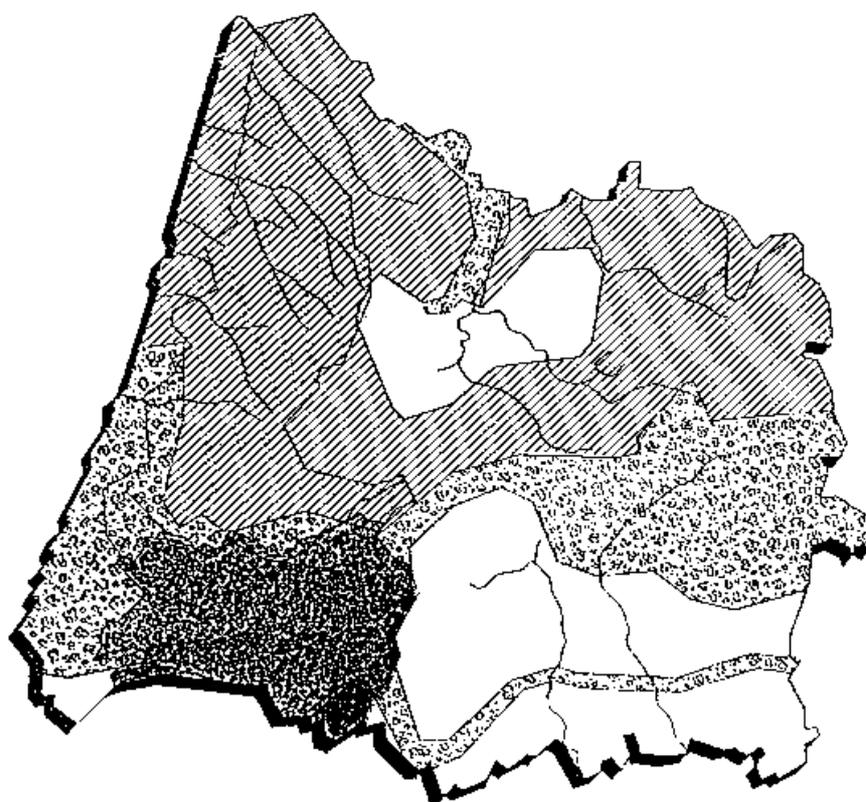
A Serra de Sintra, de elevação vigorosa, em contacto directo com o Oceano Atlântico a poente, de coberto vegetal exuberante, mantém variados parques com grande interesse paisagístico e científico, releva-se como dos elementos estruturais mais significativos da região de Lisboa.

A faixa litoral, da Foz do Falcão até à Biscaia, caracteriza-se pela presença de escarpas e falésias altas, de extremo recorte, interrompido por praias seja junto a vertentes com grandes desníveis ou na secção terminal dos vales fluviais.

As praias, de características atlânticas, constituem pontos de geração de atracção das quais são bons exemplos a Praia do Magoito, Praia Grande e Praia das Maçãs.

RECURSOS NATURAIS ÀREA DE PAISAGEM PROTEGIDA, ÁREA FLORESTAL, ÁREA AGRÍCOLA

mapa 1



Área de Paisagem Protegida

Reserva Natural Parcial do Litoral

Área Florestal Especial da Serra de Sintra

Área Agrícola Especial da Várzea de Colares

Área Florestal

Área Agrícola

Linha de Água

As plataformas de abrasão marinha - a de S. João das Lampas e a de Cascais, - complexas e vigorosas, fortemente humanizada a primeira, observa uma sujeição à acção dos ventos traduzido numa interessante compartimentação em sebes (em caniço ou muros de pedra seca) e que, marcando as áreas mais rurais do Concelho potência um importante recurso turístico

As condições climáticas, condicionadas pela barreira de condensação imposta pela Serra de Sintra (pelo Sistema Colinar Sintra-Carregueira), reportam um elevado grau de amenidade, amplitudes térmicas discretas, acentuação de sensações de frescura nos meses mais quentes, e de convite à contemplação quando face aos nevoeiros frequentes. É de qualquer modo consideração do Estudo-Anexo que, não sendo particularmente favoráveis, as condições climáticas não constituem propriamente um factor limitativo ao desenvolvimento do turismo.

9.5. Os recursos histórico-culturais, englobando factores tão diversos como a arquitectura, a arqueologia, a gastronomia, o património artístico móvel e outras expressões culturais capazes de motivar a deslocação de pessoas, fazem do Concelho de Sintra destino de privilégio.

A arquitectura áulica e religiosa, os parques, quintas e chalés, as fortificações e monumentos arqueológicos, os repuxos, aquedutos, pelourinhos e fontes, as aldeias, casais, moinhos e azenhas, os museus, traduzem, no Concelho de Sintra, uma malha rica, diversa e sustentadora de desenvolvimentos potenciais do turismo, no respeito pela especificidade e singularidade de cada elemento da rede.

Justamente, o Relatório Final - O Património no Concelho de Sintra, a Monumentalidade e o Recurso - dá a conhecer a listagem de recursos que, reconhecidamente traduz o Concelho de Sintra como um caso de excelência na Área Metropolitana de Lisboa e cuja singularidade deverá merecer compromissos de geração metropolitana.

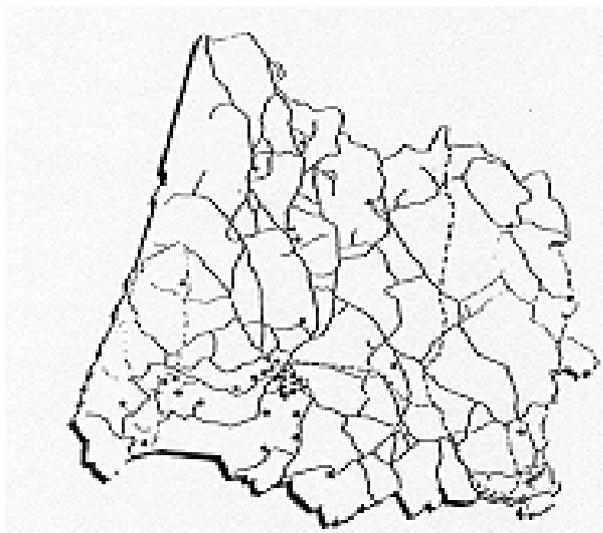
O património artístico móvel (o artesanato, o folclore), mantém relevância no Concelho de Sintra. De tradições seculares, encontram-se ainda a funcionar algumas oficinas de ceramistas (Santa Susana e em Almoçageme), as de vime (em Gouveia), as de corda e sobretudo as de cantarias (em Montelavar e Pero Pinheiro) e activos são, ainda, agrupamentos folclóricos.

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



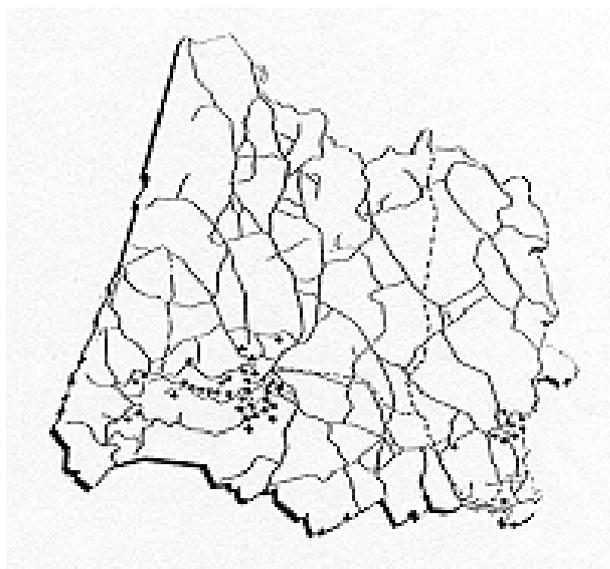
RECURSO HISTÓRICO CULTURAIS
ARQUITECTURA ÁULICA E RELIGIOSA

mapa 2



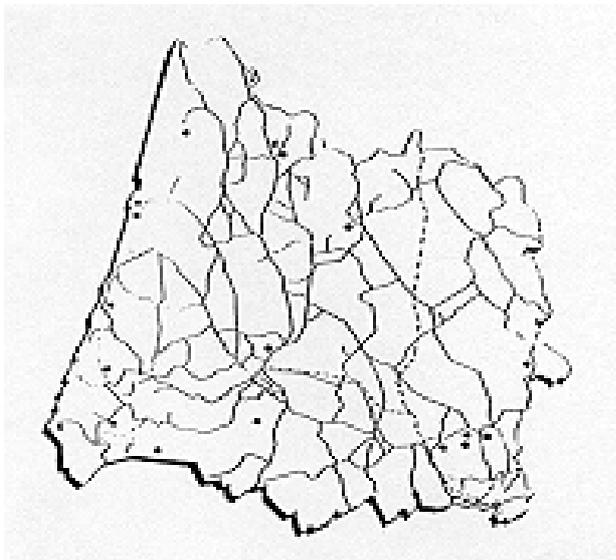
RECURSO HISTÓRICO CULTURAIS
PARQUES, QUINTAS E CHALÉS

mapa 3



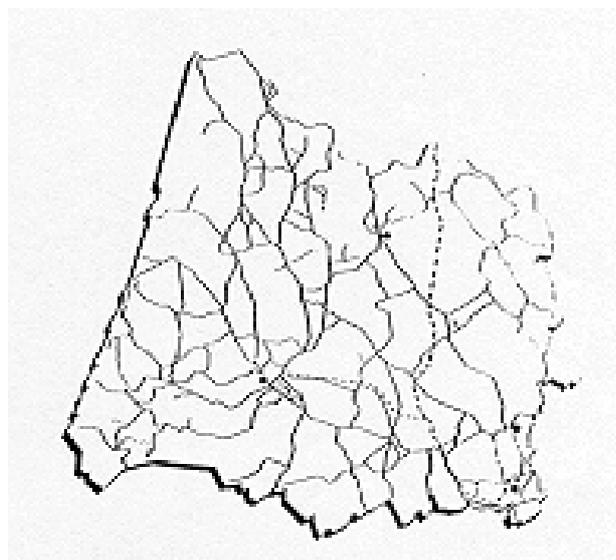
RECURSO HISTÓRICO - CULTURAIS
FORTIFICAÇÕES E MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

mapa 4



RECURSO HISTÓRICO - CULTURAIS
REPUCHOS, AQUEDUTOS, PELOURINHOS EFONTES

mapa 5



9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO

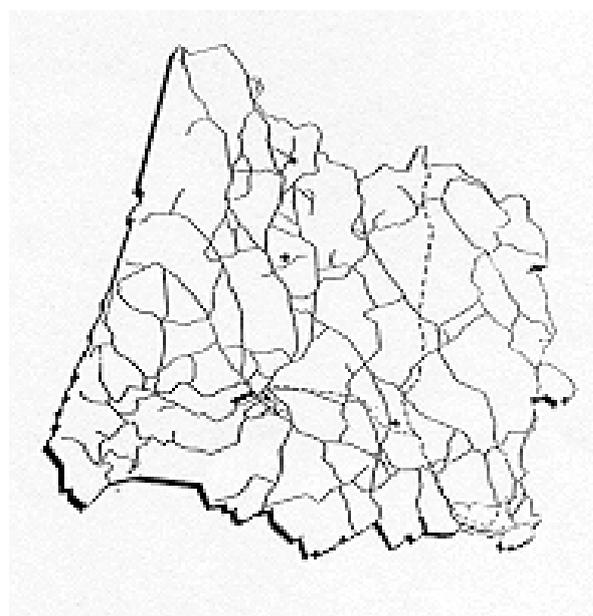
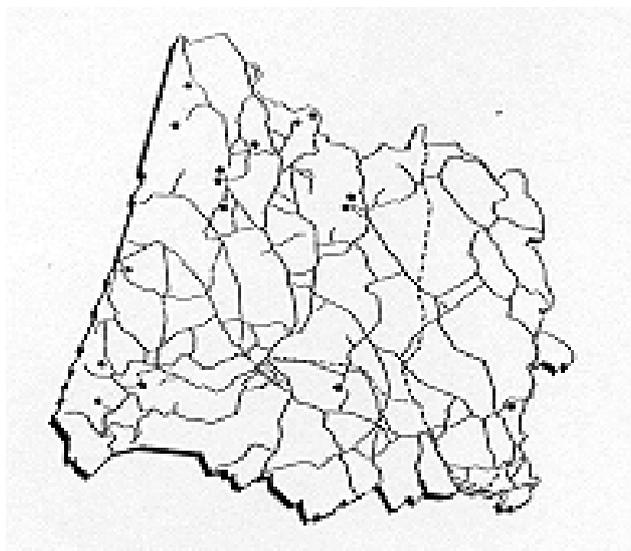


RECURSO HISTÓRICO - CULTURAIS
ALDEIAS, CASAIS MOINHOS E AZENHAS

mapa 6

RECURSO HISTÓRICO - CULTURAIS
MUSEUS

mapa 7



Na gastronomia, aliciante em Sintra, e aliada à qualidade, destaca-se o Leitão de Negrais, a Carne de Porco à Moda das Mercês, a Vitela de Sintra, os Sargos, os Robalos, bem como Percebes e Mexilhões ainda frequentes na Costa. A boa qualidade dos produtos hortícolas, frutícolas ou do conhecido pão de fabrico saloio, a doçaria, os Fofos de Belas, as Queijadas de Sintra - fabricados desde o Século XIII-, os Travesseiros, as Nozes douradas de Galamares, os Pudins de Queijadas e os Pastéis da Pena - e os vinhos de Colares e Alvarinhos, constituem referências específicas do Concelho de Sintra.

A animação turística, com enquadramentos únicos, constitui destino de enorme potencial. A música e o bailado que potenciam sob conjugações diversas a época de veraneio em Sintra constituem já hoje um decisivo referencial de capital invejável. As festas e romarias, cumprindo rituais de grande ancestralidade, sublinham enquadramentos de personalidade ímpar.

9.6. Os recursos pesqueiros e cinegéticos não são, decididamente, irrenunciáveis no Concelho de Sintra. Entre a Foz do Falcão e a Ponta do Rebolo - a orla marítima do Concelho - oferece recursos pesqueiros significativos. Enquadrada na faixa considerada como das mais ricas do litoral Português - em diversidade e em peso médio das capturas - não é, seguramente um recurso a desconsiderar. A prática da pesca desportiva é, assumidamente, uma existência verificada. Actualmente em fase de proposta é relevante a criação de duas zonas de caça uma associativa na freguesia de S. João das Lampas e uma turística na freguesia de S. Pedro de Penaferrim - e que importa considerar.

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



I - ARQUITECTURA ÁULICA

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Paço dos Ribas Frias / M.N.	Séc. XVI	Rua Cons Pedroso	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
2	Paços do Concelho/I.V.C.	Séc. XX	Largo Dr. Virgílio Horta (Sintra)	C.M.S.	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
3	Palácio de Monserrate	Séc. XIX	Estrada Nova da Rainha	S.E.C./I.P.P.C.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	Em Obras
4	Palácio Nacional de Queluz/M.N.	Séc. XVIII	Largo do Palácio de Queluz	S.E.C./I.P.P.C.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
5	Palácio Nacional de Sintra/M.N.	Séc. XIV/XVIII	Travessa da Rainha D. Amélia (Sintra)	S.E.C./I.P.P.C.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
6	Palácio Nacional da Pena /M..N.	Séc. XIV/XIX	Serra de Sintra	S.E.C./I.P.P.C.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
7	Palácio Pombal	Séc. XVIII	Largo do Palácio de Queluz	S.E.C./I.P.P.C.	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
8	Palácio do Ramalhão/I.P.P	Séc. XVIII	Ramalhão	Congregação das Irmãs Dominicanas-Portuguesas	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	Colégio de S. José
9	Palácio de Setais/I.P.P.	Séc. XVIII/XIX	Estrada Nova da Rainha	S.E.C./I.P.P.C.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom.	Hotel
10	Palácio Valenças		Rua Visconde de Monserrate (Sintra)	C.M.S.	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	Biblioteca Municipal/Arquivo Histórico Sintra

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

II - QUINTAS E CHALETS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
11	Quinta das Águas Livres	Séc. XVI	Belas	P.S.P.	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
12	Quinta da Alegria	Séc. XVIII	Seteais	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Aproveitamento Para Unidade Hoteleira
13	Quinta dos Alfinetes	Séc. XIX	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
14	Quinta do Almisques	Séc. XVIII	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Regular
15	Quinta da Amizade	Séc. XIX	Rampa do Parque Municipal (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Aguarda parecer de vistoria para integração no Turismo Espaço Rural
16	Quinta da Arriaga	Séc. XVI	Pé-da Serra (Almoçageme)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
17	Quinta da Bela Vista	Séc. XVIII	Estrada Nova da Rainha	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
18	Quinta do Bonjardim	Séc. XVI	Belas	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
19	Quinta Dona Amélia	Séc. XVIII	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
20	Quinta da Capela	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	Turismo de Habitação
21	Quinta D. Diniz	Séc. XIX	São Pedro	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	Em Obras
22	Quinta da Fonte Nova	Séc. XVIII	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
23	Quinta da Fonteireira/I.V.C.	Séc. XVI	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
24	Quinta dos Lagos	Séc. XIX	Largo Fernando Formigal de Morais (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
25	Quinta dos Lobos	Séc. XVIII/XIX	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
26	Quinta da Madre Deus	Séc. XVIII	Carrascal	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
27	Quinta Mazzioti I.I.P	Séc. XVIII	Colares	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
28	Quinta de Melindes/I.V.C.	Séc. XVI	Colares	Particular	Elevado	Sim/Regular Estado	Regular	
29	Quinta do Molha Pão	Séc. XVII	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
30	Quinta do Monte Sereno	Séc. XX	Serra de Sintra	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
31	Quinta de N.ª. S.ª. do Monte Carmo	Séc. XVIII	Agualva	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
32	Quinta Nova da Assunção	Séc. XIX	Largo da Igreja	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
33	Quinta do Pé da Serra	Séc. XVIII	Almoçageme	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
34	Quinta da Penha Verde	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Sociedade Quinta da Penha Verde	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
35	Quinta da Piedade	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
36	Quinta dos Pisões	Séc. XVI	Rua Barbosa de Bocage (Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
37	Quinta da Regaleira	Séc. XIX/XX	Rua Barbosa de Bocage (Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
38	Quinta do Relógio/ I.V.C.	Séc. XIX	Largo da Quinta do Relógio (Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
39	Quinta da Ribafria/ I.I.P.	Séc. XVI	Rua Consiglieri Pedroso (Sintra)	Particular	Muito Elevado	Sim/ Bom Estado	Bom	
40	Quinta do Rio de Milho	Séc. XVIII	Colares	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
41	Quinta do Saldanha	Séc. XIX	Rua Luís de Camões (Sintra)	Patriarcado	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
42	Quinta de Santa Maria	Sécs. XVIII/XIX	Arrabalde Calçada da Trindade	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
43	Quinta de Santa Teresa	Sécs. XVIII/XIX	São Pedro	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
44	Quinta de São Sebastião/I.V.C.	Séc. XVIII	Sintra	Particular	Elevado	Sim/ Bom Estado	Bom	
45	Quinta do Senhor da Serra	Séc. XVI	Belas	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
46	Quinta do Vinagre	Séc. XVI	Colares	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
47	Chalet Biester I.V.C.	Sécs. XIX/XX	Estrada da Pena	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
48	Chalet da Condesa d'Elba - I.I.P.	Séc. XIX	Parque da Pena	M. A. P. A. / S.E.C.	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



III ARQUITECTURA RELIGIOSA

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
49	Convento do Carmo/I.V.C.	Séc. XV	Gigarós (Colares)	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
50	Convento dos Capuchos/ I.I.P.	Séc. XVI	Capuchos (Serra de Sintra)	M.A.P.A./ A.F.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
51	Convento das Doroteias	Séc. XVIII	Linhó	M.A.P.A./A.F.S.	Regular	Sim/ Bom Estado	Bom	
52	Convento da Penha Longa/M.N.	Séc. XVI	Estrada da Lagoa Azul	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
53	Convento da Santíssima Trindade/ I.V.C.	Séc. XV	Rua da Trindade(Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	Em Obras
54	Antiga Igreja Matriz de S. Pedro de Penaferrim	Séc. XII	Castelo dos Mouros	M.A.P.A./ A.F.S	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	Ruínas Históricas
55	Igreja Matriz de Nª Sra. da Assunção /I.V.C.	Séc. XVI	Colares	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
56	Igreja Matriz de Nª Sra.de Belém /I.V.C.	Séc. XVI	Rio de Mouro Velho	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
57	Igreja Matriz de Nª Sra da Misericórdia/M.N -I.V.C.	Séc. XVI	Belas	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
58	Igreja Matriz de Nª Sra da Purificação	Séc. XVI	Montelavar	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
59	Igreja Matriz de Santa Maria/M.N.	Séc. XIII	Calçada de Santa Maria (Sintra)	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
60	Igreja Matriz de S. João Baptista M.N.-I.V.C.	Séc. XVI	São João das Lampas	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
61	Igreja Matriz de São João Degolado / I.I.P.	Séc. XVI	Terrugem	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
62	Igreja Matriz de São Martinho/ I.I.P.	Séc. XVIII	Praça da República(Sintra)	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
63	Igreja Matriz de S. Pedro/I.I.P.	Séc. XVI	Almargem do Bispo	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
64	Igreja Matriz de S. Pedro	Séc. XVI	São Pedro de Penaferrim	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
65	Igreja Matriz de Nª Sra da Misericórdia /I.I.P	Séc. XVII	Largo da Misericórdia de Colares	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
66	Igreja de Nª. Sª da Misericórdia.	Séc. XVIII	Largo Dr. Gregório de Almeida (Sintra)	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
67	Igreja de Santo António/I.I.P.	Séc. XVII	Penedo	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	Em Obras
68	Ermida de São Mamede/ I.I.P	Séc. XVI	Janas.	Patriarcado de Lisboa	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	Em Obras
69	Ermida de Santa Margarida/I.I.P.	Séc. XV/XVI	Manique de Cima	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
70	Capela de Nª.Sª. da Conceição	Séc. XVI	Ulgueira	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
71	Capela de N.ª S.ª dos Enfermos	Séc. XVI	Camarões	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



72	Capela de Nª Sª das Mercês	Séc. XVIII	Mercês	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
73	Capela de Nª Sª da Peninha/ I.I.P.	Sécs XVII/ XVIII.	Serra de Sintra	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
74	Capela de Santa Eufemia/ I.V.C.	Séc. XVIII	Serra de Sintra	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
75	Capela de Santo Amaro/ I.V.C.	Séc. XVI	Casal de Santo Amaro (Lourel)	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
76	Capela de São Lázaro/I.I.P.	Séc. XV	São Pedro de Sintra	Patriarcado de Lisboa	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
77	Capela de São Miguel/I.I.P.	Séc. XVI	São Miguel de Odrinhas	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
78	Capela de São Sebastião	Séc. XVI	Terrugem	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

IV MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
79	Anta de Adrenunes/M.N.	Neolítico	Tapada do Canudo (Serra de Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Mau Estado	Regular	
80	Anta de Aigualva	Neolítico	Quinta do Carrascal (Aigualva)	Particular	Muito Elevado	Sim/Mau Estado	Mau	
81	Anta de Estria/M.N.	Neolítico		Particular	Muito Elevado	Sim/Mau Estado	Regular	
82	Anta do Monte Abraão/ M.N.	Neolítico	Monte Abraão	Particular	Muito Elevado	Sim/Mau Estado	Regular	
83	Anta da Pedra dos Mouros/M.N.	Neolítico	Quinta do Senhor da Serra (Belas)	Particular	Muito Elevado	Sim/Mau Estado	Regular	
84	Barragem Romana de Belas/ I.I.P.	Romana	Estrada Nacional 250 ao Km 16.4 (Belas)	Particular	Elevado	Sim/Mau Estado	Mau	
85	Complexo de Menires da Barreira /I.I.P	Neolítico	Barreira (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Regular	Mau	
86	Dunas Consolidadas de Magoito	Mesolítico	Foz do Rio da Mata (Magoito)	Guarda Fiscal/ Capitania do porto de Cascais	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	
87	Fonte Romana de Armês /I.I.P.	Romana	Armês(Terrugem)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
88	Ponte e Calçadas Romanas de Catribana/ I.V.C.	Romana	Entre Catribana e Assafora (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
89	Tholos do Monge	Calcolítico	Monge (Serra de Sintra)	M.A.P.A./A.F.S.	Muito Elevado	Sim/Regular Estado	Regular	
90	Tholos da Praia das Maças/ M.N.	Neolítico Calcolítico	Praia das Maças	Particular	Muito Elevado	Sim/Regular Estado	Mau	
91	Tholos do Vale de S. Martinho/ I.I.P.	Calcolítico	Quinta da Manquia (Lourel)	Particular	Muito Elevado	Sim/Regular Estado	Regular	

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



92	Villa Romana de Sto André de Almoçageme/ I.V.C.	Romana	Santo André de Almoçageme	C.M.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
93	Villa Romana S. Miguel de Odrinhas/I.I.P.	Romana	S. Miguel de Odrinhas	C.M.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

V - FORTIFICAÇÕES

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
94	Castelo dos Mouros/ M.N.	Séc. VIII/XII	Serra de Sintra	M.A.P.A./A.F.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
95	Forte do Cabo da Roca	Séc XVII/ XVIII	Cabo da Roca	Guarda Fiscal/ Capitania do Porto de Cascais	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	
96	Forte do Magoito	Séc XVII/ XVIII	Praia do Magoito	Guarda Fiscal/ Capitania do Porto de Cascais	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VI - REPUXOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
97	Repuxo do Paço Real de Sintra /M.N.	Séc.XVI	Jardim da Preta Paço Real de Sintra	S.E.C./I.P.P.C.	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VI/A - AQUEDUTOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
98	Aguas Livres	Séc.XVIII	Início na Quinta das Águas Livres (Belas) Prolongando-se até Lisboa		Muito Elevado		Mau	
99	Granja do Marquês	Séc. XVIII	Cortegaça (Pero Pinheiro)		Regular		Regular	
100	Palácio de Queluz	Séc. XVIII	Queluz		Regular		Regular	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VII- PELOURINHOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
101	Pelourinho de Colares/ M.N.	Séc. XVI	Colares	C.M.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VII/A - FONTES

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
102	Chafariz da Charneca	Séc. XVII	Ranholas	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
103	Fonte dos Amores	Séc. XX	Praia das Maças	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
104	Fonte da Biquinha		Rua da Biquinha (Sintra)	Patriarcado de Lisboa	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
105	Fonte d'El Rei	Séc. XVIII	Estrada Nova da Rainha junto à Penha Verde	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
106	Fonte dos Ladrões	Séc. XVIII/XIX	Estrada Nova da Rainha perto da Quinta da Capela	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
107	Fonte da Mata D'Alba	Séc. XIX/XX	Estrada Nova da Rainha perto de Monserrate	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
108	Fonte Mourisca	Séc. XX	Volta do Duche (Sintra)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
109	Fonte de Monserrate	Séc. XIX/XX	Estrada Nova da Rainha Largo de Monserrate	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
110	Fonte da Pipa	Séc. XVIII	Vila Velha de Sintra	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
111	Fonte dos Pisões	Séc. XX	Rua Barbosa de Bocage (Sintra)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
112	Fonte da Sabuga	Séc. XVIII	Rua Marechal de Saldanha (Sintra)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
113	Fonte de São Pedro	Séc. XX	Largo da Feira (São Pedro)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
114	Aldeia de Broas	A.T.	Broas (no limite do concelho de Sintra com Mafra)	Particular	Elevado	Sim/Mau Estado	Mau	
115	Aldeia do Funchal	A.T.	Funchal (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
116	Aldeia do Penedo	A.T.	Penedo (Colares)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
117	Aldeia de Ribeira De Rio de Cões	A.T.	Ribeira de Rio de Cões (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
118	Aldeia da Ulgueira	A.T.	Ulgueira (Colares)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
119	Azenhas do Mar	A.T.	Azenhas do Mar (Colares)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VIII/A - CASAIS SALOIOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
120	Casal da Assafora/ I.V.C.	Séc. XVIII	Assafora (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
121	Casal de Bombacias	A.T.	Bombacias (Montelavar)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
122	Casal do Cesteiro	A.T.	Montelavar	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	
123	Casais de Mem-Martins /I.V.C	A.T.	Mem-Martins	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
124	Casal de Pianos	Séc. XVIII	Tojeira (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
125	Casal da Quinta /I.V.C.	A.T.	Belas	Particular	Regular	Sim/Mau Estado	Regular	
126	Casal de Valmarinha	Séc. XVIII	Almoçageme	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VIII/B - MOINHOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
127	Moinho de São João das Lampas	A.T.	São João das Lampas	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	Licença de exploração, concedida a Comissão Instaladora da Área de Paisagem Prot. Sintra/Cascais

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



VIII/C - AZENHAS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
128	Azenha do Almogrove		Almogrove (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
129	Azenha da Lage		Amoreira (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Mau Estado	Mau	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

IX - PARQUES

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
130	Mata Municipal de Queluz	Séc. XVIII	Estrada Nacional (junto ao Palácio Nacional de Queluz)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
131	Parque da Liberdade	Séc. XIX	Rua Visconde Monserrate (Sintra)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
132	Parque Municipal	Séc. XX	Estrada da Pena	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
133	Parque de Monserrate	Séc. XIX	Monserrate, Estrada Nova da Rainha	M.A.P.A./A.F.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
134	Parque da Pena	Séc. XIX	Estrada, da Pena	M.A.P.A./A.F.S.	Muito Elevado	Sim/Regular Estado	Regular	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

X - MUSEUS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
135	Casa Museu Atelier Anjos Teixeira		Azinhaga da Sardinha, Rio do Porto (Sintra)	C.M.S.	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	Entrará em Breve em obras
136	Casa Museu Leal da Câmara		Rinchoa	C.M.S.	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	Encerrado para obras
137	Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas		Odrinhas (São João das Lampas)	C.M.S.	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
138	Museu do Brinquedo		Largo Latino Coelho (Sintra)	C.M.S./Fundação Artuês Moreira	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
139	Museu Ferreira de Castro		Rua Consigliéri Pedroso, 30 (Sintra)	C.M.S.	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	Encerrado para obras

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



140	Museu Taurino		Quinta de Santa Colomba Alcolombal Terrugem	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Policia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público								

9.7. As atracções turísticas e o tempo de estadia são, igualmente, matérias que mereceram expressão analítica no Estudo Anexo designado e que, justamente, considera a identificação dos factores de atracção centrada tanto no património natural, histórico e cultural como noutros (equipamentos e serviços) determina os respectivos graus de dependência e elabora o esquema relacional: ao nível das estadias mais prolongadas.

9.8. Das Infra-estruturas, justamente consideradas no Estudo Anexo - Plano de Desenvolvimento Turístico 1992 - como um suporte fundamental de qualquer desenvolvimento turístico, e efectuada a evolução da situação actual, especialmente nas áreas vocacionadas para o turismo, e consideradas as mudanças qualitativas introduzidas pela programação de investimentos direccionada pelos níveis de planeamento nacional, regional e municipal

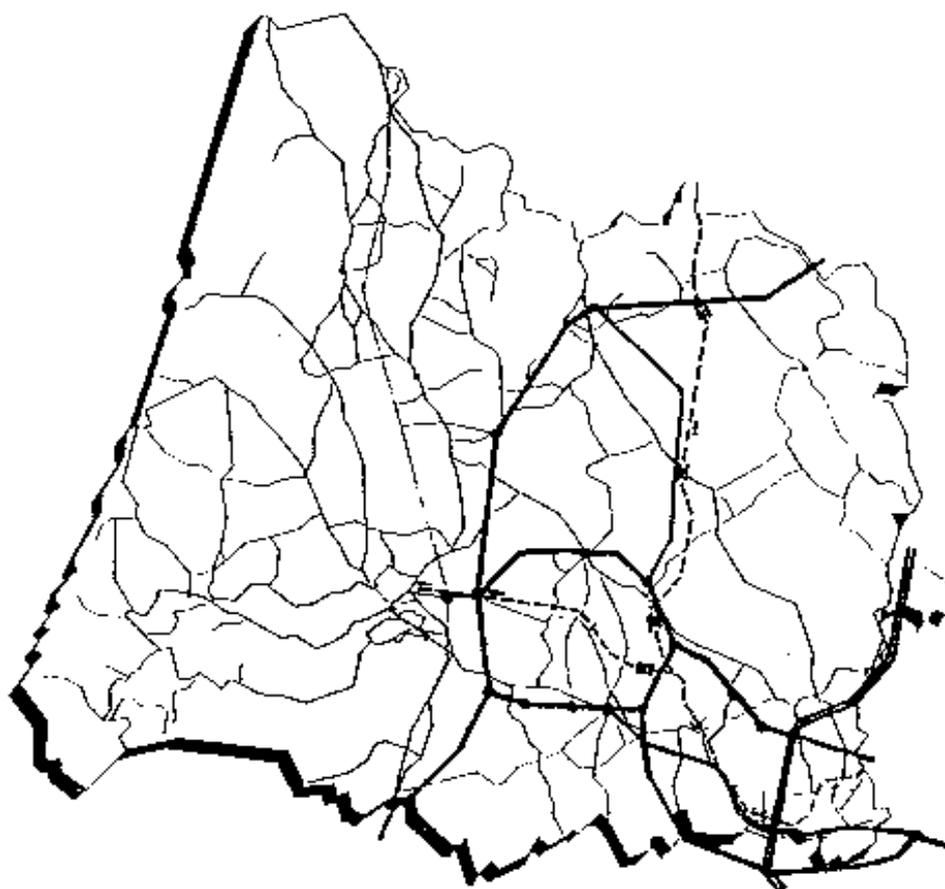
No quadro geral da acessibilidade são notadas a importância da conclusão do IC 19, e do sistema programado no Plano Director Municipal - Infra-estruturas Rodo-Ferroviárias - os impactes no território municipal, a valorização do Aeródromo de Tires, as carências verificadas nos sistemas e subsistemas secundários.

Na área do Saneamento Básico, é verificado a dependência e fragilidade da Vila de Sintra e a zona litoral do Concelho, importando a esta questão a elaboração em curso dos respectivos Plano Municipal de Abastecimento de Água e Plano Municipal de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Domésticas do Concelho de Sintra. Da recolha de lixos releva-se a recomendação de proceder a melhorias na intensidade de recolha durante os períodos de Verão.

Do Abastecimento em energia eléctrica e telecomunicações; o Estudo Anexo tipifica as existências e os avanços programados notando, nestes domínios, consideráveis investimentos.

INFRAESTRUTURAS
ACESSIBILIDADE

mapa 8



INFRAESTRUTURAS RODO. FERROVIÁRIAS
EXISTENTES

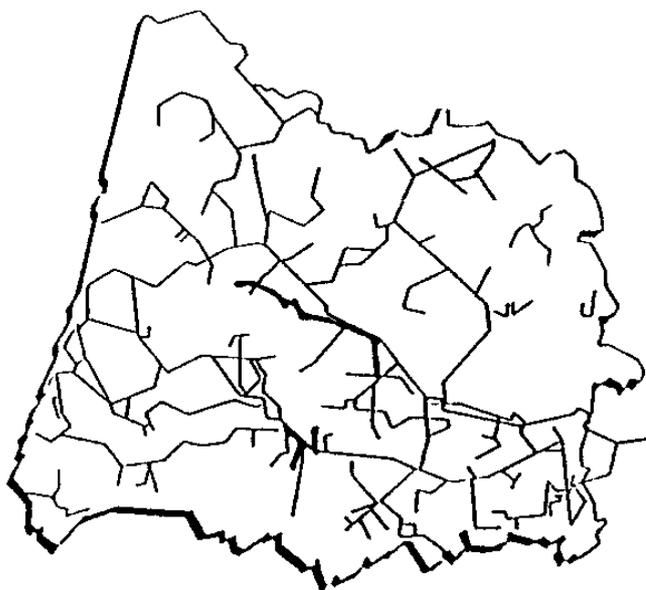
- Vias Principais
- Vias Secundária
- - - Caminho de Ferro

INFRAESTRUTURAS RODO. FERROVIÁRIAS
PREVISIAS

- Vias Regionais
- - - Vias Municipais
- No Viário Principal
- ≡ Interface
- - - Estação de Mat. Circulante

INFRAESTRUTURAS
REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

mapa 9



- Rede Existente
- Ampliação Prevista da Rede

INFRAESTRUTURAS
REDE DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

mapa 10



- Estações de Tratamento de Águas Residuais Existentes
- Estações de Tratamento de Águas Residuais Previstas

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



Quadro 2

População não servida por rede domiciliária

FREGUESIAS	N.º HABITANTES	% S/ TOTAL CONCELHO
Almargem do Bispo	3 700	1,2%
Belas	2 700	0,8%
TOTAL	6 400	2,0%

Fonte: S.M.A.S., 1991

Quadro 3

Evolução do número de Consumidores

ANO	N.º HABITANTES	N.º CONSUMIDORES	ÍNDICE HAB/CONSUM
1981	226 428	69 585	3,25
1985	244 267	80 572	3,03
1986		82 465	
1987	257 872	86 032	3,00
1988		90 943	
1989	274 080	96 537	2,84
1990	296 000	101 683	2,91

Fonte: S.M.A.S., 1991

Quadro 4

População residente e flutuante

FREGUESIAS	RESIDENTE		FLUTUANTE	
	1990	2000	1990	2000
Colares	6 868	8 048	6 662	7 807
S. João das Lampas	8 086	9 294	16 415	18 867
S. Martinho	8 321	10 045	18 140	21 898
TOTAL	23 275	27 387	41 217	48 572

Fonte: S.M.A.S., 1991

Quadro 5

Recolha de resíduos sólidos

FREGUESIA	% DIÁRIA	% TRI-SEMANAL
Agualva-Cacém	100,00%	
Algueirão-Mem-Martins	70,00%	30,00%
Almargem do Bispo		100%
Belas	50,00%	50,00%
Colares	80,00%	20,00%
Montelavar	100,00%	
Pero Pinheiro	30,00%	70,00%
Rio de Mouro	70,00%	30,00%
Sta.Maria e S. Miguel	50,00%	50,00%
S. João das Lampas	50,00%	50,00%
S. Martinho	50,00%	50,00%
S. Pedro Penaferrim	30,00%	70,00%
Terrugem	60,00%	40,00%

Fonte: Divisão de Higiene Pública da C.M.S. (Out. 1991)

9.9. Da oferta em Equipamento Hoteleiro, é elaborado um breve historial - a mais antiga e em funcionamento é o Hotel Central inaugurado em 1890 em plena Vila de Sintra - noticiadas com a exaustão possível a rede hoteleira existente, Pensão Residencial Conde, Colares, e a Pensão Residencial na Praia das Maças inauguradas por volta de 1940, a Pensão Residencial Mira Serra, em Magoito, 1946, a Casa de Hóspedes Adelaide, 1950, a Pensão Residencial Raposa, o Hotel Miramonte (então Estalagem dos Bandeirantes), o Parque de Campismo dos Capuchos que surge no início da Actividade Campista em Portugal.

O Hotel Palácio de Seteais, a Pensão Residencial Nova Sintra e a Pensão Residencial Sintra (1955, 1956 e 1957) constituem marcações na década de 50.

Nos anos 60, estabelecem-se a Estalagem Gruta do Rio, em Rio de Mouro, o Hotel Vale de Lobos, o Motel das Arribas da Praia Grande.

Em finais dos anos 60, é inaugurado o Parque de Campismo de Almornos. Em 1980 e 1986 iniciam a sua actividade o Hotel Tivoli-Sintra e a Pensão Oceano e surge a nova modalidade de turismo - o Turismo do Espaço Rural. A abertura da Quinta da Fonte Nova (1980), a Casa da Pirolita (1981), as Quintas de S. Tiago e da Capela (1982, 1984), a Vila das Rosas (1988), a Casa da Tapada (1989), a Casa Pôr do Sol (1990) noticiam o início de tendência desta apologia de estabelecimentos.

Já em 1991, a antiga Pousada Florestal de Santa Eufemia é adaptada a Pousada da Juventude, criando no concelho uma nova modalidade de alojamento turístico destinada especialmente a jovens.

9.10. O alojamento hoteleiro é traduzível, no Concelho, com uma capacidade de 928 camas repartidas por Hotéis (56%) e pensões (30%).

A última década marca uma tendência em afirmar um perfil de maior qualidade nas estruturas de acolhimento. Verifica-se abertura de estabelecimentos de qualidade acrescida e o encerramento de estabelecimentos de baixa classificação.

Observa-se um reforço dos designados meios complementares de alojamento sobretudo em Unidades de Turismo em Espaço Rural, ainda pouco significativo se consideradas as potencialidades de crescimento.

As previsões, com fundamento em empreendimentos apreciados pela Direcção Geral de Turismo, apontam para um reforço de 2 000 camas. nos próximos anos (apartamentos turísticos, aldeamentos, Hotéis de cinco estrelas). Igualmente significativa é a dinâmica no estabelecimento de Unidades de Turismo em Espaço Rural (14 intenções de investimento observadas).

Quadro 6

Alojamento hoteleiro existente

TIPOLOGIAS		N.º UNIDADES	CAPACIDADE ALOJAMENTO
Hotéis	5*		60
	4*		150
	3*		100
	2*		205
Total		5	515
Motéis	3*	1	94
Estalagens	4*	1	31
Pensões	3*	4	106
	2*	5	182
Total		9	928
Total Alojamento			928

Fonte: INE, C.M.S. (Turismo)

Quadro 7

Unidades de Turismo em Espaço Rural existentes

TIPOLOGIA	N.º UNIDADES	CAPACIDADE ALOJAMENTO
Turismo Habit.	5	64
Turismo Rural	2	8
Agro Turismo	-	-
Total	7	72

Fonte: DGT (Out. 91)

9. O TURISMO:
DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO



Quadro 8

Alojamento turístico previsto

TIPOLOGIAS		N.º UNIDADES	N.º CANAIS
Hotéis	5*	3	782
Motéis	3*	1	28
Residenc.	3*	1	24
Estalagens	5*	1	35
	4*	1	30
Pensões	3*	1	52
Aldeamentos Turísticos		3	803
Apartamentos Turísticos		2	520
Total			2 274

Quadro 9

Unidades de Turismo em Espaço Rural previsto

TIPOLOGIA	PROJECTOS APROVADOS		AGUARDAR VISTORIA		C/1ª APRECIACÃO	
	N.º UNIDADES	CAPACIDADE ALOJAMENTO	N.º UNIDADES	CAPACIDADE ALOJAMENTO	N.º UNIDADES	CAPACIDADE ALOJAMENTO
TH	1	6	1	14	5	60
TR	4	34	1	10	2	18
TOTAL	5	40	2	24	7	78

Fonte: D.G.T. (Out.91)

9.11. A procura, medida pelo número de hóspedes e de dormidas em alojamento recenseado, apresenta sinais de significativo crescimento, com um registo na última década de uma taxa de acréscimo de hóspedes superior a 150%.. É verificada, no entanto, uma tendência de quebra de procura nos turistas nacionais e, simultaneamente, um aumento progressivo da procura nos turistas estrangeiros.

A sazonalidade é, no Concelho de Sintra, uma verificação embora não especialmente acentuada.

9.12. Da evolução do perfil do turista em Sintra, é dada interessante notícia de leitura recomendada no Estudo Anexo realizado, observando que a média de permanência do turista em Sintra era elevada nos anos 30/40/50, tornando-se interessante destacar o comportamento “sui generis” revelado pelos mercados inglês e americano na época.

Os anos 70 marcam uma viragem importante no perfil do turista até então com origem em estratos sócio-económicos elevados e de razoável nível intelectual. O decréscimo do nível económico-social do turista é acompanhado pela degradação das unidades hoteleiras e massificação turística.

O início da década de oitenta é marcado por dois fenómenos - o surgimento do Turismo de Habitação que satisfaz a procura do turista com origem nas camadas sociais mais abastadas e proveniente dos mercados alemão, o espanhol, o inglês, o americano, o holandês e o francês - e, o aparecimento do alojamento particular como resposta à procura de condições económicas mais discretas.

Esta modalidade - o alojamento particular - tem alcançado algum sucesso que se deve fundamentalmente à existência de procura superior à oferta, desequilíbrio na oferta.

Este tipo de alojamento é procurado por turistas das mais diversas nacionalidades, de classes etárias jovens ou de terceira idade, com uma afirmação económica geralmente média/baixa. A sua permanência em quartos particulares é de uma a três noites e de três a cinco noites, mesmo uma semana, em apartamentos.

De qualquer modo os quadros seguintes traduzem observações que sustentam o enquadramento do perfil do turista em Sintra e as suas motivações.

9.13. Da promoção turística em Sintra é verificado a sua insuficiência sobretudo em termos internacionais, desprovida de objectivos e inconsequência.

Só recentemente (1987) é considerado, no Estudo Anexo, que de forma organizada se iniciou o processo de promoção turística de Sintra a nível internacional.

Quadro 10

Evolução dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Concelho de Sintra

País de Residência	1980		1986		1989	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal	10 223	44,8	18 164	45,8	30 642	52,7
Estrangeiro	12 601	55,2	21 473	54,2	27 489	47,3
Total	22 824	-	39 637	-	58 131	-

Quadro 11

Evolução das dormidas no Concelho de Sintra

País de Residência	1980		1986		1989	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal	42 887	44,5	26 220	26,8	41 991	33,7
Estrangeiro	53 552	55,5	71 714	73,2	82 599	66,3
Total	96 439	-	97 934	-	124 590	-

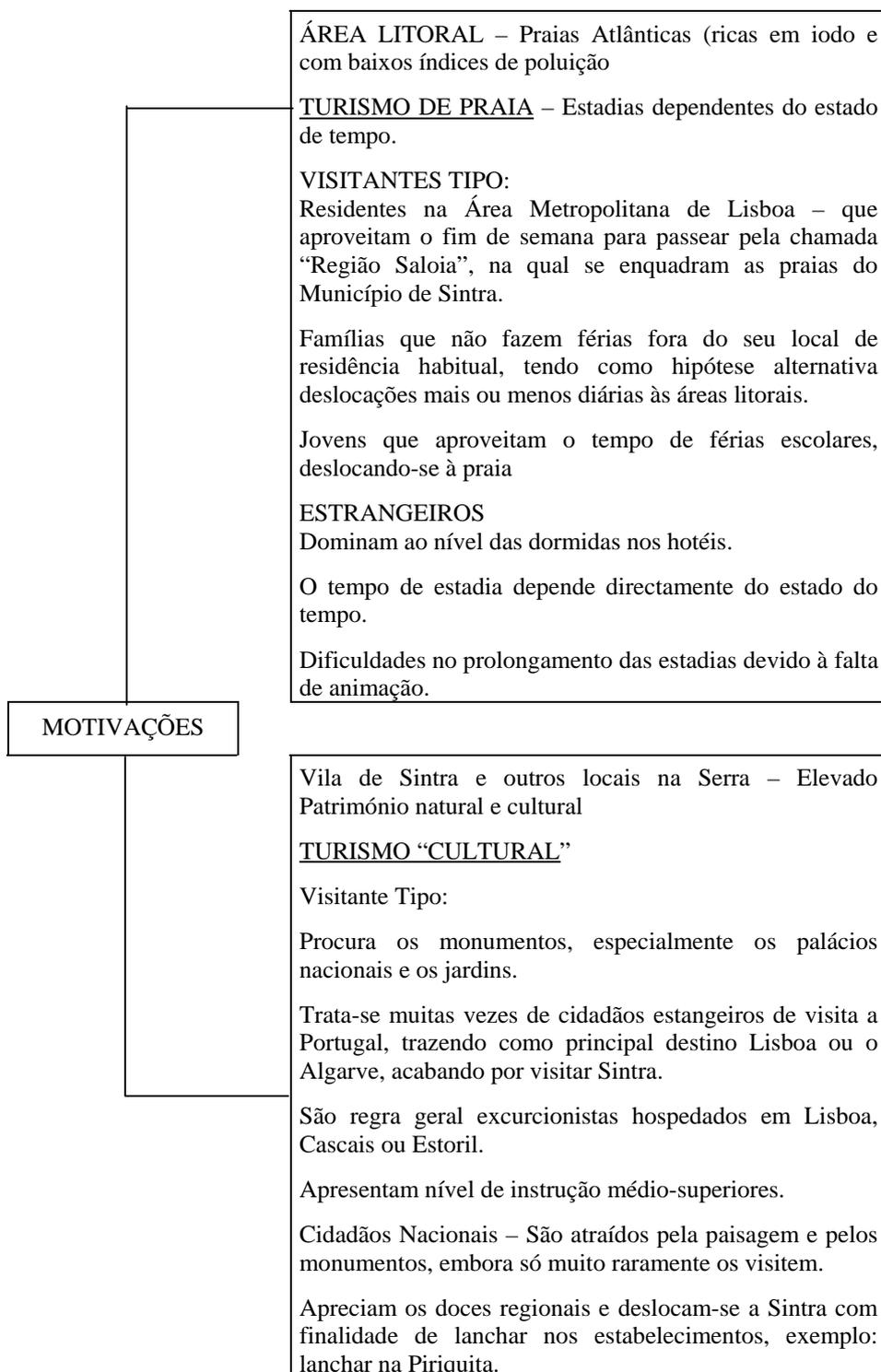
Quadro 1

Atracções, recursos e estadias prolongadas

Tipo de Atracção	Dependências dos Recursos Naturais	Dependências dos Recursos Culturais	Dependências de outros Recursos
Circuitos Turísticos			
Monumental	⊗	●	○
Passeios panorâmicos	●	⊗	○
Locais históricos	○	●	○
Roteiros Temáticos			
Percurso romântico	●	●	○
Percurso arqueológico	⊗	●	⊗
Percurso lagoas	●	○	○
Estadias Prolongadas			
Locais de lazer	∩	∩	⊗
Áreas de campismo	●	⊗	⊗
Actividades desportivas	●	○	⊗
Zonas habituais para férias	⊗	⊗	⊗
Congressos	○	⊗	●
Parques temáticos	●	●	∩
Circuitos turísticos	∩	∩	∩
Animação	○	●	∩

● Elevada Dependência	∩ Dependência	⊗ Alguma Dependência	○ Baixa ou Nula Dependência
-----------------------	---------------	----------------------	-----------------------------

Quadro 13



9.14. O Estudo Anexo, Plano de Desenvolvimento Turístico 1992, destaca, observadas as potencialidades e especificidades do Concelho, como principais pontos fortes:

* a localização geográfica do Concelho face à sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa e mais especificamente na Costa de Lisboa.

* a existência de consideráveis recursos naturais e histórico-culturais.

* a evolução da oferta em alojamento, quer hoteleiro, quer em meios complementares, tem sido no sentido de uma maior afirmação de qualidade.

* animação turística-cultural promovida pela autarquia e, como principais debilidades:

* mau estado de conservação e falta de aproveitamento turístico dos recursos naturais:

* degradação urbanística:

* deficiente acessibilidade intermunicipal:

* debilidades infra-estruturais básicas:

* debilidade na oferta de capacidade de alojamento:

* elevada dependência de certos mercados, de origem:

* ausência de investimento privado nos meios de animação e equipamentos de lazer.



9.15. De qualquer modo, a síntese de diagnóstico que integra o Relatório Final não deve renunciar à leitura do Estudo Anexo realizado e cuja formulação é sustentada, diversa e de interesse relevante para melhor observação Concelhia.



**AS MEDIDAS DE POLITICA
MUNICIPAL DE ORDENAMENTO**

10.1. Ao Plano Director Municipal compete, nos termos das funções orgânicas expressas para o Gabinete do Plano Director, a elaboração do contributo decisivo à definição da política municipal de ordenamento. Isto quer significar que o processo de elaboração do Plano Director significa a oportunidade maior do município para encontrar um importante quadro de referência à direcção das actuações municipais e, de igual forma, ao conjunto de atitudes que o município deve assumir na articulação relacional com os níveis intermunicipais, metropolitano, regional e, porventura, nacional.

10.2. Mau seria que, elaborado um Plano Director, este documento não assumisse, a cada momento, o protagonismo devido quando, nos vários enquadramentos sectoriais; se programe e reflectem os investimentos. É que, sublinhe-se, qualquer que seja o modelo de ordenamento proposto este só vinga se for construído com investimentos. Portanto seria procedimento infeliz e contra-natura se, por um lado, manifestássemos opinião unânime quanto ao modelo e, por outro lado, ignorássemos a sua implementação real ou possível se conseguido através de investimentos.

10.3. Supomos tornado claro o conceito exposto, e, a nosso ver, isto significará que os próximos exercícios de elaboração de planos de actividade e orçamentos municipais têm que os promover no quadro de referência definido pelo Plano Director Municipal. Diríamos mesmo que é chegado o momento de criar na Câmara Municipal de Sintra o respectivo DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO. Porque há medida que se constitui o presente, se observem as tendências da sociedade e se programem futuros de vivência e qualidade acrescida.

10.4. Interpretámos neste relatório as direcções de trabalho e actuação da intervenção do Estado contemporâneo. No caso particular, e face aos constrangimentos verificados no nosso quadro de existências, ousamos definir as actuações dominantes:

a) criar as infra-estruturas necessárias à melhoria global da mobilidade e acessibilidade, nas suas componentes metropolitana e concelhia;

- b) da melhoria da qualidade de vida, obtendo indicadores sólidos nas áreas de carência verificada (saneamento básico);
- c) da eficiência dos tecidos urbano-industriais, perseguindo sistemas onde se privilegie a harmonia e clarificação de hierarquia de redes;
- d) da revitalização da vida comunitária, estimulando as entidades locais ou provocando acontecimentos que as originem;
- e) de ampliar a fruição da Cidade e da natureza, procurando dar satisfação a procuras metropolitanas e garantir a recomposição ambiental;
- f) do combate decisivo à poluição nas suas mais verificadas formas;
- g) da construção da rede funcional de equipamentos, de forma a garantir real distribuição do rendimento e reduzir as graves distorções sociais e de segregação espacial;
- h) da intervenção forte e persistente nos domínios da Educação e Formação Profissionais, actos maiores da qualificação dos agentes decisores do próximo futuro, do Século XXI.

10.5. É naquele sentido que se elaboram as MEDIDAS DE POLITICA MUNICIPAL DE ORDENAMENTO e que têm igualmente por objectivo prosseguir na implementação de um sistema de planeamento concelhio nos moldes da legislação enquadrante. Sem preocupações de priorizar, porque ao mesmo tempo urge obter melhorias que atravessam todos os sectores municipais, definimos:

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA UM

. Instituir um sistema municipal de planeamento que assegure a formatação continua de produção de cultura de planeamento (isto quer dizer cultura de melhores decisões) no município de Sintra.

. Garantir, por isso, a obtenção do sistema municipal de informação de base geográfica, que

evidencie a observação permanente dos recursos e dinâmicas económico-sociais de forma a melhor saber relacionar o quadro - síntese das possibilidades de melhorar em qualidade o quotidiano dos munícipes e das empresas e de promover o desenvolvimento a par com a salvaguarda e valorização dos bens históricos, culturais e naturais do Concelho.

. Constituir, como serviço municipal, o Departamento de Prospectiva e Planeamento que assegure em estreita ligação com o Executivo Municipal as funções de reflexão e produção contínua de actos de planeamento.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA DOIS

. Prosseguir a obtenção do novo e emergente quadro de mobilidade e acessibilidade no Concelho de Sintra e sua articulação metropolitana por forma a assegurar compatibilidades funcionais reduzindo, no mesmo momento, as dependências funcionais face ao centro e garantir, progressivamente, a obtenção de melhor eficiência económica e bem estar social.

. Neste sentido urge assegurar a compatibilidade da Radial Lisboa-Sintra (Itinerário Complementar IC 19) com a estrutura viária municipal, promover a exequibilidade do traçado proposto no PDM para a Radial da Pontinha (IC 16) no Concelho de Sintra e que garanta a drenagem, a Norte, da aglomeração urbana-industrial de Queluz à Portela de Sintra com articulação à CREL no Alto de Colaride, promover a exequibilidade da Via de Cintura da Área Metropolitana de Lisboa-Norte de suporte às permutas de tráfego de passageiros e mercadorias entre o anel de aglomerações entre Cascais e Vila Franca de Xira, assegurar o espaço-canal de reserva à exequibilidade futura do itinerário turístico proporcionado pela Via Atlântica Interior (Cascais, Sintra, Mafra), promover a urgente execução de permutas transversais entre a AE 5 (Lisboa-Cascais), o IC 19 (Radial Lisboa-Sintra) e o IC 16 (Radial da Pontinha), substanciadas pela Variante da Abrunheira-Albarraque Circular Nascente a Algueirão-Mem Martins, Circulares Poente e Nascente a Agualva-Cacém, os troços da Circular Regional Exterior de Lisboa entre o Nó do Estádio Nacional da AE 5 e o Nó de Belas da Radial da Pontinha. Assegurar, de igual modo, a exequibilidade da Circular Industrial de Pero-Pinheiro que garantirá a drenagem de mercadorias entre o Norte industrial e agrícola do Concelho de Sintra e os portos

de Lisboa e Setúbal.

. Prosseguir na elaboração das Cartas de Actuações no Sistema Viário Municipal que assegurarão as necessárias conformações entre o sistema viário principal e secundário do Concelho de Sintra, Cartas a obter no quadro da elaboração desejável dos Planos Municipais de Ordenamento do Território das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão delimitadas no Plano Director Municipal.

Iniciar a elaboração dos Projectos de Segurança e Travessia de Aglomerados, programas de investimentos da maior importância para a melhoria de eficiência dos tecidos urbanos, melhoria de enquadramentos ambientais e reforço do conforto dos cidadãos e empresas, garantindo a classificação da rede e morfologias urbanas.

. Iniciar a elaboração dos Projectos de Enquadramento Paisagístico das Estradas e Caminhos Municipais, promovendo a fruição da natureza pelo cidadão urbano, obtendo recomposições ambientais significativas e garantindo canais de reserva ecológica decisivos, promovendo o combate à poluição dos sistemas hídricos capilares melhorando os níveis de aceitação do ruído.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA TRÊS

. Prosseguir a reestruturação e requalificação da rede ferroviária no Concelho de Sintra e sua articulação metropolitana, regional e nacional, por forma a assegurar a emergente melhoria da mobilidade em níveis de conforto e segurança exigíveis e garantir, progressivamente, a obtenção de melhor eficiência económica e bem estar social.

. Neste sentido urge assegurar a quadruplicação da infra-estrutura ferroviária entre Campolide e Agualva-Cacém, a duplicação e electrificação da Linha do Oeste entre Agualva-Cacém e a Pedra Furada no Concelho de Sintra e a consideração da chegada à Pedra Furada do novo eixo ferroviário de Loures - por forma a obter em próximo futuro um anel ferroviário de dimensão metropolitana e potencialidade regional. Da mesma forma, o município de Sintra deverá assumir a posição favorável à articulação da Linha de Cintura e travessia da actual Ponte 25 de Abril,

garantindo aos cidadãos do Concelho de Sintra a cidadania metropolitana.

. A reestruturação obriga ao acompanhamento e calendarização exacta das renovações das Estações e Apeadeiros de Queluz, Tercena, Cacém, Rio de Mouro, Mercês, Portela de Sintra e Sintra, a consideração das novas Estações Semi-terminus de Meleças e a reserva de espaço que garanta a exequibilidade futura da nova Estação Algueirão-Mercês, a melhoria e adaptação das Estações do Sabugo e Pedra Furada ao tráfego de passageiros e mercadorias.

. A requalificação obriga ao esforço na programação e execução dos interfaces de articulação dos modos rodo e ferroviário, dos quais se relevam pela sua importância, o estabelecimento do Interface na Estação da Portela de Sintra e decisivo na oferta aos passageiros com destinos para a Costa e Sul-Poente do concelho, o interface das Mercês (a longo prazo de Algueirão-Mercês) de oferta aos passageiros com destino ao Norte e Sul do Concelho, o interface da Estação Semi-terminus de Meleças com importância nas distribuições às aglomerações centrais do Concelho e, rebatimentos na Linha do Oeste, o Interface da Nova Estação de Queluz-Massamá de oferta às aglomerações de Queluz, Queluz de Baixo, Massamá e Belas. A drenagem do norte industrial do Concelho de Sintra e cuja diversificação importa potenciar (área territorial de Pero Pinheiro - Montelavar - Morelena) exige a consideração do Interface de Mercadorias a estabelecer na Pedra Furada e, o de passageiros no Sabugo.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA QUATRO

. A intenção e aprofundamentos dos quadros de mobilidade e acessibilidade que o programa rodoviário e ferroviário garantem, impõem a necessidade de mandar elaborar os Planos Gerais de Circulação e Gestão da Via Pública dos aglomerados de dimensão urbano-industrial dos quais releváramos: Queluz-Massamá, Agualva-Cacém, Rio de Mouro-Mercês, Algueirão-Mem Martins, Abrunheira-Albarraque, Pero Pinheiro - Montelavar: e das Aglomerações de forte componente turística dos quais releváramos: Sintra - S. Pedro-Estefânia, Mucifal-Banzão-Praia da Maçãs.

No quadro da Melhoria de eficiência dos tecidos de dominância industrial importaria, de igual forma, a elaboração dos Planos Gerais de Melhoramentos, de Circulação e Gestão da, Via

Pública, das áreas industriais das quais destacaríamos pela importância da agregação: Montelavar (ZI 1), Pero Pinheiro-Armês (ZI 3 e 4), Terrugem-Cantadeira-Vila Verde (ZI 5 e 6), Mercador-Mucifal (ZI 7), Algueirão-Mem Martins (ZI 8), Abrunheira-Albarraque (ZI 13 e 14), Alto de Colaride (ZI 10), Alto da Bela Vista -Cacém (ZI 12), Linh6-S.Pedro (ZI 11).

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA CINCO

A estabilização da estrutura verde concelhia, a compartimentação paisagística de um território, o reforço dos mecanismos de defesa do - ambiente, o reequilíbrio dos sistemas naturais no que à rede hídrica se refere, impõe a importância do investimento municipal como actuação estratégica.

Da política sectorial implementada no Concelho de Sintra depende, em larga medida a qualidade das águas superficiais e subterrâneas de territórios vizinhos (Concelhos de Oeiras e Cascais) configurando dimensão metropolitana às atitudes do município de Sintra.

As operações de reequilíbrio a promover (com a consciência da necessidade de pequenos e grandes passos) traduzem-se em política de persistente e sistemática qualificação dos solos a florestar, em qualificar usos para parques urbanos, parques lineares e cunhas verdes de acompanhamento da rede hídrica e da rede viária de forma a ampliar o elemento vegetal retentor e filtro de águas e, desde logo, com a projecção de pequenos sistemas de retenção também potenciadores de melhores indicadores de qualidade, reforço de saúde pública e realização de melhorias indirectas aos rendimentos/orçamentos da família.

A estrutura verde no Concelho pode e deve também significar atitude e salvaguarda de sistemas únicos existentes, designadamente com a delimitação e ampliação de pequenas massas florestais, com a delimitação e defesa dos parques arqueológicos de relevante leitura, de marcação de sítios onde importa casar o edificado (a residência ou a industria) com o verde a edificar, de recuperação de actos humanos que embora por uso de recursos existentes (recursos minerais não metálicos) marcaram o território com “feridas” visíveis.

No quadro das actuações a empreender e que, no tempo (escultor das coisas) configurarão melhor o Concelho destacamos:

. Início de processo de florestação continua de articulação entre o maciço da Serra de Sintra e a Serra da Carregueira ao longo do sistema colinar que articula este acontecimento geológico.

(objectivo: estruturar as cabeceiras deste sistema, reequilíbrio e defesa das linhas de drenagem natural determinantes - ribeira da Lage, ribeira das Jardas e rio Jamor - e sistemas afluentes, melhoria da qualidade das águas subterrâneas e superficiais)

. Início do processo de delimitação, desenho e ampliação de pequenos sistemas florestados que marcam as origens e drenagens de águas nas áreas territoriais a norte e litoral concelhio.

(objectivo: retenção de curtas e intensas precipitações, melhoria da qualidade das águas, defesa dos solos-aráveis, recomposição da fauna e flora concelhias, diminuição dos processos erosivos).

. Cerzimento dos sistemas de pequenas massas florestais existentes com decisões de prosseguir continuidades florestadas.

(objectivo: obtenção da rede concelhia de parques de uso não frequente (a merenda), defesa face à erosão eólica de importantes manchas de solo agrícola, reforço da leitura paisagística do Concelho, marcação de sítios)

. Início e conclusão dos Projectos dos Parques Urbanos de Queluz com prolongamento em parque linear e cunhas verdes ao longo do sistema do Jamor e Parques Urbanos de Agualva-Cacém, Rio de Mouro e Norte- Algueirão, com percursos de continuidade a estabelecer através de desenhos lineares e de cunhas verdes.

(objectivo: fornecer à população residente e aos novos habitantes a estrutura de verde recreativo, defesa das estruturas confinantes com os sistemas de drenagem natural, sublinhar as compartimentações paisagísticas, promover as continuidades de retenção e filtros, melhorias na disseminação das massas húmidas, obtenção de melhorias à drenagem do ar)

. Início de projecto dos Parques Arqueológicos e Geológicos

(objectivo: fornecer estruturas atractivas ao turismo interno e externo, defesa e salvaguarda de monumentos e sistemas únicos existentes, marcações paisagísticas)

. Início de projecto de recuperação e reconversão paisagística de áreas agredidas pelas explorações dos recursos minerais não metálicos.

(objectivo: reposição de configuração territorial perdida, melhorias à segurança dos cidadãos, obtenção de estruturas de uso a destinar à rede de equipamentos de lazer activo e passivo)

. Início do Projecto de Defesa Global do Maciço da Serra de Sintra e da Carregueira.

(objectivo: obter um quadro seguro de prevenção dos processos erosivos e de prevenção aos incêndios florestais, garantir o futuro monumental das áreas territoriais mencionadas)

Definidas as actuações mestras na área desta Actuação Estratégica, importará, no quadro da orgânica dos serviços municipais dar corpo a uma Direcção de Projecto específica no âmbito das funções e estrutura do Departamento de Ambiente.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA SEIS

A política municipal de ordenamento cujos elementos enquadrantes se suportam às questões de Mobilidade, de Estrutura Verde e de Sistema Urbano, por um lado, e às recentes decisões de qualificação do Planeamento Urbanístico de origem municipal e cujas figuras se descrevem no Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março, impõem, doravante, um ritmo de investimento persistente em actos de plano.

Traduzido o Concelho, nesta matéria, em 26 Áreas-Projecto ou Unidades de Planeamento e Gestão Operativas (p/usar de designação do D.L. 69/90), importará conduzir a elaboração dos respectivos Planos de Urbanização e, no quadro das diferenciações concelhias, com as seguintes indicações directoras:

a) norte e a litoral do Concelho, os Planos de urbanização devem garantir a estabilização da

estrutura polinucleada, definindo os espaços urbanizáveis com parcimónia e na estrita observância do conceito de Área Urbana definido no Decreto-Lei 448/91, de 15 de Novembro e que define o novo regime de licenciamento dos loteamentos urbanos.

b) na aglomeração urbano-industrial delimitada a sul pela Radial Lisboa-Sintra IC 19 e a Norte pelo traçado proposto no PDM para a Radial da Pontinha IC 16 e que incorpora os aglomerados de Queluz, Agualva-Cacém, Rio de Mouro, Algueirão-Mem Martins, os Planos de Urbanização devem reter o carácter de compromisso com o processo urbano que envolve aquela área territorial e onde, portanto, o processo de planeamento urbanístico deve sobretudo dirigir-se à obtenção de compartimentação dos espaços a destinar aos verdes de protecção e recreativos, e busca de um quadro de reabilitação profunda dos, tecidos já edificados e procura de enquadramento negocial das novas operações ainda não edificadas com vista à obtenção das ausências de redes qualificadoras e onde, o maior constrangimento, se reporta, à Rede Viária estruturante.

c) nos planos municipais de ordenamento do território cuja elaboração é, no caso do Concelho de Sintra, uma actuação de grande emergência, deverão conformar-se com o modelo determinado no Plano Director Municipal.

d) os espaços destinados a Áreas de Desenvolvimento Turístico Especial deverão ser objecto de plano municipal de ordenamento do território específico e conformam-se com as prescrições regulamentares estabelecidos no Plano Director Municipal. De qualquer modo, seria desejável que o licenciamento de operações urbanísticas a ocorrer nas áreas territoriais mencionadas se sujeitem a planos de urbanização já elaborados e de forma a garantir os enquadramentos de qualidade desejados.

e) os espaços destinados a Áreas de Protecção e Enquadramento. devem, de igual maneira sujeitar-se à elaboração de P.M.O.T.(s) de forma a, pelo traçado e pelo desenho, obter as recomposições ambientais desejadas e clarificar melhor o regime estabelecido no Plano Director Municipal.

f) os espaços destinados à produção primária ou extractiva deverão ser objecto de procedimentos

de emparcelamento, a definir no quadro específico de P.M.O.T.(s) e por forma a garantir um quadro de edificabilidade e compatibilidades possíveis entre o uso dominante agrícola e certas actividades que, embora destinadas à sustentação de procuras urbanas, não têm lugar (ou não comportem) nos tecidos urbanos existentes e não é conveniente que tenham lugar em espaços urbanizáveis de uso dominante residencial.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA SETE

O Concelho de Sintra é um território singular na Área Metropolitana de Lisboa. Desde logo porque fisicamente conformado pela monumentalidade da Serra de Sintra e Serra da Carregueira, a generosidade do desenho da Costa Atlântica, a rede hídrica, os espaços de dimensão paisagística e, ainda pela oferta de condições objectivas sólidas à existência duma estrutura de povoamento humano singular.

Da história e recurso do Concelho fazem hoje parte um importante conjunto de núcleos urbanos de expressão morfológica e arquitectónica notável, um quadro patrimonial de porte e configurações impositivas, de valor etnográfico e paisagístico indiscutível, um conjunto de elementos naturais de exigente preservação porque constitutivos de recurso e futuro.

Importará, nessa medida, iniciar e prosseguir uma política sistemática e persistente de instruir programas de investimento direccionados à reabilitação do património cultural edificado, de instruir quadros de regimes de licenciamentos específicos e dirigidos à emergência da compatibilidade das novas funções e procuras com o respeito pelas existências de memória respeitável, de iniciar o programa de planos, programas e projectos que dêem tradução à rede de sistemas e elementos naturais instruindo com clareza o quadro de fruição da natureza, em conformidade com esta, reduzindo as tendências para a agressão e obtendo as compatibilidades e os reequilíbrios exigíveis.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA OITO

A programação e implementação da rede de equipamentos colectivos corresponde a delicado

exercício de distribuição do rendimento e que, no essencial, traduz um dos objectos da urbanística municipal, e, por outro lado, a uma responsabilidade directa da Administração Pública na prestação de serviços públicos requeridos pelas populações.

O Plano Director Municipal determinou o quadro de carências de natureza quantitativa e qualitativa da rede geral de equipamentos no sistema urbano e clarificou a agregação por áreas territorialmente homogêneas seja em termos de estrutura de povoamento seja em termos de estrutura de acessibilidades.

No quadro da rede de equipamentos de centralidade concelhia, o Plano Director Municipal sublinha a necessidade de perseguir a obtenção da estrutura de Saúde de expressão concelhia (o Hospital) na certeza que a localização do Hospital Amadora-Sintra garante uma acessibilidade séria a áreas centrais e Nascente do Concelho mas não assegura melhorias de acessibilidade ao Norte e Norte-litoral de Sintra e menospreza a aglomeração urbana-industrial do Sul-poente do Concelho.

De igual forma, urge conduzir actuações de obtenção da estrutura de prestação dos Serviços Públicos da Justiça na medida em que não é digna nem funcionalmente admissível a forma como esse serviço público é satisfeito em Sintra.

A área de actuação nos domínios da Educação e Formação Profissional, confrontado com a especialização funcional de Sintra no domínio da extracção e transformação de recursos minerais não-metálicos, exige a nosso ver, uma decisiva afirmação municipal no sentido de vir a obter no norte industrial do Concelho, da estrutura de âmbito universitário e que designaríamos por Engenharia de Produção e Gestão dos Recursos não-metálicos

As três actuações especificamente traduzidos nas áreas da SAÚDE, JUSTIÇA e FORMAÇÃO, se construídos nos próximos anos de vigência deste Plano Director Municipal, assegurariam a resolução de funções centrais (de âmbito concelhio) requeridos e potenciariam o Concelho de Sintra para novas formulações.

Num outro sentido de hierarquia de rede de equipamentos colectivos, é da maior importância o desenvolvimento da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão delimitadas (as Áreas-Projecto) e onde, justamente se obtêm as escalas de clarificação da rede e da sua expressão física, e da oportunidade da sua implementação.

É importante e decisivo compreender que a clarificação da rede (com realismo), a sua expressão física (localização e delimitação) e a sua oportunidade de implementação (decidir quando) devem corresponder às escalas de trabalho de P.M.O.T(s) nos termos do DL 69/90, de 2 de Março sendo certo que o elemento instrutor (o P.D.M.) determinou o quadro geral de carências e oportunamente traduzido em dossier: Sistema Urbano.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA NOVE

Contrariamente ao que seria suposto admitir face à quantidade de solo programado para fins residenciais existente no concelho de Sintra e resultante de actos casuísticos da administração urbanística municipal e sob tutela da Administração Central, o que é certo é o aumento da insolvência da procura de habitação. Isto é, apesar de ser bastante a oferta de solo programado, é cada vez maior a incapacidade de ter acesso à Habitação.

A habitação tem vindo a construir-se num bem escasso, isto é, ao qual poucos têm acesso. Sendo verificado esta tendência (vide Programa Actuativo Municipal para a Área de Habitação), é imperativo de correspondência constitucional um esforço acrescido pelo nível municipal de administração, na produção de oferta real de Habitação. Por oferta real, entendemos oferta face à qual a procura se não torne insolvente. Nesse entendimento, e que cabe à expressão de Política Municipal de Ordenamento, não é displicente sublinhar a necessidade do município desenvolver, por sistema, um certo conjunto de actuações dirigidos:

a) atitudes de produção de solo urbano, com a dimensão adequada, e destinada a assumir uma componente regularizadora do mercado;

- b) atitudes de produção de solo urbano, com dimensão, morfologias e tipologias adequadas aos extractos de população em risco de perda de solvência;
- c) atitudes de produção de habitação em regime de contrato-programa com a administração Central dirigida à satisfação da procura de estratos da população insolvente,
- d) procedimento sistemático à infra-estruturação e reurbanização das áreas de habitação informal em regime de cooperação com os respectivos proprietários e moradores;
- e) procedimentos sistemáticos na instrução e direcção de programas de reabilitação urbana em regime de cooperação com a Administração Central e proprietários e/ou inquilinos;
- f) procedimentos sistemáticos de renegociação séria das áreas territoriais afectas a compromissos de transformação do uso do solo para fins residenciais de forma a garantir a introdução no mercado real de amplas áreas expectantes de solo urbanizável;
- g) proceder, preferencialmente, ao estabelecimento de contratos de urbanização com o sector privado e nos termos do D.L n.º. 448/91, de 20 de Novembro;
- h) iniciar a instrução de Estudos de Organização, Funcionamento e Viabilidade económico-financeira da Empresa Pública de Urbanização de Sintra, e por forma a responder com prontidão aos desafios colocados a este sector pela produção legislativa emergente.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA DEZ

As infra-estruturas básicas, verdadeiros sistemas orgânicos dos estabelecimentos humanos e de actividades, geralmente afastadas de decisões de planeamento têm sobretudo acudido, frequentemente, à resolução de conflitos. Este facto conjugado com a essa qualidade e mínimo controlo do processo urbanizador provocou e provoca acrescidamente uma situação de grave déficite no quadro das infra-estruturas básicas obrigando os utentes a suportar insuficientes níveis de serviço. Tem-se desperdiçado a utilização das infra-estruturas básicas como impulsionadoras e directoras do desenvolvimento, pelo contrário, frequentemente tendem a solucionar à posteriori, com maior ou pior sorte, situações urbanísticas irregulares.

Uma característica prototípica do sector das infra-estruturas básicas é a deficiente ou ausência de coordenação destas infra-estruturas entre si e sobretudo destas com o planeamento territorial, à margem da desejável compatibilização das suas mútuas interacções. Acrescentando desajustamentos, é a verificação da multiplicidade de competências que incidem sobre o sector, dificultando os seus adequados funcionamentos.

O sector das infra-estruturas básicas (o abastecimento de água, o saneamento, os resíduos sólidos, o abastecimento de energia eléctrica e iluminação pública, o abastecimento de gás e os telefones), verifica fragilidades económico-financeiras redutoras do seu desenvolvimento, provocando deteriorações dos serviços, verifica a obsolescência de grande parte dos quadros institucionais e legais, factor de inadequação do seu funcionamento e incumprimento normativo.

A síntese do diagnóstico das infra-estruturas básicas pode caracterizar-se pela ausência de consideração das condicionantes infra-estruturais, pela descoordenação urbanístico-infra-estrutural, pela multiplicidade de competências parcialmente ineficazes, pelo inadequado funcionamento económico de algumas infra-estruturas, pela absoluta ausência de quadro institucional, incumprimento de normativas com origem Nacional e Comunitária, o que face ao descontrolo do processo urbanizador das últimas décadas provoca déficits clamorosos e graves impactes ambientais.

O início de inversão de tendência e no sentido de obtenção de melhorias sustentadas impõe ao município um quadro de Actuação Estratégica que persiga em simultâneo e em paralelo correcções metodológicas e de adequação.

a) a institucionalização do Conselho Coordenador das Infra-estruturas Básicas constituiria um acontecimento funcional. Neste Conselho, a presença do Departamento de Prospectiva e Planeamento, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, do Departamento de Obras Municipais, Departamento de Ambiente, da Empresa Pública de Abastecimento de Água de Lisboa, da Electricidade de Portugal-EDP, da concessionária da Rede de Gás e dos Telefones, é determinante para, a obtenção de melhores níveis operativos.

b) a elaboração emergente do Plano Especial das Infra-estruturas Básicas do Município de Sintra é decisiva para enfrentar a necessidade de obter correcções nos sistemas e conformar futuros sustentados, sendo certo que o cenário de recursos económico-financeiros persistirá, a, médio prazo com a designação de escassos o que significa a emergência de inteligência decisional só possível se, também neste sector, for instruído uma constante cultura de planeamento.

c) o início da elaboração de estudos de enquadramento com vista à afirmação de componentes de privatização dos serviços, de resposta a emergências institucionais e determinantes para a obtenção de reais melhorias globais constitui uma actuação não: desprezível e premonitória.

ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA ONZE

A vocação turística, enquanto resultado da intervenção entre as diversas componentes da oferta turística - recursos naturais e histórico-culturais, infra-estruturas, acessibilidade, equipamentos e serviços de apoio - é susceptível de potenciar a capacidade atractiva de uma região e de provocar desenvolvimentos sustentados.

A vocação turística do Concelho de Sintra, face à graduação de importantes potencialidades naturais e histórico-culturais é inquestionável. A combinação da riqueza e diversidade das potencialidades turísticas, aliadas às perspectivas de desenvolvimento do espaço regional sugerem uma vocação turística assente em quatro vectores fundamentais: turismo histórico-cultural, turismo balnear, turismo de negócios e turismo rural.

Sendo assumido como pendente a importância deste sector na economia do Concelho e metropolitana, o município considera, desde logo, incompatível o desenvolvimento do turismo com actividades que, de algum modo, sejam perturbadoras, designadamente o exercício de actividades poluentes (aqui, a poluição é entendida no seu mais amplo sentido).

O município deverá, de forma claramente assumida, promover um planeamento e gestão municipal assente, sobretudo, no seguinte quadro de referências estratégicas.

*a dinamização do património cultural nas suas diferentes vertentes; património edificado, valores arqueológicos, históricos e documentais, etnográficos, património artístico móvel.

* o estímulo ao investimento público ou privado que se direcione para o turismo em espaço rural e que traduzam atitudes de reabilitação de património edificado.

*o fomento e estímulo às actividades de lazer recreativo, com especial destaque dos desportos marítimos, a pesca, equitação e golfe.

* a criação, divulgação e promoção de produtos temáticos - por exemplo o circuito pré-histórico, o circuito da natureza, o circuito monumental.

* a manutenção e reforço dos programas de animação cultural - a preencher todo o ano- e que desenvolvem as temáticas já reveladas pelos conhecidos Festivais de Musica, de Bailado e Cinema, de Teatro e Folclore. O Planeamento Municipal para a Área de Actuação Estratégica do Turismo, deve prosseguir forma persistente e continuada:

* estudo de definição e caracterização tipológica das infra-estruturas e equipamentos turísticos adequados ao Concelho e que venham a suportar um quadro de recomendações à iniciativa.

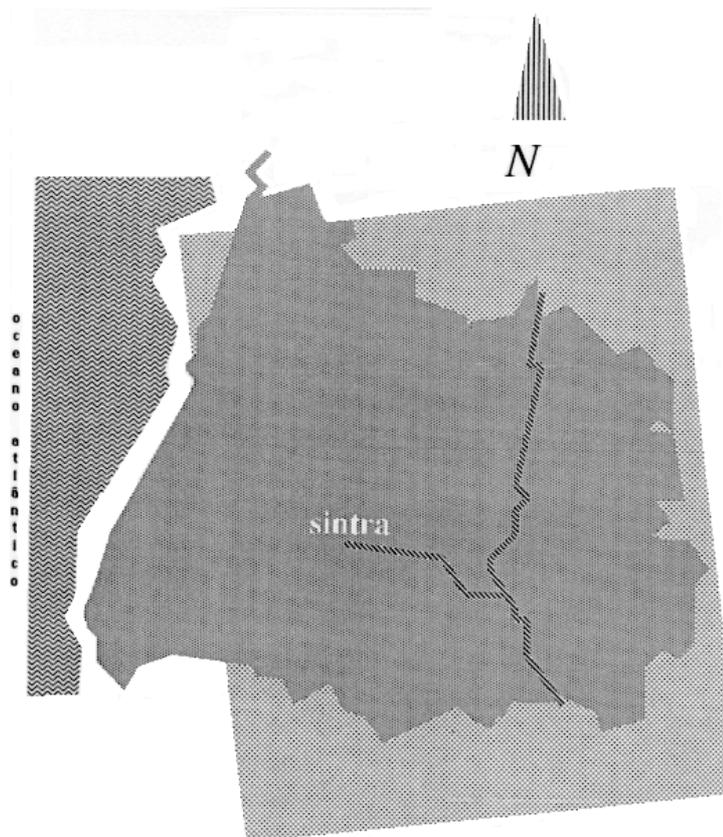
* a elaboração do GUIA DO INVESTIDOR de forma a tornar clara a relação entre a administração e administrados neste sector.

* a determinação do quadro de oportunidade municipal em promover, em cooperação com a iniciativa privada ou pública, investimento directo no Sector do Turismo.

* a determinação do quadro de oportunidade municipal em promover, em cooperação com a iniciativa privada ou pública, investimento directo no estabelecimento de Parques de Exposições e Feiras Temáticas que importam à economia do concelho e suas relações metropolitanas.

As actuações estratégicas descritas e que constituem um sólido painel de referência das Medidas de Política Municipal de Ordenamento, constituem um quadro de compromisso exigente para o modelo de desenvolvimento requerido pela cidadania e que a primeira geração do Plano Director

Municipal assume a responsabilidade histórica de descrever.



Sendo certo ainda, que o Plano Director Municipal se assume como o guia de referência da actividade municipal, nas suas componentes internas de prestação de serviços públicos e de clarificação do processo decisional do regime de licenciamento de actividades, e como guia de referência na instrução das relações do nível municipal com os níveis de decisão metropolitano, regional e nacional, e, por outro lado, em reforçar a atitude de parceria com a sociedade no seu conjunto, é da maior importância para a conformação de melhor futuro, que o município assumisse as atitudes de continuidade exigíveis pela elaboração do Plano Director Municipal e a traduzirem-se na elaboração sistemática de Programas Actuais Municipais para todas as áreas onde o nível municipal tem, por imperativo de competência legal, responsabilidade de actuação



sectorial.

Como alguém afirma, o Plano começa quando acaba ...



1. TENDENCIAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA AML
2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SINTRA
3. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA
4. DEFINIÇÕES

1. TENDENCIAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA AML

Os dados referidos pelo INE (censo 1991) indicam uma alteração no comportamento demográfico da evolução do numero de residentes dos concelhos da AML, ou seja, observou-se na década de 80 uma desaceleração significativa da intensidade de crescimento populacional nesta região.

Apesar do crescimento demográfico ter decrescido neste período, passando de 36,5% (1970/81) para 1,34% (1981/91) este ainda foi superior ao registado no continente e RLVT, o que significa que esta região no total do continente continua a deter um papel relevante na atracção populacional.

No interior da AML e a nível concelhio registaram-se algumas alterações. As áreas de maior atracção, que começaram por se situar nos concelhos mais próximos de Lisboa - maior acessibilidade aos pólos de emprego - foram-se deslocando para a denominada segunda coroa dos concelhos da AML. Esta tem vindo a afinar-se como área de maior capacidade de atracção demográfica apresentando por isso taxas de crescimento mais elevadas. Salientam-se os concelhos da Moita, Palmela e Seixal na margem sul e Loures, Sintra e Vila Franca de Xira na margem norte.

Em 1991, cerca de 73% da população da AML vive fora de Lisboa, isto é, 48,5% na margem norte e 25% na margem sul, observando-se uma tendência de diminuição de residentes na cidade de Lisboa.

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SINTRA

Embora Sintra continue a registar valores de crescimento elevado no contexto de alguns concelhos da AML, assiste-se a uma desaceleração do valor da sua taxa em relação à década anterior. Continua, no entanto a constituir um dos pólos de concentração populacional na AML Norte, o que significa que detém condições atractivas para fixar população - por exemplo em termos de acessibilidade, oferta de habitação a preços razoáveis e algum crescimento de emprego

Na distribuição inter concelhia, entre 1981 e 1991 as freguesias de Queluz, Rio de Mouro, Algueirão Mem Martins e Agualva-Cacém foram as que tiveram um relativo crescimento dentro do concelho, concentrando-se nelas a maior fatia de população residente no concelho de Sintra.

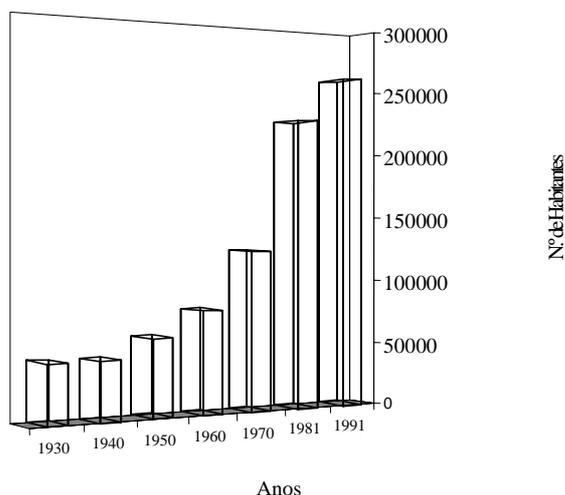
Em Colares, S. Martinho e St^a. Maria registou-se um decréscimo populacional. Este acontecimento é resultado da crescente urbanização no sentido de se tomar urbana da sociedade portuguesa.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NA AML, ENTRE 1981 e 1991

	CRESCIMENTO		CRESCIMENTO		CRESCIMENTO	
	Efectivo	%	Natural	%	Migratório	%
Amadora	13289	8,1	12983	7,9	306	0,2
Azambuja	-200	-1	-15	-0,1	-185	-0,9
Cascais	11796	8,3	7336	5,2	4460	3,2
Lisboa	-144533	-17,9	-19940	-2,5	-124593	-15,4
Loures	45691	16,5	21159	7,7	24532	8,9
Mafra	-168	-0,4	207	0,5	-375	-0,9
Oeiras	2014	1,3	7669	5,1	-5655	-3,8
Sintra	34523	15,2	13029	5,8	21494	9,5
V.F. Xira	15378	17,4	6120	6,9	9258	-10,5
Alcochete	-1077	-9,6	54	0,5	-1131	-10,1
Almada	4093	2,8	5817	3,9	-1724	-1,2
Barreiro	-2284	-2,6	2913	3,3	-5197	-5,9
Moita	11846	22,3	3969	7,5	7877	14,8
Montijo	-811	-2,2	468	1,3	-1279	-3,5
Palmela	6924	18,7	631	1,7	6293	17
Seixal	27743	31,1	9423	10,6	18320	20,5
Sesimbra	4143	17,9	1011	4,4	3132	13,6
Setúbal	5268	5,4	4360	4,4	908	0,9
AML	33635	1,34	77	3,09	-43559	-1,74
AMLN s/ Lx	122323	11,03	68488	6,17	53835	4,85
AMLS	55845	9,55	28646	4,90	27199	4,65
RLVT	30540	0,9	80775	2,5	-50235	-1,5

Evolução da População Residente do Concelho de Sintra



Evolução da população Residente e do n.º de alojamentos entre 1970 e 1991

Anos	1970	1981	1991
Pop. Res	127.746	226.428	260.951
Alojamentos	44.339	80.675	114.108

Fonte: INE

Taxas de Crescimento

Anos	1970-81	1981-91	1991-2001*
Pop. Res.	77.2	15.2	16.8
Alojamentos	81.9	41.4	

* Projecção

Projecção Demográfica da Pop. Residente para 1996 e 2001

Anos	1996	2001
Pop. Res.	278.476	304.818

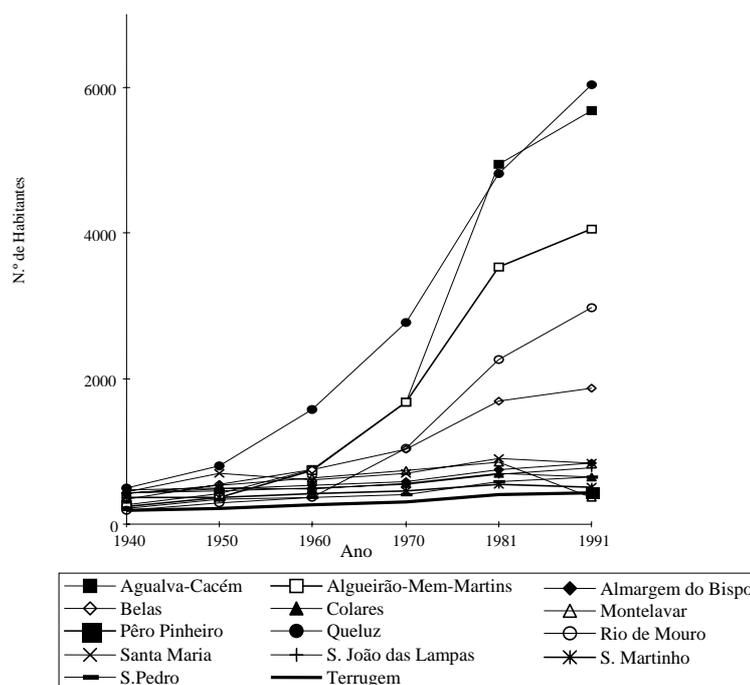
Fonte: PDM/Sintra

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELAS FREGUESIAS
DO CONCELHO DE SINTRA

FREGUESIAS	1981	1991	TAXA DE CRESCIMENTO 1981/91
AGUALVA-CACÉM	49445	56175	13.6
ALG. MEM-MARTINS	35312	40104	13.6
ALMARGEM BISPO	7544	8627	14.4
BELAS	16838	19253	14.3
COLARES	6952	6580	- 5.3
MONTFLAVAR	8482	3592	-
PERO PINHEIRO (*)	-	4544	-
QUELUZ	48112	61293	27.4
RIO DE MOURO	22597	29424	30.2
STA MARIA/S. MIGUEL	8977	8414	- 6.3
S. JOÃO DAS LAMPAS	6838	5198	12.5
S. MARTINHO	5471	5198	- 5.0
S. PEDRO PENAFERRIM	5786	7138	23.4
TERRUGEM	4074	4414	8.3

(*) FREGUESIA CRIADA APÓS 1981
OS DADOS DISPONIBILIZADOS PELO INE REFEREM-SE À POP. PRESENTE (1991)

Evolução da população Residente no Concelho de Sintra, por Freguesia



3. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Considera-se no âmbito desta rubrica o coeficiente de velhice, indicador do dinamismo da população no que respeita à programação de equipamentos e às relações de dependência.

O índice de envelhecimento (proporção de indivíduos com 65 ou mais anos) e relação de dependência permitem classificar a população do concelho como uma população em envelhecimento.

A tendência global nas últimas décadas é de uma alteração na composição etária da população. Observa-se uma diminuição do peso dos escalões etários mais jovens, que associada a um aumento dos idosos provoca um duplo envelhecimento nas estruturas etárias.

No concelho de Sintra registou-se uma diminuição do peso relativo dos grupos etários mais jovens (0-14), e um reforço dos indivíduos adultos.

A evolução dos indicadores referentes à Taxa de Mortalidade, Natalidade e Mortalidade Infantil vão no sentido da baixa da natalidade e mortalidade infantil e do aumento da Taxa da Mortalidade.

A evolução da população e da sua estrutura etária terá importantes consequências no sistema da escolaridade (queda tendencial dos alunos do ensino básico e secundário) e ao nível da programação de equipamentos de terceira idade que irão sofrer um aumento na sua procura.

Estrutura Familiar

Entre 1970 e 1991 a estrutura familiar registou algumas alterações no número de famílias e na dimensão média familiar, ou seja o decréscimo do número de pessoas por agregado familiar.

Este decréscimo contempla situações como: aumento do número de pessoas que vivem isoladamente, uma redução do número de filhos por casal e o aumento do número de casais sem filhos.

A composição média das famílias em 1981 no concelho de Sintra era de 3.2 indivíduos e em 1991 é de 2.9.

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA Coeficiente de Velhice

Anos	1970	1981	1991
Coef. de Velhice	30.1	28.0	47.2

Fonte: INE

Relação de Dependência (%)

Anos	1970	1981	1991
Dep. de jovens	38.4	39.2	27.7
Dep. de idosos	11.6	11.0	12.9
Dep. Total	50.5	50.2	40.2

Grandes grupos Etários

Anos	1981			1991		
	0-14	15-64	+65	0-14	15-64	+65
Esc. Etários	26.1	66.6	7.3	19.5	71.2	9.2

Fonte: INE

Taxa de Mortalidade

Anos	1970	1981	1991
T. Mortalidade	9.2	6.3	6.9

Fonte: INE

Taxa de Natalidade

Anos	1970	1981	1991
T. Natalidade	7.1	14.1	11.8

Fonte: INE

Taxa de Mortalidade Infantil

Anos	1970	1981	1991
T.M. Infantil	65.5	14.4	6.9

Fonte: INE

Estrutura Familiar

Anos	1981	1991
N.º M. Pessoas por Agreg. Familiar	3.2	2.9

Fonte: INE

INDICADORES SÓCIO ECONÓMICOS

Níveis de instrução da população com mais de 15 anos, em 1991

Analfabetos	Básico	Secundário	Médio/Superior
6,76	65.01	40.65	13.77

Fonte: INE

4. DEFINIÇÕES

1. Coeficiente de Velhice: Proporção de indivíduos com 65 e mais anos na população total.

$$\frac{\text{População com idade } \geq 65 \text{ anos}}{\text{População total}} \times 100$$

2. Relações de Dependência: Número de dependentes por cada 100 indivíduos em idade activa.

Rácio de dependência de "jovens":

$$\frac{\text{População com 0 - 14}}{\text{População com 15 - 64}} \times 100$$

Rácio de dependência de "velhos"

$$\frac{\text{População com 65 e + anos}}{\text{População com 15 - 64 anos}} \times 100$$

Rácio de dependência total

3. Taxa de Mortalidade Infantil

$$\frac{\text{Total de óbitos entre 0 - 1 anos}}{\text{População existente nessa idade}} \times 100$$

4. Taxa de Mortalidade

$$\frac{\text{Nº de óbitos ocorridos num determinado período}}{\text{População Total}} \times 100$$

5. Taxa de Natalidade

$$\frac{\text{Nº de nascimentos ocorridos num determinado período}}{\text{População Total}} \times 100$$



Sugerido pela Comissão Técnica de Acompanhamento é produzido este aditamento ao Relatório Final e centrado sobre as matérias referentes ao Interface da Estação Ferroviária da Portela de Sintra e acerca da programação estimada do encerramento das passagens de nível existentes na linha de caminho de ferro que serve o concelho de Sintra.

Uma e outra questão traduzem matérias que tem permanentes avanços decisoriais no âmbito do **Grupo de Trabalho** que articula a Câmara Municipal de Sintra (Departamento de Obras Municipais, Departamento de Urbanismo e Gabinete do Plano Director) com o **Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa**.

DO INTERFACE DA PORTELA

O Interface da Portela localiza-se a norte do Caminho de Ferro e imediatamente a nascente da Estação Ferroviária e obteve melhor decisão de localização depois de estabilizada a concepção e construção do Nó de Sintra no IC 16 (Troço Ranholas-Campo Raso) e obtido o Projecto de Execução do Prolongamento da Av. Desidério Cambourmac.

As recomendações da DGTT foram consideradas na programação do Interface que mereceu, incluso, um avanço de qualificação no quadro da elaboração do Plano de Pormenor de Sintra-Nascente já observado pela CCRLVT, pelo Gabinete do Nó Ferroviário e CP.

A Estação Ferroviária da Portela, o Interface, as áreas envolventes constituem matérias que traduzirão, a curto e médio prazo, a qualificação acrescida da área urbana de Sintra.

DA PROGRAMAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO FERROVIÁRIA

(DAS PASSAGENS DESNIVELADAS E PASSAGENS DE NÍVEL)

Têm ocorrido reuniões do Grupo de Trabalho CMS/GNFL com periodicidade quinzenal e que traduzem os avanços decisoriais no domínio da reestruturação ferroviária.

Estão em cursos os Projectos de Execução da Passagem Inferior de Carenque, da Remodelação da Estação Queluz-Belas (*que envolve a programação do encerramento da passagem de nível*

na Estação de Queluz com a programação da Variante à E.N. 11 7), a reestruturação viária da E.N 249 (que envolve a programação do encerramento da P.N. de Barcarena), a reestruturação Viária da Av. dos Missionários no Cacém que envolve a programação de uma passagem desnivelada (que permite o encerramento da passagem de nível do Cacém), a reestruturação viária a nascente da área urbana das Mercês que envolve a programação de uma passagem desnivelada (que permite o encerramento da passagem de nível da Estação das Mercês), a reestruturação da Estação das Mercês, a programação do Interface da Portela, a reestruturação viária que envolve o sistema de acessibilidades à nova Estação de Meleças (que permitirá o encerramento da passagem de nível de Meleças).

Estas actuações que se dirigem à qualificação do sistema urbano e das suas relações com o sistema de redes rodo e ferroviárias **são permanentemente apreciadas e discutidas** no seio do Grupo de Trabalho já referido e que traduzem primeiras prioridades.

A sua exequibilidade vem dependendo da resolução do quadro de problemas que derivam da obtenção de projectos, disponibilização de terrenos e considerações orçamentais e são concordantes com o Projecto PDM de Sintra designadamente a Actuação Estratégica 3 das Medidas de Política Municipal de Ordenamento aprovadas pela Ex.ma. Câmara e Assembleia Municipal e consideradas positivamente pela Comissão Técnica de Acompanhamento e entidades da Administração Central directamente interessadas.



**ADITAMENTO AO RELATÓRIO P.D.M.
JANEIRO 1996**

1. Referente ao Capítulo 9, ponto 9.6 é produzida e actualizada listagem das zonas de caça associativa existentes em Sintra à data de Dezembro de 1995 e conforme parecer do Instituto Florestal de 95.12.18, a saber:

PROCESSO	ENTIDADE	ÁREA (ha)
838	ARCA - Associação Recreativa	1165
978	Clube de Caçadores da Várzea de Almargem do Bispo	838
1019	Clube de Caçadores da Freguesia de S. João das Lampas	1961
1020	Clube de Caçadores da Freguesia de S. João das Lampas	1898
1046	Clube de Caçadores da Freguesia de Pero Pinheiro	1190
1050	Clube de Caçadores Negrais	669
1078	Clube de Caçadores - Os Bem Entendidos de Albogas	723
1140	Clube de Caçadores da Freguesia de S. Martinho de Sintra	1600
1371	Clube de Caçadores da Terrugem - Sintra	1943
1399	Associação de Caçadores de Aruil	660
1613	Associação de Caçadores do Sabugo	578
1690	Clube de Caçadores de Colares	

2. Referente ao Capítulo 10, na Actuação Estratégica 5 é acrescida a necessidade de promover a elaboração dos Planos Municipais de Intervenção na Floresta nos termos e condições estabelecidos na legislação em vigor e conforme parecer do Instituto Florestal.

3. No que se refere ao Interface da Portela, o número de lugares - Cais do Interface da Portela - passa de 12 para 22 conforme parecer da Direcção Geral de Transportes Terrestres em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento (parecer de 95.12.06). Os Planos de Pormenor a elaborar no quadro do estabelecimento dos Interfaces devem considerar a supressão das passagens de nível do caminho de Ferro.



**ADITAMENTO AO RELATORIO DO PDM
SINTRA, PATRIMONIO MUNDIAL
JUNHO 1997**

286

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROJECTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

ADITAMENTO AO RELATÓRIO DO PDM SINTRA, PATRIMÓNIO MUNDIAL

A classificação de Sintra como Património Mundial na categoria de *Paisagem Cultural* obriga à consideração persistente de eixo de actuação estratégica a configurar nas *Medidas de Política Municipal de Ordenamento* traduzidas no Relatório do Plano Director Municipal. As actuações devem dirigir-se ao conjunto das áreas objecto de classificação e consideração pela UNESCO, designadamente *o âmbito territorial classificado e as áreas de tampão e de transição* consideradas no dossier de candidatura.

O eixo de actuação estratégica deve considerar a *adopção de política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral, instituir serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas, desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural ou natural, tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património, favorecer a criação ou desenvolvimento de centros de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa neste domínio.*

Neste sentido, o Município deverá deliberar sobre a imediata elaboração do Programa Integrado de Valorização do Centro Histórico de Sintra e da Área Classificada como Património Mundial, do Programa Integrado de Valorização dos Aglomerados Rurais e sustentados sobretudo na programação de investimentos dirigidos às áreas de salvaguarda e recuperação de património, da arquitectura, do ambiente e do, enquadramento paisagístico.

Como instrumento de acompanhamento e definição de apoios às actividades económicas na Área Classificada deverá o Município, elaborar com urgência, regulamentos específicos para o licenciamento de actividades, os quais visarão sustentar sistematicamente a valorização

arquitectónica e paisagística.

Até à aprovação de instrumentos de planeamento e salvaguarda dos valores paisagísticos, culturais e ambientais de cada uma das áreas, consideram-se, desde já, os seguintes instrumentos de salvaguarda: Plano de Urbanização da Vila de Sintra, o Elucidário Arquitectónico-Construtivo para o Centro Histórico de Sintra e demais regulamentação produzida para o Centro Histórico de Sintra, Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais e demais legislação referente ao Parque Natural de Sintra-Cascais.

Atenção particular deve ser dirigida ao património construído e paisagístico na área classificada pela UNESCO, designadamente:

Na Área Património Mundial-Paisagem Cultural: *Palácio de Monserrate, Parque de Monserrate, Quinta da Penha Verde, Capela de São Brás (Penha Verde), Capela N. Sr.^a do Monte (Penha Verde), Capela S. João Baptista (Penha Verde), Capela de Santa Catarina (Penha Verde), Sítio Calcolítico da Penha Verde, Palácio de Seteais, Quinta da Regaleira, Capela da Santíssima Trindade (Quinta da Regaleira), Quinta do Relógio, Challet Biester, Quinta dos Pisões, Sítio da Idade Bronze/Ferro do Parque das Merendas, Quinta da Amizade, Castelo dos Mouros, Sítio da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros, Sítio Neolítico da Igreja Velha de S. Pedro de Penaferrim, Antiga Igreja Paroquial de S. Pedro de Penaferrim, Necrópole Medieval da Antiga Igreja de S. Pedro de Penaferrim, Convento Trino de Arrabalde, Depósito da Idade do Bronze do Monte Sereno, Convento Hieronimita de N. Sr.^a da Pena, Palácio da Pena, Parque da Pena Challet da Condessa D'Elba, Necrópole Medieval da Igreja de N. Sr.^a de Melides, Convento Carmelita da Eugaria, Tholos da Bela Vista, Capela de N. Sr. da Piedade, Convento de Santa Cruz dos Capuchos.*

. Na área Tampão: *Forte da Vigia, Templo consagrado ao Sol e à Lua, Fojo e Pedra de Alvidrar, Zona de Implantação da "L' Arméria Pseudo-Arméria", Gramíneas em vias de extinção, Forte do Espinhaço, Villa Romana de Sto. André de Almoçageme, Centro Histórico de Almoçageme, Igreja da Ulgueira, Zona de malha urbana e arquitectónica tradicional de Colares/Penedo/Casas Novas. Igreja de Sto. António do Penedo, Igreja da N. Sr. da Misericórdia de Colares, Palácio de D. Dinis de Melo e Castro, Igreja Paroquial de Colares, a*



Quinta do Vinagre, Megalítico D'Adrenunes, Santuário da N. Sr.ª da Peninha, Capela de São Saturnino, Tholos do Monge, Quinta da Penha Longa, Convento e Igreja da N. Sr.ª da Penha Longa, Penedo dos Ovos, Igreja Paroquial de S. Pedro Penaferrim.